

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA
NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO:

UMA POSSIBILIDADE REAL OU UM SONHO IMPOSSÍVEL?

(ESTUDO DE CASOS NO ESTADO DA PARAÍBA)

MARY DELANE GOMES DA COSTA

**GHISLAINE DUQUÉ
ORIENTADORA**

CAMPINA GRANDE – PB

20001

MARY DELANE GOMES DA COSTA

SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS
DE REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO: **UMA
POSSIBILIDADE REAL OU UM SONHO IMPOSSÍVEL?** (ESTUDO DE
CASOS NO ESTADO DA PARAIBA)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CAMPINA GRANDE - PB
2001**

MARY DELANE GOMES DA COSTA

SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO: UMA POSSIBILIDADE REAL OU UM SONHO IMPOSSÍVEL? (ESTUDO DE CASOS NO ESTADO DA PARAÍBA)

ORIENTADORA: GHISLAINE DUQUÉ

**DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG**

Dissertação apresentada ao Curso de MESTRADO EM SOCIOLOGIA da Universidade Federal da Paraíba - Campus II, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre.

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA
- 2001**

MARY DELANE GOMES DA COSTA

SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NOS
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE
SEMI-ÁRIDO: **UMA POSSIBILIDADE REAL OU UM SONHO
IMPOSSÍVEL?** (ESTUDO DE CASOS NO ESTADO DA PARAÍBA)

Aprovada em: 18/04/2001

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ghislaine Duqué

Prof. Dr. Edgard Malagodi

Prof^a Dr^a Tereza Correia Nóbrega de Queiroz

**CAMPINA GRANDE – PB
2001**

Dedico este trabalho a Deus, verdadeiro mestre do saber, pois, tão perfeita e abrangente é sua criação, que mente alguma ou coração algum, por mais puro que seja, poderá abranger a natureza da mais insignificante de suas criaturas...

Josimar, meu marido, amigo e companheiro; seu incentivo e carinho me deram forças para enfrentar os percalços dessa longa caminhada...

Aos trabalhadores rurais nordestinos, pelo exemplo vivo de amor à terra.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho seja ele qual for, requer dedicação, uma boa dose de paciência e estímulo, pois a jornada é exaustiva. Esse não fugiu à regra, mas ao contrário, veio sobrecarregado de muitos obstáculos que aumentaram as minhas dificuldades, angústias e expectativas, fazendo-me muitas vezes acreditar que eu não conseguiria colher os frutos do meu esforço.

Fazer uma lista nominal das pessoas que me ajudaram a concretizar este trabalho traz o risco de esquecer alguém; por outro lado, não posso deixar de agradecer àquelas pessoas que estiveram mais próximas, estimulando-me e ajudando-me ao longo da minha caminhada.

O meu primeiro agradecimento é para a Prof. Ghislaine Duqué que, durante esse período, foi mais do que minha orientadora, me ofereceu apoio constante, não só para a realização deste trabalho, mas nos momentos difíceis que passei. Agradeço-a sinceramente pelo seu apoio e sua atenção.

A Josimar, pela sua compreensão, incentivo e carinho; desculpe-me o mau humor, as angústias, os tratos não-cumpridos, as ausências.

À minha mãe, que enfrentou de certa forma comigo os espinhos dessa jornada, protegendo-me à sua maneira.

À minha tia Lilita, pelo seu apoio e incentivo durante o período do mestrado.

Às famílias dos agricultores dos assentamentos Quandú e Bela Vista, fonte rica de conhecimento e inspiração que, com a maior paciência do mundo, “agüentaram” esta pesquisadora, cedendo os seus momentos, não só os de labuta, como os poucos momentos de descanso, para responderem às minhas quase intermináveis perguntas. Sem a colaboração que me dispensaram, essa dissertação não poderia ter sido realizada.

Agradeço especialmente à D. Maria (Quandú), pelo seu despreendimento e boa vontade em me apresentar para as famílias assentadas, solicitando delas a cooperação para que eu pudesse desenvolver e terminar o meu trabalho. Também devo meus sinceros agradecimentos à D. Salete (Bela Vista) que foi de fundamental importância para a minha inserção dentro do assentamento.

Aos Técnicos das EMATER's de Barra de Santa Rosa e Esperança, como também do INCRA/PB que sempre que foram solicitados se dispuseram a me prestar auxílio.

Aos professores do Mestrado em Sociologia, Eric Sabourin, Deolinda Ramalho, Edgard Malagodi, Durval Muniz, Gisélia Franco Potengy, Marilda Aparecida de Menézes, Norma Montalvo de Soler, Fernando Garcia, Paulo Ortiz e Robério Santos, que tomaram possível a apreensão de um mundo novo.

A todos os colegas do mestrado que propiciaram um clima de aprendizado coletivo.

Aos funcionários do curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba: Joãozinho, Rinaldo, Verinha e Rose (bibliotecária da Pós), pela ajuda e carinho recebidos durante a minha permanência no curso.

À ajuda financeira da CAPES, que durante vinte e quatro meses possibilitou a efetivação deste aprendizado.

RESUMO

O Nordeste é sempre apontado como a região mais precária do Brasil, e tem seu desequilíbrio econômico sempre relacionado ao seu clima semi-árido e ao “secular problema das secas”. Diante desse fato, resolvemos avaliar em que medida a política de reforma agrária implantada na região pode possibilitar ou não a sustentabilidade dos agricultores familiares assentados. Para a concretização do estudo, tomamos como universo empírico o assentamento Quandú, localizado no município de Barra de Santa Rosa, no Curimataú paraibano e o de Bela Vista no município de Esperança, no Agreste paraibano. Constatamos que a política de reforma agrária implantada em ambos assentamentos, embora tenha proporcionado uma melhoria considerável da qualidade de vida das famílias assentadas, quando comparada com a que elas tinham antes da posse da terra, não ofereceu condições suficientes para que outras ações fossem desenvolvidas em prol do desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Os avanços conseguidos em termos de qualidade de vida mascararam uma vulnerabilidade latente, que acabou revelando-se na ocorrência do fenômeno da seca. Concluimos que a falta de uma política governamental consistente para as áreas de assentamento, a falta de comprometimento dos mediadores e agentes do Estado seja com a efetiva melhoria da qualidade de vida dos assentados seja com a sustentabilidade de seus empreendimentos, associada com a fragilidade da organização e participação social dos assentados, dificultaram o desenvolvimento das potencialidades existentes nos assentamentos, impedindo os assentados de encontrarem caminhos para implementar o desenvolvimento do assentamento em bases mais sustentáveis.

RESUME

Le Nord-Est est toujours présenté comme la région du Brésil qui démontre la plus grande précarité, et on attribue généralement son déséquilibre économique au clima semi-aride et au "problème séculaire des sécheresses". Face à ce fait, nous avons voulu évaluer dans quelle mesure la politique de réforme agraire implantée dans la région peut permettre ou non la durabilité du système de production des agriculteurs familiaux qui y sont installés. Pour concrétiser notre étude, nous avons choisi comme univers empirique le périmètre de réforme agraire de Quandú, commune de Barra de Santa Rosa, région du Curimataú de la Paraíba, et celui de Bela Vista, commune d'Esperança, dans l'Agreste du même Etat. Nous avons constaté que, bien que la politique de réforme agraire implantée dans les deux périmètres ait assuré une amélioration sensible de la qualité de vie des familles installées, si on la compare avec ce qu'elle était avant qu'elles n'aient accès à la terre, elle n'a cependant pas offert les conditions suffisantes pour que d'autres actions puissent être réalisées en favor du développement durable. Les progrès réalisés au niveau de la qualité de vie ont caché une vulnérabilité latente, qui a fini par se révéler à l'occasion de la sécheresse. Nous concluons que l'absence d'une politique officielle consistante pour les zones de réforme agraire, l'absence aussi d'un engagement des médiateurs et agents de l'Etat – que ce soit pour l'effective amélioration de la qualité de vie des familles, ou que ce soit en faveur de la durabilité de leurs entreprises -, associées à la fragilité de leur organisation et de leur participation sociale, ont rendu difficile le développement des potentialités existantes dans les périmètres, et ont ainsi empêché que les familles trouvent le moyen d'assurer leur développement sur des bases durables.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

RESUME

INTRODUÇÃO

1. SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS NO SEMI-ÁRIDO.....	12
1.1 HISTÓRIA E PROBLEMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	12
1.2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.....	17
1.3 O PROCESSO HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: ANTECEDENTES E ENTRAVES.....	20
1.4 DADOS DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL.....	23
1.5 APRESENTAÇÃO DOS CONCEITOS UTILIZADOS.....	26
1.5.1 Definindo Sustentabilidade.....	26
1.5.2 Definindo Qualidade de Vida.....	30
2. ASPECTOS FÍSICOS-CLIMÁTICOS, SOCIAIS E OS IMPACTOS DA SECA E DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO.....	35
2.1 CARACTERÍSTICAS EDAFOCLIMÁTICAS DO NORDESTE SEMI-ÁRIDO.....	35
2.1.1 Características Edafoclimáticas do Semi-Árido Paraibano.....	38
2.2 A REGLÃO NORDESTE E SUAS SECAS HISTÓRICAS.....	39
2.3.A FORMA DE OCUPAÇÃO DA TERRA NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO: DA CONQUISTA DO TERRITÓRIO AO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	43
2.4 SECA, CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO RURAL NORDESTINA.....	47
3. ASPECTOS FÍSICOS E FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO ASSENTAMENTO QUANDÚ.....	52
3.1 A ÁREA FÍSICA DO IMÓVEL QUANDÚ E SUA POPULAÇÃO.....	52
3.2 DESAPROPRIAÇÃO E OCUPAÇÃO DA FAZENDA QUANDÚ.....	56
3.3 DE ARRENDATÁRIOS A PROPRIETÁRIOS: OS DESAFIOS PARA MANTER-SE NA TERRA.....	60
3.3.1 Situação Inicial: A Organização das Famílias.....	60
3.3.2 Infra-Estrutura Produtiva Adquirida e Condução da Produção Agropecuária após os Créditos (1990/1996).....	63
3.3.3 “Entre Ganhos e Perdas”: O Loteamento do Imóvel.....	68
3.4 ALGUNS ASPECTOS DETERMINANTES DA SITUAÇÃO ATUAL: OS SERVIÇOS SOCIAIS, A INFRA-ESTRUTURA E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	72
3.4.1 Acesso aos Serviços de Saúde.....	72

3.4.2	Acesso à Educação Escolar.....	74
3.4.3	Instalações e Edificações Encontradas Atualmente na Área.....	79
3.4.4	As Condições Ambientais do Assentamento.....	81
4.	VULNERABILIDADE E SUSTENTABILIDADE DO ASSENTAMENTO QUANDÚ.....	86
4.1	A VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	86
4.1.1	Análise da Renda Familiar.....	88
4.1.2	A Diferenciação Interna Entre os Assentados.....	101
4.2	AS CONDIÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DA SUSTENTABILIDADE.....	106
4.2.1	A Organização Política e as Relações Institucionais do Assentamento Quandú.....	108
4.2.1.1	A Relação dos Assentados com a Associação.....	108
4.2.1.2	A Relação dos Assentados com o Sindicato e como os Movimentos Sociais Organizados —CPT e MST.....	114
4.2.1.3	A Relação dos Assentados com o INCRA.....	117
4.2.1.4	A Relação dos Assentados do Quandú com a EMATER e com os Outros órgãos de Assistência Técnica.....	123
4.2.2	Trabalho Familiar X Trabalho Coletivo.....	128
4.3	VULNERÁVEL OU SUSTENTÁVEL?.....	135
5.	O ASSENTAMENTO BELA VISTA: CONDICIONANTES FÍSICOS E HISTÓRICOS.....	141
5.1	A ÁREA DO ASSENTAMENTO: LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GEO-AMBIENTAIS.....	141
5.2	DESAPROPRIAÇÃO E OCUPAÇÃO DA FAZENDA BELA VISTA.....	143
5.3	DE ARRENDATÁRIOS A PROPRIETÁRIOS: OS DESAFIOS PARA MANTER-SE NA TERRA.....	146
5.3.1	Situação Inicial: Organização das Famílias.....	146
5.3.2	A Construção do Espaço Físico e Social e a Condução da Produção Agropecuária após a Criação da ASPROBV.....	148
5.3.3	A Condução da Produção Agropecuária a Partir de 1997.....	150
5.3.4	A Produção Agrícola no Assentamento e seus Efeitos Sobre o Meio Ambiente.....	154
5.4	O ASSENTAMENTO HOJE.....	158
5.4.1	Formas de Ocupação e Divisão Social do Trabalho.....	158
5.4.2	Os Serviços de Saúde.....	160
5.4.3	Acesso à Educação Escolar.....	161
6.	VULNERABILIDADE E SUSTENTABILIDADE DO ASSENTAMENTO BELA VISTA.....	163
6.1	A VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	163
6.1.1	Análise da Renda Familiar.....	163
6.1.2	A Diferenciação Interna.....	173
6.2	AS CONDIÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DA SUSTENTABILIDADE.....	180

6.2.1 A Organização Política e as Relações Institucionais do assentamento Bela Vista	180
6.2.1.1 A Relação dos Assentados com a Associação.....	180
6.2.1.2 A Relação dos Assentados com o Sindicato e com os Movimentos Sociais Organizados – CPT e MST.....	185
6.2.1.3 A Relação dos Assentados de Bela Vista com a EMATER	188
6.3 VULNERÁVEL OU SUSTENTÁVEL?	191

CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
-----------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	203
---------------------------	-----

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I

CROQUI DO ASSENTAMENTO QUANDÚ

ANEXO II

TABELAS DO CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
DOS AGRICULTORES DO QUANDÚ

ANEXO III

CROQUI DO ASSENTAMENTO BELA VISTA

ANEXO IV

TABELAS DO CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
DOS AGRICULTORES DE BELA VISTA

ANEXO V

MAPA DO ESTADO DA PARAÍBA E LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE
BARRA DE SANTA ROSA E ESPERANÇA

ANEXO VI

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

ANEXO VII

FOTOGRAFIAS DOS ASSENTAMENTOS

LISTA DE BOXES

BOX 01 - CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	16
BOX 02 – DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS DE REFORMA AGRÁRIA (1994/1999)ASSENTAMENTO QUANDÚ.....	62
BOX 03 - SISTEMA DE PRODUÇÃO – QUANDÚ.....	64
BOX 04 - SÍNTESE DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONOMICA DOS AGRICULTORES DOS QUANDÚ.....	103
BOX 05 – DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS DE REFORMA AGRÁRIA (1996/1999) BELA VISTA.....	149
BOX 06 - SISTEMA DE PRODUÇÃO – BELA VISTA.....	150
BOX 07 – INSTALAÇÕES ENCONTRADAS NO ASSENTAMENTO BELA VISTA.....	160
BOX 08 - SÍNTESE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS AGRICULTORES DE BELA VISTA.....	177

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - FAMÍLIAS ASSENTADAS NO BRASIL 1985/1999.....	24
TABELA 02 - HECTARES DESAPROPRIADOS NO BRASIL 1985/1999.....	25
TABELA 03 - ÁREAS DESAPROPRIADAS NA REGIÃO NORDESTE 1980/2000.....	25
TABELA 04 - ÍNDICES DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA DE BARRA DE SANTA ROSA.....	53
TABELA 05 - EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO NO ASSENTAMENTO QUANDÚ.....	64
TABELA 06 - EQUIPAMENTOS DE USO INDIVIDUAL ADQUIRIDOS PELO PROCERA - ASSENTAMENTO QUANDÚ.....	65
TABELA 07 - RELAÇÃO DA CRIAÇÃO ANIMAL DO ASSENTAMENTO QUANDÚ - 1994/1996/1997.....	66
TABELA 08 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS ASSENTADOS DO QUANDÚ.....	77
TABELA 09 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 01.....	90
TABELA 10 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 02.....	92
TABELA 11 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 03.....	94
TABELA 12 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 04.....	96
TABELA 13 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 05.....	98
TABELA 14 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 06.....	100
TABELA 15 - RENDA FAMILIAR MENSAL E PER CAPTA - QUANDÚ.....	104
TABELA 16 - ÍNDICES DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA DE ESPERANÇA.....	142
TABELA 17 - COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO BELA VISTA COM A PRODUTIVIDADE MÉDIA DA REGIÃO - 1997.....	151
TABELA 18 - RELAÇÃO DA CRIAÇÃO ANIMAL DO ASSENTAMENTO BELA VISTA - 1997.....	153

TABELA 19 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DE BELA VISTA.....	162
TABELA 20 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA – AGRICULTORA 07.....	164
TABELA 21 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 08.....	166
TABELA 22 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 09.....	168
TABELA 23 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 10.....	170
TABELA 24 - CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA - AGRICULTOR 11.....	172
TABELA 25 - RENDA FAMILIAR MENSAL E PER CAPTA DOS AGRICULTORES DE BELA VISTA.....	177

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ANPOCS	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ASPROBV	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA FAZENDA BELA VISTA
CE	CEARÁ
CEPAL	COMISSÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA
CNBB	CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONTAG	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
CPT	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DNTR	DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRABALHADORES RURAIS
EMATER	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
EMPASA	EMPRESA PARAIBANA ABASTECIMENTO E SERVIÇO AGRÍCOLA
FAO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
FETAG	FEDERAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS
FUNDAP	FUNDAÇÃO DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA PARAÍBA
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
INFOCS	INSPEÇÃO DE OBRAS CONTRA À SECA
INOCAP	IMOBILIÁRIA CONSTRUÇÃO E PECUÁRIA
INTERPA	INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA
MARA	MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
MIRAD	MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO

MST	MOVIMENTO DOS SEM TERRA
ONG'S	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
PATAC	PROGRAMA DE APLICAÇÕES DE TECNOLOGIAS ADAPTADAS ÀS COMUNIDADES
PAPP	PROGRAMA DE APOIO À PEQUENA PRODUÇÃO
PB	PARAÍBA
PE	PERNAMBUCO
PEASA	PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO
PIN	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
PNRA	PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PROCERA	PROGRAMA ESPECIAL DE CRÉDITO PARA A REFORMA AGRÁRIA
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PRONERA	PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A REFORMA AGRÁRIA
RN	RIO GRANDE DO NORTE
SEDUP	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR
SESI	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
SIPRA	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA
STR	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
SUDENE	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
SUPLAN	SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
UDR	UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA
UFPB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

INTRODUÇÃO

Falar em reforma agrária no Brasil sem falar na problemática da seca é por em risco ou ameaçar o futuro do programa na região Nordeste. Portanto, para que a reforma agrária torne-se uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, a questão da seca deve ser inserida no debate em torno de que modelo de desenvolvimento deveria ser adotado no país.

Além disso, as atuais condições de vida dos assentamentos de reforma agrária da região Nordeste, tanto nos mais antigos como nos mais recentes, segundo dados da FAO/PNUD/MARA (1992), indicam a existência de problemas de infraestrutura social e econômica que precisam ser superados, para que essas áreas produzam uma qualidade de vida satisfatória e deixem de apresentar os piores indicadores sócio-econômicos entre os assentamentos do país.

Enquanto a renda média por família dos assentamentos das outras regiões do país girava em torno de 3,7 salários mínimos por mês (safra 1990/1991), a renda das famílias assentadas nordestinas era de 2,33 salários mínimos. No quesito “distribuição de renda”, a região Nordeste também apresentou no período o pior desempenho. Enquanto o percentual nacional era de 45% do total das famílias superando a marca de 3 salários mínimos de renda mensal, o Nordeste possuía apenas um percentual de 25,52% das famílias atingindo ou superando essa marca. (FAO/PNUD/MARA, op. cit.)

Com relação às famílias que tinham uma renda de até 1 salário mínimo, novamente a região detém o pior desempenho, conseqüentemente um maior número de famílias percebendo apenas essa renda; a média nacional era de 14,69% e em torno de 5% nas regiões Sul e Sudeste; já no Nordeste o percentual das famílias

que tinham uma renda de até 1 salário mínimo era praticamente igual às que tinham renda superior a três salários mínimos.

Os dados da FAO/PNUD/MARA (op. cit.) sobre os indicadores sócio-econômicos dos assentamentos, além de evidenciarem que a geração de renda nos assentamentos acompanha os desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira, chamam a nossa atenção para o fato que a reforma agrária como fator de desenvolvimento sustentável e como condição para a efetivação da democracia e da cidadania, depende muito mais do que de terra conquistada ou desapropriada.

Frente à esses dados, resolvemos eleger os assentamentos rurais no semi-árido nordestino como objeto de estudo, procurando verificar até que ponto o programa de reforma agrária na região pode constituir-se ou não numa estratégia de redução da vulnerabilidade à seca das famílias assentadas. Como universo empírico, selecionamos o assentamento Quandú, localizado no município de Barra de Santa Rosa, no Curimataú paraibano e o de Bela Vista, localizado no município de Esperança, no Agreste paraibano.

Embora apresentem características diferentes em relação ao tamanho do imóvel, número de famílias, infra-estrutura, tempo de existência e tutelas distintas (INCRA e INTERPA), ambos localizam-se no semi-árido paraibano e antes da seca, sob certos aspectos, foram considerados assentamentos modelos, devido ao gradativo sucesso alcançado pelas famílias em termos de produtividade e de melhoria de qualidade de vida.

Assim, mesmo se tratando de um estudo de caso, acreditamos que eles constituem um objeto de pesquisa adequado para o estudo da sustentabilidade dos assentamentos em área de risco à seca, possibilitando contribuições para a discussão da sustentabilidade no quadro da reforma agrária na região Nordeste.

Associando as problemáticas da agricultura familiar, da seca e da reforma agrária, nos propomos a estudar a natureza da intervenção pública nos dois assentamentos, procurando relacionar a execução desse programa à questão da sustentabilidade e da qualidade de vida no espaço local estudado.

Nosso objetivo geral foi verificar em que medida o programa de reforma agrária, numa região vulnerável à seca, pode possibilitar ou não a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares assentados.

Como objetivos específicos temos:

- verificar os efeitos da política de reforma agrária no sentido de restringir ou perpetuar a vulnerabilidade à seca entre os assentados; identificando os fatores restritivos e ou mantenedores da vulnerabilidade;
- averiguar as perspectivas de desenvolvimento sustentável nos assentamentos;
- avaliar se a forma como os assentados se organizam e dispõem sobre seus orçamentos domésticos, tende a reduzir, aumentar ou perpetuar a vulnerabilidade à seca;

A instituição de um assentamento impõe com frequência o convívio, a vizinhança, a associação e a cooperação entre indivíduos ou grupos de origens distintas, que não tinham necessariamente relações prévias. Diante disso, ganha

importância especial a discussão temática das ações, das formas e dos mecanismos de construção de vínculos sociais, como também das redes de sociabilidade e solidariedade no interior dos assentamentos. Este estudo é de valor estratégico tanto do ponto de vista do conhecimento sociológico, quanto do ponto de vista das políticas públicas.

Nesse sentido, um elemento que deve ser objeto de forte atenção é a ação de mediadores, quer como indivíduos - técnicos, pesquisadores, educadores, agentes de saúde, religiosos, políticos, - quer como instituições - movimentos, partidos, igrejas, agências governamentais e de fomento, ONG's, bancos etc. Pois eles desempenham um papel central na constituição dos assentados enquanto grupos sociais, podendo reduzir as vulnerabilidades e/ou servindo como suporte sustentável nos assentamentos. Uma vez que é por intermédio deles que os assentados têm acesso a uma série de bens e serviços essenciais e de certa forma constroem as suas noções de direito e de cidadania.

Assim, para realizar o estudo analítico da questão aqui proposta, contaremos com um conjunto teórico metodológico construído a partir do conceito de *sustentabilidade* nas suas diversas dimensões objetivas e subjetivas (como por exemplo a noção de *qualidade de vida*), elemento essencial nos assentamentos de reforma agrária em uma região fragilizada pela seca.

A racionalidade camponesa manifesta-se na prática da chamada agricultura tradicional, que se beneficiou de séculos de evolução cultural e biológica, tomando-a adaptada às condições locais. Sobrevive há séculos sob condições

ambientais adversas, com recursos escassos e sem depender de insumos externos, sendo de baixo custo e eficiente.

Essa capacidade de reprodução tem chamado a atenção de cientistas das mais diversas áreas do conhecimento, como biólogos, sociólogos, antropólogos, agrônomos; economistas e outros. A agricultura familiar praticada nos moldes da agricultura tradicional tem servido para reavaliar a arrogância do modelo de desenvolvimento agrícola ocidental, que demonstra uma visão depreciativa das percepções da agricultura nativa, cujas práticas são vistas como arcaicas e inferiores.

Os conhecimentos científicos produzidos por essas populações sobre manejo e conservação dos recursos naturais têm chamado a atenção sobre o valor do conhecimento local, indicando a importância das estratégias nativas para a agricultura sustentável.

Nesse processo de mudança e reconstrução do conhecimento, chama a atenção a capacidade de sobrevivência da agricultura familiar, que geralmente ocorre em condições de exclusão social, econômica e tecnológica, sem que se beneficie do estímulo (ou bem pouco) ou de insumos externos ao estabelecimento agrícola, sejam eles financeiros-crédícios, químicos e de informação.

O contexto no qual os produtores familiares estão inseridas levaria a crer que eles não conseguiriam produzir e se reproduzir em função dessa exclusão; no entanto, essa capacidade de operarem no *vermelho*, do ponto de vista da economia, indica que há um conjunto de fatores no uso dos recursos, que confere ao estabelecimento agrícola familiar uma condição de sustentabilidade.

Como então verificar a sustentabilidade dos estabelecimentos familiares em áreas de assentamento? Ela pode ser mensurada mediante um método de quantificação? Quais critérios podemos utilizar como parâmetros para identificar

um estabelecimento familiar sustentável? Esta é a questão delicada que tentamos abordar ao longo deste trabalho.

A PESQUISA E A METODOLOGIA

Iniciamos o nosso estudo com um levantamento bibliográfico que serviu para nosso embasamento teórico. Esse estudo abrangeu obras que envolveram as questões do desenvolvimento sustentável, a questão agrária no Brasil (reforma agrária, agricultura familiar e movimentos sociais) e sobre a questão da organização e participação comunitária dentro dos assentamentos.

Livros e documentos referentes ao processo de constituição e construção do espaço social dos assentamentos Quandú e Bela Vista também foram consultados, como os relatórios do STR de Barra de Santa Rosa, do INCRA, da EMATER, da CPT, do SEDUP e do PEASA. Para o assentamento Bela Vista, também fizemos uso de uma fita de vídeo, que registrou todo o processo de luta dos rendeiros pela terra.

O trabalho está fundamentado nas discussões teóricas sobre a sustentabilidade (econômica e social) dos assentamentos de reforma agrária, a partir de casos concretos encontrados na região semi-árida da Paraíba.

A natureza da pesquisa foi fundamentalmente qualitativa; as análises de natureza quantitativa foram empregadas, mas tiveram uma função secundária e auxiliar para verificarmos a sustentabilidade econômica: os custos; o valor agregado e os benefícios gerados pela atividade familiar, ou seja, o grau de autonomia e de eficiência dos estabelecimentos familiares em áreas de assentamento.

Para verificarmos a sustentabilidade social – informações sobre moradia, saúde, educação, entre outros -, fizemos uso da análise qualitativa que serviu de complemento para identificação de maneira mais precisa do peso das diversas variáveis que se fazem presentes no sistema de atividade familiar. Essa análise também foi usada na coleta dos dados econômicos, como – produção agrícola, criação de animais, rendas externas e subsidiárias.

Adotar esta metodologia não significou que conseguimos captar de fato todos os dados, pois temos em vista a posição de HAGUETTE (1987, p. 76), que afirma que “o real não é captado como um espelho, mas perseguido, numa proposta weberiana, do relativismo assumido nas leituras do real”. Além disso, como nenhum pesquisador tem condições para produzir um conhecimento completo da realidade, diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados, no nosso entender, podem permitir uma idéia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema.

Com relação ao trabalho de campo, entre as diversas formas de abordagem técnica existentes para realizá-lo, escolhemos a entrevista semi-diretiva (componente da pesquisa qualitativa). De acordo com MINAYO (1994, p. 57), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo, pois é através dela que o pesquisador busca obter as informações contidas na fala dos atores sociais.

As entrevistas foram realizadas com os produtores familiares assentados e com os técnicos da EMATER¹ de cada localidade estudada, com dirigentes do STR e técnicos do INCRA, através de depoimentos obtidos em entrevistas abertas, a partir de um roteiro de perguntas semi-estruturado.

Na tentativa de verificar não só a sustentabilidade dos assentamentos em áreas de ricos à seca, mas os possíveis fatores de sustentabilidade dos estabelecimentos familiares, após pesquisa exploratória sobre a situação de cada um dos “posseiros” (como os assentados se denominam) com lideranças da Associação e com o técnico da EMATER e lideranças do STR local, selecionamos as famílias consideradas bem sucedidas; as que não são consideradas bem sucedidas e por fim, as que denominamos de intermediárias.

No Assentamento Quandú, entre as quarenta e sete famílias assentadas da área, selecionamos seis famílias e no Bela Vista, entre a dezessete famílias selecionamos cinco. Em ambos os assentamentos, recebemos a colaboração de uma assentada que se dispôs a nos servir de informante, facilitando a nossa entrada e a recepção por parte dos agricultores que pretendíamos entrevistar. A escolha dessas famílias assegurou-nos uma diversidade de situações, ao mesmo tempo que representou uma amostra representativa do universo de ambos os assentamentos.

O levantamento de dados iniciou em 1997 no Bela Vista (ainda na condição de bolsista de iniciação científica) e em 1998 no Quandú. Este acompanhamento das famílias ao longo de uma seqüência de quatro anos foi essencial para entendermos a evolução dos sistemas produtivos e das estratégias dessas famílias nos anos de seca e de chuvas.

A verificação de informações complementares e que ficaram pendentes ou que não puderam ser levantadas através das entrevistas, bem como dados gerais da situação das famílias que não fizeram parte da nossa amostra, foram coletadas através dos relatórios da EMATER e do INCRA.

¹ O contato com os técnicos das EMATER's teve como objetivo coletar informações sobre as

Além dos elementos econômicos e de infra-estrutura dos assentamentos, procuramos obter também dados referente às atitudes, opiniões e valores dessas famílias, bem como conhecer um pouco a história de vida de cada uma delas; esta estratégia de pesquisa permite a compreensão da realidade, uma vez que retrata as experiências vivenciadas, fornecendo-nos um material rico para a análise do vivido.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Com relação à estrutura da dissertação, ela está dividida em seis capítulos, além da introdução e da conclusão.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Aqui encontram-se desenvolvidos os aspectos teóricos que norteiam o trabalho. Um breve relato sobre a importância da agricultura familiar brasileira, sua história, seus problemas, sua importância para a economia do país, bem como o processo histórico da reforma agrária no Brasil e por fim, a articulação do conceito de sustentabilidade no quadro geral da discussão das inter-relações entre sustentabilidade qualidade de vida e desenvolvimento.

atividades produtivas dos municípios estudados, os incentivos oficiais que os assentamentos da região receberam, dentre outros aspectos.

SEGUNDO CAPÍTULO

A região semi-árida do Nordeste assim como a da Paraíba é abordada aqui a partir de uma caracterização ambiental. Para complementar o capítulo, apresentamos ainda um relato resumido sobre os impactos da seca e da concentração fundiária sobre o desenvolvimento da região.

TERCEIRO CAPÍTULO

Através dos dados da pesquisa de campo e da pesquisa documental sobre os assentamentos estudados, destacamos neste capítulo os principais aspectos do assentamento Quandú, particularmente os aspectos geoambientais, demográficos, históricos, materiais e sociais, como: infra-estrutura, condições de produção, saúde, educação e transporte, apresentando não só um perfil do assentamento, mas procurando relacionar para um melhor entendimento da sustentabilidade, as condições anteriores com as atuais.

QUARTO CAPÍTULO

Procedemos aqui à análise da sustentabilidade do assentamento Quandú. Primeiro procuramos levantar, através dos dados da pesquisa de campo referentes à renda monetária obtida nas atividades agrícolas e não-agrícolas dos assentados de nossa amostra, a viabilidade econômica do assentamento. Em seguida relacionamos esses dados com a questão da sustentabilidade social, levantando aspectos mais subjetivos como a relação dos assentados com a Associação, com os

técnicos e mediadores que atuam no assentamento e por fim a relação entre trabalho comunitário e familiar (individual).

QUINTO CAPÍTULO

Os principais aspectos do assentamento Bela Vista como os geoambientais, demográficos, históricos, materiais e sociais - infra-estrutura, condições de produção, saúde, educação e transporte – foram destacados aqui na tentativa de apresentar o perfil do assentamento, como também, sempre que possível, procurando relacionar as condições atuais do local e das famílias com a situação anterior à desapropriação.

SEXTO CAPÍTULO

Procedemos à análise da sustentabilidade do assentamento Bela Vista, tratando a princípio da viabilidade econômica dos assentados, para, em seguida, passar para a análise da questão da organização comunitária e da participação social, procurando relacioná-las de forma comparativa com os resultados encontrados no assentamento Quandú.

Com esse trabalho não tivemos a pretensão de comprovar fatos ou dados, mas levantarmos aspectos relevantes do tema estudado. Nas considerações finais, apresentamos não propriamente conclusões, mas sim sugestões para reflexões futuras, reflexões essas que poderão ser aprofundadas numa etapa posterior.

CAPÍTULO I

"Está terra é desmedida e devia ser comum,/devia ser repartida,/um tacho para cada um/ mode morar sossegado. Eu já tinha imaginado/ que a baixa, o sertão e a serra/ devia sê coisa nossa;/quem não trabalha na roça,/que diabo é que quer com a terra?"

(Patativa do Assaré, *Cante lá que eu canto cá*)

1. SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS NO SEMI-ÁRIDO

1.1 HISTÓRIA E PROBLEMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, isto é, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Inicialmente foi instituído o regime das Sesmarias e adotado o sistema de capitanias hereditárias. Em seguida veio a Lei de Terras de 1850, que só possibilitou o acesso à terra através da compra/venda com pagamento em dinheiro, facilitando assim a legalização de grandes extensões de terras, e afastando a possibilidade dos ex-escravos, de uma parte dos imigrantes europeus e de uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de possuírem um pedaço de terra para produzir e plantar.

A estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 500 anos de história do Brasil e, particularmente na segunda metade do século XX, o processo de incorporação de novos espaços – assaltados, tomados das nações indígenas – aumentou ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários.

A partir da década de 60, a penetração capitalista no campo, através do “modelo prussiano”¹, aumentou a produção agrícola mas não evitou que o país enfrentasse constantes crises de abastecimento de alimentos. A produção de alimentos nesse período, estava a cargo principalmente dos pequenos proprietários, que trabalhavam em condições precárias de posse da terra, crédito, tecnologias, dentre outros fatores.

Os governos militares tentaram resolver essa questão de uma forma muito peculiar. Amplos Complexos Agro-industriais (CAI's) foram estimulados através de crédito farto e subsidiado, como afirma VEIGA:

“O Brasil, a África do Sul e a Colômbia são nações que adotaram um padrão de desenvolvimento agrícola e rural caracterizado pela “expulsão prematura de trabalho”. A partir dos anos 60 suas políticas governamentais passaram a promover a superação de anacrônicas relações de trabalho por meio de caríssima modernização de grandes fazendas que envolveu crédito subsidiado, investimento a fundo perdido em infra-estrutura e sistemas estatais de comercialização. Uma modernização que condenou um grande número de agricultores à decadência; levou grande parte da força de trabalho rural a favelizar periferias; e fez dobrar ou triplicar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade. Essa é a visão do principal especialista em desenvolvimento rural do Banco Mundial, Hans P. Binswanger.”(VEIGA, 26/07/97).

Para GRAZIANO DA SILVA (1994, p. 139), com os CAI's começa a haver e se aprofundar uma integração entre capitais. Já não há mais capitais

¹ Este modelo caracterizou-se pela transição da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista. Seu cerne foi a modernização conservadora, que teve como pilar a modernização da grande propriedade, mantendo a estrutura fundiária concentrada, exigindo-se qualidade e produtividade, para atender ao mercado externo e as demandas da indústria nacional.

bancários, industriais, agrários, todos eles se entrelaçam dentro da agricultura. As maiores empresas industriais, os maiores grupos industriais são também os maiores proprietários rurais desses blocos, desses CAI's de modo que hoje falar de burguesia agrária é no mínimo estar defasado vinte anos na História. A burguesia agrária hoje é parte de uma burguesia brasileira, de uma burguesia em geral, internacionalizada e com interesses profundamente imbricados entre si.

No final dos anos 70 e começo dos 80, a agricultura no país era uma agricultura capitalista que ao trabalhar com culturas fortemente mecanizadas (o algodão e a cana de açúcar), torna-se produtiva e competitiva, ocasionando a expropriação² de um número significativo de agricultores familiares e a exploração³ dos trabalhadores rurais assalariados, que devido a diminuição dos empregos temporários são obrigados a migrarem para as cidades.

Com a modernização do campo não existia mais economia agrícola, sociologia rural etc. O que havia era a economia política do complexo agroindustrial. Neste período, houve um peso cada vez maior do trabalho assalariado, tomado como a expressão máxima e universal do desenvolvimento capitalista e o incentivo à industrialização da agricultura. (ABRAMOVAY, 1994)

Frente a esse processo "*conservador*" da modernização agrícola no país (discriminador, parcial e incompleto), a agricultura familiar não pode gozar de um mínimo de autonomia para tomar decisões, não conseguiu ter acesso ao crédito e

² Para MARTINS (1991, p. 50), a expropriação é o divórcio entre o trabalhador e as coisas que ele necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as matérias primas etc. O trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho, ficando apenas com a força de trabalho para vender.

³ A exploração ocorre com diminuição da oferta de empregos, uma simples introdução de herbicidas em uma fazenda, já pode produzir amplo desemprego de trabalhadores utilizados nas tarefas de limpeza das plantações. Sem emprego ficam a mercê dos "gatos" – agenciadores de empregos ou dos subempregos nas cidades. (MARTINS, op. cit.)

não conseguiu modernizar-se, portanto ficou incapaz de competir no mercado com os CAI's, altamente subsidiados pelo governo.

De acordo com ABRAMOVAY (1992, p. 142), a situação de marginalidade a que foi relegada nos anos 60, 70 e 80, fez com que a sua imagem ficasse ligada à pobreza, numa área habitada por uma família numerosa, trabalhando intensamente com instrumentos tecnicamente precários etc. Esta imagem era tão forte que boa parte dos teóricos não hesitava em associar a noção de “familiar” com algo frágil e sem poder econômico. Outros chegaram a cogitar a idéia de que a produção familiar era apenas um resquício do passado, destinada a desaparecer para deixar o lugar ao grande empreendimento capitalista, julgado economicamente mais eficiente.

Presas à essa concepção marxista da classe “progressista”, a produção familiar passou a ser vista apenas como elemento regulador do mercado de força de trabalho não especializado, ou como mercado consumidor de produtos de baixo custo. O campo cultivado por pequenos produtores era visto como um espaço economicamente pouco produtivo e de importância social limitada.

BOX N.º 01

CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

VEIGA (1996, p. 11), considera que a agricultura familiar caracteriza-se pela íntima relação entre trabalho e gestão da propriedade. Para ele, todo o processo produtivo deve ser assegurado diretamente pelos proprietários; além disso, deve existir uma diversificação dos produtos produzidos no estabelecimento, uma durabilidade dos recursos naturais, garantindo assim uma qualidade de vida ao produtor e sua família. Com relação ao trabalho assalariado, ele considera que o mesmo deve ser complementar e condicionado pela especificidade do processo produtivo.

Para FAO/INCRRA (1996), a propriedade familiar é definida a partir das seguintes características: *a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.*

Tomando como ponto de partida as características citadas acima, selecionamos os seguintes pontos para definirmos o que entendemos por agricultura familiar: *exploração cuja produção é realizada geralmente, mas não necessariamente em pequena escala, pelo chefe do estabelecimento agrícola, de preferência com ajuda da própria família; uso eventual da mão de obra assalariada ou permanente (complementar); gestão da unidade pela família, sem que haja necessidade da propriedade efetiva da terra (a família pode ser arrendatária ou posseira).*

Resumindo podemos dizer que a agricultura familiar é um tipo específico de exploração rural, caracterizado pela sua peculiaridade com relação à mão de obra utilizada e ao sistema de propriedade dos meios de produção.

Diferentemente dos países considerados desenvolvidos que, desde o início do século XX, adotaram políticas agrícolas e fundiárias que favoreceram a progressiva afirmação da agricultura familiar, o Brasil não conseguiu perceber os

absurdos prejuízos e as enormes desvantagens econômicas e sociais criados pelas oligarquias fundiárias e a agricultura patronal. Tornou-se assim, um dos exemplos mais chocantes da opção inversa, isto é, de enorme tolerância com a oligarquia fundiária e claro favorecimento da agricultura patronal.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA

Autores como VEIGA (1994), ABRAMOVAY (1994) e GUANZIROLI (1998), entre outros, enfatizam o potencial produtivo da agricultura familiar oferecendo um leque de fatores que justificam a importância social e econômica desse segmento, como estratégia de desenvolvimento para o meio rural e portanto para a reforma agrária.

Para VEIGA (op. cit., p. 300), o Brasil só poderá crescer e redistribuir renda e riqueza se optar pela promoção da agricultura familiar. Portanto a reforma agrária, nas atuais condições brasileiras deverá ter, uma linha voltada para o desenvolvimento da agricultura baseada nos moldes familiares, pois é preciso: desafogar os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; transformar os arrendatários e posseiros em proprietários e oferecer terra aos filhos dos pequenos agricultores, para que eles possam permanecer no campo dando continuidade ao trabalho dos pais.

GUANZIROLI (1998), alega que o fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária devem caminhar na mesma direção. Dessa forma podemos dizer que estabelecer um projeto baseado na agricultura familiar sustentável não é apenas uma proposta política para o setor rural, ou para os assentamentos de

reforma agrária, porém, constitui-se numa necessidade, numa condição de fortalecimento da economia de um grande número de municípios brasileiros.

GORENDER (1994, p. 43), também corrobora das opiniões de VEIGA, ABRAMOVAY e GUANZIROLI (op. cit.), e afirma que uma reforma agrária no Brasil não pode deixar de considerar como prioridade a linha do desenvolvimento camponês. O que significa a distribuição da terra dos latifúndios sob forma familiar, para exploração familiar. Pois, com apoio creditício, técnico e comercial do Estado e desvencilhada da pressão latifundiária, ela tenderá a florescer e beneficiará a economia do país.

ABRAMOVAY (1997), acredita que dois motivos separa a agricultura familiar da reforma agrária. O primeiro deve-se ao fato de que os movimentos sociais não estão ainda situados nas regiões onde sua ação pode produzir os resultados sociais e econômicos mais significativos e o segundo provém do fato do Governo não ter ainda um compromisso verdadeiro de mudar a estrutura fundiária do país.

Os movimentos sociais, principalmente o MST, vêm na criação de cooperativas para a agro-industrialização nos assentamentos a única solução para os problemas dos assentados e a sua inserção no mercado. Esta solução não é uma estratégia errada, realmente serve como oportunidade de valorização dos produtos da agricultura familiar, porém esse modelo não obtém sucesso em todas as regiões do país, principalmente naquelas onde o trabalho é baseado nos moldes familiares. Pois, as CPA's⁴ adotam um modelo mais produtivista e empresarial, representando uma ruptura quase completa com as bases familiares.

A CPA é considerada uma empresa, na qual não existe uma "família" incorporada ao projeto, mas "indivíduos" possuidores de "quotas-partes"

(BERGAMASCO & NORDER, 1996b). Para a região Nordeste, por exemplo, isto não funciona, uma vez que os produtores familiares dessa região, assentados ou não-assentados, trabalham dentro de uma lógica típica da organização familiar - a solidariedade familiar - que impõe a circulação do trabalho e dos produtos apenas entre os parentes.

A política de reforma agrária governamental, por sua vez, tem por eixo apenas evitar tensões sociais. O Estado legaliza a desapropriação de terra, mas não investe nelas o capital necessário, dentro de um planejamento a longo prazo para o desenvolvimento dos assentamentos e dos assentados em termos de produção e produtividade agrícola.

Frente a esses dados, acreditamos que os movimentos sociais e as instituições representativas dos trabalhadores rurais como: MST, CPT/CNBB, FETAG/DNTR, CONTAG etc., só conseguirão alicerçar a construção de uma sociedade democrática em meio rural depois que enfrentarem os seguintes desafios:

- resgatar a agricultura familiar, pois ela já comprovou que não está estagnada e que pode ser produtiva;
- convencer a sociedade brasileira que a agricultura familiar pode ser um caminho para a articulação entre prosperidade econômica e distribuição de renda;
- forçar o governo a não só agilizar, mas aprofundar o processo de reforma agrária, dando condições para que a agricultura familiar

⁴ As CPA's foram implantadas como experiência de cooperação a partir de 1989, nos assentamentos

torne-se o eixo da política agrícola do país, acabando assim, com a contradição que o governo costuma fazer em termos de reforma agrária e o que anuncia em termos de agricultura familiar.

Fortalecida, a agricultura familiar servirá como objetivo estratégico para dar sentido econômico a uma reforma agrária sustentável: sua diretriz central será a reorganização produtiva tanto para os assentamentos, onde a produção baseia-se nos modelos das cooperativas agroindústrias, regiões Sul e Sudeste, quanto para os assentamentos localizados nas regiões periféricas, como os da região Nordeste.

1.3 O PROCESSO HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: ANTECEDENTES E ENTRAVES

Há 40 anos a reforma agrária estava no centro do debate nacional quando se discutia os rumos do desenvolvimento do país. De um lado a corrente estruturalista, organizada em torno das idéias difundidas pela CEPAL, que defendia sua essencialidade para o processo de desenvolvimento da agricultura e da indústria. De outro lado, os liberais, que defendiam justamente o oposto.

Porém, este debate só veio experimentar um significativo crescimento em 1986, quando do conflito de trabalhadores sem-terra com policiais em Eldorado dos Carajás, no Pará. O número de mortos no conflito e as precárias condições em que as crianças, velhos e mulheres se encontravam no acampamento na fazenda, mobilizou a mídia que, por sua vez, sensibilizou a opinião pública que, acabou indiretamente pressionando o governo.

Após esse conflito, o Governo Federal criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, e agilizou a criação de Projetos de Assentamentos (PA's) através da ação do INCRA.

Apesar da criação dos PA's, raros foram os momentos em que o Estado deixou de servir aos grandes proprietários. Percebemos isso claramente, quando nos deparamos com o fato de que mais do que um terço das famílias assentadas só conseguiram receber as suas terras após pressionarem o governo a aplicar a legislação agrária, através de invasões e ocupações de terras do Estado ou de particulares.

O problema da questão agrária no país ainda continua presente, uma vez que ainda existe um contingente considerável de pessoas lutando por um pedaço de terra, ou em busca de condições econômicas e sociais mais favoráveis para poderem manter o que demoraram tanto para conseguir.

Fazendo nossas as palavras de BERGAMASCO & NORDER (1996a, p. 74), podemos dizer então, que a questão da terra no Brasil, assim como em toda a América Latina está permeada pelas relações de força entre as classes sociais e que o Estado pode atuar como "*mediador*" entre elas, escolhendo sempre a quem vai servir.

Para VEIGA (1998b), o processo de reforma agrária brasileira ainda não aconteceu, para isso basta que examinemos os dados sobre qualquer reforma agrária realizada no país na época moderna:

"O primeiro mito era a crença de que haveria 'a reforma agrária dos 90'. Basta que se examinem os dados sobre qualquer reforma agrária realizada na época moderna para que se perceba quão absurdo é confundi-la com o programa de assentamento que tem sido possível por aqui. Em dois

anos, e sem gastar um tostão, os japoneses transferiram mais de um terço da área agrícola do país para 4 milhões de famílias. Aqui, a legislação nos obriga a pagar indenização de R\$ 385 milhões pela desapropriação de um latifúndio que não vale mais do que R\$ 25 milhões. Em tal circunstância, é preciso fazer das tripas coração para conseguir o precário assentamento de algumas dezenas de milhares de famílias por ano. Nem em conto da carochinha isso seria chamado de reforma agrária”.

Portanto, mesmo continuando ao ritmo atual (71.885 famílias assentadas por ano), serão necessários mais de 59 anos para que seja feita a reforma agrária no Brasil⁵. Isto desconsiderando o fato de que estão saindo da agricultura cerca de 40 a 50 mil famílias por ano (GRAZIANO DA SILVA⁶, citado por VEIGA, 1998a). LEITE (1998b) afirma que a área ocupada pelos assentamentos realizados até hoje no Brasil ainda é comparável à área concedida ao setor privado pelo governo apenas durante os anos 70.

Como podemos ver, a política de reforma agrária do Brasil, baseia-se exclusivamente nos *assentamentos*⁷, nos quais o Estado tenta transformar compensatoriamente trabalhadores sem terra em pequenos proprietários, reproduzindo minifúndios rurais. A lógica que subentende esse processo é que o acesso privado à pequena propriedade pelo agricultor, seria o principal fator de produção agropecuária.

⁵ Considerando a estimativa de demanda de assentamentos feita por GASQUES & CONCEIÇÃO (1998) a partir do Censo Agropecuário de 1996, menos os assentamentos realizados de 1996 a 1998, uma vez que o Censo tem como referência a data de 31-12-95.

⁶ GRAZIANO DA SILVA, José. *O Novo Rural Brasileiro* in: Shigeo Shiki, José Graziano da Silva e Antônio César Ortega (Orgs.) *Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*, Uberlândia: CNPq-FAPEMIG, 1997, p. 75-100.

⁷ CARVALHO, H. (1998, p. 04), define assentamento como “um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também pelos governos estaduais), com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária”.

Para o governo é como se apenas a posse da terra pudesse transformar excluídos em cidadãos, inserindo-os na sociedade. Este aspecto não seria errado, se a esses “cidadãos” fossem proporcionados plenas condições de tomar em suas mãos seu próprio destino. Pois, uma verdadeira reforma agrária é muito mais do que a instalação de um certo número de famílias em áreas improdutivas. É preciso destruir a estrutura de poder vigente, cujo latifúndio é apenas um dos aspectos, embora marcante, e substituí-la por outra. Só assim conseguiremos uma reforma agrária que provoque um efeito real no desenvolvimento do país.

Frente a esses dados, concordamos com MEDEIROS & LEITE (1997, p. 04), quando afirmam que o que de certa forma foi realizado até agora pelo governo foram medidas pontuais e localizadas, principalmente com a finalidade de resolver situações de conflitos sociais e atenuar a violência dos protestos no campo, que começaram a emergir a partir da primeira metade dos anos 80, e que vem se intensificando até os dias atuais.

1.4 DADOS DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTO NO BRASIL

No Brasil, segundo FERREIRA, B. (1994, p. 40), o Estatuto da Terra não tratou do assentamento de modo específico; só a partir do I PNRA, que a questão do assentamento passou a ser destacada através de uma das primeiras propostas específicas sobre a questão que aparece na publicação *Política de assentamento* MIRAD/INCRA (1987), que apresenta as razões da questão ter-se transformado em tema de preocupação central para a instituição.

Em 1985, o chamado I PNRA, na verdade o quarto plano, aprovado pelo Presidente da República, que devia vigor até o final de 1989, estabeleceu como

meta o assentamento de 1,4 milhão de famílias de trabalhadores com insuficiência ou sem terra, para os quais seriam requeridos 43 milhões de hectares. Entretanto, apenas 89.950 famílias, cerca de 6,4 % da meta estabelecida, nos projetos que se criaram nos 4,5 milhões de hectares, que foram obtidos via desapropriações e compra, isto é, 1,5% do previsto.

Em termos de ocupação, os assentamentos existem em todo o Brasil, mas as regiões Nordeste e Sul, são as que concentram o maior número de assentamentos, cada um agrupando em média, 10 a 100 famílias e com idades que variam de 15 anos a alguns meses. (GOHN, 1997)

De acordo com os dados do INCRA, apesar da meta em 1985 até 1989, não ter sido cumprida, o processo de desapropriação e assentamento acelerou no governo de Fernando Henrique Cardoso. De 01 de janeiro a 20 de dezembro de 1999, foram assentadas 85.327 famílias de produtores rurais, perfazendo um total de 372.866 famílias beneficiadas⁸ pela reforma agrária.

TABELA 01
FAMÍLIAS ASSENTADAS NO BRASIL, 1985 - 1999

ANO	FAMÍLIAS ASSENTADAS
1995	42.827
1996	61.674
1997	81.944
1998	101.094
1999	85.327
TOTAL	372.866

FONTE: INCRANET (dados de 1985 a 1999) in <http://www.incra.gov.br> e INCRA.

⁸ Famílias beneficiadas ou beneficiados, é a maneira como as políticas públicas tendem a tratar os assentados. Dessa forma, ao invés de serem vistos ou tratados como sujeitos de ações e demandas passam a ser visto e tratados como objetos de intervenção. (ANDRADE et al., Apud MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 13-14)

A desapropriação durante o governo de Fernando Henrique foi a principal forma de obtenção de terra para o assentamento de produtores rurais. De 1º de janeiro de 1995 a 17 de dezembro de 1999, foram desapropriados 8.785.114 (Tabela 02).

TABELA 02
HECTARES DESAPROPRIADOS NO BRASIL, 1985 - 1999

ANO	HECTARES DESAPROPRIADOS
1985/1989	4.191,147
1990/1993	2.775,282
1993/1994	1.086,546
1995/1998	7.321,270
1999	1.463,844
1995/1999	8.785,114

FONTE: INCRANET dados de 1985 a 1999 in <http://www.incra.gov.br> e INCRA.

Com relação a região Nordeste, já no I PNRA (1985), ela foi a segunda região a concentrar a maior parte dos assentamentos, 24.385, 27,1% do total do país. Nos últimos anos, os números tem aumentado num ritmo acelerado, parte desse aumento se deve também aos governos estaduais, que também promoveram nesse período assentamentos.

TABELA 03
ÁREAS DESAPROPRIADAS NA REGIÃO NORDESTE - 01/1980 A 05/2000

UF	Nº DE IMÓVEIS.	ÁREA (ha)	CAPACIDADE ASSENTAMENTO
AL	44	35.958,0039	3,464
BA	216	593.957,6693	17,400
CE	247	561.785,2733	13,702
MA	301	1.144.337,9712	36,247
PB	142	135.113,7014	6,800
PE	120	115.264,1528	8,965
PI	84	274.473,1211	12,041
RN	195	354.458,2213	13,502
SE	66	74.215,5053	2,767
TOTAL GERAL	1,415	3.289.553,6196	114,888

FONTE: INCRANET dados de 1985 a 2000 in <http://www.incra.gov.br>

Atualmente o número de imóveis desapropriados no país inteiro, segundo dados do INCRA é de 3.171, sendo que 1.415 se encontram na região Nordeste. Tendo os estados do Maranhão (301) e do Ceará (247) com o maior número de imóveis desapropriados e os estados de Alagoas (44) e o de Sergipe (66) detendo o menor número (Tabela 03).

Com relação a Paraíba (locus do nosso estudo), segundo dados estatísticos do Relatório do Levantamento Geral das Áreas de Reforma Agrária do INCRA (99/00), o número de assentamentos na região aumentou consideravelmente. Até 1985, apenas 73 imóveis haviam sido desapropriados, de 1985 até 1999, mas 69 imóveis foram desapropriados, perfazendo um total de 142 assentamentos. Com relação aos assentamentos promovidos pelo governo estadual, através do INTERPA, até 1995, somava um total de 26 assentamentos, em 1999, o número subiu para 39.

1.5 APRESENTAÇÃO DOS CONCEITOS UTILIZADOS

1.5.1 Definindo Sustentabilidade

As evidências empíricas acumuladas sobre os impactos negativos causados ao ambiente pelas ações humanas, tem colocado em questão as formas atuais de gestão das relações homem-natureza. Colocando em cena um debate social em torno dos conflitos ambientais, cuja etiologia está ligada a um complexo embricamento de fatores que configuram opções por estilos de desenvolvimento sócio-econômico historicamente dado (SACHS, 1986).

A complexidade desta temática, é considerada o embrião de uma nova estrutura teórica capaz de permitir a identificação dos fatores condicionantes, da dinâmica de evolução e das alternativas possíveis de confrontação política das

questões ambientais (VIEIRA & WEBER, 1997). Desta forma pode-se considerar que esta crise contemporânea sobre o meio ambiente é a síntese de uma crise decorrente do esgotamento de vários paradigmas de desenvolvimento experimentados desde o começo do século.

Para solucionar essa crise, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, que tornou-se mais difundido após a divulgação do Relatório de BRUNDTLAND, em 1987, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob o título *O Nosso Futuro Comum*. (REN, Banco Nordeste, 1999, p. 319)

Para PEARCE et al. (1990, in REN, 1999), o conceito de desenvolvimento sustentável como idéia já havia sido bastante trabalhado - bem antes do Relatório BRUNDTLAND - pelo documento produzido no grupo de trabalho conhecido como União pela Conservação da Natureza, e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1980.

Independente de quem criou e em que ano se estabeleceu, é fato constatado que o conceito de sustentabilidade e/ou de desenvolvimento sustentável, tornou-se o paradigma dos anos 90 e continua ainda nos dias atuais, a ganhar um interesse significativo entre cientistas sociais, administradores, economistas, planejadores, políticos, movimentos sociais e ambientais, constituindo-se em um conceito dinâmico, que segundo SACHS (op. cit.), pode adquirir 05 dimensões principais:

- a) **sustentabilidade social**, que busca o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento que conduza a uma distribuição mais equitativa da renda, assegurando uma melhoria dos direitos das

grandes massas da população e uma redução das atuais diferenças entre os níveis de vida daqueles que tem e daqueles que não tem;

- b) **sustentabilidade econômica**, possível através de inversões públicas e privadas e da alocação e do manejo eficiente dos recursos naturais;
- c) **sustentabilidade ecológica**, entendida como aumento da capacidade de suporte do planeta, mediante intensificação do uso do potencial de recursos disponíveis, compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial;
- d) **sustentabilidade geográfica**, buscando uma configuração urbano-rural mais equilibrada, evitando-se a concentração da população em áreas metropolitanas; ou assentamento humanos em ecossistemas frágeis.
- e) **sustentabilidade cultural**, possivelmente é a dimensão mais difícil de ser concretizada, em função da multiplicidade de vias de acesso à modernidade.

Para MARSHA HANZI⁹, desenvolvimento sustentável é o conjunto de atividades locais realizadas por grupos de pessoas de boa vontade, ética e moralmente orientadas, na reconstrução e conservação das estruturas e funções

⁹ Posição colocada no debate eletrônico sobre agricultura familiar, na lista do GIPAF em 25/05/2000.

ambientais mínimas para garantir o desenvolvimento da vida e sua diversidade, atendendo as necessidades essenciais para a vida humana e sua descendência com qualidade, ao nível global, sem quaisquer exclusões.

Portanto, para ela, não haverá nenhum desenvolvimento sustentável, por mais técnica e ecologicamente correto que o ser humano venha a atuar, se não houver antes uma reciclagem ética e moral do ser humano, passando do foco sobre o dinheiro a todo custo para a promoção da vida e sua diversidade, incluindo o relacionamento humano sadio.

Dessa forma, ela inverte o tripé da concepção do desenvolvimento sustentável, que antes era iniciado pelo econômico, social e depois o ecológico, e passa a por em evidência o aspecto social, seguido do ecológico e que na sua opinião resultaria automaticamente no econômico.

BUARQUE (1994, p. 11), por sua vez, afirma que a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, é o processo de mudança social de elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando no tempo, *o crescimento econômico, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social*, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre as gerações.

Como podemos ver, apesar de ser um conceito ainda em construção que abarca diversas posições de várias correntes do pensamento, existe um silogismo que envolve esse conceito que trata das relações entre sociedade e meio ambiente, isto é, a questão da *participação, da justiça social e do respeito ao meio ambiente*. Pois não existe sustentabilidade individual, e sim coletiva, tanto ao nível global como local.

Portanto, tomando como base a definição do que vem a ser sustentabilidade, consideramos que um assentamento é sustentável, quando as famílias através do acesso à políticas de infra estrutura básica e agrícolas, conseguem dispor dos meios de produção e de transformação social de maneira a lhes proporcionar a implementação de um sistema produtivo viável e o acesso a benefícios sociais que promovam a justiça social, o respeito ao meio ambiente e a cidadania.

1.5.2 Definindo Qualidade de Vida

Nos últimos anos, o tema da qualidade de vida, tem sido debatido e apresentado sobre diversas óticas. Está na literatura especializada, em “slogans” de prefeituras municipais, em plataformas políticas, em época de campanhas eleitorais e como meta dos projetos públicos, tanto para o setor urbano quanto para o setor rural. Em tudo se busca a qualidade de vida, é o novo ideal da contemporaneidade.

Porém, como afirma BUARQUE, C. (1993, p. 158), apesar de ultimamente ser tão divulgado, esse conceito é antigo, e se constitui em uma busca utópica do ser humano; melhorar a qualidade de vida, significaria viver melhor, tanto no sentido objetivo quanto no subjetivo do ser.

Para SOUSA (1984, p. 15), a qualidade de vida, seja à qual realidade estiver orientada, é uma “questão complexa e multifacetada”, pois abrange *“tanto a distribuição dos bens de cidadania – os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais – quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e, nem por isso, menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social”*.

Dessa forma, podemos dizer que não é possível existir um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, principalmente quando nos referimos à dimensão subjetiva do tema, pois o que pode ser qualidade de vida para alguns, necessariamente não será para outros. Entretanto, é possível fornecer elementos para pensar na qualidade de vida enquanto fruto de indicadores objetivos (sociais) e selecionar alguns indicadores subjetivos, a partir da percepção que os grupos estudados constroem e percebem seu viver cotidiano.

Fora o problema da dimensão subjetiva, ao trabalharmos com o tema “qualidade de vida” temos que nos preocupar também com as armadilhas que a sociedade moderna impõe como fatores de satisfação e bem estar social, isto é, temos que ter como afirma BUARQUE, C. (op. cit.) um outro olhar, pois apesar de ser um conceito antigo, a qualidade de vida tem sido recentemente associada à capacidade de consumo: quanto mais bens materiais o ser humano possuir, mas o seu padrão de vida tende a melhorar e por conseguinte sua qualidade de vida.

Segundo BUARQUE, C. (op. cit.), o consumo de massa passou a ser símbolo da utopia, e padrão de medição de qualidade de vida: no capitalismo, produzido e distribuído pelas leis de mercado; no socialismo, graças à intervenção do Estado.

Assim, o que importa não é a valorização da conquista do uso dos bens e equipamentos que simbolizam a modernidade, (de que maneira os novos equipamentos trouxeram ou podem trazer soluções para eliminar os problemas sociais – fome, violência, ignorância, etc.), porém como conseguir cada vez mais consumir as tecnologias de última geração, pois o avanço tecnológico, ao invés de reduzir, tem criado necessidades.

Para BUARQUE C. (op. cit.), essa percepção de que o progresso econômico serve de base para a qualidade de vida pelo consumo, passa a funcionar como um fator ameaçador para a sociedade e impede a construção da qualidade de vida, pois, o avanço técnico, em vez de reduzir, tem criado desigualdades e necessidades¹⁰ entre os homens e ameaçado o futuro pelas novas armas e pela degradação ambiental.

Apesar de apresentar um quadro de descrença, BUARQUE C. (op. cit.) acredita que não podemos desprezar por completo a democratização do acesso à bens e consumo que a modernidade impôs para um número cada vez maior de pessoas. Pois, as conseqüências advindas da sociedade de consumo – crescimento econômico limitado, aumento do *apartheid* social, a ruína do socialismo etc. - impediram a construção da qualidade de vida enquanto seu significado utópico – todos desejando e conseguindo o acesso aos equipamentos que simbolizam a melhoria na qualidade de vida – mas possibilitaram a discussão de uma busca de qualidade de vida real e possível.

No caso do Brasil, ele afirma que o primeiro passo é modernizar o conceito de qualidade de vida e, em conseqüência, o rumo da sociedade. Pois, aqui o processo de modernização criou uma hierarquia pela qual a técnica passou a ser objetivo central que definia a qualidade de vida e a racionalidade econômica, desse modo os objetivos sociais ficaram secundários; e os valores éticos foram abandonados.

Então, a solução está em subverter esta hierarquia, e fazer uma radical descentralização das atividades econômica e cultural, um respeito à diversidade e

¹⁰ Necessidade categoria social, embora seja sempre individual. As necessidades transitam entre carências e desejos. Os desejos são individualizados e podem permanecer no inconsciente do

uma distribuição do bem estar econômico. Tendo como pontos centrais, a eficiência econômica e a democracia.

Assim podemos dizer que os três eixos principais do entendimento do que vem a ser qualidade de vida dizem respeito:

- 1° a questão da satisfação e o acesso aos bens básicos – educação, transporte, acesso ao emprego produtivo, alimentação, saneamento básico, serviço de saúde, etc.;
- 2° ao acesso aos bens fundamentais para a complementação da vida dos indivíduos como – cultura, lazer, relações afetivas plenas, relações familiares fundamentais, relação com a natureza, com o trabalho.;
- 3° ao acesso aos bens ético-políticos – informações que dizem respeito à vida do cidadão, colocadas de forma clara e objetiva, participação política na gestão local, cidadania, etc.

A inter-relação de todos esses fatores é um aspecto interessante, pois o homem como entidade biológica é membro de uma só espécie e suas necessidades físico-químicas e biológicas variam relativamente pouco entre os diferentes grupos e sociedades. Por sua vez, os componentes econômicos, sociais e culturais mais importantes do ambiente podem variar amplamente entre os diferentes grupos humanos e organizações sociais. Os diversos sistemas humanos percebem

indivíduo, por isso não podem ser totalmente verbalizados, já as carências são abstrações e descrevem

diferentemente e atribuem valores distintos aos muitos aspectos específicos e presentes no ambiente. (GALLOPÍN citado por BARBOSA, 1998, p. 408).

Dai, a importância dos pesquisadores em valorizar a forma como os grupos estudados constroem e percebem o seu viver cotidiano, pois, por ser um tema complexo e multifacetado, para cada situação estudada, deve existir uma definição para o que vem a ser qualidade de vida.

CAPITULO II

"... quando um sertanejo nasce/E o mundo ouve o seu choro/Deus vigia lá de cima/E os anjos fazem cômico/Pois nasceu um cabra macho/E a terra é o seu maior tesouro/ Ele cresce nas caatingas/Toma banho nos barreiros/Joga pedra em passarinho/Vai caçar com os companheiro/E cedo vai pra roça/Que o trabalho vem primeiro..."

(O dia em que o canal secou e o povo se organizou para aprender irrigar/ Marly Serejo)

2. ASPECTOS FÍSICOS-CLIMÁTICOS, SOCIAIS E OS IMPACTOS DA SECA E DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO.

2.1 CARACTERÍSTICAS EDAFOCLIMÁTICAS DO NORDESTE SEMI-ÁRIDO

A referência ao Nordeste brasileiro conduz sempre à associação imediata com seca, latifúndios, pobreza, fome, miséria, migração, morte, etc., como se toda a região fosse, enfim, semi-árida e como se sua porção semi-árida também fosse homogênea. Entretanto, essa macroregião apresenta ampla diversificação ambiental, onde são encontrados espaços distintos, com características diferentes no que diz respeito a solo, relevo, vegetação, clima, potencial hídrico disponível, sistemas agrários e de produção.

O Nordeste brasileiro possui 1.651.126 Km². O zoneamento agroecológico dividiu esta região em 172 unidades geoambientais (UG), estendendo-se dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas,

Sergipe, Bahia e a região setentrional do estado de Minas Gerais, vértice meridional do Polígono das Secas e a ilha de Fernando de Noronha.

A porção semi-árida da região Nordeste ou sertão nordestino atinge uma superfície de 900.485 Km², integrada por 892 municípios e uma população de 17.847.287 habitantes; é caracterizada mais pela irregularidade de distribuição da chuva do que por sua escassez. (Disciplinamento estabelecido na Resolução nº10.929/94, do Conselho Deliberativo da SUDENE)

Apesar da sua heterogeneidade, ainda é possível indicar algumas características gerais que podem ser consideradas predominantes na região semi-árida do Nordeste, especialmente se não levarmos em consideração as áreas onde os “relevos montanhosos” (Serra do Baturité – CE, Serra dos Martins – RN, Triunfo – PE, Brejo das Freiras – PB, dentre outras) e/ou hidrogeológicas especiais (entre as quais Serra do Araripe, Ibiapaba etc.) produzem uma variedade de condições edafoclimáticas, de tal forma que configuram um arquipélago de zonas úmidas ou brejos dentro de um contexto semi-árido (REBOUÇAS, 1997, p. 34).

Com relação às características de clima e solo, a região semi-árida nordestina apresenta características semelhantes às de outras regiões semi-áridas do mundo¹¹: secas periódicas e cheias freqüentes dos rios intermitentes, solos arenosos, rasos, salinos e pobres em nutrientes essenciais ao desenvolvimento das plantas. (REBOUÇAS, op.cit., p. 133). Os níveis de pluviosidade na região variam entre 300

¹¹ As regiões áridas e semi-áridas representam 55% das terras a nível mundial, correspondendo a 2/3 da superfície total de 150 países. (PORTO et. ali., *Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido Brasileiro – Um estudo de caso*, Aderaldo de Souza (Coord.). EMBRAPA, Petrolina, 13 de janeiro 1992.

e 800 mm/ano. Em algumas áreas, no entanto, como Cabaceiras – PB e o Raso da Catarina – BA, as médias chegam a ser inferiores a 250 mm/ano¹².

Quanto ao regime de chuvas, observa-se a existência de duas estações bem definidas: uma chuvosa, compreendendo os meses de fevereiro a junho, e outra, mais comprida, seca que correspondente ao “verão”. Tudo corre normalmente, com uma estação de fartura e outra de privações, se não advém a seca. Esta surge quando, com o verão, não vem as chuvas. (ANDRADE, 1986, p. 45)

Em virtude dessa irregularidade pluviométrica, não se pode tomar unicamente a pluviosidade como elemento para se analisar um “ano de seca”. Pois, as chuvas podem se concentrar num único mês ou tardarem a acontecer, pode em alguns lugares registrar baixos índices, enquanto em outros, apresentar registros mais abundantes. Essa variabilidade ocasiona efeitos negativos na produção agrícola, principalmente para os pequenos agricultores familiares.

A insolação média na região é muito elevada: 2.800 h/ano; em alguns lugares, chega a alcançar 3.000 h/ano. A energia do sol durante a maior parte do ano traz algumas vantagens e desvantagens. Em termos de produção agrícola, algumas culturas são mais favorecidas pelo calor do sol; outra vantagem seria para o aproveitamento na geração de energia. A desvantagem é que essa energia solar é responsável pela elevada evaporação dos rios, açudes, barragens etc., (cerca de 2.000 mm/ano), o que provoca junto com as baixas precipitações pluviométricas, um acentuado déficit hídrico.

Devido a sua constituição geológica, uma parcela significativa do semi-árido não é propícia a formação de lençóis freáticos¹³ com boa qualidade de

¹² Segundo MELO (1996, p. 16), estes níveis de pluviosidade definiriam dois domínios climáticos diferenciados na região: o semi-árido, em que as precipitações médias variam de 150 a 500 mm/ano e o sub-úmido seco, em que as precipitações variam de 500 a 800 mm/ano.

água. A maior parte da água precipitada é imediatamente drenada, caracterizando bem o regime de cheias e secas de grande parte dos rios da região, pois secam durante o período em que as chuvas param de cair e enchem nos períodos de chuva.

2.1.1 Características Edafoclimáticas do Semi-Árido Paraibano

O semi-árido paraibano apresenta em linhas gerais, as mesmas características edafoclimáticas do semi-árido nordestino, tipificado pela escassez de chuvas, com precipitações pluviométricas distribuídas irregularmente durante o ano, variando de 300 a 1.000 mm. Os solos são de rochas cristalinas¹⁴, pobres (rasos e pedregosos), a drenagem exorréica é formada por rios intermitentes, alguns dos quais perenizados por açudes de diferentes portes.

O clima é quente e seco: registram-se altas médias mensais de temperatura (25° C e 30° C), altas taxas de evaporação que junto com as baixas pluviosidades, interferem de forma significativa, nos componentes hídricos locais, condicionando a presença de uma vegetação marcadamente xerófito, como a caatinga¹⁵, de solos secos e de drenagem intermitente.

O substrato geológico é rico, por isso que em algumas áreas, como na Mesorregião da Borborema, encontramos alta potencialidade de recursos minerais metálicos e não metálicos, como: calcário e bentonita.

Ao optarmos pelo semi-árido como locus do nosso estudo da sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária, não tivemos como pretensão

¹³ Lençóis freáticos – lençóis de águas subterrâneas.

¹⁴ A água que cai no solo não é filtrada, escoar e, como são inclinados, escoar rapidamente. Só ficam na região aquelas águas que encontram fendas no cristalino, formando bolsões de água subterrânea. Grande parte dessa água é salobra. (ANDRADE, 1994, p. 96)

apenas ressaltar as inter-relações existentes entre meio ambiente e desenvolvimento sócio-econômico. Contudo, como não podemos negar que os problemas ocasionados pela seca também estão associados às características naturais, consideramos importante apresentarmos aqui de forma sintética a delimitação dos aspectos físico-naturais da região.

2.2 A REGIÃO NORDESTE E SUAS SECAS HISTÓRICAS

O Nordeste¹⁶ é em grande medida filho das secas, produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos produzidos a respeito desse fenômeno desde que a grande seca de 1877 veio colocá-lo como problema mais importante desta área. Foi a seca que chamou a atenção dos veículos de comunicação especialmente os jornais do Sul do país, para a existência do Norte e de seus “problemas”. (ALBUQUERQUE Jr., 1999, p. 68)

De acordo com ANDRADE (1994), os nordestinos esperam uma seca a cada dez anos e isto começou desde o período colonial. No século XVI, Frei Vicente Salvador já registrava uma migração enorme de índios para a costa, fugindo da seca. Nos fins do século XVII, o Ceará tinha uma próspera indústria de carne, que foi destruída por causa de uma seca que durou três anos - 1789 a 1792.

A seca tornou-se o tema central no discurso dos representantes políticos, transformando todas as demais questões da região como problemas ocasionados pela seca. As manifestações de descontentamento dos dominados como

¹⁵ Existem vários tipos de caatinga, dependendo das características de relevo, dos solos e das condições climáticas locais. Podemos encontrar a arbórea (nas serras), a arbustiva densa (a caatinga hipoxerófila), a arbustiva aberta e a caatinga aberta com tapetes de gramíneas.

¹⁶ O termo Nordeste foi usado inicialmente para designar a área de atuação da IFOCS, criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão merecedora de especial atenção. (ALBUQUERQUE Jr., op.cit.)

o banditismo, os movimentos messiânicos e o atraso econômico e social da área, são atribuídos à seca. Para a maioria dos sulistas a imagem do Norte¹⁷ era aquela trazida pelos jornais sobre o “flagelo” e as vítimas das secas. (ALBUQUERQUE Jr., op.cit., p. 58)

No século XX, apesar de toda evolução tecnológica, o problema continuou; novas secas ocorreram, mas não houve uma preocupação em adaptar a ocupação do território às exigências do clima. A “Indústria da Seca¹⁸” apenas aperfeiçoou o seu esquema de arrecadação de recursos para continuar a espalhar soluções paliativas. A seca chega, e as energias se voltam para providenciar carros pipas, cestas básicas e frentes de emergência; quando ela vai embora, as atenções voltam para outras coisas.

Em pleno século XXI, o discurso da seca ainda continua sendo utilizado para instaurar práticas políticas e econômicas que beneficiam uma parcela ínfima da população, como grandes produtores, comerciantes das cidades, criadores de gado etc., uma verdadeira “elite regional”.

Ao desnudar um quadro de pobreza crônica e de fragilidade econômica, a seca não define a priori as condições de contínua emergência social vivenciadas pela maioria da sua população rural, apenas agudiza uma fragilidade já existente, pois, mesmo nos períodos considerados bons (anos de chuva), essa população não consegue safras suficientes para as necessidades de suas famílias,

¹⁷ A separação Norte e Nordeste, só começa a ser processada em 1920, quando começa a surgir nos discursos a separação entre a área amazônica e a área “ocidental” do Norte, provocada principalmente pela preocupação com a migração de “nordestinos” para a extração da borracha e o perigo que isto acarretaria para o suprimento de trabalhadores para as lavouras tradicionais do Nordeste. (ALBUQUERQUE Jr., op.cit.)

¹⁸ A indústria da seca é o desvirtuamento do uso de recursos aplicados pelos Governos Federal e Estaduais no Nordeste, durante as secas. Constitui-se num arranjo de certos segmentos das classes dominantes, que se beneficiam indevidamente dos subsídios e vantagens oferecidos pelo governo às populações atingidas, como também da fragilidade da população que passa a viver na dependência dos favores dessa elite, dando em troca a lealdade em serviços ou nas eleições.

consequentemente não consegue dispor de reservas de produtos e capitais para enfrentar os períodos ruins (anos de seca parcial ou total).

O meio ambiente é frágil, a maioria da população rural é vulnerável e continua a mercê de políticas assistencialistas, sob a forma de programas emergenciais de combate à seca como: as frentes produtivas de trabalho¹⁹, distribuição de cestas básicas, etc., que apenas evitam a mortalidade ou o êxodo em massa da população atingida, mas não conseguem acabar com o monopólio da terra e da água da “Indústria da Seca”.

Entretanto, se os arranjos de certos segmentos das classes dominantes, que se beneficiam dos problemas ocasionados pela seca, forem quebrados, é possível vislumbrar alternativas para o enfrentamento dos problemas da região semi-árida nordestina. Alternativas essas apoiadas no desenvolvimento sustentável centradas em ações locais, mas integradas ao desenvolvimento regional e nacional. Pois um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o incorpora como parte integrante.

De acordo com BACELAR (1996), a implantação de alternativas sustentáveis não é uma tarefa fácil, pois apesar de sabermos da importância do desenvolvimento local sustentável para a região semi-árida nordestina, não temos propostas novas, nem o Governo Federal, do jeito que opera hoje, é capaz de fazer essa proposta, até porque na realidade, ele não pensa na região como um todo, pensa apenas em focos competitivos como: as áreas irrigadas e o litoral para realizar turismo.

¹⁹ O número de vagas disponíveis para o Programa é sempre limitado; foi assim na seca de 1993/94 e na de 1998/99; só foi permitido a participação de um membro para cada família de seis membros, o que deixou de fora um número significativo de flagelados. Na seca de 1998/1999, a família que tivesse um membro aposentado, independentemente do número de pessoas que tivesse em casa, não

Sem dúvida, a agricultura intensiva com base em sistemas de irrigação acaba gestando novos pólos dinâmicos de desenvolvimento local, pois amplia o número da população ocupada na agricultura, ao mesmo tempo que amplia as atividades não agrícolas, principalmente através das agroindústrias e nas atividades não agrícolas, como na área de serviços.

No entanto, existem dois problemas a ser considerados, o primeiro, é que nem todas as unidades produtivas da região semi-árida podem fazer uso dos sistemas de irrigação, seja por falta de recursos financeiros e/ou por falta de recursos hídricos e o segundo não podemos esquecer das graves conseqüências ambientais, provocados por esse sistema, que ao exigir uma intensificação do uso dos solos, dos recursos hídricos e a utilização de insumos industriais, pode provocar além da salinização, a exaustão da fertilidade dos solos e escassez dos recursos hídricos²⁰.

Os dados acima nos permitem afirmar que o resgate econômico e social da população nordestina só acontecerá, quando for instaurada na região uma política de desenvolvimento que leve em conta a interação dos fatores naturais e sociais, bem como as diferenças naturais e econômicas das suas diferentes zonas geoeconômicas, fazendo com que a seca seja vista apenas como uma parte normal do clima e não como um evento extremo, um desastre, uma calamidade.

tinha direito de participar do programa. Por uma jornada de três dias por semana, os trabalhadores recebiam em média meio salário mínimo.

²⁰ Sobre os efeitos da irrigação no meio ambiente, ver FREITAS, K.G. *Agricultura Irrigada e (des) construção de territórios: o caso de São Gonçalo*, Souza, PB. Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional, UFPB, Campina Grande, 1999.

2.3 A FORMA DE OCUPAÇÃO DA TERRA NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO: DA CONQUISTA DO TERRITÓRIO AO INÍCIO DO SÉCULO XXI

No semi-árido nordestino, chamado de sertão, o processo de distribuição de terras obedeceu as mesmas regras da zona da mata, mudando apenas o tipo de produção, enquanto na zona da mata as terras foram destinadas à produção da cana de açúcar, no semi-árido as terras foram destinadas à expansão da pecuária²¹ feita de forma ultra-extensiva em campo aberto, à custa da destruição das nações indígenas.

Além da atividade econômica diferente, existia também uma diferença entre as unidades produtoras, isto é, entre as fazendas do sertão e os engenhos da zona da mata. O engenho não era apenas o local de fabrico do açúcar, constituía uma verdadeira fortaleza, com sua casa-grande, senzala, casa do engenho e capela, onde moravam o senhor e seus escravos. As terras eram formadas por canaviais, pastagens e áreas destinadas ao cultivo de alimentos, transformando o engenho numa unidade produtora autônoma e forte.

As fazendas do sertão assumiam outras características. A maioria dos donos de fazenda morava nas capitais – Olinda e Salvador. Os vaqueiros, muitas vezes escravos e posseiros que, não dispoendo de prestígio nem habilidades necessárias para conseguir concessões de terras por meios palacianos, eram os verdadeiros ocupantes da terra. (ANDRADE, 1986)

A falta de alimentos na zona da mata, devido ao caráter extensivo da agricultura canavieira, proporcionou o deslocamento para os sertões de uma massa de famintos, “homens livres na ordem escravocrata”, vivendo em situação de

penúria. Para VINHAS (1992, p. 45-46), já que os escravos eram destinados à cultura do açúcar de onde se originavam os maiores lucros, a pecuária no semi-árido nordestino abria espaço para o “trabalho livre”.

Incapazes de controlar diretamente as grandes áreas, os fazendeiros passaram a permitir em suas propriedades a presença de trabalhadores livres, incorporando-os como posseiros, arrendatários e/ou parceiros²², usufruindo da renda que estes lhes propiciavam. Reconhecendo o domínio da terra aos senhores nas capitanias, estes trabalhadores tornavam-se seus foreiros e estabeleciam-se com o curral e as reses no que chamavam de sítio, cujo tamanho geralmente era de 1 légua em quadro, pagando anualmente o foro.

Na zona da mata a agricultura de subsistência ficou cada vez mais marginalizada e um contingente de homens livres migraram para o semi-árido, a agricultura nessa área. No entanto, de acordo com ANDRADE (1986), a agricultura nessa área não foi a atividade principal; desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos “currais”, estabelecida nos locais úmidos (leitos de rios e lagoas secas), destinada à produção de mandioca, milho, feijão, etc., produzidos basicamente para o abastecimento local. As áreas agrícolas constituíam, apenas pequenas manchas, ilhas isoladas na vastidão da caatinga.

No século XVII, com a decadência dos engenhos de açúcar, o Nordeste agrário não açucareiro começa a ser redefinido com a entrada do algodão. Sendo o Semi-Árido propício à produção dessa cultura (algodão de fibra longa, mocó

²¹ O gado possibilitou o povoamento do Sertão de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Maranhão.

²² Vale ressaltar que as relações estabelecidas entre os fazendeiros e seus arrendatários desenvolveram-se numa forma de semi-servidão, próxima à do modo de produção feudal. As marcas desta forma de organização econômica evoluíram na região no decorrer dos tempos para o binômio coronel/apadrinhados. (Ver LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: ALFA - OMEGA, 1975)

ou seridó), o poder político e econômico, que antes pertencia ao litoral, se transfere para o sertão.

O Nordeste do algodão-pecuária substitui a hegemonia do Nordeste açucareiro; entretanto, a estrutura agrária na qual se assentam essas atividades não apresentou diferenças fundamentais com relação à atividade açucareira. A estrutura fundiária típica do latifúndio, onde uma minoria de grandes proprietários concentra em suas mãos a maior parte das terras, deixando à massa da população uma reduzida sobra, continuou a mesma; apenas a imagem do Nordeste mudou: antes baseada nos barões do açúcar, foi substituída pela imagem dos latifúndios do sertão, dos coronéis; imagem, conforme OLIVEIRA (1993, p. 35), rústica, pobre, contrastando com a dos salões e saraus do Nordeste açucareiro.

As relações de trabalho, assim como se deu na pecuária, baseavam-se no “clientelismo”. Brancos pobres livres e ex-escravos constituíam a grande massa de agricultores que recebiam um sítio, para o cultivo do algodão e da agricultura de subsistência. No período seco, após a colheita entregavam as terras cultivadas ao proprietário, a fim de que usasse o restolho da plantação para alimentar o gado. O algodão era vendido ao proprietário da terra por preço estabelecido por este. Esses parceiros ou rendeiros, formavam uma ‘clientela’ de dependentes dos proprietários, cujas ordens deveriam respeitar cegamente. Quando haviam lutas entre proprietários, eles formavam a sua milícia privada. (ANDRADE, 1989, p. 16)

O algodão, que constituiu durante mais de um século o único produto comercial, do Nordeste Semi-Árido, entrou em crise no início da década de 80, devido a praga do bicudo, que varreu praticamente a produção dessa área, fazendo surgir na região uma outra possibilidade de desenvolvimento econômico, ligada agora aos perímetro irrigados e destinada à produção de fruticultura - manga, uva,

goiaba, maçã, melão e legumes, especialmente o tomate – que aparecem como experiências agrícolas bem sucedidas, vinculadas a uma agroindústria em desenvolvimento e ao mercado externo.

Apesar das “políticas estratégicas”, apoiadas em projetos hidroelétricos e sistemas “fantásticos” de irrigação, terem transformado parte do semi-árido nordestino num vale para a produção de frutas e legumes com vínculos fortes com o mercado internacional e setores “nobres” do mercado nacional, os projetos de irrigação, como explicita ANDRADE (1994, p. 51), não vêm beneficiando predominantemente os agricultores pobres que exploram a terra por métodos rotineiros como “posseiros” e “meeiros”.

Isso ocorreu, por que os projetos de combate à seca instalados na região como o PROHIDRO, Projeto Sertanejo, Projeto Canaã e Projeto Nordeste, apesar de colocarem a difusão de métodos alternativos de irrigação em pauta, não realizaram modificações no sistema fundiário nem estimularam de fato o pequeno produtor, em particular a produção de alimentos.

Para MOREIRA & TARGINO (1997a, p. 207-208), esses projetos tinham como objetivo apenas a acumulação da água, mediante a construção de açudes, em propriedades particulares, propiciando a permanência das oligarquias rurais que sempre acumularam riqueza à custa do discurso da seca e da dependência dos trabalhadores rurais.

Como podemos ver, tanto a modernização da agricultura, que proporcionou uma mudança nas relações técnicas de produção²³, quanto os projetos

²³ Comparados com outros estados, a Paraíba apresentou baixos índices de tecnificação na agricultura (utilização de tratores, insumos, etc.) tanto em 1970 quanto em 1980, além disso, esse processo foi disseminado de maneira diferente entre as suas diferentes zonas geoeconômicas. Contudo, não podemos negar a sua influência na expropriação e exploração dos produtores familiares e trabalhadores rurais assalariados da região.

de irrigação, serviram apenas para aumentar o processo de concentração fundiária na região, pois possibilitaram a incorporação das pequenas pelas médias e grandes unidades de produção²⁴, diminuindo o acesso à terra através do arrendamento e de outros arranjos institucionais.

2.4 SECA, CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO RURAL NORDESTINA

Ao se estudar a estrutura fundiária e a questão das secas no Nordeste Semi-Árido, temos que ter em mente que os problemas da região não se resumem apenas na distribuição desigual da terra e na questão das estiagens prolongadas, fatores que reduzem as possibilidades dos pequenos proprietários em assegurar a sobrevivência da família, mas que não são os únicos responsáveis pela pobreza e atraso da região.

A seca funciona como um fator de agravamento da questão fundiária. Por sua vez a questão fundiária provoca o aguçamento dos problemas sociais, políticos e econômicos da região. Ambos os fatores são apenas uma face do problema e chamam a nossa atenção para a necessidade de democratização da propriedade fundiária bem como de medidas técnicas que propiciem aos pequenos produtores, mesmo nos períodos de longas estiagens, a oportunidade de explorar a cultura da terra, mediante a sua força de trabalho e a da sua família.

A permanência de altos índices de concentração fundiária na região semi-árida nordestina faz com que a Reforma Agrária permaneça na ordem do dia. Embora, o discurso conservador tente negar a importância e a necessidade da

²⁴ A utilização dos recursos do PIN e do PROTERRA para a aquisição de terra, o direito da aposentadoria aos trabalhadores rurais, a intensa migração dos jovens, as estiagens constantes na

reformulação da estrutura fundiária na região, afirmando ser esse um tema superado, não podemos negar que a economia agrícola subordinada ao latifúndio, que tem se beneficiado durante séculos das políticas agrícolas errôneas do país, acrescida aos aspectos desfavoráveis das condições físico-climáticas etc., se constituem em um empecilho para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

Portanto, a explicação da pobreza e do atraso da região, não pode se esquivar da compreensão da seca enquanto fenômeno social que tem como base a concentração fundiária. Por isso tentaremos estabelecer aqui essa conexão, fazendo uso também do conceito de vulnerabilidade.

O conceito de vulnerabilidade pode ser objeto de diferentes interpretações, pois é construído a partir de encontros e desencontros de múltiplos atores sociais, de racionalidades e de interesses e lógicas diversas. Por isso, as definições conceituais e operacionais que se retirem deste conceito terá sempre um conjunto de limitações e condicionamentos.

Partindo desse princípio, podemos dizer que ser vulnerável à um fenômeno natural ou produzido pelo homem é ser susceptível à sofrer danos ou ter dificuldades de se recuperar facilmente dele. A vulnerabilidade não é homogênea, mas é uma condição social que se expressa diferentemente em diferentes segmentos populacionais.

WILCHES-CHAUX (1993, p. 23) trabalha a vulnerabilidade como um sistema dinâmico, resultado da interação de uma série de fatores e características (internas e externas), que convergem em uma comunidade particular e que ele chama de "vulnerabilidade global". A vulnerabilidade poderia assim ser então subdividida

região etc., contribuiu para a venda dos pequenos lotes aos grandes e médios proprietários, aumentando assim a concentração fundiária do semi-árido paraibano. (idem, p. 179)

em: natural, física, econômica, social, política, técnica, ideológica, cultural, educativa e institucional.

Desta forma, ao planificar ações de combate à vulnerabilidade das populações (urbanas ou rurais) a determinado fenômeno, é preciso antes de tudo estabelecer parâmetros através dos quais se consiga propostas consistentes, convincentes e capazes de serem executados de maneira coerente e de acordo com as reais necessidades e condições da população atingida. Pois, há diferentes graus de vulnerabilidade entre populações diversas submetidas à um mesmo fenômeno.

Assim sendo, numa mesma região podemos encontrar pessoas submetidas à mesma ameaça, e constatarmos resultados diferentes; é o que acontece por exemplo no Nordeste Semi-Árido.

A principal atividade econômica dos pequenos agricultores do semi-árido nordestino se assenta sobre a terra; o fato de não serem proprietários ou de possuírem pouca terra, obriga-os à estabelecer determinadas relações com os grandes proprietários que assentam seu predomínio na base da pobreza e estagnação típicas da região. As longas estiagens só fazem agudizar ainda mais essa situação de fragilidade, daí porque esse segmento se torna vulnerável ao fenômeno da seca.

Para os grandes proprietários da região, um longo período de seca, pode representar no máximo uma interrupção no processo de acumulação; no pior dos casos, um retrocesso; mas nunca a possibilidade de perda total, de ruína. As condições físico-climáticas da região não fragilizam totalmente esse segmento.

Observando a situação desses dois segmentos da população rural nordestina frente à seca, confirmamos então as nossas observações:

- 1° a seca não pode ser usada como causa de fundo principal da vulnerabilidade da maioria da população do semi-árido;
- 2° para diminuir ou eliminar a vulnerabilidade da população rural do semi-árido, é preciso prestar atenção no caráter heterogêneo dessa categoria, pois só assim será possível estabelecer propostas capazes de serem executadas de acordo com as reais necessidades e condições da população atingida;
- 3° frente à concentração fundiária e ao fenômeno da seca, o recurso mais importante para o desenvolvimento da agricultura familiar, seria primeiro a própria terra²⁵, questão eminentemente histórica e estrutural no contexto rural nordestino.

Não resta dúvida que o contexto fundiário nordestino ainda se constitui num impasse estrutural para qualquer processo sério de desenvolvimento da agricultura familiar, pois assim como a questão da seca, ainda é um problema a ser superado. Contudo, não podemos omitir os processos sociais, econômicos, culturais e políticos que em conjunto com a concentração fundiária e os problemas físico climáticos, são responsáveis pela conformação das condições inseguras da região.

Dessa forma, apresentaremos nos capítulos seguintes, a partir das experiências das famílias dos assentamentos Quandú e Bela Vista, como o contexto fundiário em conjunto com as pressões sociais, econômicas, culturais e políticas

²⁵ Vale salientar que a importância da terra não se refere apenas ao fato de possuí-la, mas a questão do tamanho e da sua qualidade, fatores que possibilitam ao produtor familiar a motivação para investimento, a autonomia e um retorno garantido da produção.

podem constituir-se num impasse para o futuro dos assentamentos estudados, bem como para a grande maioria dos pequenos agricultores da região, que não possuem terras próprias ou são minifundiários.

Acreditamos, que estes e outros aspectos, além de não invalidar as argumentações desenvolvidas aqui, sobre a concentração fundiária e a questão da seca, poderão contribuir para a complementação e o entendimento do quadro de condições inseguras que produzem a vulnerabilidade dos produtores familiares, ao mesmo tempo que poderá fornecer elementos para reverter essa situação.

CAPÍTULO III

*“Tem fazenda e fazenda que é grande
perfeitamente/Sobe serra desce serra/Salta muita
água corrente/Sem lavoura e sem ninguém/O dono
mora ausente/Lá só tem um caçambeiro/Tira onda de
valente/Isso é uma grande barreira/que está em nossa
frente/Tem muita gente sem terra/E tem muita terra
sem gente”*

*(“Espelho da realidade”, Cartos dos Lavradores de Goiás,
Goiânia, 1979, p. 15)*

3. ASPECTOS FÍSICOS E FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO ASSENTAMENTO QUANDÚ

3.1 A ÁREA FÍSICA DO IMÓVEL QUANDÚ E SUA POPULAÇÃO

O assentamento Quandú ocupa uma área de 1.408.7033 hectares e está localizado na divisa entre os municípios de Barra de Santa Rosa e Cuité, na microrregião do Curimataú Ocidental paraibano. A maior parte das terras da propriedade situam-se em Barra de Santa Rosa e apresenta topografia que varia de suave ondulada a ondulada, destacando-se em seu interior um trecho de brejo de altitude correspondente à Serra do Bom Bocadinho.

A região é marcada fundamentalmente por características semi-áridas²⁶ em seus aspectos ambientais como: solo, pluviosidade, vegetação, clima, etc. Os solos dominantes são os brunos não cálcios e os litólicos eutróficos. Já na região serrana, predominam os latossolos vermelhos distróficos, podendo-se também identificar trechos ocupados com caatinga arbórea, bastante degradada e pouco densa, como também manchas de caatinga hiperxerófitas, em topografias mais suaves.

Em Barra de Santa Rosa, município onde está localizado a maior parte do assentamento Quandú, as precipitações médias anuais, variam de 300 a 600 mm. Entretanto, desde 1982 até 1999, os índices pluviométricos dificilmente alcançaram os 600 mm. Em 1985, as chuvas que caíram na região constituíram uma exceção, pois atingiram 1.280 mm. Nos últimos anos, tem-se registrado sempre baixos índices de pluviosidade, como em 1998 (118,1mm), que foi uma das mais baixas precipitações, com 1982 (191,4 mm) e 1993 (177,1 mm.). (EMATER/PB)

TABELA 04
ÍNDICES DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA
DE BARRA DE SANTA ROSA

ANO	mm/ano
1990	362,50
1991	365,50
1992	523,40
1993	177,10
1994	646,40
1995	553,30
1996	489,30
1997	351,00
1998	118,10
1999	232,80
2000	787,80

FONTE: EMATER – Unidade Operacional de Barra de Santa Rosa.

A tabela 04 apresenta os índices de pluviosidade da região nos últimos dez anos, onde se destacam os índices de 1998 e 1999, anos de seca, que levou o governo a adotar medidas de emergência na área.

Além da escassez de chuvas, a região apresenta precipitações pluviométricas bastante irregulares. Nos anos mais favoráveis, o período chuvoso estende-se de janeiro a junho, sendo os meses de março a maio os mais chuvosos;

²⁶ As características da região semi-árida foram descritas no capítulo II.

contudo, mesmo nesse período, não são raras as ocorrências de períodos secos, com efeitos negativos sobre as plantações.

Em termos de hidrografia, destaca-se, cortando o imóvel no sentido leste/oeste, um pequeno rio denominado de Quandú, pertencente à bacia do Curimataú, de caráter intermitente. Outras fontes de água existentes no local são: os olhos d'água, poços, dois barreiros-trincheira e os açudes que acumulam água no período chuvoso. Foi também construída no local, em 1986, uma barragem de porte médio, mas em virtude do baixo índice pluviométrico da região, acumula pouca água, não correspondendo às necessidades do assentamento²⁷.

Com relação aos reservatórios de água, existem as cisternas e pequenos reservatórios (formas, tanques, potes) residenciais e 3 cisternas comunitárias, a do Quandú de Cima com capacidade para 100.000 litros, a da Serra e do Quandú de Cima com capacidade de 28.000 litros de água cada.

As cisternas do imóvel garantem água para beber e cozinhar nos períodos de seca, servindo para os assentados que não possuem cisternas em suas residências e para aqueles que não conseguiram acumular ou comprar água para colocar nas suas próprias cisternas. Em 1998/1999, o exército estava garantindo o abastecimento dos reservatórios do assentamento, já que as fontes de água secaram, com exceção dos poços, cuja água salobra²⁸, só estava servindo para tomar banho e lavar roupa.

Existe também no assentamento, uma área de reserva florestal do IBAMA, com cerca de 400 hectares na encosta da Serra do Bom Bocadinho, onde

²⁷ Essa barragem ficou completamente seca durante os anos de 1998 a 1999, servindo apenas como campo de futebol para os jovens. Em Janeiro de 2000, pela primeira vez desde 1986, ela sangrou com as chuvas que caíram na região. Recebeu então cerca de 18.000 peixes como a tilápia, o curimatá e até camarão.

podem ser encontradas espécies vegetais como Jurema, Baraúna, Marmeleiro, Catingueiro, Algaroba, Umbuzeiro e Juazeiro, além de plantas rasteiras. Não é permitido o desmatamento dessa área, que os assentados costumam utilizar unicamente para a criação de animais, especialmente os caprinos.

Atualmente estão assentados no Imóvel Quandú quarenta e sete famílias, cujos chefes são os titulares e cerca de vinte famílias de agregados (filhos, genros, netos, etc., dos titulares da terra). Entre essas quarenta e sete famílias, vinte e três eram antigas trabalhadoras e/ou moradoras do imóvel.

Segundo dados do SIPRA/INCRA – 99/00, encontra-se no imóvel uma população de duzentos e cinquenta e nove pessoas, entre adultos, jovens e crianças, sendo que cento e quarenta são do sexo masculino e cento e dezenove do sexo feminino. A população do assentamento é considerada ainda jovem, pois a maioria dos titulares da terra estão em plena capacidade de trabalho, com idade média de quarenta anos.

A área que concentra o maior número de famílias é a que os assentados chamam de Vila ou Área Urbana (18 casas), que integra a área comunitária e a área chamada Quandú de Cima. O restante dos assentados estão distribuídos na Serra do Bom Bocadinho, área que concentra um número menor de famílias, onde as casas não chegam a formar um núcleo habitacional e no Quandú de Baixo, onde as casas foram construídas, em sua maioria, próximas às estradas que cortam o assentamento e aos roçados. Há também casas construídas no “pé da serra”, área isolada e de difícil acesso. (Ver croqui do imóvel Quandú em anexo)

²⁸ O INCRA instalou um dessalinizador acoplado ao poço, entretanto, segundo informação dos assentados, ele nunca funcionou. Por isso resolveram desligá-lo, pois estavam pagando muito energia, sem obter água potável nem para eles, nem para os animais.

A distribuição das moradias no assentamento, proporciona duas relações básicas entre residência e área de produção. Na vila, o local de residência é separado da produção; alguns assentados moram distantes dos seus roçados, cerca de 2 a 4 km. Na Serra e no Quandú de Baixo, as casas se encontram próximo ao roçado, No Quandú de Cima, encontramos assentados que tem suas casas construídas próximas aos roçados e outros cujas casas foram construídas estão distantes dos roçados.

3.2. DESAPROPRIAÇÃO E OCUPAÇÃO DA FAZENDA QUANDÚ²⁹

A fazenda Quandú de propriedade da Sra. Maria Ferreira de Guimarães e administrada por seu irmão, Emílio de Almeida, tinha aproximadamente duzentos e noventa famílias, organizadas nos sistemas de moradia e parceria. Essa famílias viviam completamente subordinadas ao julgo do patrão, que exigia obediência em troca de supostos favores e privilégios.

No final de 1970, o imóvel foi posto a venda e a nova proprietária começou a expulsar os moradores, soltando o gado sobre as plantações de algodão e feijão; 38 moradores e rendeiros da fazenda, com a ajuda da Pastoral da Terra de Barra de Santa Rosa, passaram a lutar pelos seus direitos, garantidos na Constituição Federal e no Estatuto da Terra, desafiando as estruturas dominantes.

O Processo de luta pela terra arrastou-se por nove anos e durante esse período, parte das terras da fazenda foi vendida. O primeiro comprador, a INOCAP adquiriu 1.2000 hectares, mas logo em 1979, resolveu vendê-las para três outros

²⁹ Os dados relativos às características, ambientais, sociais, econômicas e de infra-estrutura do assentamento Quandú foram retirados dos documentos contidos no processo da Fazenda Quandú cedido pelo STR de Barra de Santa Rosa, e dos livros de MOREIRA (1997c) e MOREIRA & SILVA (1997).

proprietários: 600 ha para a Empresa Pereira Agropecuária Ltda., 300 ha para o Sr. Manoel Camelo Neto e 300 ha para o Sr. João Alfredo Cruz, que registraram estas duas últimas áreas com os nomes de Fazenda Barcelona e Fazenda Nova Canaã.

Apesar da pressão exercida pela antiga proprietária, que continuava detendo parte das terras, e pelos três outros, que se utilizavam dos serviços de capangas e da polícia local para destruir os roçados e amedrontar os moradores, as principais lideranças do movimento, impulsionados pela Igreja Católica e pelas entidades de apoio aos agricultores (STR de Barra de Santa Rosa, a FETAG e a CUT), recorreram ao INCRA e às autoridades governamentais, inclusive à Presidência da República, em busca de crédito fundiário para adquirirem a terra.

Apesar dos conflitos acirrados no local, só em 1985, com a aprovação do PNRA, foi que o INCRA/PB designou uma comissão para elaborar um diagnóstico preliminar da área. O diagnóstico efetuado pelo Incra levantou os seguintes fatos:

- o imóvel havia mudado de dono, estava desde 12 de março de 1983, pertencendo ao Sr. Pedro Soares dos Santos, embora nenhuma alteração tenha sido feita no cadastro do Incra;
- a organização do trabalho e da produção no interior da propriedade não sofrera grandes alterações, o contrato de parceria era verbal e irregular, podendo ou não concretizar-se;

- os moradores exploravam pequenos lotes no interior da propriedade e pagavam o “cambão”³⁰;

- o imóvel era mal aproveitado em todos os aspectos e a propriedade não tinha qualquer infra-estrutura;

- o proprietário não vivia na propriedade, mas amedrontava os trabalhadores e executava expulsões aleatórias, etc.

Frente aos dados coletados, os técnicos do INCRA concluíram que o imóvel encontrava-se subutilizado e que as famílias camponesas não tinham garantias de poderem continuar a cultivar nos seus lotes e permanecer morando na propriedade, pois existia de fato um clima de tensão. Apesar desse laudo, nada foi feito, um ano depois o conflito continuava na fazenda e novamente o INCRA veio fazer a vistoria, porém o laudo referente a essa visita, apresentou uma realidade bem diferente da contida no diagnóstico de 1985.

Mesmo percebendo que as condições de vida dos agricultores eram precárias, que o proprietário continuava executando expulsões e que existia uma área de 24.857 m² cercada de arame farpado, o INCRA negava a existência de conflitos e afirmava que o proprietário estava aberto a qualquer diálogo, tanto é que reconhecia as áreas dos agricultores e que não pretendia alimentar questões com eles. O resultado desse laudo do INCRA provocou a desistência de muitos agricultores, porém não acabou com o movimento nem com a persistência dos líderes.

³⁰ Dias semanais de trabalho gratuito.

A luta dos trabalhadores do Quandú finalmente obteve êxito em 20 de julho de 1988. O INCRA, reconheceu o descaso com a função social da terra (numa área de mais de 1.400 ha, apenas 79,5 ha estavam sendo explorados com atividades agrícolas), e decidiu pela desapropriação da fazenda. A emissão de posse se deu em 28 de março de 1989, sendo criado dois meses depois o Projeto de Assentamento/Colonização Quandú.

Como o número de famílias diretamente envolvidas no conflito do Quandú havia ficado reduzido, pois alguns moradores/rendeiros tinham desistido da luta por medo, por não acreditar na luta e ou por ter ido embora da cidade, o STR de Barra de Santa Rosa, a pedido do INCRA, divulgou no dia 7 de abril de 1989, um edital no município solicitando e delimitando prazo para inscrição de agricultores (as) no assentamento.

Após as inscrições dos agricultores (as), foi realizado o processo de seleção. A prioridade foi dada aos posseiros existentes e expulsos do imóvel, arrendatários, trabalhadores rurais sem terra e por fim, alguns que não estavam diretamente envolvidos com a terra. Ao todo foram cadastrados oitenta e cinco agricultores, mas somente sessenta e dois foram assentados, sendo que mais de 50% deles eram agricultores de outras localidades.

Dos sessenta e dois agricultores, três ou quatro, dos que não fizeram parte da luta, no momento anterior ao assentamento, desenvolviam atividades ligadas à vida urbana, os outros, eram trabalhadores do meio rural, ainda que em alguns momentos tivessem executado atividades ligadas ao setor urbano. A maioria que trabalhava na terra, antes da constituição do assentamento, eram naturais dos municípios de Barra ou de Cuité e tinham sido moradores, rendeiros ou trabalhadores rurais assalariados da região ou da própria fazenda Quandú.

Entre as sessenta e duas famílias cadastradas, apenas quarenta e sete resolveram ficar e foram orientadas pelos técnicos do INCRA a procurarem áreas para iniciarem a produção agrícola, enquanto este órgão se decidia sobre a forma de loteamento da área. O período de entrada das famílias foi marcado pela forte intervenção do INCRA e também por conflitos internos entre elas.

3.3 DE ARRENDATÁRIOS A PROPRIETÁRIOS: OS DESAFIOS PARA MANTER-SE NA TERRA

3.3.1 Situação Inicial: A Organização das Famílias

Como afirmam BERGAMASCO & NORDER (1996a, p. 56), a conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas de produção econômica. Desafios esses, que podem ser originados pelo ambiente no qual os produtores estão inseridos, pela sua precariedade econômica e pelas relações mantidas com as instituições públicas e privadas.

Para ser proprietário, ser o responsável total pela condução da produção agrícola é preciso dispor de recursos financeiros e técnicos, que a maioria dos assentados, quando inicia as atividades na terra conquistada, não possui. Daí a importância da união do grupo em torno de formas organizativas de produção para viabilizar o trabalho de cada um dentro do assentamento.

A primeira decisão tomada pelos assentados foi a repartição da terra conquistada em lotes individuais. Não houve sorteio nem a intervenção do INCRA, pois esse órgão era contra o loteamento das terras, uma vez que previa formas comunitárias de produção. Assim, cada família escolheu o lote em que gostaria de trabalhar. Os antigos posseiros que já detinham instalações no imóvel continuaram trabalhando no local de origem.

Nos primeiros meses de assentamento e já trabalhando em seus lotes individuais, os assentados, sob a coordenação dos líderes da luta pela terra e por influência do INCRA, deram início às discussões para a organização formal do assentamento: a Associação, que teria como objetivo conseguir os créditos para viabilizar as atividades agrícolas, garantindo a sobrevivência e permanência das famílias na terra conquistada e promovendo assim o desenvolvimento econômico e social do assentamento.

Assim, a primeira forma organizativa assumida pelas famílias após o estabelecimento do assentamento, além dos inúmeros mutirões³¹ que assumiram um caráter espontâneo e imediato, foi a Associação dos Pequenos Produtores do Imóvel Quandú, fundada em 01 de junho de 1989.

Apesar da criação da Associação, a organização dos assentados não ocorreu sem problemas. A fragmentação do grupo ocasionada pela evasão de muitas famílias da luta pela terra e a inserção de famílias na área que não participaram da luta, segundo opinião dos líderes da luta e de alguns assentados, repercutiu de maneira negativa no processo de organização do assentamento.

“Esse povo que era de fora, é que mais dão trabalho, esse povo que era de dentro da terra, trabalhava dentro da terra, esse não dá trabalho. As pessoas que vieram pra cá, que entraram nessa Reforma Agrária, não sabiam sequer o que era Reforma Agrária. Veio só pela terra, pela ganância de pegar o projeto. Não foi pela terra, só pegar o dinheiro. Não foram orientada pelo INCRA, se elas tivesse sido orientada antes, como era que ia funcionar o assentamento, a coisa tinha sido diferente, o povo sequer sabia o que era participar de uma reunião.” (liderança da Associação)

³¹ O Mutirão é uma forma simples de cooperação entre pessoas ou famílias para a realização de uma atividade, seja para benefício de uma família individualmente ou para a concretização de infraestrutura econômica ou social de uso coletivo. Não há remuneração do trabalho, mas sim um compromisso moral de reciprocidade.

A inclusão dessas famílias afetou o processo de construção e organização do espaço social do assentamento, pois as famílias que conseguiram a terra através da luta não tinham sentimento de identidade com as famílias que obtiveram a terra através do cadastro feito no STR de Barra de Santa Rosa, portanto não tinham nada em comum para continuarem mobilizadas e articuladas, como força unitária política e de produção e com poder de pressão sobre o INCRA.

Quase dois anos após a fundação da Associação foi que os assentados foram beneficiados pelos créditos de instalação e apoio, disponibilizados pelo INCRA: o primeiro deles em 1990 (alimentação) e o segundo em 1991 (fomento e habitação)³². Ao todo foram liberados CR\$ 162.329,25, para as quarenta e sete famílias da área.

BOX Nº 02

DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS DE REFORMA AGRÁRIA (1994/1999)

- **Crédito de investimento** – receberam em 1994, CR\$ 61.566,52 para investimento coletivo e CR\$ 60.126,65 para o individual. Em 1996, receberam mais R\$ 5.830,00 para investimento coletivo e R\$ 185.641,00 para o individual
- **Crédito de custelo agrícola** –teto máximo é de R\$ 2.000,00, sofrendo variações de acordo com a cultura e o número de hectares plantados. No assentamento Quandú o teto máximo é R\$ 1.000,00; para cada hectare de feijão e milho plantado, o produtor recebe R\$ 250,00. Passaram a receber esse crédito pela primeira vez em 1996, para os 47 assentados foi liberado R\$ 21.183,00.
- **Crédito de custelo pecuário** – crédito especial liberado em 1999, que teve como objetivo, comprar ração para garantir a sobrevivência da criação animal no período da seca.

FONTE: EMATER – Unidade Operacional de Barra de Santa Rosa. Relatório Técnico e Científico de 1994, 1996, 1998 e 1999.

³² Atualmente o valor dos créditos de instalação e apoio está em torno de: R\$ 400,00 para alimentação, R\$ 2.500,00 para habitação e R\$ 1.000,00 para fomento. Esses créditos não são uma doação, mas um empréstimo, que deve ser pago pelo assentado quando receber a Titulação Definitiva de Propriedade (TDP), com três anos de carência. Isto é, após receber a TDP, o assentado terá três anos para pagar parcelado o que recebeu.

Portanto, o primeiro desafio enfrentado pelos assentados do Quandú foi a organização, isto é, a união do grupo para o desenvolvimento das tarefas comunitárias, para estabelecer relações com os órgãos que atuavam no assentamento, bem como para dispor coerentemente dos créditos, aos quais todos tinham direito.

3.3.2 Infra-Estrutura Produtiva Adquirida e Condução da Produção Agropecuária após os Créditos (1990-1996)

Já instalados em seus lotes e contando com poucos recursos técnicos e financeiros, trabalhando dentro de uma precária infra-estrutura, os assentados deram início à produção agrícola, de milho e feijão macaça, para o autoconsumo e venda do excedente.

BOX Nº 03

SISTEMA DE PRODUÇÃO - QUANDÚ

- **Atividade Econômica** - a agricultura é a principal atividade econômica seguida da pecuária, como atividade complementar.
- **Culturas Plantadas** - Na Serra encontramos o plantio da mandioca (roça) e as fruteiras, mas precisamente o caju. Na área do Quandú de Cima e de Baixo, o cultivo de grãos - feijão macaça e milho - produtos destinados ao consumo e à comercialização. A palma e o capim (elefante e o buffel) são outras culturas cultivadas, sendo que a palma é mais utilizada para venda e o capim para alimentar os animais. Outras culturas de menor expressão como melancia, batata doce e jerimum, também são encontradas na área.
- **Mão de obra utilizada** - A agricultura é predominantemente familiar, a utilização da mão de obra assalariada é pequena e ocorre basicamente na forma de diárias, em períodos específicos do ciclo produtivo: preparo do solo e colheita

FONTE: Dados coletados na pesquisa de campo.

O assentamento Quandú é o principal abastecedor de grãos da região, porém, até início de 1994, a produção agrícola da área apresentava baixa

produtividade, em decorrência da baixa capitalização dos assentados, que até esse período ainda não haviam sido contemplados com o crédito de investimento e custeio do PROCERA³³.

Com a liberação dos créditos em 1994/1996, foi possível investir em obras de infra-estrutura coletiva dentro do assentamento, adquirir equipamentos de uso coletivo e individual, cercar as propriedades, reformar as casas, construir cisternas, depósitos etc., melhorando assim, a infra-estrutura do assentamento e a qualidade de vida das famílias.

TABELA 05
EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO DO ASSENTAMENTO QUANDÚ

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	ANO DE AQUISIÇÃO
TRATOR E IMPLEMENTOS	01	1994
CONJ. MOTO FORRAGEIRA	01	1994
BALANÇA ROMA 300 Kg	01	1996
PESOS PARA BALANÇA	01/CONJ.	1996
SILOS METÁLICOS	40	1996

FONTE: Tabela construída a partir dos dados do Projeto Técnico/Financeiro – EMATER - Unidade Operativa Barra de Santa Rosa, 1994/1996.

Fora os equipamentos de uso individual (familiar) adquiridos pelos assentados com o crédito de fomento (ferramentas mais simples) o crédito de investimento possibilitou também a aquisição de outros equipamentos para complementar os que os assentados já possuíam.

O número de instrumentos e outros equipamentos individuais varia de produtor para produtor dentro do assentamento; com o dinheiro do crédito do PROCERA foram adquiridos para o trabalho no roçado, além de instrumentos como:

³³ O PROCERA, foi criado em 1985, pelo Governo Federal obedecendo a determinação do Estatuto da Terra. Para implementá-lo, foi constituído em cada um dos Estados da Federação, uma comissão formada por representantes de instituições públicas do setor agrícola, agentes financeiros e representantes dos trabalhadores rurais.

enxada, enxadeco, chibanca, semeador manual (conhecido como matraca), foice, machado dentre outros, os seguintes materiais relacionados na tabela abaixo:

TABELA 06
EQUIPAMENTOS DE USO INDIVIDUAL DOS ASSENTADOS DO QUANDÚ,
ADQUIRIDOS PELO CRÉDITO DE INVESTIMENTO PROCERA

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	ANO DE AQUISIÇÃO
PULVERIZADORES COSTAIS	17	1994
CARRO DE BOI	22	1994
CISTERNAS EM ALVENARIA	33	1994
BROCA DE DESTOCAR	17	1994
CULTIVADOR	17	1994
CARRO DE MÃO	06	1996
CARRO DE BOI	06	1996
SILOS METÁLICOS	146	1996
CULTIVADOR	06	1996
PULVERIZADOR COSTAL	09	1996
GELADEIRA	02	1996

FONTE: Tabela construída a partir dos dados do Projeto Técnico/Financeiro – EMATER - Unidade Operativa Barra de Santa Rosa, 1996.

Em 1996, os assentados passaram a contar também com os créditos de custeio agrícola. Estes melhoraram a infra-estrutura do assentamento, ampliaram a capacidade produtiva, especialmente a criação de animais de pequeno e grande porte³⁴.

TABELA 07
RELAÇÃO DA CRIAÇÃO ANIMAL DO QUANDÚ - 1994/1996/1997

BOVINOS			CAPRINOS			OVINOS		
1994	1996	1997	1994	1996	1997	1994	1996	1997
62	170	156	10	120	275	00	37	34
EQUINOS CAVALOS, BURROS E JUMENTOS			AVES PERUS, GALINHAS E GUINÉS			SUÍNOS		
1994	1996	1997	1994	1996	1997	1994	1996	1997
09	20	29	192	287	410	14	25	28

FONTE: Tabela construída a partir dos dados do Projeto Técnico/Financeiro, 1994/1996 - EMATER - Unidade Operativa Barra de Santa Rosa e do "Diagnóstico do assentamento Rural do Quandú", Relatório SEDUP/INCRA, maio/1997.

Além da aquisição individual de animais, foram adquiridos nesse período, de forma coletiva e sob responsabilidade da Associação, três reprodutores bovinos e quatro reprodutores caprinos. No final de 1995, foram doados pela Universidade Federal da Paraíba - Campus de Bananeira, setenta matrizes de caprinos e três reprodutores, além de alguns cabritos, para o desenvolvimento do projeto de caprinocultura leiteira, que deveria envolver todas as famílias assentadas.

Apesar dos créditos recebidos, que já permitiram nesses primeiros anos a um pequeno grupo de agricultores obter índices positivos de produção, o problema da comercialização dos produtos ainda persistia na área: a maioria dos assentados continuavam a depender dos baixos preços dos "atravessadores"³⁵ para vender a produção agropecuária.

A existência da Associação, mesmo passados quase sete anos de sua criação, ainda não havia conseguido mobilizar os assentados para a criação de uma Cooperativa, com capacidade para colocar a produção do assentamento no mercado,

³⁴ Os animais na economia familiar funcionam como reserva de valor ou poupança para despesas imprevistas. Numa região de instabilidade climática, ter esse tipo de reserva é importante para a

com preços justos e livres da intermediação dos atravessadores Um dos grandes obstáculos para a realização desse empreendimento no assentamento, fora a falta de coesão e entendimento social entre os agricultores, é provavelmente a presença de comerciantes no próprio assentamento, que certamente não querem ver a cooperativa tirando-lhes a freguesia.

Portanto, a produção agropecuária aumentou, houve mudanças qualitativas no espaço físico e social do assentamento, no entanto, a falta de organização entre os assentados continuava travando o desenvolvimento econômico da maioria deles.

Outro ponto que merece destaque e que explica o baixo rendimento de alguns assentados da área, diz respeito ao acesso ao crédito. Embora todos tivessem direito ao crédito do PROCERA, nem todos solicitaram o crédito de investimento (08 assentados se abstiveram na primeira etapa e 07 na segunda). Entre esses assentados, dois não solicitaram crédito porque não precisaram e os outros, por falta de informação ou por estarem receosos de dever ao governo.

Este receio em aceitar ajuda dos órgãos oficiais não é uma atitude errada e é até compreensível, pois é preciso reconhecer que por estarem enfrentando uma situação nova, temiam ser envolvidos num processo que não dominavam e que acabaria por prejudicá-los, fazendo-lhes perder as terras. Porém, como fazem parte de um PA, essa atitude, aponta também a ausência de um modelo organizativo e de comunicação entre os assentados, como também o caráter participativo e efetivo dos órgãos responsáveis pelo assentamento, em orientar todas as famílias no momento da conquista da terra.

3.3.3 “Entre Ganhos e Perdas”: O loteamento do Imóvel

Em 1995, o INCRA enviou ao assentamento um técnico para discutir com os assentados a questão do loteamento das terras. Na reunião, foi lançada a proposta pelo técnico de que cada assentado teria direito a 25 hectares de terra: 05 hectares de reserva florestal do IBAMA, 20 hectares para a área do roçado e moradia; quanto às terras da Serra, deveriam ser comunitárias. Passados sete anos da conquista da terra, em junho de 1996, o INCRA enviou um técnico do INTERPA para demarcar as parcelas de acordo com o que havia sido proposto e aceito pelos assentados na assembléia da Associação em 1995.

Quando o técnico do INTERPA veio dividir o imóvel, conforme nos informou um dos assentados de nossa amostra, os dirigentes do STR de Barra de Santa Rosa e os da Associação resolveram convocar outra reunião com os assentados, para discutir a questão da divisão das terras da Serra. A proposta do INCRA, como já foi dito aqui, era que as terras da Serra fossem comunitárias e essa decisão havia sido aceita por todos os assentados, mas na nova reunião sem a presença do técnico do INCRA, os assentados decidiram que elas seriam parceladas.

A nova proposta lançada pela Associação foi a de que cada assentado passaria a ter direito a 02 hectares na Serra, 05 hectares de reserva do IBAMA e 18 hectares para área de roçado. Para os assentados que já haviam construído suas casas na Serra, o que mudaria era apenas o tamanho do lote; assim como os outros, eles teriam direito apenas a 02 hectares.

Como o INCRA só havia pago a demarcação das terras do Quandú de Cima e do Quandú de Baixo, para que o técnico do INTERPA demarcasse a área da

³⁵ Comerciante que compra a produção do agricultor para revendê-la.

Serra, os assentados tiveram que arcar com os custos do loteamento suplementar. A nova proposta da Associação foi aceita e para pagarem o trabalho de demarcação da Serra foi realizado uma “vaquinha”, onde cada um contribuiu com a quantia de R\$ 10,00.

“Essa divisão foi um arrumadinho que fizeram lá embaixo na diretoria, quer dizer na diretoria não, nem posso culpar a diretoria, o INCRA veio e disse como devia ser dividido, mas depois desapareceu, aí a diretoria disse, vamos dividir as terras da Serra...” (agricultor 06)

“Na reunião todo mundo concordou, e falaram em fazer um “bolão”, uma vaquinha, cada um ia dar R\$ 10,00, foi feita a divisão assim.” (esposa do agricultor 03)

O loteamento realizado pelo técnico do INTERPA gerou brigas e confusões dentro do assentamento, pois alguns assentados foram bastante prejudicados. De acordo com nossos informantes, a Associação não cumpriu o que prometeu, pois nem todo mundo conseguiu ter os 02 hectares na Serra.

“...aí houve uma reunião, concordaram que na Serra todo mundo ia ficar comunitário, num queria dividir, porque todo mundo tava lá no seu canto trabalhando, aí depois que já foi medido isso aqui, que já foi separado, todo mundo no seu cantinho, decidiram repartir pra cada um ficar com 02 ha na Serra...” (agricultor 03)

“Teve gente que ficou com 01 ha e outros que ficaram sem nada, foi um negócio mal repartido na Serra, aqui não, aqui tá tudo resolvido, agora lá na Serra, tá com esse problema, eu mesmo fiquei deserdado.” (agricultor 03)

Fora o problema de alguns terem sido beneficiados com as terras da Serra e outros não, a demarcação das terras do Quandú de Cima e do Quandú de Baixo gerou perdas financeiras para alguns assentados, principalmente para aqueles que construíram suas casas na Vila Agrícola e que portanto não moravam próximo e/ou dentro do lote destinado à produção.

Na demarcação das parcelas³⁶, na maioria dos casos, os assentados foram deslocados para outras áreas, perdendo assim as benfeitorias que tinham realizado no seu lote. Apesar de toda benfeitoria ter sido indenizada pelo assentado que ficou com a parcela beneficiada ou parte dela, isso ocasionou tensões, pois aquele que teve que sair achou que recebeu pouco pela benfeitoria que tinha construído, e aquele que entrou achou que pagou caro pela benfeitoria que encontrou na nova parcela.

"...tava com 07 anos de sitio apropriado, depois que eu tinha feito as benfeitorias, eu tinha feito casa, construído roçado, depois que a gente já tinha construído tudo, já tava tudo feito, aí vieram e repartiram a terra, o lote de um caiu dentro do outro. Eu perdi uma parte do roçado, eu perdi todinho.... eu peguei lá um roçado de um menino, caiu lá dentro do meu lote, fui obrigado a pagar a benfeitoria dele..."
(agricultor 04)

"No lote, quem não preferiu morar aqui na vila, foi o caso de empurrar mais titulares que fez benfeitorias, que as vezes alguém pegou o lote de algum, que as vezes tinha roçado de um e a casa do outro, aí o privilegiado era o que tava com a casa, quem tinha que ceder era aquele que tinha só o roçado." (agricultor 03)

³⁶ Parcela é a área de terra dividida pelo INCRA e que deve ficar sob responsabilidade de cada família. Lote pode ser empregado para referir-se ao tamanho da terra trabalhada por cada trabalhador (a) rural. Embora haja essa diferença, neste trabalho utilizamos o termo parcela ou lote com o mesmo significado, isto é, o pedaço de terra que pertence ao assentado.

"Teve uns que perderam roçado, perderam casa, outros ficou com a casa de outro, foi assim. Quem tava sem dividir aqui na Serra, tava todo mundo localizado direitinho, todo mundo tinha área aqui, antes da divisão, depois bagunçou tudo."(agricultor 06)

O problema não foi somente perder a área ou parte da área depois de um certo tempo de trabalho, mas sim receber um valor monetário julgado baixo pelas benfeitorias realizadas no lote ou pagar um valor julgado alto pelas encontradas no novo lote. *Como avaliar cada benfeitoria feita? Como convencer alguém a abandonar o que já tinha construído?* Começaram então a divergência e o conflito interno entre os assentados. Para os que passaram por essa experiência, o prejuízo financeiro foi grande e reduziu a capacidade de investimento no novo lote.

"Houve esse desencontro e me atrapalhou muito, eu comecei tudo, quase tudo, 50% comecei tudo de novo, em sistema de roçado praticamente eu perdi tudo e aí fui indenizar o que já tinha dentro do meu lote. Quer dizer eu perdi duas vezes, né? Primeiro perdi o que tinha e paguei o do outro e recebi só uma parte da minha indenização."(agricultor 03)

"...no lugar da pessoa estar produzindo, naquele canto, no seu campo, aí deixou lá, e foi fazer outra. Levar dois a três anos para conseguir aquilo, conseguir outra casa por exemplo e perder dinheiro, quando recebeu a indenização ou quando teve que pagar."(agricultor 06)

Segundo o presidente da Associação, a confusão foi desnecessária, o desejo de regularizar os lotes partiu dos próprios assentados, porém novamente, a falta de união e de organização foi a verdadeira responsável pelo conflito e não a forma como as terras foram demarcadas. Além disso, como os critérios de demarcação tiveram como responsável um técnico, uma pessoa de fora, os conflitos

foram reduzidos e aquelas pessoas que ainda comentam o assunto são, na opinião dos informantes, aquelas que costumam reclamar por qualquer coisa.

"...ai a gente pagou ao INTERPA para ele parcelar, porque com o pessoal de fora tudo é diferente, mas assim mesmo, ainda tem posseiro ai que está brigando, porque queria ficar num lote e não ficou, esse povo aqui é assim mesmo..."(liderança da Associação)

A decisão externa, no primeiro momento, atenuou os ânimos, mas não eliminou a divergência e nem proporcionou a união do grupo. Os assentados concordaram com o técnico, foram para os lotes designados por ele, mas a discussão interna continua até hoje, principalmente entre os assentados que não receberam os 02 ha na Serra.

As perdas financeiras de alguns assentados e talvez o próprio conflito interno, poderiam ter sido evitados se o INCRA tivesse realizado a divisão oficial das terras, logo após a entrada dos assentados no imóvel. Esperar oito anos para efetuar o parcelamento trouxe sérios prejuízos financeiros para os assentados que foram deslocados de seus lotes, além de aumentar o desentendimento e as disputas internas entre eles.

3.4. ALGUNS ASPECTOS DETERMINANTES DA SITUAÇÃO ATUAL: OS SERVIÇOS SOCIAIS, A INFRA-ESTRUTURA E A QUESTÃO AMBIENTAL

3.4.1 Acesso aos Serviços de Saúde

No Brasil, a oferta dos serviços de saúde é um direito garantido constitucionalmente. Entretanto o acesso a esses serviços é precário para a população pobre, pois não existe na prática uma política social que priorize a questão da saúde.

Nas diversas regiões do país, temos observado a inadequação entre necessidade e oferta dos serviços de saúde, porém essa situação é mais freqüente no Nordeste, e ainda mais para os habitantes da zona rural.

No assentamento Quandú, a população é bastante penalizada quanto ao acesso aos serviços de saúde. A falta de um posto de saúde no assentamento e a pouca disponibilidade dos meios de transporte transformam a procura de tratamento médico numa verdadeira peregrinação. Precisa-se acordar cedo ou mesmo, dependendo da especialidade médica, dormir na calçada do posto de saúde para estar entre os primeiros para conseguir, ao amanhecer, a ficha de inscrição.

O posto de saúde da cidade de Barra (distante 9 km) é procurado para o atendimento médico de casos simples. Os casos mais complexos são encaminhados para o município de Cuité e os mais graves para a cidade de Campina Grande (distante 87 Km).

Diante das dificuldades encontradas para conseguir acesso aos serviços de saúde, o médico só é procurado nos casos de doenças graves que não podem ser curadas com remédios caseiros. A prática de ir ao médico para exames preventivos não ocorre no assentamento. Até as mulheres gestantes não fazem o pré-natal, só procuram atendimento médico na hora do parto.

Com relação aos programas de prevenção contra doenças, em nossa última visita, não havia nenhum em andamento. Os agentes de saúde visitam o assentamento esporadicamente e quando aparecem, não desenvolvem atividades voltadas para essa problemática. O único serviço que chega até o assentamento são as campanhas de vacinação.

Em relação ao tratamento odontológico, a situação é semelhante. Os assentados só procuram o dentista quando não conseguem mais suportar a dor de

dente, ou em épocas de eleições, quando os políticos locais levam dentistas para a área, com a finalidade única de extrair dentes.

A solução para os problemas enfrentados pelos assentados do Quandú, principalmente para os que moram na Serra e no Quandú de Baixo onde a distância da cidade é bem maior, seria a construção de um posto de saúde para atender os casos emergenciais, como cortes com machado, foices e facões - acidentes tão comuns na agricultura – bem como para o atendimento às mulheres, seja o preventivo ou o pré natal para as gestantes.

3.4.2 Acesso à Educação Escolar

A situação educacional no assentamento é precária, seja do ponto de vista das condições materiais, seja no aspecto da qualidade de ensino. Em 1996, a escola funcionava na casa comunitária em uma única sala, sem condições adequadas de infra-estrutura. No início de 1997, com a mudança da administração pública do Município de Barra de Santa Rosa, o atual responsável pela política educacional avaliou esse local e o considerou impróprio. Então, o Secretário da Educação resolveu alugar provisoriamente na Agrovila uma garagem, de propriedade de um dos assentados, até que se construísse um Grupo Escolar. Mas a construção da escola ficou apenas no papel; em nossa última visita (10/2000), a alfabetização e as quatro séries do Ensino Fundamental I ainda funcionavam na garagem.

Além da falta de infra-estrutura, os moradores da área avaliam que um dos fatores que ocasionam a evasão escolar está no fato das aulas serem multi-seriadas, isto é, de ter uma única professora para lecionar todas as séries do Fundamental I ao mesmo tempo. Os alunos sentem a falta de uma maior assistência

por parte da professora que, em virtude do número de alunos e em séries diferentes, não têm condições de atender e acompanhar o desenvolvimento de todos de maneira adequada.

Os filhos dos assentados da Serra do Bom Bocadinho, devido à distância entre a Serra e a Vila Urbana (5 km), não freqüentam a escola da Agrovila; porém não estão em melhor situação, pois segundo relato de uma de nossas informantes, a escola da Serra, que pertence ao município de Cuité, trata os alunos com descaso. Em 1998 e 1999, os seus filhos mal tiveram aulas, não receberam merenda e o nível de ensino era bastante baixo, pois os que estavam cursando o terceiro e o quarto ano do fundamental I não sabiam ler nem escrever direito.

"...aqui na Serra são 20 crianças de alfabetização à 4ª série, entre 7 e 18 anos. Ai ficam sem aula, passa 2 ou 3 dias sem aula. A semana passada passou 8 dias sem aula, e a professora acho que não deve ter nenhuma instrução... porque a educação, se a gente para a escola, atrasa muito, né?"

"Isso é um crime, é um crime. Essas crianças não estão aprendendo nada, de jeito nenhum, e precisam, principalmente num assentamento que não tem condição. Essa minha menina já podia estar na 3ª ou 4ª série, já podia está estudando na cidade, se morasse na vila." (esposa do agricultor 06)

Frente à precária situação educacional do assentamento, a ex-secretária da Associação resolveu mobilizar as mães interessadas em oferecer um educação de qualidade aos seus filhos. Em 1999, conseguiu com o prefeito de Barra de Santa Rosa um ônibus para levar os alunos do ensino fundamental I e II do assentamento para estudar na escola do município. Atualmente, 19 alunos estão estudando em Barra de Santa Rosa no período da tarde.

Na secretaria da prefeitura de Barra de Santa Rosa, também está funcionando o Telecurso do 1º e 2º grau, que está aberto para os jovens e adultos do assentamento. Por enquanto, apenas uma assentada (a esposa do agricultor 03) resolveu dar continuidade aos seus estudos.

Mesmo após ter conseguido um ônibus, os jovens, principalmente os do sexo masculino, não demonstraram desejo de dar continuidade aos estudos. Acreditamos que, como são levados pelos pais muito cedo para as atividades agrícolas, eles não vêem na educação um meio de elevação das condições de vida, ou talvez estejam cansados demais para se interessar em prosseguir nos estudos. Este talvez seja um dos motivos pelos quais as mulheres do assentamento apresentam um nível de escolaridade maior, quando comparado com o dos homens.

No início do ano 2000, foi criada, em convênio com a prefeitura e o SESI, uma sala de aula que funciona na casa sede do assentamento e que atende as quatro séries do fundamental I. O mesmo prédio abriga à noite o curso de aceleração e duas séries do fundamental II (5º e 6º séries), que têm duração de apenas 15 meses. Com o objetivo de alfabetizar os jovens e adultos, estava funcionando também no local, três vezes por semana, das 18:00 às 21:00 hs, o curso de alfabetização solidária que atendia a 20 alunos.

Estava previsto para maio de 2000, na casa grande da fazenda, a instalação da Escola do Sisal, cujo objetivo era oferecer aulas de reforço e almoço, no período da manhã, para as crianças com faixa etária de 7 a 14 anos, matriculadas na escola do assentamento ou em Barra de Santa Rosa. Para cada filho matriculado e freqüentando a Escola do Sisal, os pais se beneficiariam com uma renda de R\$ 25,00. Além disso, seriam selecionadas para os cargos de monitora, merendeira e servente, 3 assentadas (os) do imóvel.

O SEDUP/Guarabira - PB, montou no local três salas de aulas noturnas, uma na Serra, uma no Quandú de Cima e a outra no Quandú de Baixo, ao todo o programa atendeu 68 alunos e foi realizado em três etapas, a primeira em 1994 - 6 meses, a segunda em 1995 - 9 meses e a terceira em 1996 - 7 meses. Os (As) professores(as) foram selecionadas entre os assentados(as), foram escolhidos duas assentadas e um assentado, cada um recebeu reciclagem periódica, material didático para trabalhar com as turmas e um salário mínimo mensal que na época correspondia a R\$ 70,00.

TABELA 08
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DO QUANDÚ

JOVENS ADULTOS ANALFABETOS		JOVENS ADULTOS ALFABETIZAÇÃO INCOMPLETA		JOVENS ADULTOS ALFABETIZAÇÃO COMPLETA (MOBRAL)		CRIANÇAS JOVENS ADULTOS CURSANDO FUNDAMENTAL I	
26,25%		10,42%		1,93%		29,72 %	
MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
15,83 %	10,42 %	6,17 %	4,24 %	0,77 %	1,15 %	17,76 %	11,96%
ADULTOS FUNDAMENTAL I INCOMPLETO (FORA DA ESCOLA)		JOVENS ADULTOS FUNDAMENTAL I COMPLETO		JOVENS ADULTOS FUNDAMENTAL II INCOMPLETO (FORA DA ESCOLA)		JOVENS ADULTOS CURSANDO FUNDAMENTAL II	
8,87 %		3,86 %		1,93 %		2,70 %	
MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
6,17 %	2,70 %	1,93 %	1,93 %	0,39 %	1,54 %	1,15 %	1,54 %
JOVENS/ADULTOS CURSANDO O 2º GRAU		JOVENS ADULTOS 2º GRAU COMPLETO		CRIANÇAS/JOVENS (06 a 20 anos) FORA DA ESCOLA		CRIANÇAS FORA DA IDADE ESCOLAR	
0,38 %		0,77 %		7,77 %		5,40 %	
MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
0,38 %	0,0%	0,0 %	0,77 %	5,79 %	1,98 %	1,158 %	4,2 %

FONTE: Tabela construída a partir dos dados do SIPRA/INCRA, 99/00.

Essas conquistas trouxeram de certa forma melhorias na qualidade de ensino para as crianças, jovens e adultos do assentamento, porém muita coisa ainda precisa ser feita, principalmente quando nos deparamos com o elevado índice de analfabetismo, da taxa de evasão escolar e o baixo grau de escolaridade da população jovem e adulta, como demonstra a tabela abaixo, baseada nos dados do Relatório do SIPRA/INCRA, através de pesquisa realizada no assentamento em julho de 2000.

Com uma população de duzentos e cinquenta e nove habitantes, entre crianças, jovens e adultos, apenas 3,86 % conseguiram completar o primeiro grau (Fundamental I) e apenas 0,77 % conseguiram concluir o 2º grau. A situação apresenta-se mais precária, quando verificamos os números em relação ao analfabetismo, pois apesar dos trabalhos de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos pelo SEDUP e do SESI, 26,25% dos jovens e adultos do assentamento são analfabetos. Esse número tende a aumentar, se somarmos os números dos que sabem apenas assinar o nome e que foram indicados como aqueles que possuem alfabetização incompleta.

No que diz respeito à evasão escolar, a Escola do Sisal poderia ter sido uma alternativa para aumentar a participação dos jovens na sala de aula, já que seriam dispensados do trabalho na lavoura e ainda poderiam através da bolsa escola, ajudar a família com uma renda extra. Entretanto, o projeto durou apenas 1 mês e não atingiu todas as famílias do assentamento; os filhos dos assentados da Serra do Bom Bocadinho não foram beneficiados.

Conseguir ônibus para que as crianças do assentamento estudassem no município de Barra, foi uma vitória, porém os jovens que desejam estudar à noite não se beneficiaram desse serviço, pois o ônibus só está disponível no período da tarde e o assentamento não dispõe de sala de aula noturna para as séries mais adiantadas.

Portanto, a construção de um grupo escolar ou de salas de aula, localizadas nas três áreas do assentamento e funcionando nos três turnos, poderia ser a solução para erradicar o analfabetismo e a evasão escolar.

3.4.3 Instalações e Edificações Encontradas Atualmente na Área

O acesso ao crédito proporcionou uma melhoria nas condições de moradia do assentamento. Antes, uma média de 30% das casas era de taipa, atualmente, embora algumas casas ainda se encontrem em fase de acabamento, todos os assentados moram em casas de alvenaria, diferenciadas apenas pelo número de cômodos e qualidade de acabamento como, banheiro dentro de casa, piso de cimento, água encanada, etc.

Além das casas dos assentados, construídas após a implantação do projeto, o imóvel possui duas casas na sede da fazenda denominada de Quandú: uma reservada para a casa comunitária e sede da Associação, onde são realizadas as reuniões, festas e onde funciona a escola de alfabetização de jovens e adultos; a outra destinada para o armazenamento dos produtos e ferramentas de trabalho dos assentados que não possuem local para armazená-las. No Quandú de Baixo, tem uma casa grande, denominada de “Fazenda Velha”.

Na Serra do Bom Bocadinho encontra-se a casa de farinha do assentamento, que possui uma área de 103,73 m², estrutura de alvenaria, cobertura em madeira e telhas cerâmicas tipo canal, com máquinas funcionando através de energia elétrica, para beneficiar a mandioca produzida no assentamento e nas áreas próximas. Para poder utilizar a casa de farinha paga-se uma taxa a Associação, chamada pelos assentados de “Conga” (10% da produção).

Existe ainda no imóvel uma linha telefônica instalada na casa do Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Imóvel Quandú, que é utilizada por todos os assentados. Foram construídos também no local, galpões nas residências, coqueiras, cercas, currais, chiqueiros, etc.

Antes da desapropriação da área, a rede de energia elétrica era mínima, apenas na parte central do imóvel. Após a instauração do assentamento, com recursos do projeto COOPERAR (1995-1996), a rede elétrica foi ampliada. A princípio foram beneficiadas as casa da Vila, a sede da Associação e as demais casas localizadas no Quandú de Cima. As casas da Serra foram beneficiadas com a eletricidade em 1998, após a construção da casa onde deveria funcionar a pequena indústria de beneficiamento do caju³⁷. No Quandú de Baixo, os moradores só começaram a se usufruir dos benefícios da energia elétrica, em setembro de 2000.

No assentamento, as casas que ainda não dispõem de energia elétrica, deve-se ao fato dos seus moradores não poderem arcar com os custos da instalação elétrica em sua residência. Dos 06 assentados entrevistados, apenas 01 que mora no Quandú de Baixo, não pode ainda arcar com os custos da instalação da energia elétrica na sua residência.

O saneamento básico no assentamento é precário, situação que não difere da encontrada nas periferias urbanas e na maioria dos estabelecimentos rurais da Paraíba. Apenas 20 % das casas têm fossa, os esgotos seguem em vala a céu aberto. Isso ocorre devido a deficiência das instalações sanitárias nas residências como, pia de cozinha, vaso sanitário com descarga, tanque para lavar roupa e local próprio para o banho.

³⁷ A casa onde deveria funcionar a indústria de beneficiamento, foi construída pelo PEASA, ao lado da casa de farinha. Para trabalhar na agroindústria, o PEASA iria treinar 14 associados, 80% deles

O lixo é outro problema do assentamento. Como não há um sistema de coleta, ele é depositado a céu aberto em áreas próximas à casa sem nenhum procedimento sanitário adequado, ou em uma espécie de lixão, nas proximidades da Vila, chamado pelos assentados de “monturo”. Segundo relato de uma de nossas informantes, quando o lixo alcança grandes proporções, cada morador procura queimar o lixo produzido em sua casa.

As estradas são carroçáveis e dão acesso aos locais de moradia e áreas de plantio. Nos períodos secos elas oferecem boas condições de tráfego com exceção da estrada que dá acesso a Serra, pois além de localizar-se numa elevação acidentada é bastante íngreme. Existe também trechos que não são servidos por estradas vicinais, o que faz com que aqueles que moram nas áreas mais distantes fiquem isolados, tendo, para poder comercializar sua produção, que levá-la no lombo de animal ou com auxílio de um carrinho de mão até a estrada principal.

O sistema de transporte é deficiente, não há uma linha regular que ligue o assentamento ao município de Barra de Santa Rosa e as cidades vizinhas (Picuí, Cuité, Remígio e Areia etc.). O transporte mais próximo dista 1 Km para os que moram na Vila, mas a distância aumenta consideravelmente para os que moram na Serra e no Quandú de Baixo (6 a 4 Km). Além disso, só atende a comunidade até as 15:00 hs, no sentido Cuité/Barra de Santa Rosa.

3.4.4 As condições Ambientais do Assentamento

Ainda que aqui, por questões de natureza metodológica e também por questões de capacidade teórica, uma vez que não somos especialistas na área do meio

seriam do sexo feminino, o restante dos assentados seriam os fornecedores da matéria prima. A seca que castigou a região em 1998/1999, impossibilitou a execução do projeto.

ambiente, não tenhamos tecido um estudo das condições ambientais do assentamento no seu sentido amplo, os elementos levantados sobre as condições do meio ambiente do assentamento, possibilitou-nos traçar em linhas gerais as condições ambientais da área.

Ao falar em sustentabilidade dos assentamentos rurais, numa área marcada pela irregularidade das chuvas e pelas estiagens longas, é preciso levar em consideração os efeitos da atividade agrícola sobre os recursos naturais locais tais como, solo, recursos hídricos, vegetação nativa, dentre outros aspectos, responsáveis direto pela continuidade da atividade econômica e pela sobrevivência humana.

No Quandú os assentados para o desenvolvimento da atividade agrícola fazem uso não apenas dos financiamentos subsidiados, como também de técnicas de produção, como a utilização do trator, sementes selecionadas, consorciamento das culturas de milho e feijão, uso de agrotóxicos, que se por um lado promoveu o incremento da produção, por outro, resultou em crescentes alterações no meio ambiente, cujos efeitos se tem dado pouca atenção.

Um primeiro dado que deveria ser levado em consideração, diz respeito ao desmatamento de boa parte da cobertura vegetal anteriormente existente, com o objetivo de aumentar a área plantada e embora seja proibido, mas que detectamos em nossa visita, nos períodos de seca, para produzir carvão vegetal para complementar a renda da família.

Outro ponto é a questão da fertilidade dos solos, ainda que os agricultores freqüentemente descrevam os solos como férteis, é preciso lembrarmos que como todo solo da região semi-árido, são rasos e susceptíveis de erosão, portanto como eles vão reagir no decorrer do tempo as práticas agrícolas dos assentados,

mecanização, plantio permanente, sem a adoção de qualquer técnica alternativa de preservação do solo como por exemplo pousio e por fim ao uso de agrotóxicos.

Segundo técnico da EMATER/PB, a utilização de fertilizantes de qualquer tipo, seja orgânico ou inorgânico, não é prática comum entre os assentados do Quandú. No entanto, a utilização de defensivos agrícolas de base química, especialmente para o combate às formigas e as lagartas, são utilizados por todos os assentados.

Entre os assentados da nossa amostra, apenas dois costumam fazer uso do estrume do gado para fertilizar as terras para o plantio, mesmo assim, utilizam de forma assistemática, de vez em quando recolhem o estrume do curral e simplesmente jogam na terra. Com relação a utilização dos pesticidas, principalmente os organoclorados e organofosforados, o uso é crescente dentro do assentamento, a venda livre desses produtos no comércio, a crença na sua eficácia e de certa forma o subsídio que recebem para adquiri-los, quando solicitam custeio agrícola, estimulam o uso desses produtos.

A aplicação dos pesticidas na lavoura, ocorre de forma aleatória, sem nenhuma orientação técnica e sem qualquer tipo de cuidado, com o meio ambiente e com a própria saúde. Os assentados de nossa amostra, informaram que a aplicação do veneno nos formigueiros é feita diretamente com a “mão” ou com um pequeno pedaço de madeira, portanto, há um contato direto do veneno com a pele. A aplicação do veneno para as lagartas, que é feito através do pulverizador, também não obedece nenhuma norma de segurança, eles apenas aplicam o veneno contra o vento, utilização de luvas, mascaras e botas, são consideradas medidas desnecessárias.

"Eu trabalho muito, trabalho muito, é como se diz, só contra o vento. É muito ruim se proteger, acho ruim colocar um óculos, colocar um pano amarrado tampando tudo, agente não vê nada, eu acho melhor trabalhar do jeito que eu tô aqui". (agricultor 03)

A falta de proteção para a aplicação dos venenos e o desconhecimento dos efeitos desses pesticidas sobre a saúde e sobre o meio ambiente, deve-se a falta de uma orientação técnica competente. Os assentados, sabem ler muito pouco, sem contar com aqueles que não sabem ler, portanto, não costumam ler a bula que vem na embalagem dos venenos e passam a utilizar os produtos, seguindo orientação dos companheiros e dos vendedores.

A não utilização de proteção, também está relacionada com o preço dos equipamentos, os agricultores do Quandú praticam uma agricultura de subsistência em área de sequeiro, com ganhos de produtividade pequenos, que não podem ser desviados para a compra de equipamentos necessários para a sua aplicação, assim, precisam escolher entre investir nos venenos, como forma de eliminar as pragas e aumentar a produção, ou comprar os equipamentos e depois investir na lavoura.

Com relação aos recursos hídricos, ainda que o estoque tenha aumentado, não há um aproveitamento racional da água acumulada no período das chuvas. As reservas acabam evaporando, após três meses do término do "inverno" os barreiros ou ficam secos ou com água imprestável para o consumo humano e as cisternas da maioria das casas, bem como as comunitárias, embora possuam uma boa capacidade de armazenamento d'água, não resistem a dois ou três meses de seca.

Os processos de degradação ambiental ainda não se expressaram de maneira contundente. O assentamento ainda possui uma área extensa de cobertura

vegetal que tem sido preservada e que aparece como um fator potencial na busca de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento da área.

Entretanto, os dados apresentados aqui, embora de forma embrionária, sobre a gestão dos recursos hídricos e as técnicas agrícolas utilizadas pelos assentados, aliado ao baixo poder aquisitivo deles, a ineficácia da política de incentivo à produção e a falta de assistência técnica competente, pode provocar a longo prazo uma exaustão dos recursos naturais do assentamento, principalmente os solos, levando conseqüentemente, ao rendimento agrícola decrescente e impossibilitando o desenvolvimento sustentável da área.

CAPÍTULO IV

*"A esmola que é dada a um homem que é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão."*

(Luiz Gonzaga)

4. VULNERABILIDADE E SUSTENTABILIDADE DO ASSENTAMENTO QUANDÚ

4.1. A VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Para GUANZIROLI (1994, p. 262), tratar da *viabilidade econômica* de um assentamento rural significa pensar a priori o que se entende por viabilidade econômica, uma vez que existem três visões hoje em dia sobre esta questão.

Uma primeira, a da negação da discussão de viabilidade econômica, para não fazer o jogo da UDR, a segunda vertente onde se coloca a questão dos custos de oportunidades, ou seja, avaliar a renda total obtida nos assentamentos *vis-a-vis* à oferta de emprego e/ou renda que existiria como alternativa para os mesmos trabalhadores fora dos assentamentos e por fim a terceira, onde sugere comparar a economia dos assentamentos com a agricultura comercial capitalista.

A análise que pretendemos desenvolver no nosso estudo não abarca nenhuma destas visões, é uma análise simples, microeconômica, isto é, uma análise da dinâmica de geração da renda e da qualidade de vida no interior de dois assentamentos na região Nordeste, com o objetivo de verificar comparativamente as condições do assentamento antes e depois da seca, no que se refere a renda,

condições de moradia, acesso a saúde, escolas, acesso a bens de consumo, dentre outros aspectos.

No que diz respeito a análise da renda, levamos em consideração a renda familiar obtida antes da seca, durante a seca e depois da seca. Os dados levantados foram os seguintes: os recursos acumulados em 1997, os de 1998/1999, anos de seca na região e por fim os do ano de 2000 que, apesar de não ter sido um ano de escassez de chuvas, teve precipitações pluviométricas irregulares.

Embora a renda obtida na agricultura constitua-se, no interior de um assentamento rural, na principal fonte de renda da família, seja diretamente, pela venda da produção, ou indiretamente, pelo consumo dos produtos produzidos, não podemos desconsiderar no cálculo da renda familiar os recursos financeiros obtidos através das atividades externas à agricultura familiar (trabalho assalariado, trabalho acessório ou sazonal, os biscates, etc.) e os obtidos através de fontes de rendas subsidiárias como remessas de parentes e previdência social.

A utilização de fontes complementares principalmente as geradas pelas atividades externas à agricultura, como as do trabalho assalariado ou acessório, não podem ser vistas como um indicativo de “proletarização” do agricultor familiar, mas sim como uma estratégia de sobrevivência da família e até mesmo de reprodução do patrimônio familiar.

Dentro da nossa amostra de seis agricultores, gostaríamos de destacar que todos participaram da luta pela terra, sendo que apenas dois não são antigos moradores ou rendeiros do imóvel. Um aspecto importante, e que foi previsto propositadamente, é que embora estejam sujeitos às mesmas condições climáticas e tenham recebido os mesmos recursos (terra, crédito, assistência técnica), cada um

deles apresenta uma situação sócio-econômica diferenciada. É o que demonstraremos na análise do Cálculo Simplificado da Renda Familiar Bruta

Vale salientar que é de suma importância ressaltar a diferença sócio-econômica entre esses assentados, pois só assim poderemos identificar quais fatores potencializaram ou dificultaram o avanço sócio-econômico de seus sistemas produtivos, levando assim a indicações sobre os fatores de sustentabilidade nos assentamentos situados em áreas de risco à seca.

Como estamos verificando a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária localizados no semi-árido nordestino, consideramos imprescindível complementar a análise da viabilidade econômica da produção agrícola familiar com a análise das condições sociais, culturais e ambientais da área, pois a sustentabilidade envolve a conquista não só do sucesso econômico, mas a conjunção de todos esses outros aspectos.

Portanto, para ser sustentável além de ser viável economicamente, o assentamento tem que garantir às populações diretamente envolvidas nele, ou seja, os assentados, condições dignas de vida como: moradia, acesso à saúde, escolas, acesso à bens de consumo e todos os outros bens que possibilitam o desenvolvimento sócio-econômico e o crescimento enquanto cidadãos no processo de democratização da sociedade.

4.1.1 Análise da Renda Familiar

Para estimar a renda familiar bruta dos agricultores pesquisados, levamos em consideração os custos de produção e a renda das atividades agropecuárias (incluindo neste item as vendas e a produção auto-consumida), os

dados referentes às fontes de renda externas e, por fim, os créditos e subsídios recebidos. As despesas semanais da família com a alimentação de produtos adquiridos na feira, com remédios, roupas e outros produtos necessários à unidade doméstica, não foram levados em consideração, uma vez que se trata de um cálculo da renda bruta, e não de um orçamento familiar completo.

O que realizamos aqui, foi apenas um cálculo simplificado, mas certamente mais perto da realidade do que os cálculos baseados em média de produção por hectare, pois nossos dados partem das declarações de cada produtor confrontadas com os sinais externos de sucesso ou pobreza, com as avaliações dos outros informantes e com os próprios dados e relato do técnico da EMATER.

Apresentaremos primeiramente aqui o cálculo da renda familiar dos produtores considerados bem sucedidos, que iremos chamar de agricultores 01 e 02, ou Sr. 01 e Sr. 02; em seguida apresentaremos os agricultores considerados intermediários, que iremos chamar de Sr. 03 e Sr. 04; e por fim, aqueles que apesar de possuírem uma renda externa, são considerados pelos próprios assentados e pelos técnicos da EMATER como produtores mal sucedidos e que serão os Srs. 05 e 06.

As tabelas contendo os dados levantados para o cálculo da renda familiar bem como os resultados monetários de cada um dos agricultores que compõem a nossa amostra, encontram-se em anexo. Neste tópico, apresentaremos apenas um quadro resumo, contendo os resultados gerais em termos de valor monetário dos quatro anos analisados, seguidos dos comentários a cerca da situação de cada um deles.

• **Agricultor Nº 01**

Nasceu em 1944, casado e pai de cinco filhos. Moram com ele na propriedade, além da esposa, um filho casado, a nora e dois netos pequenos³⁸. A família se beneficia da renda da agricultura complementada pela renda da previdência social recebida pela esposa e do salário que obtém trabalhando em uma instituição pública local.

TABELA 09
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	- 500,00	- 10,04	5.480,00	110,04	4.980,00	415,00	83,00
1998	- 544,00	- 8,55	6.900,00	108,55	6.356,00	529,66	105,93
1999	165,00	2,44	6.620,00	97,56	6.785,00	565,41	113,08
2000	728,00	12,75	4.980,00	87,25	5.708,00	475,66	95,13

O ano de 1997, apesar de ter sido um ano de chuva, não proporcionou ao Sr. 01, renda na atividade agropecuária. Nesse ano, apesar de ter solicitado crédito agrícola, o Sr. 01, não quis investir no roçado (milho e feijão), mas sim na roça (mandioca), para colher no ano seguinte, assim o saldo negativo da renda agropecuária que surge nesse período foi originado pelo pagamento do custeio agrícola e não por prejuízos na safra.

Em 1998, ano de seca, ninguém teve direito ao crédito de custeio agrícola. O Sr. 01, colheu apenas a mandioca plantada no ano anterior, fabricando a farinha para a venda e consumo da família. Como investiu na compra de ração para o

³⁸ Em nossos cálculos, duas crianças de menos de 10 anos contam como um adulto.

gado e para as cabras, novamente nesse período não teve lucro com as atividades agropecuárias; 100% da renda familiar veio das rendas externas à agricultura³⁹.

Em 1999, mesmo sem receber o crédito agrícola, plantou milho e feijão. Do feijão colheu apenas 50 Kg e do milho 50 espigas. Com relação à criação animal, teve prejuízo com a morte de duas reses e também com a venda do rebanho bovino. Porém, como nesse ano teve direito ao crédito de custeio pecuário, a renda agropecuária não apresentou um saldo negativo. Vale salientar que nesses dois anos, o salário recebido pelo filho, que trabalhou nas frentes de emergência, também foi utilizado para complementar a renda da família

Em 2000, apesar da renda agropecuária ter apresentado um significativo aumento em relação aos anos anteriores, apenas 12,75% da renda familiar anual veio das atividades agropecuárias, contra 85,27% das rendas externas. No entanto, vale salientar que o baixo valor monetário das atividades agropecuárias não o impediu de conseguir recuperar parte do rebanho bovino que tinha perdido em 1999 (comprou 08 cabeças) e de manter o seu rebanho caprino.

• **Agricultor Nº 02**

Nasceu em 1950, casado e pai de seis filhos. Moram com ele, além da esposa, apenas uma filha e um rapaz considerado membro da família. A família além da renda da agricultura, sobrevive da renda obtida do pequeno comércio localizado na cidade de Barra de Santa Rosa e da aposentadoria da esposa do agricultor 02.

³⁹ Nesse período, assim como todos os assentados da área, independente de terem renda externa comprovada, como salários e aposentadorias, teve direito durante seis meses (julho/dezembro de

TABELA 10
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	9.368,00	63,86	5.300,00	36,14	14.668,00	1.222,33	305,58
1998	2.021,80	26,59	5.580,00	73,41	7.601,80	633,48	158,37
1999	3.106,80	35,88	5.550,00	64,22	8.656,80	721,40	180,35
2000	1.060,00	18,08	4.800,00	81,92	5.860,00	488,33	122,08

Para o agricultor 02, o ano de 1997, proporcionou resultados satisfatório advindos das atividades agropecuárias. Apesar de contar com o dinheiro da aposentadoria da esposa e com a renda mensal retirada do pequeno comércio que possui, 63,86% da renda familiar anual vieram das atividades agrícolas, contra 36,14% das rendas externas.

Em 1998, assim como os outros assentados da área, enfrentou problemas com a produção agrícola, porém diferentemente dos outros, pôde investir na agricultura. Plantou milho e feijão e, embora não tenha obtido uma safra similar à de 1997, não teve prejuízos. Com relação à criação animal, mesmo com a seca conseguiu comprar e manter o rebanho que tinha no final de 1997.

Em 1999, continuou investindo na agricultura, não obteve lucro; do feijão que plantou, colheu o suficiente para o consumo doméstico: 150 Kg. Porém devido à sua atividade como comerciante, ainda conseguiu obter uma certa renda com a compra e venda do gado. O dinheiro do custeio pecuário, que recebeu no início do ano e cujo pagamento foi prorrogado, serviu também para manter a renda da agropecuária com um saldo positivo.

1998) a um salário de R\$ 130,00 mensais, referente a frente de emergência do INCRA, implantada no imóvel, para implementar obras de infra-estrutura e reformas das que já existiam.

Embora tanto em 1998 quanto em 1999, a renda agropecuária desse produtor tenha apresentado um saldo monetário positivo, não podemos negar o fato de que a maior parte da renda familiar anual nesse período veio das rendas externas.

Em 2000, com as chuvas que caíram na região, ele resolveu investir pesado no roçado; além do feijão e do milho, plantou o algodão. Como vislumbrava lucro certo, aumentou a área plantada e contratou mão de obra assalariada (06 trabalhadores). Com a irregularidade das chuvas e a praga do bicudo que atacou o algodão, sofreu frustração de safra e o lucro obtido na agricultura não compensou os custos de produção. Os gastos com a compra de animais para complementar o rebanho bovino e caprino também influíram para diminuir a renda advinda da produção agropecuária.

Para esse produtor, embora o ano de 2000 tenha apresentado uma renda familiar anual inferior aos outros anos, não significou que ele teve prejuízo ou que foi um ano ruim, principalmente se levarmos em consideração que não houve perda de patrimônio (por exemplo, a criação animal). Pelo contrário, houve um investimento na propriedade e na residência. Basta considerarmos o número de bens de consumo adquiridos por esse produtor (máquina forrageira, geladeira, televisão, antena parabólica e construção de uma cacimba), em setembro desse mesmo ano, após ser instalada a energia elétrica na sua propriedade.

• **Agricultor Nº 03**

Nasceu em 1959, casado e pai de três filhos adolescentes, que ainda moram em casa. A família vive apenas da renda das atividades agrícolas e da remessa mensal de um irmão (R\$ 60,00) que mora no sul do país.

TABELA 11
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	1.234,00	52,98	1.095,00	30,92	2.329,00	194,08	38,81
1998	- 1053,00	- 66,35	2.640,00	166,35	1.587,00	132,25	26,45
1999	871,00	29,33	2.099,50	70,67	2.970,50	247,54	49,50
2000	856,40	40,88	1.238	59,12	2.094,40	174,53	34,90

Comparando com os agricultores 01 e 02, considerados os de maior sucesso, poderíamos dizer que a renda anual familiar, em 1997, do agricultor 03, embora tenha apresentado um certo equilíbrio (uma vez que 52,98 % da renda veio da agropecuária e 30,92 % veio de outras fontes) não proporcionou acúmulo de capital para investir na propriedade e/ou para guardar como reserva para os anos considerados difíceis (anos de seca).

No entanto, vale salientar que, mesmo obtendo uma renda mensal equivalente a 1,5 salário mínimo mensal, esse produtor conseguiu manter a criação animal, sustentar a família e saldar a dívida referente à parcela do custeio agrícola, sem precisar se desfazer da criação animal. Portanto, se não teve lucro, também não teve prejuízo.

A partir de 1998, esse produtor passa a viver uma nova situação, a de trabalhador “emergenciado” (beneficiado pelas Frentes Produtivas de Trabalho). As chuvas tornam-se escassas na região, o feijão e o milho plantados não vingaram e os custos com a ração para sustentar o rebanho caprino e o bovino que conseguiu sobreviver com a seca, acabaram por contribuir para um saldo negativo na renda agropecuária. A família passou a viver apenas com o salário da frente de emergência do governo, da frente de emergência especial do INCRA e da remessa enviada pelo

irmão do Sr. 03. Portanto, 100% da renda familiar anual nesse período veio das rendas externas.

Em 1999, o salário da emergência continuou a suprir as necessidades da família, porém as chuvas que caíram na região – embora poucas - animaram o Sr. 03 a plantar o feijão e o milho. A safra foi pouca, mas ainda garantiu parte da renda da família. Nesse período, houve um acréscimo da renda familiar anual e por conseguinte da mensal, quando comparamos com o ano de 1998. A ajuda recebida do custeio pecuário e o dinheiro da venda dos dois garrotes que possuía são os responsáveis por esse acréscimo. Assim, parte do dinheiro para o pagamento do custeio pecuário, que foi prorrogado para o ano seguinte, foi reservado.

Em 2000, contando apenas com recursos próprios, investiu na agricultura. Embora não tenha tido prejuízo, os resultados não foram animadores; a renda anual familiar foi baixa. Isto ocorreu, não só devido ao pouco lucro das atividades agropecuárias, mas também porque, fora a renda mensal enviada pelo irmão, ele não contou mais com o salário da frente de emergência. É importante destacar que, além da diminuição da renda, houve também perda de patrimônio, uma vez que o número de animais do rebanho caprino diminuiu: de 55 cabeças em 1997 para 25, já o rebanho bovino houve perda total.

- **Agricultor Nº 04**

Nasceu em 1951, casado e pai de sete filhos. Moram na propriedade com o casal apenas dois filhos adolescentes. A família vive apenas da renda das atividades agrícolas e da remessa de um dos filhos que mora no Mato Grosso. Não é uma remessa constante, ocorre apenas nos períodos de seca e ou em caso de doença.

TABELA 12
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	1.519,00	75,24	500,00	24,76	2.019,00	168,25	42,06
1998	- 1.263,00	- 86,68	2.720,00	186,68	1.457,00	121,41	30,25
1999	- 971,00	46,66	3.052,00	146,66	2.081,00	173,41	43,35
2000	800,04	65,57	420,00	34,43	1.220,04	101,67	25,41

Em 1997, embora as chuvas tenham propiciado, na opinião do agricultor 04, uma colheita razoável, fazendo com que 75,24 % da renda anual da família fosse retirada das atividades agropecuárias, a renda mensal desse produtor chegou a pouco mais de um salário mínimo. Porém, como parte do que colheu foi reservada para a manutenção da casa e do rebanho bovino (06 cabeças), ele conseguiu manter a família sem precisar se desfazer de nenhum animal.

A partir de 1998, assim como a maioria dos assentados da área, passou a viver uma nova situação, a de trabalhador “emergenciado”, ao mesmo tempo que passou a depender também da ajuda financeira enviada pelo filho. A ajuda extra não conseguiu melhorar a situação da família, uma vez que, para manter o gado, parte do dinheiro que podia ter sido utilizada para as despesas de casa ou servir como reserva, foi utilizada para alimentar os animais.

O investimento na agricultura também não deu certo: a plantação de milho e feijão não vingou. O custo com a ração animal e os prejuízos com o roçado ocasionaram um saldo negativo na renda agropecuária, que por sua vez provocou uma queda na renda familiar anual, fazendo com que a família passasse por dificuldades.

Em 1999, o salário da emergência continuou a suprir as necessidades da família, porém ao investir novamente na agricultura, não conseguiu obter lucro. Além disso, o dinheiro enviado pelo filho e o do custeio pecuário foram utilizados novamente para manter a criação. Apesar dos gastos com a ração animal, houve um acréscimo na renda anual familiar, quando comparada com a de 1998.

Em 2000, com recursos próprios, o produtor investiu na agricultura. Plantou algodão, milho e feijão, mas não obteve a safra esperada. Apesar da frustração de safra, 65 % da renda familiar anual veio das atividades agropecuárias. Nesse ano, assim como o agricultor 03, este também sofreu uma significativa perda no patrimônio: das 06 cabeças de rebanho bovino que possuía em 1997, sobrou apenas o boi de tração.

- **Agricultor Nº 05**

Nasceu em 1938, casado e pai de cinco filhos. Em casa, moram os três filhos solteiros e uma neta. Na propriedade também mora a filha casada, o genro e dois netos pequenos. São portanto sete adultos e jovens e três crianças (8,5 unidades. Ver nota 1 deste capítulo). A família sobrevive da renda da agricultura e da aposentadoria do Sr. 05, da sua esposa e a de um filho que é deficiente. A renda da família é utilizada também para manter a filha casada que mora na propriedade e a casada que mora na cidade de Barra de Santa Rosa.

TABELA 13
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	- 698,00	- 21,39	3.960,00	121,39	3.262,00	271,83	31,98
1998	- 281,00	- 6,30	4.740,00	106,30	4.459,00	371,58	43,71
1999	- 6,50	- 0,15	4.160,00	100,15	4.153,50	346,12	40,72
2000	605,00	13,25	3.960,00	86,75	4.565,00	380,41	44,75

Em 1997, o Sr. 05, com recursos próprios (sementes que colheu em 1996), plantou 01 ha de milho e feijão. Do feijão, lucrou apenas para o consumo da casa, cerca de 05 sacos (50 Kg cada) e do milho, conseguiu vender 25 sacos, cujo dinheiro serviu para cobrir parte das despesas com o rebanho bovino (05 cabeças) e o caprino (14 cabeças).

Apesar de contar com recursos financeiros de três aposentadorias e de 1997, ter sido um ano de chuva, não houve investimento na propriedade; pelo contrário, ocorreu perda de patrimônio (morte de 02 bezerros). Os recursos financeiros das rendas externas garantiram apenas a manutenção da família e a alimentação de parte da criação animal que sobreviveu.

Em 1998, com a seca, a situação piorou. Para investir na agricultura, ele vendeu 02 cabeças do rebanho bovino e plantou 02 ha de palma consorciada com o milho e o feijão. Do milho e do feijão que plantou, colheu apenas para o consumo da casa. Com a pecuária também teve prejuízo, pois os animais foram vendidos abaixo do preço de mercado e o único animal que sobrou, não resistiu à seca e morreu. Novamente a família para sobreviver contou apenas com as rendas externas.

Em 1999, a situação encontrada é similar a de 1998; a diferença é que houve um prejuízo menor em termos de valor monetário, referente à renda da

atividade agropecuária. Porém, a perda de patrimônio foi maior: da criação animal encontrada em 1998, restaram apenas 04 cabras e 10 galinhas. Com relação à manutenção da família, novamente as rendas externas continuaram a representar 100% da renda familiar anual.

Em 2000, a renda da agricultura aumentou com relação à dos anos anteriores, mas fora as galinhas, ele não conseguiu manter outro tipo de criação animal na propriedade. O leite para alimentar as crianças menores teve de ser comprado. De 1997 até 2000, não houve qualquer tipo de investimento na propriedade. Nesse caso as rendas externas não mudaram em nada a situação da família e nem a ajudou a enfrentar os problemas causados pela seca, principalmente no que diz respeito a perda do patrimônio produtivo.

- **Agricultor Nº 06**

Nasceu em 1955, casado e pai de oito filhos. Moram em casa os sete filhos solteiros, sendo cinco adolescentes e dois ainda pequenos. Na propriedade também moram a única filha casada e seu esposo, junto com os dois netos pequenos, a sogra e a neta pequena. Portanto, são dez adultos e jovens, e cinco crianças (12,5 unidades). Todos compartilhando das rendas das atividades agrícolas e dos salários da previdência social, que recebem um dos filhos deficiente do casal e também a sogra do Sr. 06.

TABELA 14
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	383,00	9,05	3.850,00	90,95	4.233,00	352,75	28,22
1998	398,00	8,33	4.380,00	91,67	4.778,00	398,16	31,85
1999	14,40	0,39	3.600,00	99,61	3.614,00	301,16	24,09
2000	638,00	15,05	3.600,00	84,95	4.238,00	353,16	28,25

Vemos aqui, novamente um caso similar ao do agricultor 05; mesmo nos períodos de chuva, como foi o caso de 1997, como demonstra a tabela acima, a renda familiar anual foi composta em maior parte pela renda externa. Com apenas uma ressalva: não houve prejuízos, nem perda do rebanho bovino e caprino.

Em 1998, apesar da seca, assim como todos os outros produtores do imóvel, o agricultor 06 investiu na agricultura, mas não obteve lucro. A renda retirada das atividades agropecuárias veio da venda da castanha e da venda de três cabeças do rebanho bovino. Nesse caso, como no do agricultor 05, a renda familiar anual, foi composta quase que totalmente pela rendas externas (91,67 %).

Em 1999, para investir na agricultura, ele vendeu dezesseis galinhas e utilizou parte do dinheiro das rendas externas. Os custos de produção foram maiores do que o lucro obtido com a colheita do feijão e do milho, que sequer foi suficiente para alimentar a família durante todo o ano. Novamente a renda familiar anual foi composta quase que totalmente pelas rendas externas (as aposentadorias).

Em 2000, a situação do agricultor 06 apresentou-se um pouco melhor quando comparada à do agricultor 05. Embora 84,95 % da renda familiar tenha sido gerada da renda externa, ele conseguiu aumentar a criação animal, pelo menos a de

pequeno porte (15 caprinos) e conseguiu manter pelo menos uma vaca, garantindo o leite dos filhos pequenos e dos netos.

4.1.2 A Diferenciação Interna Entre os Assentados

Embora reconheçamos que o valor da renda monetária familiar adquirida pelos assentados pode de certa forma ser considerada uma variável que diferencia o produtor que obteve sucesso daquele que fracassou. Em nossa análise da diferenciação sócio-econômica interna entre os assentados, não levamos em consideração apenas esse fator, mas também alguns indicadores de qualidade de vida bem como a manutenção e reprodução do patrimônio produtivo, principalmente no período de seca.

Como a infra-estrutura social do assentamento é a mesma para todos, assim como o acesso ao crédito, fatores como os instrumentos e as estratégias adotadas para viabilizar e reproduzir a unidade de produção, como dispõem sobre os seus orçamentos domésticos, relação com o mercado, presença de capital inicial no momento do assentamento, foram elementos considerados na análise das condições sócio-econômicas dos agricultores pesquisados.

Assim, o agricultor que apresentou uma renda maior ou similar a de outro agricultor no período de seca, mas não conseguiu manter seu rebanho, ou que não conseguiu proporcionar a família um certo conforto, ligado por exemplo às condições de moradia, ao acesso a bens de consumo como geladeira, fogão, televisão, ou que não conseguiu, mesmo com a ajuda dos créditos, beneficiar a sua propriedade, não pode ser considerado um produtor bem sucedido, nem intermediário.

Por isso, mesmo apresentando uma renda monetária inferior à dos agricultores 05 e 06, os agricultores 03 e 04 foram considerados agricultores “intermediários” do ponto de vista do sucesso econômico. As condições de vida que esses agricultores ofereceram às suas famílias e os benefícios encontrados na propriedade foram superiores aos dos agricultores 05 e 06.

Vejamos o caso do Agricultor 05: a renda monetária mensal é superior à dos agricultores 03 e 04, pois ele conta com o salário da previdência social de um de seus filhos, dele e de sua esposa, no entanto, não conseguiu ainda oferecer uma qualidade de vida digna a sua família, como demonstra o BOX N° 04, com a síntese da situação sócio-econômica dos agricultores pesquisados.

Na propriedade do agricultor 05, tampouco encontramos qualquer tipo de beneficiamento como cisterna, cocheira, pequena barragem e galpões para armazenar a produção. Sem contar que, no período de seca (anos 1998/1999), da pouca criação animal que possuía, parte precisou ser vendida e parte acabou morrendo.

BOX N° 04

SÍNTESE DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS		
Agricultores 01 e 02	Agricultores 03 e 04	Agricultores 05 e 06
<p>Local da Moradia - Agricultor 01 - Vila - Agricultor 02 - Quandú de Baixo</p> <p>Moradia - alvenaria, com energia elétrica, cisterna para armazenar água. Na casa do Agricultor 02, possui água encanada, devido às caixas d'água colocadas em cima da casa.</p> <p>Eletrodomésticos - TV, geladeira, fogão a gás, ferro elétrico, liquidificador, antena parabólica, dentre outros</p> <p>Transporte - agricultor 01 - possui uma motocicletas. Agricultor 02 - uma caminhonete/F1000</p> <p>Infra-estrutura produtiva Agricultor 01 - silos, galpões, pulverizadores, matraca, carro de boi, foices, enxadas, dentre outros Agricultor 02 - silos, galpões, máquina forrageira, pulverizadores etc.</p> <p>Benefícios encontrados na propriedade Cercas, currais e cocheiras. Na propriedade do agricultor 02, encontramos, fora a casa de moradia, 03 casas de alvenaria (04 cômodos) que no momento estão desocupadas e uma cacimba.</p>	<p>Local de Moradia - Agricultor 03 - Vila - Agricultor 04 - Quandú de Cima</p> <p>Moradia - alvenaria, com energia elétrica, cisterna para armazenar água.</p> <p>Eletrodomésticos - TV, geladeira, fogão a gás, ferro elétrico, liquidificador e antena parabólica.</p> <p>Transporte - motocicleta e bicicletas</p> <p>Infra-estrutura produtiva silos, pulverizadores carro de boi, matraca, carroça, enxadas, enxadecos, foices, dentre outros.</p> <p>Benefícios encontrados na propriedade Cercas, currais, galpões para armazenar a produção e cocheiras.</p>	<p>Local de Moradia - Agricultor 05 - Quandú de Baixo - Agricultor 06 - Serra do Bom Bocadinho.</p> <p>Moradia - Ambas as casa são pequenas e ainda estão por terminar. A casa do agricultor 06 possui cisterna e energia elétrica. Na casa do agricultor 05 não tem energia elétrica nem cisterna.</p> <p>Eletrodomésticos - Encontramos uma TV apenas na casa do agricultor 06, bem como ferro elétrico e liquidificador.</p> <p>Transporte - Agricultor 05, um carro velho que na época estava quebrado. Agricultor 06, apenas 02 bicicletas.</p> <p>Infra-estrutura produtiva Silos, pulverizadores, matraca, carroça, carro de boi, enxadas, enxadecos, e foices.</p> <p>Benefícios encontrados na propriedade Agricultor 05 - uma pequena parte da propriedade é cercada, não possui galpão e existe apenas um pequeno curral.</p> <p>Agricultor 06 - Construiu um pequeno depósito ao lado da casa, cocheira, curral e parte da propriedade foi cercada.</p>

FONTE: Dados coletados na pesquisa de campo, através das entrevistas individuais.

Para a análise das condições sócio-econômicas, existe ainda um dado que precisa ser considerado, com relação ao valor monetário da renda familiar, que é a questão do número de pessoas que compõem a família, pois como a maior parte do consumo familiar provém da alimentação, uma renda considerada "alta", torna-se

baixa e em alguns casos, até insuficiente, quando é utilizada para manter uma quantidade maior de pessoas.

Esse fato pode ser facilmente constatado, quando analisamos a renda familiar mensal e a renda *per capita* dos agricultores 05 e 06, apresentadas na Tabela 07. Embora tenham obtido um renda familiar mensal maior do que os agricultores 03 e 04, considerados intermediários, a renda per capita dos produtores intermediários apresentou resultado similar e em alguns casos maior do que o dos produtores 05 e 06.

TABELA 15
RENDA FAMILIAR MENSAL E RENDA *PER CAPITA* - QUANDÚ

AGRIC.	MÉDIA DA RENDA FAMILIAR MENSAL (R\$)						MÉDIA DA RENDA FAMILIAR MENSAL P/PESSOA (R\$)			
	1997	1998	1999	2000	MÉDIA DOS 04 ANOS	S.M	1997	1998	1999	2000
01	415,00	529,66	565,41	475,66	496,43	3,2	83,00	105,93	113,08	118,91
02	1.222,33	635,48	721,40	488,33	766,88	5,0	305,58	158,37	180,35	122,08
03	194,08	132,25	247,54	174,53	187,10	1,2	38,81	26,45	49,50	34,90
04	168,25	121,41	173,41	101,67	141,18	0,9	42,06	30,25	43,35	25,41
05	271,83	371,58	346,12	380,41	342,48	2,2	31,98	43,71	40,72	44,75
06	352,75	398,16	301,16	353,16	351,30	2,3	28,22	31,85	24,09	28,25

FONTE: Tabela construída a partir dos dados coletados na pesquisa de campo.

Com relação aos agricultores 01 e 02, considerados bem sucedidos, percebemos que além das rendas externas e do acesso aos recursos financeiros provenientes do crédito agrícola, fatores como capital inicial que possuíam no momento do assentamento e a relação que mantêm com o mercado, contribuíram para que esses assentados apresentassem melhores condições que os demais.

Vejamos o caso do agricultor 02, que antes de ser assentado e embora trabalhasse na agricultura, já dispunha de um pequeno comércio na feira de Barra de Santa Rosa (banca de cereais), portanto já desenvolvia uma atividade externa e já

mantinha uma relação diferente dos outros agricultores com o mercado, a de comerciante.

Quando recebeu as terras do assentamento, devido à renda que retirava do pequeno comércio e do salário da esposa como professora, possuía capital para investir na propriedade; além disso, por ser comerciante, não estava sujeito aos baixos preços dos atravessadores. Atualmente o pequeno comércio transformou-se em um mini-mercado, de forma que ele não só tem espaço para vender a sua própria produção ou negociá-la por melhores preços, como também tem condições de comprar a produção dos outros assentados da área.

Por isso em um ano de chuva como foi o de 1997, a sua renda mensal alcançou o valor de oito salários mínimos⁴⁰. Além disso, como demonstram os dados da Tabela 07, a sua renda nos períodos de seca não foi inferior a três salários mínimos, sem contar que, mesmo na seca, não houve perda de patrimônio; cada animal vendido foi logo substituído.

Embora a seca tenha fragilizado (de maneira diferenciada) todos os assentados, podemos perceber que para os agricultores considerados bem sucedidos, se não houve ganhos, também não houve grandes perdas, principalmente do capital produtivo; os recursos acumulados nos períodos de chuva somados às rendas externas se não possibilitaram reprodução pelo menos propiciaram a manutenção da família de forma digna e do patrimônio familiar.

Outro dado a ser considerado, é que o sucesso ou o fracasso dos agricultores pesquisados não ocorreu devido a um fator potencializador ou restritivo de forma isolada, mas sim de um conjunto de fatores, em diferentes combinações.

⁴⁰ Para a base do cálculo do salário mínimo tomamos o valor de R\$ 151,00.

Constatamos isso na análise da renda dos agricultores de nossa amostra, pois tanto os agricultores bem sucedidos quanto os considerados mal sucedidos, contaram com o recurso das rendas externas, principalmente da previdência social, porém para os primeiros, à renda externa foi um fator de potencialização do seus sistemas produtivos nos períodos de chuva e a garantia da manutenção do patrimônio produtivo nos períodos de seca, para os últimos, à renda externa no período de seca, garantiu apenas de forma precária a manutenção da família.

4.2 AS CONDIÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DA SUSTENTABILIDADE

Vale salientar que o quadro natural, a presença do crédito, o retorno econômico das atividades agropecuárias, a organização da produção e a infraestrutura básica do assentamento, podem ser considerados parte do conjunto dos fatores potencializadores dos sistemas produtivos e sociais das áreas de assentamento e por conseguinte da melhoria das condições econômicas e sociais dos produtores assentados.

No estudo da sustentabilidade do assentamento Quandú e do assentamento Bela Vista, além desses fatores, levamos em consideração para a análise da sustentabilidade a questão da organização e da participação comunitária, pois esses fatores associados aos econômicos e ambientais, como os já citados acima, podem atuar tanto na melhoria das condições sociais dos assentados, como também contribuir para potencializar os seus sistemas produtivos.

Portanto não é a toa que, nos últimos anos, a importância da organização e da participação comunitária para a sustentabilidade dos assentamentos

rurais tenha sido ressaltada, chamando a atenção para a busca e a adoção de medidas que se adequem às necessidades e capacidades dos assentados, assim como para o papel das ações descentralizadas no quadro do planejamento do desenvolvimento.

Os conceitos de participação e organização possuem uma ampla diversidade de significados. Para BORDENAVE (1983, p. 23), a palavra “participação” sugere a idéia que se vai ter ou tomar *parte* de alguma coisa, independentemente da forma em que ela se apresenta, concreta ou abstrata, formal ou informal. Para ele, essa ação não se dá por acaso, mas é uma necessidade fundamental, como são a comida, o sono e a saúde. A participação constitui portanto um fator indispensável na realização do ser humano, pois é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, mobilizar pessoas etc.

Para ANELLO & HERNÁNDEZ (1993), a participação ocorre quando se consegue a colaboração da população em termos de mão de obra e na disponibilização de determinados materiais e/ou equipamentos, ou pode estar relacionada mais diretamente com a capacidade de uma comunidade tomar decisões a respeito de diversos problemas aos quais é confrontada, e que se expressa mais claramente em termos de organização comunitária. Pode significar também a capacidade que determinadas comunidades possuem de dirigir suas próprias vidas individuais e comunitárias.

CROZIER & FRIEDBER (1997, apud SABOURIN, 1999a), consideram que a organização é um processo de criação coletiva através do qual os membros de uma coletividade aprendem juntos. Quer dizer que inventam e fixam juntos novas maneiras de assumir os jogos sociais da cooperação e do conflito e adquirem as capacidades de relacionamento e de organização.

A incorporação da organização e da participação social nos projetos de assentamento não se dá sem problemas; há uma contradição entre o planejamento das ações e a sua execução e aceitação dentro do assentamento, com importantes repercussões e com resultados nem sempre favoráveis ao seu desenvolvimento.

Para visualizar os processos de organização e participação social do assentamento Quandú e do Bela Vista, ressaltaremos os pontos que elegemos como os mais significativos para a compreensão do espaço social e da qualidade de vida dos assentamentos em questão.

Por organização, entendemos como estão estruturadas as relações de produção e a vida associativa dos assentados, as relações estabelecidas com as instituições de apoio técnico e financeiro, bem como as percepções e atitudes dos assentados em relação a essas estruturas.

4.2.1 A Organização Política e as Relações Institucionais do Assentamento Quandú

4.2.1.1 A relação dos Assentados com a Associação

A Associação do Quandú surgiu mediante assessoria do INCRA/PB e do STR de Barra de Santa Rosa, juntamente com aqueles(as) trabalhadores(as) que, na época do conflito, lideraram a luta. O número dos que participaram da organização da Associação foi menor do que aqueles que participaram da luta pela terra, e é por isso que, para alguns assentados, a Associação foi criada de cima para baixo, principalmente para aqueles que não participaram da luta pela terra.

A artificialidade da criação da Associação, uma vez que não foi fruto da livre iniciativa de todos os assentados, foi utilizada como justificativa, para

explicar a falta de uma participação mais ativa por boa parte dos assentados nos assuntos levantados por essa entidade.

Para os assentados que fizeram parte da luta, a falta de uma participação mais ativa do pessoal na Associação não se deve ao fato dela ter sido criada às pressas de cima para baixo, mas sim pelo fato do INCRA ter assentado pessoas que não participaram da luta pela terra e que não tinham nenhum comprometimento com as questões do assentamento.

“... no começo do assentamento quando o presidente saía nas casas, que ainda hoje ele faz isso, sai no meio do povo, menino!!! Vai ter uma reunião lá na sede, o povo saía com uma brutalidade tão grande que só faltava dá na cara dele...hoje tá muito mudado, aqui melhorou muito, não melhorou seu C.?”(esposa do agricultor 03)

Apesar de alguns assentados considerarem que na sua formação, a Associação foi um elemento de um grupinho e não uma entidade comunitária a serviço de todos, não deixaram de reconhecer a importância dessa entidade para a mediação entre eles e os órgãos de financiamento governamentais, principalmente quando evidenciam a ajuda recebida do INCRA, no início do assentamento, através dos projetos e dos créditos utilizados para capitalizar e garantir a manutenção da família e da propriedade.

Com relação à diretoria da Associação, os assentados consideram que o presidente exerce um bom trabalho: tudo o que consegue usa em proveito dos assentados e as divergências que surgem são discutidas e resolvidas na medida do possível nas reuniões mensais da Associação. Tivemos oportunidade de assistir a uma dessas reuniões e constatamos a participação de todos os titulares da terra;

observamos também as prestações de conta apresentadas pelo secretário e pelo tesoureiro da Associação; qualquer dúvida, inclusive as nossas, foi prontamente esclarecida.

"Você compreende isso melhor do que eu, ele as vezes agrada a um, não agrada a outro, mas juntando o bolo todo, ele faz um bom trabalho." (agricultor 02)

Para as lideranças da Associação, apesar dos assentados ainda verem a Associação apenas como um mecanismo de reivindicação de crédito ou de alguma infra-estrutura básica para o assentamento, a assiduidade nas reuniões aumentou. No entanto, os jovens e os assentados que não são titulares (filhos e parentes dos titulares), assim como as mulheres, com exceção daquelas que são chefes de família, não participam das reuniões.

"...a gente exige assim, que no estatuto da Associação ele não diz nada sobre isso, o que a gente exige assim é que ele se associe na Associação pra ter mais direito, por exemplo, vimos projeto pra que eles tenham mais poder de decisão, também para que ele vá também se entrosando na vida do assentamento, porque a gente vai ficando velho, depois se os novos não ingressar, né?... eu tenho uma grande preocupação com o futuro desse assentamento, que os jovens infelizmente, são um pouco desligado não procura se associar." (liderança da Associação)

Por não participarem das reuniões, os jovens são criticados pelos associados, mas a falta de interesse deles, segundo relato de uma assentada, está ligada ao fato de que a associação não dá ouvido às opiniões deles e também não procura desenvolver atividades em prol desses jovens; além disso, exige deles o

pagamento das mensalidades (R\$ 1,00 por mês), valor do qual nem sempre os pais podem dispor, para eles e para os filhos.

“Os jovens eles não querem participar da Associação, como eu já falei, e se não participa da Associação não participa da terra. Ai a gente estamos desse jeito, né? Porque um dia a gente vamos, né? E esses jovens se não estiverem preparados como é que vai ficar aqui?...” (agricultor 04)

“Os jovens cobram do presidente da Associação uma quadra de esporte, mas nunca fazem nada por eles, eles se desinteressam em participar, ainda mais querem cobrar deles a mensalidade, numa época dessa, que ninguém tá tendo dinheiro.” (esposa do agricultor 03)

Embora no período da luta a participação das mulheres tenha sido ativa e até mesmo solicitada pelos homens, após a conquista da terra é como se a importância delas diminuísse. A ausência delas nas reuniões da Associação não gerou nenhum tipo de crítica nem de reclamação por parte dos associados nem por parte dos membros da diretoria.

Quando indagamos, entre os nossos entrevistados, qual seria o motivo da ausência feminina, a explicação chave foi o acúmulo de tarefas, principalmente as domésticas e a televisão. Como as reuniões geralmente acontecem aos domingos à tarde, até mesmo as mulheres de nossa amostra reforçaram o desejo de ficarem em casa para assistir televisão, único lazer no assentamento.

“Eu não gosto muito de sair, me dá dor de cabeça. Gosto de ficar em casa, não gosto de andar muito não, prefiro ficar assistindo televisão. P. é quem vai, ele não perde uma reunião.” (esposa do agricultor 06)

Entre as mulheres de nossa amostra, apenas uma, afirmou considerar importante participar das reuniões da Associação; as outras acharam que essa tarefa deve ser realizada pelos homens. Afinal são eles que possuem o título da terra, que negociam com os atravessadores, que recebem o financiamento agrícola, isto é, gerenciam tudo na propriedade; elas apesar de trabalharem no roçado, consideram que apenas ajudam os maridos.

"...eu sempre que posso participo, mesmo agora que deixei de ser secretária. É muito importante a gente saber o que acontece, infelizmente aqui a maioria das mulheres só se preocupa com o viver delas, num se preocupam em participar ativamente de tudo que acontece. Principalmente das reuniões que a gente faz aqui mensalmente, só assim a gente ia descobrir muita coisa juntas e ia poder conquistar também os nosso direitos." (esposa do agricultor 03)

O comodismo e a submissão/dependência do marido, não são as únicas explicações possíveis para justificar a ausência das mulheres. Se limitarmos à isso, seria como afirmam MIELE & GUIMARÃES (1998, p. 220), não ultrapassaríamos os limites da aparência, pois fatores como o grau de instrução e a relação com a terra, também são aspectos importantes para entendermos essa questão.

Quando a mulher é parceira⁴¹, é sozinha, ela costuma e necessita participar das reuniões, afinal é ela que assume o papel do homem, ela não se vê apenas como aquela que ajuda, mas sim como a responsável pela gestão da propriedade. Decorre daí o fato de que nesse sentido o seu grau de consciência com

⁴¹ Parceiro (a) é o trabalhador assentado em nome do qual a parcela dividida pelo INCRA está registrada, aquele que chamamos aqui de titular da terra.

relação ao papel da mulher dentro do assentamento seja diferente das mulheres que não precisam manter sozinha a família e a propriedade.

Com relação ao grau de instrução, percebemos isso claramente quando falávamos com a esposa de um dos assentados, que já ocupou um cargo dentro da Associação, foi professora e mesmo do fora do quadro da direção da Associação não deixa de se interessar pelos problemas do assentamento e nem de participar das reuniões.

"Meu marido diz que eu vou ficar louca, sai da Associação porque tinha que dar chance pra outros e também tava muito cansada, principalmente quando eu tava ensinando. Eu fiquei 10 anos dentro dessa Associação, só não fui presidente, mais o resto eu fui de tudo. Mas, mesmo assim não paro, tava lutando para conseguir o ônibus para levar os meninos para a escola de Barra." (esposa do agricultor 03)

Como podemos ver a questão da falta de participação nas reuniões da Associação é um problema que ultrapassa a condição de gênero. Podemos dizer que a ausência da mulher está ligada a sua "trajetória histórica"⁴² – o cuidado da casa, dos filhos, a relação que mantém com o marido, com a terra e como já foi apresentado aqui, com o seu grau de instrução.

A ausência dos jovens, talvez seja um problema ainda mais significativo, porque sendo os jovens, mais especificamente os do sexo masculino, os herdeiros e responsáveis no futuro pela continuidade do assentamento, a falta de interesse em participar das reuniões pode estar ligada à falta de perspectiva de

⁴² Ver, MIELE, Neide e GUIMARÃES, Flávia Maia. As mulheres nos assentamentos rurais: o antes e o depois. In: IENO Neto e BAMAT (Orgs.). *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998, p. 205-243.

trabalho no assentamento e/ou à consciência insuficiente da importância de sua participação.

Fora a ausência dos jovens e das mulheres, que não deixa de ser um problema, no nosso entender, o maior problema que a Associação tem enfrentado diz respeito a atitude da maioria das famílias assentadas. Passados dez anos de sua criação, a Associação não conseguiu ainda aglutinar as famílias em torno de um projeto de desenvolvimento coletivo para o assentamento, a maioria ainda a vê como mera captadora de recursos financeiros e/ou como gestora dos equipamentos produtivos de uso comum (trator, máquina de secagem de grãos⁴³, casa de farinha) e não como um mecanismo de articulação política da comunidade.

Essa atitude por parte da maioria dos assentados, além de enfraquecer a atuação da Associação, dificulta o desenvolvimento de processos sociais participativos para ações mais integradas e complexas que poderiam resultar na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

4.2.1.2 A relação dos Assentados com o Sindicato e com os Movimentos Sociais Organizados – CPT e MST

O relacionamento dos assentados do Quandú com o STR é fraco, apesar do atual presidente do STR ser um agricultor do assentamento e do STR ter apoiado ativamente, no período da luta, os trabalhadores da área. Os assentados não conseguem ver no sindicato um ponto de apoio para reivindicações de políticas públicas. Se associam ao sindicato apenas para conseguirem no futuro a aposentadoria.

⁴³ Equipamento doado pelo PEASA em 1999.

O assentamento Quandú também não possui a presença política nem do MST nem da CPT, movimentos sociais de forte ação política reivindicatória. Portanto, cabe apenas à Associação o papel de interlocutora na negociação política nos diferentes espaços públicos. No caso da Associação Comunitária do Quandú, a atuação com as diversas esferas do poder público é frágil, pois a mesma tem centralizado seu papel apenas na reivindicação do crédito ou de alguma infraestrutura básica para o assentamento, conseguidas na maioria dos casos através do INCRA.

A falta de vinculação com esses movimentos sociais organizados de abrangência Estadual e Nacional tem deixado o assentamento Quandú isolado: dificultando o acesso à políticas sociais de responsabilidade municipal e estadual - como serviço de educação, posto telefônico, posto médico, organização do espaço público interno com áreas de lazer, manutenção das estradas internas etc. Além de prejudicar a comunicação com outros assentamentos do Estado.

O Quandú não mantém nenhum tipo de contato organizado com outros assentamentos, contato esse que se dá através de reuniões organizadas tanto pela CPT e pelo MST da Paraíba. Participar dessas reuniões seria muito importante, pois há uma troca constante de experiências, que podem criar alternativas concretas para os problemas enfrentados pelos Projetos de Assentamentos. Além disso, nessas reuniões o contato com os representantes de vários órgãos públicos (INCRA, EMATER, EMPASA, Projeto LUMIAR, etc.) pode proporcionar a discussão mais efetiva desses problemas.

A falta de organização política também tem prejudicado a participação ativa dos assentados nos diversos conselhos municipais de Barra de Santa Rosa (saúde, educação e agricultura), o que agrava ainda mais a situação do assentamento,

uma vez que a relação com o poder local é fundamental para as conquistas ou melhorias nas áreas sociais.

Desse modo, a ação da prefeitura no assentamento está centrada apenas no atendimento à saúde (através de visitas esporádicas das agentes de saúde) e ao serviço de educação do ensino fundamental I, no próprio assentamento, assim mesmo de maneira insatisfatória. A atuação do Estado resume-se apenas à presença dos técnicos da EMATER, que se dividem entre a assistência ao assentamento e ao conjunto de agricultores do município.

Para o desenvolvimento de um assentamento, a capacidade de organização e relacionamento político é de fundamental importância para a obtenção do apoio institucional nos diferentes níveis de poder: municipal, estadual e federal. No Quandú, ainda não vislumbramos nenhum processo de organização política e social da comunidade e por conseguinte, pouco envolvimento do lado dos poderes públicos, municipais e estaduais, cuja visão é de que o assentamento e seus problemas são de responsabilidade do INCRA.

Acreditamos portanto, que a solução dos problemas de organização do assentamento Quandú, passa pela implantação de uma assessoria política pedagógica envolvida com a coletividade, que ajude os assentados a alcançarem o desenvolvimento de uma consciência crítica a cerca da importância da organização como caminho para a obtenção não só de um estágio econômico satisfatório, mas também da melhoria da qualidade de vida, transformando assim os assentados em força econômica, social e política.

4.2.1.3 A Relação dos Assentados com o INCRA

A relação entre o INCRA e os assentados é permeada por uma aparente cordialidade. O INCRA decide e garante os benefícios prometidos às famílias, procurando fazer com que as decisões sejam vistas como da comunidade que, por sua vez, é responsável pela execução e os destinos dos programas. A organização e a participação comunitária dentro do assentamento, têm funcionado desde o início dessa forma: o INCRA coordenando as decisões e os assentados acatando ou fingindo acatar.

Essa aparente cordialidade entre os assentados e o INCRA, porém, não consegue esconder os conflitos que existem nesta relação. Estes são subordinados a uma estratégia maior de sobrevivência, baseada na boa convivência. Afinal é preciso manter boas relações com o órgão que garante os benefícios às famílias assentadas.

O assentamento tem apresentado problemas em termos de mobilização e capacidade de ação, percebidos até mesmo pelos próprios assentados, que após enfrentarem os problemas causados pela última seca, têm refletido sobre como melhorar as condições de participação na comunidade e até mesmo a atuação do INCRA, na área.

“Tudo o que tem aqui devemos ao INCRA, tudo o que podia fazer aqui o INCRA já fez, se tamo nessa situação é por causa da seca, o que o INCRA pode fazer? Mandar dinheiro? Dinheiro só não basta, pode mandar um caminhão de dinheiro, dinheiro acaba, sem produção se acaba, né? O INCRA vai fazer chover? Ele pode?” (agricultor 03)

“Eu acho que na parte do INCRA nos anos de seca, de aperto, devia ter uma emergência para o assentamento como teve o ano passado (1998), a gente fez muito serviço aqui, renovou sede, fez cisternas, fez estradas, melhorou cercado e garantiu renda para as famílias. Eu acho que enquanto o INCRA tiver aqui dentro, ele tem que se preocupar com isso, só que só durou 6 meses, de que adianta receber 6 meses, já são dois anos de seca.” (agricultor 01)

“Eu não sei se a culpa é de nós assentados, se do INCRA que não teve como esclarecer, ou não era da competência dele, eu não sei, só sei que alguma coisa tá errada aqui dentro e o erro veio do começo. Dois anos de seca acabou com 10 anos de trabalho da gente.” (agricultor 06)

O assentamento Quandú, foi criado pelo INCRA para ser um assentamento modelo. Dessa forma o INCRA assumiu praticamente todas as tarefas do assentamento, desde a implementação da infra-estrutura básica até a organização dos assentados através da Associação, com a colaboração do STR de Barra de Santa Rosa e a EMATER local.

Para o técnico da EMATER, a atuação do INCRA foi extremamente necessária. Os agricultores não estavam organizados institucionalmente e sequer tinham idéia de como deveria funcionar um assentamento. O STR de Barra de Santa Rosa, apesar de ter se mostrado atuante e participativo no momento da luta, os seus dirigentes também não tinham idéias consistentes de como organizar o pessoal. Coube então ao INCRA, com o apoio da EMATER, fazer o levantamento das reais necessidades dos assentados e da área e organizar os trabalhadores para que unidos conseguissem benefícios em prol da comunidade.

“Olhe, no Quandú fomos solicitados desde o início. Participamos de inscrição de tudo. O INCRA fez um

bom trabalho, o pessoal precisava da assistência deles e também da nossa, para eles se organizarem.”
(técnico da EMATER)

Na opinião de alguns assentados, uma das causas para a falta de organização entre eles deve-se ao fato da interferência do INCRA no processo de regularização jurídica do assentamento, principalmente na criação da Associação. Dessa forma muitos encontram na criação da Associação uma desculpa para não trabalharem ou para não participarem mais ativamente dos problemas do assentamento; outros por sua vez acreditam que se no início o INCRA tomou a frente de tudo, portanto ainda lhe cabe hoje esse serviço.

De acordo com o técnico do INCRA responsável pelo assentamento, o trabalho inicial no assentamento foi o de orientar os assentados, ensiná-los a trabalhar em grupo, informá-los dos procedimentos adequados para solicitar financiamentos etc. Porém, fez questão de esclarecer que nunca houve imposição, tudo era apresentado, discutido e aprovado ou não pela comunidade, que também passou a receber orientação e apoio técnico da EMATER.

Entretanto, sabemos que esse não foi um processo neutro e sem conseqüências, sobretudo quando sabemos do despreparo dos assentados e de seus líderes para gerenciar recursos financeiros, lidarem com regras de financiamento e até mesmo com a própria engrenagem mercantil. Não podemos esquecer que a maioria dos agricultores da área, eram antigos moradores do local, que pela primeira vez estavam tomando decisões sobre o seu tempo de vida e de trabalho, isto é, produzindo por conta própria e gerindo a sua propriedade longe dos olhos do patrão, do proprietário da terra.

Os relatos dos assentados de nossa amostra e o conteúdo das atas das assembleias da Associação confirmam as nossas suspeitas, demonstrando que a relação entre o INCRA e os assentados não ocorreu como descrita pelo técnico. Como detentor do conhecimento das leis e das regras que devem ser seguidas por todos os membros e como mantenedor da ordem, o INCRA, na maioria dos casos, influenciou as ações dos assentados com sua ideologia e suas normas burocráticas.

"...o INCRA fez uma, uma exigência aqui no assentamento, de não aceitar ninguém morando nas casas comunitárias. Ai pra gente abrir mão pra um que precise, os outros vão ficar tudo com queixa e quer também. As casas comunitárias é só para servir de armazém para quem não tem aonde colocar a produção." (agricultor 05)

"...o mutirão está muito fraco, essa terra tem 47 famílias enquanto eu contei 10 pessoas no mutirão e isso é uma vergonha. Essa semana vou a João Pessoa no INCRA para resolver esse problema... (03/03/96).

Os exemplos citados até agora ilustram a princípio uma atitude de submissão do que de aparente cordialidade entre os assentados e o INCRA. Contudo, um dos exemplos mais ricos dessa aparente cordialidade dos assentados foi encontrado quando analisamos a proposta de coletivização das terras lançada pelo INCRA (no início do assentamento e depois em 1995) e a atitude dos assentados em relação a essa proposta.

Para organizar a produção do assentamento e unir as famílias assentadas, principalmente aquelas que não participaram do processo de luta pela terra, os técnicos do INCRA resolveram propor para os assentados o trabalho coletivo, isto é, a organização comunitária da terra.

Para que os assentados aceitassem a proposta, o INCRA tentou convencê-los de que ao realizarem o trabalho de forma coletiva, haveria mais facilidade de conseguir financiamentos para os projetos, evitaria-se a diferenciação social dentro do assentamento, a revenda das terras e possibilitaria a integração dos assentados. Lançada a proposta, a mesma foi votada na assembléia da Associação e recebeu 99,9 % dos votos a favor.

Apesar de concordarem em trabalhar a terra em conjunto, o trabalho comunitário provocou polêmica entre os assentados. O consenso entre eles só existiu na aparência. As famílias assentadas, mesmo após várias reuniões com o técnico do INCRA e com os dirigentes da Associação, continuaram aceitando as atividades coletivas apenas na teoria. Na prática, cada um desenvolveu o trabalho agrícola no seu lote.

Em 1995, após seis anos de desapropriação da fazenda, como o imóvel ainda não havia sido demarcado e vendo que os assentados não aceitaram trabalhar de forma coletiva, o INCRA, resolveu lançar outra proposta, coletivizar apenas as terras da Serra do Bombocadinho e regularizar as parcelas onde os assentados já trabalhavam. Os assentados concordaram com a proposta, porém como já foi demonstrado no capítulo III, mudaram de idéia e financiaram por conta própria o loteamento das terras da Serra.

Como então explicar essa aceitação do trabalho comunitário pelos assentados na presença do técnico do INCRA e depois a recusa na prática?

Isso só pode ser explicado através das inúmeras estratégias de sobrevivência utilizadas pelos produtores, que para manter uma boa convivência com os interventores e garantir os benefícios desejados, apropriam-se da orientação

recebida segundo uma lógica específica, que se situa bem longe das intenções dos interventores e/ou mediadores.

Os assentados reconhecem que precisam do financiamento para poderem dar prosseguimento as suas atividades econômicas, sabem que o INCRA é o órgão responsável pela liberação desses financiamentos, portanto, para não entrarem em choque com o interventor, na presença dele, acatam a decisão por pura questão de sobrevivência.

O descompasso entre os interesses estratégicos dos mediadores e lideranças e os interesses dos agricultores não é uma situação particular do assentamento Quandú, principalmente no que diz respeito às formas cooperadas de organização. De acordo com FERRANTE (1994, p. 138), isso ocorre porque “a construção de uma coletividade rural de produtores em cooperação não é necessariamente produto da vontade dos trabalhadores, mas uma resposta a uma decisão de modelo cooperativo forjada nas instâncias do poder”.

Para CAZELLA (1995), o encontro da proposta de trabalho coletivo com as diferentes trajetórias de vida, com as diferentes mediações políticas e com o dinâmico processo de formação e transformação de identidades dos agricultores assentados, resulta em novos espaços de conflitos, acentuando os existentes e/ou secundarizando outros. Revela também as divergências entre os interesses estratégicos construídos pelos mediadores e lideranças e os interesses dos agricultores.

O trabalho “coletivo” possui um papel importante para o desenvolvimento da união entre os assentados e por conseguinte para o desenvolvimento do assentamento. Entretanto, para que ele possa ser implantado com sucesso, é preciso dar atenção não só às diferentes trajetórias de vida de cada

assentado, mas também, como ressaltou ZIMMERMANN (1996), aos diferentes projetos e expectativas de cada membro do grupo.

Dessa forma, ao tentar introduzir o trabalho comunitário, através da coletivização das terras, o INCRA não obteve sucesso, pois não considerou a diversidade de situações e especificidades das famílias, bem como a completa falta de experiência dos agricultores e das lideranças no trabalho coletivo ou comunitário.

Em seu passado recente, até mesmo aqueles que participaram da luta pela terra, não possuíam experiências de um trabalho coletivo. Esta situação poderia ter sido contornada se o INCRA tivesse preparado as famílias e as lideranças para o trabalho conjunto no assentamento, estimulando-os à participação social efetiva e não apenas tentando impor o que deveria ser feito.

4.2.1.4 A Relação dos Assentados do Quandú com a EMATER e com os Outros Órgãos de Assistência Técnica

A frágil ação da assistência técnica é um fator limitante à superação dos complexos problemas que envolvem o desenvolvimento dos assentamentos. Independentemente das outras condições - quadro natural, infra-estrutura, relacionamento institucional, organização social e política, - a insuficiência do atendimento técnico é um dos fatores responsável pela baixa capacidade produtiva e a diminuição da renda dos assentamentos.

O envolvimento da assistência técnica com os objetivos da reforma agrária contribui para o desenvolvimento nos assentamentos de um sistema de produção e de um padrão tecnológico próprio, capaz de aumentar a renda monetária da família, garantindo assim a viabilidade econômica e social dos assentamentos. Mas isto supõe um atendimento constante, com a adoção de tecnologias adaptadas ao

quadro natural da região e à capacidade dos produtores, privilegiando as questões ligadas ao meio ambiente, à gestão da unidade familiar, e a análise de mercados e agroindústrias.

No Quandú, analisando os depoimentos dos assentados, podemos dizer que a assistência técnica (AT) é precária, seja ela da EMATER ou de outros órgãos. Não existe por parte de nenhuma instituição um acompanhamento sistemático, embora haja a realização de cursos e treinamentos, o que tem ocorrido ao longo dos anos é uma assistência informal e assistemática.

Para os assentados de nossa amostra, não há um envolvimento do técnico da EMATER com os problemas do assentamento. As visitas são esporádicas e a assistência técnica é inexistente.

"Pra mim mesmo, eles não procuram, nem nunca procurei, tudo o que eu quero eu resolvo com a Associação". (agricultor 06)

"Nós não temos um acompanhamento da EMATER, por exemplo, na hora de pulverizar, quando a gente vê que a praga tá atacando, a gente vai lá e pulveriza."(agricultor 03)

"A EMATER sempre ela é devagar, o técnico só vem fazer a cobrança da dívida, não vem dar uma orientação daquilo que agente pode aplicar aqui dentro pra ter rendimento. Só se agente for atrás e pedir, dizer que tá precisando. No período de seca, eles não põe nem o pé aqui."(agricultor 04)

"Quando o povo vê o técnico da EMATER no sítio, aí o povo diz logo: é conta, é conta, a cara dele já parece com o Banco do Nordeste".(esposa do agricultor 03)

A opinião do técnico da EMATER responsável pelo assentamento, é bem diferente. Segundo o seu depoimento, o relacionamento entre ele e os assentados é bastante satisfatório e a assistência prestada é constante. Os problemas que o assentamento enfrenta, na opinião dele, são derivados do clima e em alguns casos, da teimosia dos agricultores em não seguirem as orientações técnicas.

"...modéstia a parte, olha, desde que eu comecei, desde o início do trabalho, comecei, vou lá. Tenho uma certa liderança com eles, conheço eles há muito tempo, né? Eles têm uma certa atenção à minha pessoa, né?"

"Nós damos, olhe, nós sempre damos dicas pra eles, em termo de plantio, de custeio, de plantação. Tanto na pecuária..."

"Eles são muito devagar, tem deles que dão trabalho até pra plantar, eu mesmo tive que dar uns aperto em alguns deles, tinha deles que não queriam, não queriam plantar na área toda..."

"Antes da gente solicitar o crédito, todos têm que ser visitados, porque eu tenho que passar o laudo para o banco. Nós fazemos um plano de trabalho só para o Inca. A gente manda para a Emater Regional e ela lá manda para a Comissão Estadual, analisa junto com o Inca. Aí vem o financiamento, que é tirado no Banco Nordeste" (técnico da EMATER)

Comparando os discursos dos técnicos com os dos assentados, constatamos que não há por parte dos técnicos identificação e comprometimento com os agricultores assentados, portanto não há confiança mútua entre eles. A relação entre ambos é ambígua. O técnico é visto pelos assentados como necessário apenas em momentos específicos do processo produtivo, isto é, na elaboração de projetos ou de laudos para justificar a prorrogação das dívidas, ele por sua vez, valoriza seu

papel e justifica a baixa capacidade produtiva do assentamento pelos problemas climáticos ou pela incapacidade do produtor.

Assim como a EMATER, de acordo com os assentados, as outras entidades que prestam assistência ao assentamento como a Universidade Federal da Paraíba, através do Centro de Formação de Tecnólogos (Bananeiras) e do PEASA, tampouco desenvolvem um trabalho constante. As visitas desses órgãos são esporádicas e inexistentes nos períodos de seca.

"O pessoal de Bananeiras deu assistência no projeto de cabras, ainda dá até hoje, eles vem aí dar uma olhadinha de vez em quando." (agricultor 04)

"O pessoal do PEASA veio, reuniu todo mundo, falou da fábrica, construíram a cisterna, construíram a casa, colocaram a energia, aí desapareceram, nunca mais, desde que a seca começou, ninguém vem nos visitar. Até agora só você, só você mesmo tem visitado a gente." (agricultor 05)

Apesar das visitas esporádicas, os assentados mantêm uma boa relação com essas instituições, participam de todos os cursos oferecidos, porém gostariam que os cursos e a atuação desses órgãos trouxessem resultados mais efetivos, principalmente em termos de melhoria da renda monetária das famílias.

"Fiz todos os cursos que passaram por aqui, não sobrou um: de cabra, de primeiros socorros, um monte de coisa. Valeu muito, valeu a pena, pra todo mundo. No curso as mulheres, elas aprenderam, quer dizer, nós aprendemos que usar a folha da mandioca, fazer uma múltipla mistura, melhora a saúde do menino. Mas pra lucrar não teve nenhum, foi uma coisa que nós aprendemos na vida pessoal do dia a dia." (esposa do agricultor 03)

"Eles oferecem os cursos, mas não oferecem nenhuma condição pra pessoa começar, pra tudo tem que se ter dinheiro, o dinheiro tem sempre que tá na frente, eu não sei se o dinheiro é a perdição ou é a salvação, mas o dinheiro tem que tá na frente." (esposa do agricultor 02)

"... se tem um incentivo pra você aprender alguma coisa que vai render, aquela alguma coisa, aí eu acho que todo mundo se interessa. Quando você diz assim: você vai lucrar. Você veja, na fábrica de caju não tem muita gente interessado, porque eles tão vendo que não vai ter lucro, agora quando começar a funcionar, não vai cabê de gente lá, quando começar a ter algum lucro, né?" (agricultor 04)

"É que a maioria das coisas que vêm pra cá não oferece lucro, não oferece dinheiro, só oferece trabalho. Trabalho, aí o povo não tá muito ligado, já vive cansado demais de trabalhar na agricultura e não vê a cor do dinheiro, a gente trabalha demais e na seca o serviço aumenta, e sem resultado." (esposa do agricultor 03)

Embora as relações com os outros órgãos sejam bem melhores do que com a EMATER, uma vez que os técnicos dessas instituições são identificados pelos assentados como dos movimentos sociais, como pessoas interessadas na Reforma Agrária, essa integração técnico-assentado não proporcionou ainda melhorias nas condições de produção e de vida dos assentados do Quandú.

A boa relação entre técnico e assentado é fundamental para a potencialização dos serviços de assistência técnica, mas não é o bastante, é preciso também que as entidades que prestam assistência aos assentamentos consigam implantar projetos capazes de proporcionar uma renda suplementar aos assentados. Mais do que "feijão e arroz na mesa", é preciso criar condições para que o produtor assentado possa aumentar o valor de seu patrimônio e melhorar o bem estar da sua

família, principalmente numa região constantemente castigada pela seca, onde a produção agrícola não consegue garantir sequer a alimentação básica da família.

4.2.2 Trabalho Familiar X Trabalho Coletivo

O trabalho familiar “individual” é quase uma constante nos PA's espalhados pelo Brasil, mesmo naqueles com alguma experiência de organização coletiva; é o que constata os estudos da FAO/NCRA (1998). O Quandú não foge à regra. Tanto a implantação da organização comunitária da terra após a desapropriação do imóvel pelo INCRA, como a implantação do Projeto de Caprinocultura de responsabilidade dos técnicos ligados à Universidade Federal, não lograram êxito.

Quanto ao Projeto de Caprinocultura, embora tenha sido apresentado para os assentados como uma alternativa econômica de multiplicação da renda, uma vez que a região era propícia à criação de caprinos, os técnicos da UFPB não conseguiram despertar o interesse de todos os assentados. Se na formação do assentamento, a primeira proposta de trabalho coletivo, foi aceita só na teoria, passados seis anos da primeira proposta, já instalados e trabalhando de forma familiar, a recusa em participar de um processo coletivo de trabalho foi expressa abertamente pela maioria dos agricultores.

De acordo com os assentados de nossa amostra, quando o INCRA anunciou que ia implantar um projeto de caprinocultura no assentamento, não disse que ia ser comunitário, o que foi dito é que seriam sorteados alguns assentados e que cada um receberia duas novilhas de cabras de boa raça e quando elas começassem a produzir, os que tinham sido beneficiados inicialmente doariam duas novilhas para

aqueles que ainda não haviam sido beneficiados. Dessa forma o rebanho iria se multiplicar e todo mundo participaria.

Todos concordaram com a proposta inicial, porém, quando o projeto chegou, o técnico do INCRA, junto com o técnico da Universidade e os dirigentes do STR, disseram que o rebanho iria ficar em um cercado comunitário e seria de responsabilidade de todo mundo. Houve então uma revolta geral.

"...eu mesmo achei que a coisa não ia dar certo, o povo aqui não é organizado, esse pessoal de fora, só tem interesse pela terra. Eu mesmo não participei. Aqui no Quandú de Baixo fica muito distante, pra tá todo dia lá." (agricultor 02)

"...seu C. tá aí de testemunha, pra não deixar eu mentir, quando esse projeto de cabra foi anunciado aqui no assentamento, disseram que vinha receber essas cabras pra começar alguma criação, cada um a sua, depois o INCRA veio e disse que ia ser comunitário, não foi Seu C.?(esposa do agricultor 03)

Apesar da recusa da maior parte dos assentados, em 1995, o projeto foi implantado com um rebanho de setenta matrizes e três reprodutores, além de alguns cabritos que ficaram sob a responsabilidade de vinte e cinco assentados que resolveram participar do projeto.

A técnica de criação de caprinos em sistema extensivo já era conhecida pela maioria dos assentados, mas foi preciso um aprendizado para ajudá-los a trabalhar com as técnicas da produção em confinamento. Por isso, a Universidade ministrou dois cursos de caprinocultura, que beneficiou os assentados que faziam parte do projeto e os que iriam trabalhar de forma individual.

Para a implantação do projeto, fora o rebanho, receberam também parte do dinheiro para montar a construção da infra-estrutura, mais especificamente a compra do arame para construir o cercado e recursos para o plantio de palma, leucena e capim. O esquema de divisão de trabalho onde constava as tarefas e os dias da semana para cada assentado, foi elaborado em conjunto com os assentados pelos técnicos e os dirigentes da Associação.

Para os assentados de nossa amostra e para as lideranças da Associação, o conflito começou em decorrência do não seguimento do esquema de trabalho por parte de alguns participantes e pela falta de perspectiva de lucro rápido, uma vez que o técnico da Universidade informou que só a partir de dois ou três anos é que se podia vislumbrar lucro.

"O pessoal aqui é muito individual, ninguém quer obedecer os critérios, só porque cada um tinha que cuidar da criação um dia, começou a confusão. O pessoal não quer essa coisa do comunitário. Tem gente aqui que trabalha pensando só em progredir e não querem ajudar." (liderança da Associação)

"Eu tava sim dentro do projeto, mas saí. Porque também teve algumas coisas que a gente não concordou, como no Brasil inteiro tem a liderança e mais alguma coisa, um poder a mais, sempre uns fica dominando os outros, né? E houve um descontrole muito grande logo no início, porque tinha um menino aqui que ele não é assentado, ele é filho de posseiro, que eu não gosto nem de citar nomes, que é pra não complicar, e ele passou três anos lá em São Paulo e quando ele chegou aqui, o pai colocou o filho dentro do projeto. Ele passou três meses no projeto e não teve trabalho nenhum, sequer de apanhar um cocozinho da cabra, quando ele chegou, entrou, ficou três meses, quando saiu ele vendeu três cabras. Ai os outros se revoltaram, ai ninguém aceita uma coisa dessa, ai não deu certo por isso." (agricultor 03)

"O projeto de cabras não deu certo, as cabras que receberam não deu certo por conta dessa desorganização que eu falei pra você no começo, um queria trabalhar, outro não ia nem lá, um nem passava por perto, então se eu sou dono eu tenho que cuidar, né?" (agricultor 05)

"Ajeitaram lá o projeto e ficou tudo bonitinho, aí depois a Universidade de Bananeiras veio dar uma olhadinha, mas o pessoal foi se desinteressando, porque eles diziam assim, vocês só vão ter um lucro quando, daqui uns 02 ou 03 anos, quando umas cabras começarem a produzir. As cabras não se deram aqui, na região da gente, não se adaptaram e foram morrendo, se acabando, aí não funcionou muito bem." (agricultor 04)

Atualmente, dos vinte e cinco assentados que participavam do projeto, apenas doze continuam trabalhando. Os que saíram assim como os que não quiseram fazer parte do projeto, adquiriram matrizes caprinas através do crédito de investimento fornecido pelo PROCERA, e passaram a comprar seus animais de forma individual; estes, mesmo tendo sofrido perdas drásticas devido aos dois anos de seca, ainda constituem o maior rebanho do assentamento.

Como podemos ver, os problemas internos entre os assentados, sobretudo no que se refere à organização e à participação coletiva, ainda persistem. *Qual seria então a solução para esse dilema? Abandonar de vez qualquer tentativa de organização coletiva, considerando que o assentamento é um caso perdido?*

De acordo com o técnico da EMATER, é um problema de educação e não de falta de orientação, os assentados querem resultados rápidos, mas não querem obedecer às regras, são individualistas, não sabem dividir as tarefas. As lideranças se esforçam em unir o pessoal, mas sempre tem um grupo que é "do contra". Segundo esta corrente, nenhum projeto que priorize a participação de todos os assentados do

Quando obterá sucesso, enquanto os assentados ficarem divididos entre os grupos que desejam e lutam em prol da atividade coletiva e os que procuram derrubá-la.

"Olhe, pra você ver o que é problema de educação do povo, porque olhe aquela lá, muita gente deixou, a comunitária. Porque o capim vem direto da Universidade, começou com... parece que com 15 famílias, e hoje parece que tem 05 ou 06, né isso? Porque quase todo mês deixa um, porque não agüenta, que tem gente lá que tá na caprinocultura, mas quando chega o dia de fazer o trabalho, não faz direito, não vai, não vai, aí o outro vai cobrir, aí tem muita gente que vê que não dá certo e desiste."

"Quando parte para comunitário, fica muito difícil, eles gostam de dizer mesmo, não, isso aqui é meu, e eu quero fazer desse jeito, né? Você já deve ter notado isso, não é assim?" (técnico da EMATER)

Apesar da dificuldade de se implantar propostas baseadas em projetos de organização coletiva da produção, quando iniciamos as visitas ao assentamento, os assentados estavam esperançosos com o projeto que o PEASA estava tentando introduzir. Esse projeto tinha como objetivo a implantação de uma pequena agroindústria de beneficiamento do caju, fruta encontrada em grande quantidade na Serra e que estava sendo desperdiçada pelos assentados, que aproveitavam apenas a castanha para venda.

Devido à seca, o projeto não pode ser executado, pois a produção da matéria prima (o caju) diminuiu drasticamente, inviabilizando assim o treinamento dos assentados que iriam trabalhar na fábrica (80 % desses trabalhadores seriam do sexo feminino).

Mesmo sem ter tido continuidade, a proposta do PEASA empolgou os assentados, pois a participação de todos não seguiria as mesmas bases dos projetos

anteriores, mesmo quem não trabalhasse diretamente na fábrica, poderia participar do projeto sendo o fornecedor da matéria prima, recebendo o pagamento individualmente. Esta proposta foi vista pela maioria como satisfatória, pois não interferia nas atividades agropecuárias desenvolvidas dentro do padrão familiar e todos saíam ganhando.

Diante do exposto, é preciso refletir sobre os reais motivos e/ou causas que fazem com que o projetos coletivos não sejam aceitos pela maioria dos assentados do Quandú. O projeto do PEASA, não se concretizou mas assim como os outros deixou um espaço para analisarmos que a aceitação ou não do trabalho coletivo, não está ligada apenas ao individualismo do agricultor familiar, mas uma série de fatores como a questão da autonomia, a questão do tempo e da distância entre as instalações do projeto e a moradia dos produtores, dentre outros fatores.

Ao conquistarem a terra e se depararem com a proposta de trabalho coletivo imposta pelos mediadores, as famílias assentadas precisam trabalhar seguindo as normas do grupo e a divisão do trabalho, que acaba destruindo as expectativas das famílias de gerir sua propriedade, ser auto-suficiente. A realização do trabalho comunitário, exige o seguimento de determinadas regras e principalmente de horários, que nem sempre respeitam o tempo disponível do agricultor, que além de realizar as atividades no projeto, precisa também realizar outras necessárias e importantes à reprodução da família.

O local de instalações do projeto e a localização das parcelas dos assentados é o outro problema que diz respeito também a questão do tempo. O de caprinocultura, por exemplo, foi instalado próximo ao núcleo urbano, o que prejudicou o acesso aos assentados da Serra e do Quandú de Baixo, o do PEASA por

sua vez, iria ser instalado na Serra, local de difícil acesso, tanto para os que moram na área urbana, quanto para os que moram no Quandú de Baixo e de Cima.

Somando-se a essas desvantagens, teríamos também o fato da falta de coesão e entendimento social do grupo, capital e conhecimentos adequados para realizar uma gestão coletiva com sucesso e por fim o descrédito dos agricultores, com relação a questão dos custos e benefícios do trabalho coletivo. Segundo depoimento dos assentados que participaram do projeto de caprinocultura, além de enfrentarem problemas relacionados aos horários e tarefas mal cumpridas por alguns membros, o trabalho era cansativo e não oferecia perspectiva de lucro.

O que podemos inferir dos pontos colocados aqui, é que as formas de organização coletivas ou comunitárias implantadas até agora no Quandú não obtiveram êxito, porque, ao tentarem substituir as modalidades de gestão/produção familiar por modelos baseados e adotados em outras regiões do país e para outro tipo de assentado, acabaram por não levar em consideração as necessidades e capacidades individuais dos participantes.

A flexibilidade das formas de organização coletiva e o respeito a tradição cultural do agricultor, talvez seja o caminho para se pensar em implantar projetos coletivos na área. Fazendo nossas as palavras de GUANZIROLLI (1994, p. 266), o ideal seria um projeto que combinasse as vantagens da grande produção “comunitária” com as vantagens da pequena produção familiar. As vantagens da grande produção comunitária seriam as economias de escala na área da mecanização e comercialização, e a vantagem da produção familiar, estaria no controle individual do processo de produção.

4.3 VULNERÁVEL OU SUSTENTÁVEL?

O sucesso de um assentamento não pode ser analisado apenas por fatores econômicos nem por fatores que, apesar de contribuírem para a melhoria da qualidade de vida dos assentados, não garantem a sustentabilidade de seu sistema produtivo. Por isso, numa área de instabilidade climática não podemos tomar a melhoria de alguns indicadores sócio-econômicos a priori como indícios de que a vulnerabilidade de determinada comunidade tenha diminuído, ou pelo menos tenha sido reduzida, criando caminhos possíveis para o desenvolvimento contínuo e integrado.

No Quandú, embora as famílias encontrem condições melhores do que as que tinham anteriormente, quando viviam subjugadas ao proprietário da terra (autonomia para produzir, acesso a crédito, aumento de produção, crescimento da criação animal, melhoria nas habitações, dentre outros aspectos já citados aqui), a maioria não teve condições de reverter o alto grau de vulnerabilidade de seus sistemas produtivos.

Foi o que ocorreu em 1998/1999, quando a seca causou incalculáveis danos econômicos, sociais e até mesmo ambientais ao assentamento e à maioria dos assentados, pois sem água para poderem executar as atividades agropecuárias, a maioria viu as reservas acumuladas nos períodos anteriores (1994 até 1996) pouco a pouco desaparecendo.

Embora tenha sido considerado pelo Incra como um assentamento modelo e tenha sido eleito pelo estudo da FAO/INCRA (1998)⁴⁴ como o de melhor desempenho no Estado, dois anos de estiagens prolongadas acabaram demonstrando

que para alcançar o desenvolvimento sustentável, perseguir ou alcançar apenas um dos objetivos da sustentabilidade, no caso do assentamento, o sucesso econômico das atividades produtivas, não leva necessariamente aos demais.

Assim, baseados nas condições atuais do assentamento e dos assentados que fizeram parte da nossa amostra, levantamos alguns aspectos que consideramos constituírem entraves para o desenvolvimento sustentável do assentamento em questão. Dentre os aspectos levantados podemos citar: a questão da comercialização, a vulnerabilidade da produção agropecuária à seca e a fragilidade da organização e da participação comunitária.

Com relação à comercialização, o problema é dos mais graves, pois não constatamos nenhum projeto que envolvesse a vertente econômica/comercial de forma mais fundamental, como a criação de cooperativa. Os agricultores continuam comercializando os seus produtos individualmente com atravessadores, que adotam a prática de pegar a mercadoria diretamente no assentamento.

Para se alcançar a sustentabilidade econômica, mais do que implementar medidas que promovam o aumento da produção, é preciso mudar o enfoque com relação à comercialização, pois como detectamos em nossa pesquisa, os produtores considerados bens sucedidos foram justamente aqueles que não dependeram do atravessador para vender a sua produção. Assim, de nada adianta a adoção de medidas que aumentem o potencial produtivo do assentamento, se a questão da comercialização for desprezada.

Em se tratando da produção agropecuária, embora tenham sido beneficiados com créditos bonificados, os assentados não conseguiram reverter seu

⁴⁴ Embora não tenha sido indicado em que ano se desenvolveu a pesquisa dentro do assentamento, acreditamos que ela ocorreu em 1997, ano em que o assentamento ainda proporcionava boas condições de vida a sua população.

grau de vulnerabilidade à seca. A produção agrícola é totalmente dependente das chuvas, portanto no ano de chuvas escassas ou irregulares, as perdas podem ser totais, tornando a manutenção do patrimônio familiar inviável, se depender apenas da renda advinda das atividades agropecuárias.

Constatamos essa situação em nossa pesquisa, onde até mesmo os produtores bem sucedidos de nossa amostra (uma exceção e não a regra do local), embora não tenham tido grandes prejuízos, só conseguiram manter seu patrimônio produtivo com o que acumularam nos períodos de chuvas e com as rendas externas, pois a produção agrícola foi praticamente nula nos períodos de seca.

A culpa dessa vulnerabilidade, por um lado, está na atuação dos técnicos (INCRA e EMATER), que ao preocuparem-se em elaborar projetos que garantissem o aumento da produção, deram pouca atenção à fragilidade dos empreendimentos agrícolas que procuraram privilegiar. Por outro lado, ela se deve também à fragilidade da organização e da participação comunitária, que impediu que os assentados e suas representações cobrassem incentivos e decisões mais efetivas por parte destes órgãos.

Os caminhos que vislumbramos para evitar a estagnação da atividade econômica nos períodos de seca passariam por uma revisão das prioridades em termos das atividades econômicas; isto é, deveria se desenvolver atividades alternativas e complementares às culturas tradicionais da área (milho, feijão e mandioca), que garantam um acréscimo à renda familiar e que possam também ter continuidade nos períodos de longa estiagem.

Estas atividades poderiam estar ligadas à agricultura, como o plantio de culturas de ciclo mais curto, melhor adaptadas à região, cujo beneficiamento local representasse um maior valor agregado e melhores oportunidades de

comercialização, ou em atividades não agrícolas. No período em que visitamos o assentamento, constatamos que os produtores que cultivaram a palma estavam obtendo uma renda significativa com a venda dessa forrageira, que tem caráter permanente e é resistente à seca.

Com relação à criação animal, um maior investimento no rebanho caprino, não só em termos de aumento da criação mas também visando o beneficiamento da carne ou do leite, poderia constituir-se também numa alternativa de complementação da renda familiar.

Outro aspecto importante para reduzir a vulnerabilidade da produção diz respeito ao acesso, gestão e preservação dos recursos hídricos. Ainda que o estoque hídrico do assentamento tenha aumentado, o maior reservatório que existe é de caráter intermitente; além disso, constatamos que não há uma preocupação por parte da coletividade em planejar ações para que no período de seca, possa aproveitar por mais tempo a água acumulada nos reservatórios individuais e coletivos.

Em 1998/1999, os assentados, para encher as cisternas individuais e coletivas, estavam sendo auxiliados pelo exército e/ou comprando água, pois os barreiros e poços do local que não se encontravam secos, estavam com água imprópria para o consumo. O INCRA instalou um dessalinizador no imóvel para retirar o sal da água do poço (localizado na agrovila), mas segundo os assentados o equipamento nunca conseguiu eliminar o sal da água e segundo o Incra os assentados haviam quebrado a máquina.

Como podemos ver, a adoção de medidas para diminuir a vulnerabilidade da produção agropecuária não é uma tarefa fácil. Os assentados, embora demonstrem preocupação com os problemas ocasionados com a seca, ainda não se uniram para planejar atividades ou para pressionar as instituições que atuam

no assentamento a encontrarem um caminho para o desenvolvimento e sustentabilidade das atividades econômicas.

As poucas medidas adotadas pelos mediadores pautaram-se na implantação de projetos coletivos, que ao invés de motivar os assentados, aumentaram ainda mais a apatia e a descrença nas ações coletivas⁴⁵. A descrença dos assentados, por sua vez, tem diminuído o potencial das estruturas de representação (Associação), pondo em risco a unidade do assentamento.

Assim, a vulnerabilidade da atividade econômica ao desastre da seca ainda é grande, mas a fragilidade da participação e da organização comunitária agrava ainda mais essa situação, pois sem a participação da coletividade, não há como traçar estratégias de desenvolvimento sustentável, sejam elas direcionadas para eliminar a fragilidade à seca, ou orientadas para resolver os problemas de infraestrutura física e social que ainda persistem no assentamento, como a questão da educação, saúde, saneamento, problemas ambientais, dentre outros aspectos.

Ao evidenciarmos o problema da organização e da participação comunitária como um dos aspectos importantes para se promover o desenvolvimento sustentável do assentamento, não pretendemos com isso retirar a responsabilidade dos mediadores que atuam no local nem apagar as deficiências das políticas públicas voltadas para os PA's.

Não resta dúvidas que existem problemas de recepção dos recursos financeiros, principalmente no que diz respeito à forma de liberação e prazo de pagamento, assim como existe uma completa falta de comprometimento da assistência técnica com o assentamento. Entretanto, passados já onze anos da conquista da terra, é preciso que os assentados encontrem uma forma de fortalecer a

⁴⁵ Projeto de caprinocultura.

organização e a participação comunitária, pois determinados avanços, seja no campo econômico seja no campo social e ambiental, não se conseguem de forma isolada ou somente com a injeção de recursos financeiros e técnicos.

Entre os avanços que dependem, e muito, da ação coletiva dos assentados, podemos citar a questão da educação, não apenas para eliminar de vez o analfabetismo através da construção de escola ou do acesso à escolas na cidade, mas para conquistar uma educação comprometida com o meio rural, isto é, tendo como ponto de partida a vida e o conhecimento do trabalhador rural, para capacitá-lo e abrir-lhe novas oportunidades de trabalho. Esta conquista é de suma importância principalmente para as crianças e os jovens.

Na área da saúde, novamente a organização é um elemento importante, pois é através dela que os assentados podem pressionar o poder local e obter por exemplo, a implantação de programas de saúde na comunidade, instalação de um posto de saúde ou a visita regular de médicos e odontólogos.

CAPÍTULO V

“...as vezes o progresso obriga/Mexer no que Deus botou/Tira água, bota ponte/Recria o que Deus criou/Muitas vez não faz direito/O que ele mesmo quebrou/mas uma coisa é verdade/É só prestar atenção/Terra ninguém inventa/Nem com vara de condão/Nem se for um feiticeiro/Ou cabra de lampião...”

(O dia em que o canal secou e o povo se organizou para aprender irrigar/ Marty Serejo)

5. O ASSENTAMENTO BELA VISTA: CONDICIONANTES FÍSICOS E HISTÓRICOS

5.1 A ÁREA DO ASSENTAMENTO: LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GEO-AMBIENTAIS

A Fazenda Bela Vista ocupa, segundo o INTERPA⁴⁶, uma área de apenas 70,52 hectares. O Imóvel localiza-se no município de Esperança – PB, praticamente na periferia urbana, a 1 km da sede municipal. O município situa-se na micro região do Agreste da Borborema e limita-se com os municípios de Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Alagoa Nova e Areial.

Região minifundiária-policultora, está situada à retaguarda da Zona da Mata e constitui uma área de transição entre o litoral e o semi-árido; fisiograficamente se enquadra no tipo semi-árido⁴⁷ em seus aspectos ambientais como: clima, solo, vegetação, pluviosidade, etc. No entanto, com relação as precipitações pluviométricas podemos constatar, pela tabela abaixo, que são bem

⁴⁶ Existe um problema com relação aos dados sobre a extensão da propriedade, para a Emater local, a fazenda possui apenas 57,3 hectares e para os assentados 72 hectares.

⁴⁷ As características da região semi-árida foram descritas no capítulo II.

maiores do que as encontradas no município onde se localiza o assentamento Quandú.

TABELA 16
ÍNDICE DE PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS
DE ESPERANÇA

ANO	mm/ano
1990	729,70
1991	570,00
1992	970,50
1993	347,00
1994	1.240,00
1995	693,70
1996	802,00
1997	655,60
1998	379,90
1999	560,60
2000	1.152,30

FONTE: EMATER – Esperança – PB/CONAB, 2000

Apesar de apresentar um volume de chuva maior do que o encontrado em Barra de Santa Rosa. Observamos que, desde 1990, o índice pluviométrico vem caindo drasticamente, com irregularidades e estiagens frequentes, embora em alguns períodos como em 1994, a precipitação pluviométrica tenha alcançado a faixa de mais de 1.200 mm/ano.

O relevo do município não apresenta grandes elevações. Com relação aos solos, 60 % são do tipo arenoso, 30 % argilo-arenoso e 10 % do tipo argilo e arenoso-argiloso; possuem médio teor de fósforo (87 %) e potássio (78,26 %) assim como baixo teor de matéria orgânica (82,60 %).

Com relação ao relevo e à qualidade dos solos da fazenda, podemos dizer que seu terreno é levemente inclinado e os solos são de textura arenosa, com

baixos teores de matéria orgânica. A vegetação encontrada no imóvel⁴⁸ apresenta pouco significado ecológico, em virtude da devastação ocorrida ao longo dos anos de exploração, quando os arrendatários desenvolveram culturas de subsistência e comerciais de forma intensiva em função da área reduzida.

Em termos de recursos hídricos, a fazenda possui um pequeno poço de uso comunitário e 10 pequenos barreiros, alimentados em sua maioria por pontos vertedouros de água. A construção de uma barragem estava incluída nos planos de ação da Associação para o período de 1997 e 1998, mas não se conseguiu recursos dos órgãos governamentais do estado - INTERPA, SUPLAN e Secretaria de Recursos Hídricos - o projeto então, ficou apenas no papel.

De reservatórios de água individuais, encontramos algumas cisternas, barreiros, formas, tanques e potes, todos de pequeno porte, por isso não atendem a demanda de água dos assentados, principalmente nos períodos de estiagem. A construção de um reservatório de água no assentamento, diminuiria as dificuldades dos assentados para armazenar água para consumo humano e animal, não só nos períodos de seca.

5.2. DESAPROPRIAÇÃO E OCUPAÇÃO DA FAZENDA BELA VISTA⁴⁹

A fazenda Bela Vista, também conhecida como Granja Boa Vista, pertencia ao Sr. Valdemar Cavalcanti e era arrendada mediante contrato verbal para aproximadamente 33 famílias. Os arrendatários dedicavam-se ao plantio de

⁴⁸ Na vegetação natural do município encontram-se: jurema branca, espinheiro, catingueira, marmeleiro, jurubeba, e canafistula.

⁴⁹ Os dados contidos neste tópico, foram retirados de MOREIRA (1997c, p.721-751)

mandioca, macaxeira, milho, feijão, jerimum, fava, batata-doce, entre outros produtos de primeira necessidade.

Em dezembro de 1986, com a morte do proprietário, a viuva e demais herdeiros venderam o imóvel, sem fazer a notificação aos arrendatários, privando-os portanto do direito de preferência, conforme determina o Estatuto da Terra.

Quem comprou o imóvel foi o Sr. Manoel Ataíde da Silva. Este homologou, no STR de Esperança, um acordo com os arrendatários, no qual se propunha em indenizá-los com a quantia de CZ\$ 1.000,00 o hectare plantado, concedendo-lhes ainda o direito de colher a lavoura plantada até setembro de 1988, quando deveriam deixar definitivamente a fazenda.

Os trabalhadores alheios aos seus direitos aceitaram a proposta, porém antes do prazo marcado, o Sr. Ataíde começou a cobrar a terra, cercando as áreas de roçado, destruindo as lavouras, isolando e obstruindo os caminhos de acesso ao imóvel, destruindo os reservatórios de água do local e fazendo ameaças de morte.

Frente a essa atitude do novo proprietário e após a morte de um dos arrendatários do imóvel⁵⁰, os 18 arrendatários que ainda estavam trabalhando no local começaram a trajetória de luta pela posse do imóvel. Primeiro procuraram auxílio da Igreja, representada pela figura do Padre Ribamar, que os orientou com informações sobre que órgãos deveriam ser procurados, e depois com a ajuda da CPT/PB.

A luta das famílias da fazenda Bela Vista repetiu, em sua fase inicial, uma espécie de “Paradigma Nacional” da luta pela reforma agrária no país, o conflito entre rendeiros, de um lado, e proprietário, do outro: os rendeiros pressionados e o

⁵⁰ Ao ver seu roçado destruído pelo trator da prefeitura de Esperança, ele teve um enfarte e acabou falecendo.

proprietário, detentor do poder, utilizando-se de todas as armas para reprimir, desacreditar e desmobilizar o movimento.

A pressão exercida pelo proprietário, a falta de compreensão da população do município de Esperança, a omissão do STR local que não aceitou assumir as demandas dos rendeiros, preferindo apoiar o proprietário e por fim a falta de apoio das autoridades locais (prefeito e vice-prefeito), foram problemas enfrentados pelos rendeiros de Bela Vista. Porém, nada disso desmotivou o movimento ou fragmentou o grupo.

Após sucessivos acampamentos (sem sucesso nem apoio) em vários locais da cidade e sem qualquer indício de mudança na situação em que se encontravam, os rendeiros resolveram seguir para a capital do Estado, João Pessoa. Lá, foram acampar na praça João Pessoa, sede dos Três Poderes, pois queriam não só pressionar o governo, mas “sensibilizar a população”.

Em João Pessoa, à diferença da cidade de Esperança, receberam apoio da população, que trouxe remédios, roupas e alimentação, como também de várias caravanas de agricultores oriundos de todas as regiões do estado, de membros de partidos políticos progressistas, centrais sindicais, pastorais. Esse apoio fortificou o grupo, que resolveu realizar um ato público, para que toda a população do Estado soubesse da situação pela qual passavam.

Esse ato público foi decisivo. O governo do Estado adquiriu a Fazenda Bela Vista no dia 11 de agosto de 1987, por oito milhões de cruzados (três milhões pela terra e cinco milhões pelas benfeitorias); utilizou nisso recursos provenientes do Fundo de Investimento Social, do PDSFN e do PAPP repassados à FUNDAP (atualmente INTERPA) através do MIRAD.

Em 18 de agosto, as 18 famílias de agricultores retornaram à terra e no dia 7 de setembro 1987, promoveram a festa da vitória, com a participação de 1.500 pessoas. Para atender às famílias que participaram da luta pela terra, o imóvel foi parcelado em 19 lotes, sendo um comunitário.

5.3 DE ARRENDATÁRIOS A PROPRIETÁRIOS: OS DESAFIOS PARA MANTER-SE NA TERRA

5.3.1 Situação Inicial: Organização das Famílias

A primeira forma organizativa assumida pelas famílias após o estabelecimento do assentamento, além dos acampamentos e dos mutirões que assumiram um caráter espontâneo e imediato no período de luta pela terra, foi a Associação dos Moradores/Proprietários de Bela Vista, cuja diretoria era encabeçada pelo marido da atual presidente da ASPROBV.

Após a criação da Associação, um conflito interno se instalou em decorrência de discriminações praticadas pelo presidente da Associação. Isto se deu especialmente em duas circunstâncias. No primeiro caso, foi na oportunidade de um financiamento. Os assentados tinham conseguido, via INTERPA, recursos para comprar ferramentas. Porém, o presidente cobrou de alguns produtores o valor da parcela e de outros não.

O segundo problema diz respeito à área destinada à construção das casas. O imóvel seria dividido uma parte para a construção da Agrovila (a entrada da fazenda) e a outra parte para as parcelas dos assentados. Aceita a proposta, as famílias começaram a construir as casas. Porém, de acordo com um dos assentados

de nossa amostra, o presidente da Associação passou a proibir a construção das casas dos agricultores que não faziam parte da família dele (cunhados e sogro).

Essa atitude gerou um sério conflito entre as famílias e trouxe sérios problemas para o desenvolvimento político, econômico e social do assentamento, pois além de enfrentarem perdas de patrimônio, já que as casas que tinham sido construídas foram destruídas, o grupo ficou fragmentado e perdeu o apoio das entidades que prestavam assistência na área, como a CPT, o INTERPA e até a EMATER local.

Com o afastamento das instituições de apoio e a falta de recursos para implementar a produção dentro do assentamento, os assentados ficaram em situação difícil. As famílias, que antes eram companheiras de uma luta só, resolveram fundar duas Associações.

A criação de duas Associações, não melhorou em nada a situação dos assentados, pois como o número de famílias era extremamente pequeno (17 famílias), ambas ficaram com um número de membros tão reduzido, que não conseguiram ter qualquer tipo de representatividade frente aos agentes financiadores, além disso, a luta interna concorrencial entre elas, enfraqueceu ainda mais o poder de reivindicação dos assentados.

Outro fato que impediu o progresso do assentamento foi a dificuldade de regularizar a posse do imóvel, para que os assentados tivessem direito aos créditos de reforma agrária. Juridicamente o assentamento Bela Vista não podia ser considerado um assentamento de reforma agrária, pois o INTERPA⁵¹, diferentemente do INCRA, não tem instrumental para desapropriar terras para esse fim. Além disso,

⁵¹ O INTERPA só pode desapropriar terras para fins de ações sociais, como construção de açudes, escolas etc., ou em casos específicos, como no caso do tamanho da propriedade ser inferior ao módulo

o tamanho da propriedade não atingia o mínimo exigido pelo Inca (15 módulos rurais), para ser desapropriada. De acordo com os critérios do INCRA, o imóvel teria que ter pelo menos 180 hectares, uma vez que o módulo rural de Esperança é de 12 hectares.

Assim, a briga interna entre as duas Associações e o não reconhecimento pelo INCRA como assentamento deixaram durante nove longos anos os assentados impossibilitados de receberem os créditos destinados aos assentamentos de reforma agrária.

Em 1996, com a morte do presidente da primeira Associação, os assentados resolveram se unir para criarem apenas uma Associação. Assim surgiu a ASPROBV. Só então passaram a ter direito aos créditos de investimento e custeio, através do PROCERA e conseguiram vislumbrar a melhoria do assentamento em termos de infra-estrutura e produção.

5.3.2 A Construção do Espaço Físico e Social e a Condução da Produção Agropecuária Após a Criação da ASPROBV

Instalados já havia nove anos em seus lotes, os assentados trabalhavam com a agricultura de subsistência, milho, feijão e outros produtos de primeira necessidade, como a mandioca, macaxeira, jerimum, fava e batata-doce, para o autoconsumo e venda do excedente.

Em agosto de 1996, com a liberação do crédito de investimento do PROCERA, foi possível investir em obras de infra-estrutura dentro do assentamento, adquirir equipamentos de uso individual, cercar a propriedade, reformar ou construir

rural, ou para evitar conflitos mais sérios. O caso da Fazenda Bela Vista foi um desses casos específicos.

casas, depósitos, cercas, cocheiras, fazer fundação de pastagens (capim elefante e brachiária), ampliação de barreiros, aquisição de moto forrageira e eletrobomba.

Foi possível ainda adquirir matrizes bovinas holandesas (02 para cada assentado), para venda de leite, complementando assim a renda da produção agrícola.

BOX Nº 05

DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS DE REFORMA AGRÁRIA (1996/1999)

- **Crédito de investimento** – Em 1996 foi liberado R\$ 90.934,00, divididos entre os 17 assentados. Em 1997, receberam um aditivo no valor de R\$ 18.912,00
- **Crédito de custeio agrícola** – teto máximo R\$ 2.000,00 por família, sofrendo variações de acordo com a cultura e o número de hectares plantados. Em 1997, foi liberado para cada assentado, para investir na cultura de batatinha (1,5 ha) R\$ 1.000,00. Em 1998, para cada assentado foi liberado R\$ 1.995,00 para o plantio de 1,5 ha de batatinha. Em 1999, o valor do custeio agrícola foi de R\$ 1.300,00 para cada assentado.
- **Crédito de custeio pecuário** - crédito especial, liberado em 1999, que teve como objetivo comprar ração para garantir a sobrevivência da criação animal no período da seca. O valor do custeio pecuário foi calculado de acordo com a quantidade do rebanho bovino que cada assentado possuía. Dos 17 assentados, apenas 02 não solicitaram esse custeio especial

FONTE: EMATER – Unidade Operacional de Esperança.

Não resta dúvida que o acesso ao crédito de investimento melhorou a precária infra-estrutura do assentamento, ampliando a capacidade produtiva e reduzindo a descapitalização da maioria dos assentados e aumentando a produção do assentamento, garantindo para a maioria dos produtores um bom retorno econômico, das atividades agrícolas.

Porém, apesar desse avanço nas atividades produtivas, os assentados ainda enfrentavam o problema da comercialização. Dependiam dos atravessadores

para vender a produção agrícola. Com isso não tinham poder de barganha, eram controlados e dependentes desse agente externo que os exploravam. A situação piorou em 1997, quando passaram a trabalhar efetivamente com o cultivo da batatinha, cultura comercial e extremamente exigente do ponto de vista financeiro e agrícola.

BOX Nº 06

SISTEMA DE PRODUÇÃO - BELA VISTA

- **Atividade Econômica** - apesar do pequeno tamanho dos lotes, da baixa fertilidade dos solos e do baixo nível tecnológico utilizado nas atividades agrícolas, a agricultura é a principal atividade econômica do assentamento
- **Culturas Exploradas** – o feijão, a mandioca, a erva-doce, milho, macaxeira, batata-doce, hortaliças, amendoim e a batata-inglesa (batatinha). A batatinha é o principal produto de comercialização seguido do amendoim e da erva-doce. Já o feijão e os outros produtos são destinados em grande parte para o consumo da família.
- **Características da Agricultura** - Agricultura de sequeiro, onde o cultivo de todas as culturas é sazonal, com apenas uma safra por ano. O cultivo da batatinha ocorre normalmente de abril a julho/agosto, período de chuvas (nos anos “normais”). O feijão é plantado logo após a colheita da batatinha, aproveitando os adubos desta última cultura, e as demais variedades são plantadas em consorcio com a batatinha ou com o feijão.
- **Mão de obra utilizada** – A agricultura é predominantemente familiar; a utilização da mão de obra assalariada é reduzida, ocorrendo basicamente na forma de empreitada (05 a 10 trabalhadores por dois ou três dias) ou com pagamento de diárias, em períodos específicos do ciclo produtivo (plantio, sacho, limpa e colheita).

FONTE: Dados coletados na pesquisa de campo.

5.3.3 A Condução da Produção Agropecuária a Partir de 1997

A agricultura no assentamento Bela Vista, apresenta uma certa diversificação de culturas. Entretanto a batatinha, é o produto responsável pelo

acesso ao crédito agrícola. Portanto, mesmo considerando essa cultura pouco rentável em termos econômicos e até mesmo produtivos, praticamente os assentados são obrigados a trabalharem com esse produto para ter um financiamento.

O cultivo da batatinha, ocorre normalmente de abril a julho/agosto, períodos de condições climáticas favoráveis à cultura na região (chuvas). O alto custo de produção, o baixo nível tecnológico, a qualidade dos solos, a ausência de orientação técnica adequada, a queda drástica do índice pluviométrico nos últimos anos, têm prejudicado a produção desta cultura no imóvel, em termos de produtividade e qualidade do produto, deixando os produtores endividados.

TABELA 17

TABELA COMPARATIVA DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO BELA VISTA EM RELAÇÃO A PRODUTIVIDADE MÉDIA DA REGIÃO

CULTURAS	PRODUTIVIDADE MÉDIA DA REGIÃO	PRODUTIVIDADE DO ASSENTAMENTO
BATATINHA	200 sacos/ha	95 sacos/ha
FEIJÃO	10 sacos/ha	15 sacos/ha
MILHO	100 sacos/ha	5,3 sacos/ha
MANDIOCA	10 ton./ha (raiz)	2,7 ton./há (raiz)
AMENDOIM	1.500 Kg/ha	1.130 Kg/ha
MACAXEIRA	10 ton./ha	3 ton./ha
BATATA-DOCE	12.000 Kg/ha	4.000 Kg/ha

FONTE: EMATER - Unidade Operativa de Esperança - PB/CONAB, 1996.

A causa dessa baixa produtividade da área e da qualidade do produto, também pode estar associada às estratégias de sobrevivência dos produtores, que por não receberem financiamento para plantar as outras culturas, principalmente o feijão, desviam parte do dinheiro recebido para o cultivo da batatinha e o aplicam no feijão e no amendoim. Além disso, como consideram arriscado trabalhar com essa cultura, também guardam parte do dinheiro do crédito, para que no final da safra tenham como restituir ao Banco.

Essa atitude pode prejudicar a produção da batatinha, pois impede o investimento nos insumos para o plantio e a armazenagem dos tubérculos em tempo hábil, preservando assim a sua qualidade. Porém é a única forma do produtor garantir a sobrevivência da sua família, já que o lucro com o feijão, embora pouco, é certo e mais rápido.

Além disso, mesmo aqueles que conseguem uma safra boa, como não estão organizados em Cooperativa, não conseguem um preço satisfatório no mercado, pois continuam a depender dos atravessadores.

O problema da comercialização torna-se ainda mais grave, quando analisamos como é realizada a comercialização da batatinha. O atravessador pega o produto na safra e só vem pagar ao produtor quando consegue vender a mercadoria, às vezes, muito mais tarde. Segundo depoimento de um dos nossos informantes, que foi lesado por um desses atravessadores, não há como fazer a cobrança da dívida, simplesmente ele ficou com o prejuízo. Por isso os assentados só querem vender a quem eles conhecem muito bem, e mesmo nesses casos apostam na sorte.

Para complementar a produção agrícola, os assentados investiram na produção de leite. As vacas, compradas em 1996, eram uma boa fonte de renda, pois produziam em média 15 a 18 litros de leite por dia e garantiam de dois em dois anos um garrote para vender. O rebanho bovino, apesar de pequeno, é a principal criação animal da área, seguida dos animais de pequeno porte, como as galinhas e o porco.

TABELA 18
RELAÇÃO DA CRIAÇÃO ANIMAL DO ASSENTAMENTO BELA VISTA

TIPO	QUANTIDADE
VACAS	37
BOI DE SERVIÇO	01
NOVILHA	37
NOVILHO	35
CABRA	06
CABRITO/CABRITA	04
OVELHA/BORREGO	23
GALINHA	58
GALO	05
PINTO/FRANGO	53
PERUA	02
PERU	04
CAVALO	01
BURRO	04

FONTE: EMATER - Unidade Operativa de Esperança, 1997.

Em 1998 e 1999, com seca na região, tanto a agricultura como a criação animal foram prejudicadas. O dinheiro dos créditos agrícolas liberados em 1998/1999 aumentou apenas as dívidas dos assentados, pois como não obtiveram lucros com a atividade agropecuária, tiveram que solicitar via EMATER a prorrogação das dívidas aos órgãos financiadores.

A criação animal e a venda do leite também enfrentaram sérias crises. Com a seca, começou a faltar água e o capim secou. Foi preciso então comprar água e ração para os animais. A produção de leite diminuiu e para alguns assentados acabou, os animais que antes davam lucro, passaram a dar prejuízo. A maioria dos assentados teve que vender as vacas que possuía, para não vê-las morrendo de fome. Nem o crédito de custeio pecuário, liberado em 1999, conseguiu evitar a venda dos animais. Apenas os produtores que tinham garrotes e garrotas, que requerem menos pasto, ainda conseguiram manter a criação até final de 1999.

Em 2000, apesar das chuvas que caíram na região, a produção agrícola não gerou rendas para os assentados, pois a precipitação pluviométrica não ocorreu no período adequado para o plantio. Houve o fenômeno chamado de “seca verde”⁵². Outro fator que também não contribuiu para obtenção de renda vinda da agricultura, foi a falta de capitalização dos produtores, que por já estarem devendo, não quiseram solicitar o crédito agrícola, e acabaram investindo na lavoura com os poucos recursos que possuíam.

5.3.4 A Produção Agrícola no Assentamento e seus Efeitos Sobre o Meio Ambiente

Diferentemente do Quandú, os assentados de Bela Vista devido a cultura da batatinha, que requer um trato cultural maior da terra, precisam fazer uso de fertilizantes orgânicos e inorgânicos, assim como de defensivos (pesticidas) agrícolas de base química, para prevenir e controlar as doenças na cultura, garantindo assim uma boa produtividade e a qualidade do produto.

Para adubação dos solos, a EMATER, recomenda uma adubação completa, de fundação e cobertura, incluindo a aplicação de micronutrientes via foliar, mas o financiamento recebido pelos produtores de Bela Vista, permite apenas a compra do adubo nitrogenado, usado em cobertura, obrigando-os a fazerem uso também do esterco de curral, como forma de minimizar os custos de produção.

Assim como no Quandú, no assentamento Bela Vista, os pesticidas mais usados são os organoclorados e os organofosforados, a forma de aplicação desses produtos, segue o mesmo padrão dos assentados do Quandú. A aplicação ocorre de forma assistemática, sem a utilização de equipamentos de proteção, como

⁵² As chuvas caem no período anterior ou posterior ao plantio, os pastos ficam verde, acumula-se

luvas, botas, máscaras etc. A única norma observada é a direção do vento ao utilizar o pulverizador, pois os assentados acreditam que assim, não tem perigo de se contaminarem

O cultivo das culturas do feijão, milho, amendoim, erva-doce, jerimum, batata-doce, como geralmente é realizado em consorcio com a batatinha ou após a sua colheita, requer um menor uso de pesticidas, geralmente os mais usados são os venenos para a formiga e para a largata, utilizados no feijão, no milho e no amendoim. Nos períodos que não plantam a batatinha, os assentados acreditam que para as outras culturas, não há necessidade de adubar a terra.

Apesar do técnico da EMATER, considerar que o uso dos defensivos químicos no assentamento para o cultivo da batatinha é pouco expressivo, quando comparado aos utilizados nas outras regiões do país, que não praticam um agricultura sazonal, do ponto de vista ambiental, é preocupante o uso desses produtos na área, principalmente quando levamos em consideração a qualidade dos solos da região semi-árida e o tamanho das parcelas dos assentados (4 ha).

Por mais que digam que seguem a risca a orientação técnica de adubação dos solos, uma vez que recebem financiamento para o cultivo do produto, sabemos que o baixo poder aquisitivo dos assentados, a exigüidade do tamanho das propriedades e a própria concorrência entre si, tem os obrigado a intensificarem os cultivos, a ponto de impedir um manejo da terra que permita a recuperação da fertilidade do solo. Por isso a questão da degradação dos solos, embora ainda não tenha se apresentado de maneira contundente, impõem-se como um problema a ser considerado, para o desenvolvimento sustentável da área.

Com relação aos recursos hídricos e a vegetação nativa, diferente do Quandú, o assentamento Bela Vista, não dispõe mais da cobertura vegetal nativa, pois a mesma foi devastada no período que o proprietário arrendava as terras, não se tem o que preservar e sim pensar em reconstituir. Os recursos hídricos existentes, individuais e coletivos, também são poucos significativos, porém assim como no Quandú, os barreiros existentes nos lotes dos assentados, são pouco profundos e secam com facilidade, pondo em risco a manutenção e reprodução do patrimônio familiar nos períodos de seca.

Embora não tenhamos coletado em nosso estudo os efeitos dos agrotóxicos na saúde dos assentados do Quandú e Bela Vista, temos conhecimento dos resultados de estudos que trabalham com esse tema. De acordo com TRAPÉ (1993, apud. BAMAT & IENO, 1998), os efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde dos trabalhadores dependem das “características do produto da forma de exposição e do indivíduo (idade, sexo, peso, estado de saúde e nutricional), e podem determinar três tipos de contaminação, a aguda, de surgimento rápido, após exposição excessiva, por curto período, a produtos extremamente tóxicos; a sub-aguda cujos sintomas são subjetivos e vagos tais como: dor de cabeça, fraqueza mal estar, dor de estômago, sonolência etc.; e a crônica, de surgimento tardio (meses ou anos) com danos irreversíveis, como paralisia ou câncer”.

No meio ambiente, a utilização de agrotóxicos, principalmente os pesticidas organoclorados e organofosforados, devido seus efeitos persistentes, podem contaminar os cultivos nos quais o produto não foi aplicado, matar não apenas os organismos que causam danos às lavouras, mas também os úteis, como os

5.4. O ASSENTAMENTO HOJE

5.4.1 Formas de Ocupação e Divisão Social do Trabalho

As famílias assentadas na Fazenda Bela Vista, possuem características comuns, conformadas pela trajetória de vida, trabalho e situação étnica, pois no momento da luta até a instauração do assentamento, todos os assentados foram antigos arrendatários ou filhos de arrendatários da Fazenda; mas também têm características individuais heterogêneas de composição e ciclo de vida⁵⁴.

Atualmente estão assentadas na Fazenda Bela Vista 17 famílias⁵⁵, exercendo suas atividades agropecuárias em uma área média de 4 hectares⁵⁶ por família. Existem variações no tamanho dos lotes, já que as pessoas que ficaram com as terras consideradas melhores, têm lotes menores que as outras que ficaram com terrenos mais acidentados. A área comunitária tem aproximadamente 4 hectares e está situada logo à entrada da fazenda, ao lado da antiga casa do fazendeiro.

A população do assentamento é considerada ainda jovem, pois a maioria dos titulares da terra estão em plena capacidade de trabalho, com idade média abaixo dos 40 anos. Há no assentamento 101 pessoas, 54 são do sexo masculino e 48 são do sexo feminino⁵⁷. O cálculo da população levou em

naturais das pragas, aumentando assim, a reincidência dos ataques das pragas nas lavouras.

⁵⁴ Conceito de fundamental importância para a compreensão da economia camponesa. Em um grupo doméstico que está composto apenas pelos pais e filhos pequenos, estes não têm idade para somar seu esforço ao dos pais. Já em outros grupos domésticos, composto dos pais e filhos solteiros em idade de trabalho, o pai pode contar com a ajuda destes, seja diretamente no trabalho do roçado, seja em atividades econômicas complementares que resultem em renda monetária. (NOVAES, 1985, p. 46, apud. ZIMMERMANN, 1994, p. 206)

⁵⁵ Entre as 17 famílias que ocupam atualmente o imóvel, apenas duas não fizeram parte da luta pela terra e nem eram antigos arrendatários do local. Mesmo assim, para poderem comprar o repasse das terras, tiveram que ser aceitos por todos os assentados.

⁵⁶ Devido às diferenças de opiniões sobre o tamanho do imóvel, novamente encontramos dados diferentes referentes ao tamanho dos lotes. Segundo dados da Emater local, cada assentado tem direito a 3,3 ha, para o INTERPA são 4,1 ha e para os assentados 4 ha.

⁵⁷ EMATER/ Unidade Operativa de Esperança, 1998.

consideração apenas o número de filhos ou parentes que moram com os assentados titulares; filhos que moram fora, não fizeram parte da amostra.

Como é um assentamento rural-urbano, alguns assentados, apesar de ter casa no assentamento, residem na cidade. Dentro do assentamento, a população não está concentrada em um único local; as casas são construídas dentro de cada lote e próximas aos roçados. (Ver croqui da fazenda em anexo)

Com relação à divisão familiar do trabalho na agricultura, há o respeito à tradição patriarcal, que destina ao homem o papel de provedor da família e à mulher o de cuidar da casa e dos filhos e em alguns casos, a trabalhos assalariados como os de empregadas domésticas, faxineiras, merendeiras etc.

A gestão da propriedade e a comercialização dos produtos cabem ao chefe da família. É ele que negocia com o atravessador ou procura os melhores preços no comércio local, que contrata trabalhadores, compra os insumos e as sementes para o plantio no roçado.

BOX Nº 07

INSTALAÇÕES ENCONTRADAS NA ÁREA ATUALMENTE

- **Casas dos assentados** – todas as casas são de alvenaria, embora algumas ainda se encontrem em fase de acabamento; são diferenciadas apenas pelo número de cômodos e qualidade de acabamento como, banheiro dentro de casa, piso de cimento, água encanada, etc.
- **Construções Comunitárias** – uma casa logo na entrada do assentamento, que era a antiga casa do fazendeiro. Não existe ainda uma sede para a Associação do Assentamento, as reuniões são realizadas na casa da presidente ou na do secretário da Associação.
- **Instalações Complementares** - Galpões nas residências, cocheiras, cercas, currais (individuais e comunitários) e chiqueiros.
- **Rede Elétrica** – instalada em todas as casas em 1996, com recursos do projeto Cooperar.
- **Estradas** - o imóvel possui uma estrada e vários caminhos que levam até os lotes dos assentados. Esses caminhos são facilmente percorridos a pé. A estrada é um pouco íngreme, mas permite a circulação de carroças, motos e carros sem grandes problemas, mesmo nos períodos de chuva.
- **Sistema de Transporte** – o assentamento é localizado na periferia urbana de Esperança, por isso não há necessidade de transporte para locomover-se do assentamento até a cidade e vice-versa. A cidade possui uma linha regular de ônibus, até mesmo nos finais de semana, ligando-a às cidades vizinhas.

FONTE: Relatório Técnico e Científico da Emater – Unidade Operacional de Esperança, 1998.

5.4.2 Os serviços de Saúde

Não existe posto de saúde no assentamento, o que não chega a constituir um problema, visto a proximidade da cidade. Para receber assistência médica, odontológica e hospitalar, os moradores de Bela Vista recorrem aos serviços prestados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e aos hospitais e postos de saúde utilizados pela população urbana de Esperança, como a Maternidade São Francisco de Assis, Hospital Geral de Esperança e Fundação SESP. Os casos mais graves são

encaminhados para a cidade de Campina Grande (28 Km), ou para a capital do estado, João Pessoa (146,6 Km).

Com relação aos programas de prevenção contra doenças, não há nenhum em andamento no assentamento. As visitas de agentes de saúde são esporádicas e quando aparecem, não desenvolvem atividades voltadas para essa problemática. O único serviço que chega até o assentamento são as campanhas de vacinação.

Segundo relato das assentadas, as doenças mais comuns entre as crianças são a gripe, a febre e a diarreia. No caso dos adultos, as mais comuns são a gripe, dor de cabeça, problemas de coluna, pressão alta, coração e labirintite. Devido à proximidade com a cidade, consideram que não há necessidade de um posto de saúde no local para atendimento preventivo e emergencial. Porém, gostariam que houvesse melhorias no atendimento dos hospitais e postos que já existem, ou que fossem construídos mais hospitais na cidade.

5.4.3 Acesso à Educação Escolar

Apesar de não haver escolas no assentamento, as crianças e jovens não enfrentam nenhum problema para conseguirem estudar. Existem no município de Esperança várias escolas municipais e estaduais. No entanto, o índice de analfabetismo é alto, embora não tanto quanto no Quandú: 16,84 %, isto é, dezessete assentados entre jovens e adultos são analfabetos, principalmente os titulares da terra, a maioria por ter começado a trabalhar desde cedo na lavoura, não teve oportunidade de estudar.

TABELA 19
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DO BELA VISTA

JOVENS E ADULTOS ANALFABETOS	FUNDAMENTAL I COMPLETO	FUNDAMENTAL II COMPLETO	2º GRAU COMPLETO (ENSINO MÉDIO)
17	25	06	05
MENORES DE 07 ANOS QUE NÃO FREQUENTAM A ESCOLA		CRIANÇAS DE 07 A 14 ANOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA	
11		20	

FONTE: EMATER - Unidade Operativa de Esperança, 1997.

Em 1998, estava previsto para funcionar no assentamento um programa de alfabetização de jovens e adultos, o PRONERA, programa nacional do MST e do INCRA/PB, em convênio com as Universidades Federais. Os projetos da Paraíba foram enviados para serem avaliados pelo INCRA, mas não foram aprovados porque estavam incompletos. Em 1999, foram reelaborados e enviados novamente para a avaliação do INCRA, mas, até a nossa última visita na área (02/2000), não havia chegado nenhuma resposta.

CAPÍTULO VI

"Vida sem água é vida sem vida."

(Trabalhador Assentado)

6. VULNERABILIDADE E SUSTENTABILIDADE DO ASSENTAMENTO BELA VISTA

6.1. A VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Para a análise da viabilidade econômica da produção familiar no assentamento Bela Vista, utilizamos os mesmos métodos e critérios de análise utilizados com as famílias que fizeram parte da nossa amostra no assentamento Quandú.

Entre as dezessete famílias assentadas da área, escolhemos cinco produtores, para realizarmos o cálculo da renda monetária familiar. Em Bela Vista assim como no Quandú, fomos apresentadas aos agricultores por uma assentada que se dispôs a nos servir de informante e guia dentro do assentamento.

Dentro da nossa amostra de cinco agricultores, gostaríamos de destacar que apenas um deles não participou da luta pela terra e também não foi arrendatário do imóvel; ele adquiriu a terra em 1996, através de repasse.

6.1.1 Análise da Renda Familiar

Aqui como no capítulo IV, apresentaremos primeiro o cálculo da renda familiar dos produtores considerados bem sucedidos, que iremos chamar de

agricultores 07 e 08, ou Sr. 07 e Sr. 08. Em seguida apresentaremos os agricultores considerados intermediários, que iremos chamar de Sr. 09 e Sr. 10; e por fim, aquele que apesar de possuir uma renda externa, foi considerado pelos próprios assentados e pelos técnicos da EMATER como um produtor mal sucedido e que será o agricultor 11 ou Sr. 11.

• **Agricultora Nº 07**

Nasceu em 1962, é viúva e mãe de apenas um filho adolescente. Mora na cidade, mas possui uma casa no assentamento. Moram com ela, o filho e uma irmã solteira. Todos vivem da renda da agricultura, complementada pela renda da pensão do marido falecido. Até 1999, a assentada trabalhava como assessora de um político local e recebia um salário de R\$ 250,00 mensais.

TABELA 20
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	RS	%	RS	%	RS	RS	RS
1997	2.528,00	30,36	5.800,00	69,64	8.328,00	694,00	231,33
1998	- 446,00	- 8,33	5.799,00	108,33	5.353,00	446,00	148,67
1999	1.080,00	15,51	5.880,00	84,48	6.960,00	580,00	193,33
2000	850,00	32,07	1.800,00	67,93	2.650,00	220,83	73,61

O ano de 1997, por ter sido um ano de chuva, proporcionou à Sra. 07 uma renda significativa da atividade agropecuária. O dinheiro do crédito agrícola custeou a plantação de amendoim⁵⁸ e ainda ajudou na aquisição de ração para o gado. Apesar de ter sido um ano considerado bom, a renda da produção agrícola não

⁵⁸ Recebeu crédito para plantar a batatinha, mas preferiu investir no feijão e no amendoim.

superou as rendas externas, apenas 30,36 % da renda da família veio da agricultura, contra 69,64 % das rendas externas.

Em 1998, retirou um financiamento de R\$ 1.999,50 para o plantio da batatinha, mas novamente desviou o dinheiro para plantar apenas o feijão e o amendoim. Devido à seca, o pagamento do custeio agrícola foi prorrogado, pois a produção agrícola não foi suficiente para cobrir o pagamento da dívida. Também teve prejuízo com a criação animal, mesmo comprando água, palma, capim e farelo para alimentar as vacas leiteiras, a produção de leite diminuiu, sendo suficiente apenas para o consumo doméstico (03 a 05 litros por dia). Assim, 100 % da renda da família veio das rendas externas, uma vez que a renda das atividades agropecuárias apresentou um saldo negativo.

Em 1999, mesmo com a seca persistindo, o dinheiro do custeio agrícola foi liberado (R\$ 1.300,00). A agricultora 07, investiu apenas na produção do feijão e novamente não obteve lucro devido à seca. Com a liberação do custeio pecuário, ainda conseguiu manter o rebanho bovino que possuía. A renda monetária da família vinda das atividades agropecuárias, acabou apresentando um saldo positivo, devido ao adiamento do pagamento da dívida (custeio agrícola e pecuário), porém o crédito do custeio pecuário, não evitou a venda de parte da criação bovina, no final do ano. A agricultora vendeu as 03 vacas que possuía, e ficou apenas com as novilhas e os garrotes (07 cabeças).

Em 2000, apesar das chuvas na região, trabalhou a lavoura com recursos próprios, plantou feijão e amendoim, mas devido as irregularidades das chuvas que caíram fora do período de plantio, não obteve lucro. Como não podia mais arcar com a alimentação do rebanho bovino nem solicitar custeio pecuário, resolveu vender o restante dos animais. A renda da família também foi afetada

negativamente pela perda do salário que a produtora recebia como assessora. Portanto, a renda familiar bruta, nesse período, foi a mais baixa de todos os anos, até mesmo se comparada com os períodos de seca (1998/1999).

• **Agricultor Nº 08**

Nasceu em 1968, casado e pai de três filhos ainda pequenos (10, 8 e 3 anos). Portanto são 3,5 unidades. Assim como o agricultor 07, apesar de ter uma casa no assentamento, mora na cidade. Além de agricultor, também é marchante⁵⁹. Como os filhos são pequenos e como ele não tem todo seu tempo disponível para os trabalhos agrícolas, contrata em caráter permanente um trabalhador assalariado, mas que não mora na propriedade.

TABELA 21
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	1.676,00	26,70	4.600,00	73,30	6.276,00	523,00	149,42
1998	1.856,00	28,75	4.599,00	71,24	6.455,00	537,91	153,68
1999	1.256,00	18,05	5.700,00	81,94	6.956,00	579,60	165,61

Para o agricultor 07, o ano de 1997 proporcionou resultados satisfatório advindos das atividades agropecuárias. Nesse período, além de contar com o dinheiro do custeio agrícola para investir na produção da batatinha, contou também com a venda do leite e dos produtos agropecuários produzidos em sua propriedade; sendo marchante, não depende dos atravessadores para colocar sua mercadoria no mercado, principalmente a criação animal. Na verdade, embora não o

tenha declarado explicitamente, percebemos que parte da criação de animais de corte da área é comprada por ele; portanto, ao mesmo tempo que é um assentado, também desempenha a função de atravessador.

Em 1998, apesar da seca, ainda obteve um saldo positivo das atividades agropecuárias; as vacas continuaram produzindo leite, compensando os custos com ração. Como o pagamento do custeio agrícola foi prorrogado, não precisou arcar com os custos de produção da agricultura, porém mesmo que precisasse pagar a dívida, possuía, segundo seu relato, dinheiro suficiente para cobrir a dívida.

Em 1999, continuou investindo na agricultura, mas dessa vez não obteve lucro; plantou feijão e batatinha, mas colheu apenas 80 Kg de feijão. Com relação ao rebanho bovino, conseguiu garantir a venda do leite, pois manteve a criação animal com o crédito do custeio pecuário. Fora o rebanho bovino, passou também a investir na criação de suínos, e confessou que apesar de estar no início, já podia vislumbrar lucros. Embora não tenha obtido lucro com a produção agrícola, houve um acréscimo em sua renda familiar mensal, devido aos subsídios recebidos e também pelo fato da dívida dos créditos agrícolas e pecuários ter sido prorrogada.

Em 2000, não conseguimos levantar os dados desse produtor; as tentativas de entrarmos em contato com ele para uma nova entrevista foram infrutíferas, pois, além de suas atividades como marchante e na agricultura, estava envolvido com a política local (período de eleição). Porém, uma coisa podemos afirmar quando comparamos a sua situação com a dos outros assentados da área, a condição de comerciante é o diferencial que explica um maior volume da sua renda familiar bruta em relação a dos outros assentados.

⁵⁹ Pessoa que negocia em gado, no varejo ou no atacado para açougues.

• **Agricultor Nº 09**

Nasceu em 1952, casado e pai de um filho (deficiente mental). Mora no assentamento com o filho e a esposa. A família vive apenas da renda das atividades agrícolas e do salário da aposentadoria do filho.

TABELA 22
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	115,00	3,95	2.800,00	96,05	2.915,00	242,91	80,97
1998	- 500,00	- 15,16	3.798,00	115,16	3.298,00	274,83	91,61
1999	1.077,30	24,94	3.242,00	75,05	4.319,30	359,94	119,98
2000	1.524,00	34,77	2.860,00	65,22	4.384,50	365,37	121,79

Em 1997, investiu todo o dinheiro do crédito agrícola no cultivo da batatinha e do feijão. Do que plantou colheu apenas o feijão para o consumo. Para pagar a dívida do Banco e manter a família, teve que vender seis das 12 cabeças de rebanho bovino que possuía. O feijão que colheu não foi suficiente sequer para manter a família durante o ano todo. A família sobreviveu apenas do salário da aposentadoria. Já nesse período podemos constatar perda de capital produtivo.

Em 1998, retira novamente o dinheiro do crédito agrícola para investir no cultivo da batatinha e do feijão. Da batatinha, colheu apenas os tubérculos para plantar no ano seguinte e do feijão, não colheu sequer para o consumo da família. Para manter a família e a criação animal, se valeu do salário das frentes de emergência⁶⁰ e da aposentadoria do filho. Por ter que comprar alimentação para o

⁶⁰ Embora tenha alguém aposentado em casa, esse produtor, conseguiu se engajar nas frentes de emergência, recebendo mensalmente o salário. Ele renunciou à cesta básica porque não quis enfrentar a fila para recebê-la.

gado e por ter tido prejuízo com a produção agrícola, teve um saldo negativo das atividades agropecuárias. A situação só não se agravou mais, porque a dívida do custeio agrícola foi prorrogada.

Em 1999, o salário da emergência continuou a suprir as necessidades da família, porém as chuvas que caíram na região (embora poucas) e a liberação do crédito agrícola animaram o Sr. 09 a plantar a batatinha, o feijão e o milho. Do que plantou, não colheu nada. Para garantir a manutenção da família e não ver o gado morrendo de fome, pois não tinha mais como alimentá-lo e não queria mais aumentar a sua dívida, resolveu vender toda a criação a fim de retirar o crédito do custeio pecuário. O aumento da renda monetária da família obtida nesse período foi ocasionado pelo subsídio agrícola e pela venda do patrimônio produtivo.

Em 2000, com as chuvas que caíram na região, fez uso de recursos próprios e investiu na plantação de 02 hectares de batatinha e em seguida plantou feijão, milho, amendoim, batata-doce e jerimum. Embora não tenha tido prejuízo, não teve lucro, pois o que conseguiu com a venda dos produtos cobriu apenas as despesas com os custos de produção. Com relação ao rebanho bovino, no início do ano, havia comprado com o dinheiro do subsídio agrícola de 1999, 08 garrotes, mas precisou vendê-los logo em março, para cobrir os gastos com a agricultura.

Em 2000, como em 1999, o aumento da renda familiar só foi possível com a venda do patrimônio produtivo.

- **Agricultor Nº 10**

Nasceu em 1950, casado e pai de oito filhos. Moram na propriedade com o casal, apenas três filhos jovens e um rapaz que é considerado da família e que ajuda o Sr. 10 no trabalho na agricultura. A família vive da renda das atividades

agropecuárias e do salário complementar que o chefe recebe como pedreiro. Sua esposa até 1998, trabalhava como empregada doméstica na cidade, mas saiu do emprego quando a filha mais nova foi embora para trabalhar em Recife - PE. Em 1998, 1999 e até maio de 2000, a família contou também com o salário da frente de emergência do governo (colocou o rapaz que mora em sua casa para trabalhar em seu lugar)

TABELA 23
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	- 676,00	- 11,80	6.400,00	111,80	5.724,00	477,00	79,50
1998	1.594,00	17,80	7.359,00	82,20	8.953,00	746,08	124,34
1999	336,00	6,25	5.042,00	93,75	5.378,00	448,16	74,69
2000	736,00	15,78	3.930,00	84,22	4.666,00	388,83	64,80

Em 1997, embora tenha recebido o crédito agrícola, investiu pouco na agricultura. Aplicou parte do dinheiro que recebeu na compra de 02 bezerros e de ração animal. Além disso, teve prejuízos com a venda da batatinha: vendeu a produção abaixo do valor de mercado (R\$ 6,00.a saca de 50 Kg). Também teve que arcar com o pagamento do custeio agrícola. Dessa forma a renda monetária agropecuária apresentou um saldo negativo e 100% das despesas da família foram custeadas pelas rendas externas.

O ano de 1998, apesar da seca, apresentou em termos monetários um aumento da renda do agricultor 10. Porém, houve perda de patrimônio produtivo: 04 cabeças do rebanho bovino foram vendidas e 01 não resistiu à seca e acabou morrendo. Além disso, como a dívida do crédito agrícola foi prorrogada, ele não

precisou devolver o dinheiro no final da colheita, portanto o lucro com a produção agrícola compensou os gastos com a ração animal e cobriu também parte das despesas da família.

Em 1999, plantou batatinha (10 caixas) e feijão (50 Kg) e sequer colheu o que plantou. Da batatinha retirou apenas 04 caixas e do feijão apenas 25 Kg. Para manter a criação animal (04 reses), utilizou o crédito do custeio pecuário. As despesas da casa foram supridas quase que exclusivamente com as rendas externas, uma vez que apenas 6,25 % da renda familiar veio das atividades agropecuárias.

Em 2000, apesar das chuvas, como não solicitou crédito agrícola, investiu pouco na agricultura. Com recursos próprios, plantou feijão, batata-doce e amendoim. A renda da agricultura foi baixa, mas compensou os custos de produção. Com a criação animal, os custos com a manutenção também foram baixos, o número de cabeças diminuiu e o capim plantado na propriedade supriu parte da alimentação. Nesse ano, ainda houve perda do patrimônio produtivo, pois para suprir as despesas da casa precisou se desfazer de um dos animais, mantendo apenas 03 reses. Assim como em 1999, a renda da família veio quase que completamente da atividade externa: 84,22 %.

- **Agricultor Nº 11**

Nasceu em 1959, casado e pai de três filhos (10, 8 e 5 anos). A família sobrevive da renda da agricultura e do salário que o Sr. 11, recebe como pedreiro. Porém só em 2000, conseguiu trabalho na área da construção; de 1997 até 1999, sobreviveu apenas com o salário das frentes de emergência.

TABELA 24
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ANO	RENDA AGROPECUÁRIA BRUTA		OUTRAS RENDAS		RENDA ANUAL BRUTA	MÉDIA DA RENDA MENSAL FAMILIAR	MÉDIA DA RENDA MENSAL P/PESSOA
	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
1997	1.790,00	64,15	1.000,00	35,85	2.790,00	232,50	66,42
1998	2.284,00	51,64	2.139,00	48,36	4.423,00	368,58	105,30
1999	561,00	22,13	1.974,50	77,87	2.535,50	211,29	60,36
2000	247,00	6,03	3.850,00	93,97	4.097,00	341,41	97,54

Em 1997, o Sr. 11, com o dinheiro do crédito agrícola, plantou 1,5 ha de batatinha e 1.500 pés de erva-doce. Da venda da produção agrícola lucrou praticamente o que investiu. O lucro com a atividade agropecuária foi gerado pela venda do leite, já que para alimentar os animais, utilizou apenas o capim da propriedade e o restolho das culturas; portanto não teve gastos com a ração animal. Apesar de não ter tido lucro, não teve prejuízo, conseguiu pagar a dívida ao banco, manter a família e a criação animal.

Em 1998, apesar da seca, ao receber o crédito agrícola, investiu junto com a batatinha na produção de amendoim e feijão. O plantio do amendoim lhe rendeu bons lucros (R\$ 1.400,00) e como não precisou pagar o dinheiro do crédito agrícola, por que foi prorrogado, tudo que lucrou com a produção do feijão e do amendoim ficou para suprir as despesas da casa e da propriedade. Nesse período a produção de leite diminuiu, mas como aproveitou o restolho das culturas agrícolas, não teve gastos com a ração animal, embora também não tenha tido lucro com a venda do leite. Para manter a família, também contou com a renda da frente de emergência; por isso houve um acréscimo no valor monetário da renda familiar, quando comparamos com 1997.

Em 1999, embora tenha investido na agricultura e recebido o crédito agrícola, não obteve lucro com a produção; o feijão que plantou não produziu o suficiente para o consumo da família durante o ano (90 Kg), a produção de leite diminuiu e supriu apenas a necessidade da família. Nesse período a família sobreviveu apenas da renda da frente de emergência; a renda familiar diminuiu significativamente, e o rebanho só pôde ser mantido, devido ao crédito que recebeu do custeio pecuário para comprar a ração e água para os animais.

Em 2000, investiu na agricultura com recursos próprios, mas não obteve lucro. Para manter o rebanho, teve que vender 02 vacas. Só conseguiu manter a família porque conseguiu trabalho como pedreiro na cidade e recebeu até maio o salário da frente de emergência. A renda familiar nesse período foi a mais alta, se comparada com a dos anos anteriores, mas não foi gerada pelas atividades desenvolvidas no lote, ou seja, 93,97 % da renda da família veio das rendas externas à atividade agrícola.

6.1.2 A Diferenciação Interna Entre os Assentados

Como já especificamos no capítulo IV a respeito dos assentados do Quandú, embora reconheçamos que o valor da renda monetária familiar adquirida pelos assentados pode de certa forma ser considerada uma variável que diferencia o produtor que obteve sucesso daquele que fracassou, em nossa análise da diferenciação sócio-econômica interna entre os assentados, não levamos em consideração apenas esse fator, mas também alguns indicadores de qualidade de vida bem como a manutenção e reprodução do patrimônio produtivo, principalmente no período de seca.

Como a infra-estrutura social do assentamento é a mesma para todos assim como o acesso ao crédito, fatores como os instrumentos e as estratégias adotadas para viabilizar e reproduzir a unidade de produção, acesso a rendas externas (aposentadoria, biscates, etc.), como dispõem sobre os seus orçamentos domésticos, relação com o mercado, presença de capital inicial no momento do assentamento, foram elementos considerados na análise das condições sócio-econômicas dos agricultores pesquisados.

No caso dos produtores de Bela Vista, o resultado do cálculo da renda familiar dos agricultores de nossa amostra, apresentou resultados aproximados, bem mais do que no Quandú. Para alocarmos os produtores em categorias como bem sucedidos, intermediários e mal sucedidos, fizemos mais uso dos sinais externos⁶¹ que indicavam o sucesso ou a pobreza desses produtores do que propriamente dos dados referentes ao cálculo monetário.

Os agricultores 07 e 08 foram considerados os bem sucedidos quando comparados com os demais, não só devido à renda monetária, mas pelo patrimônio adquirido e também pela infra-estrutura da propriedade. Ambos possuem duas casas próprias, uma na propriedade e outra na cidade (local de moradia), ambas bastante confortáveis se comparadas com as dos outros agricultores de nossa amostra.

A infra-estrutura encontrada nas propriedades, como curral, galpões, cercas e cocheiras, é de qualidade superior à dos outros agricultores. Até mesmo a raça do rebanho, principalmente se compararmos com os agricultores 09 e 10, que

⁶¹ Os sinais externos foram mais ligados às condições de infra-estrutura da propriedade e à manutenção do patrimônio produtivo, isto é, levamos em consideração alguns indicadores de qualidade de vida, subjetivos e objetivos. Um investimento maior na infra-estrutura produtiva, passa a indicar uma disponibilidade maior de capital financeiro, portanto uma melhor renda ou mais habilidade na gestão dos recursos monetários da família.

não trabalham com matrizes de gado holandês para a produção de leite, mas sim com o gado de corte.

O agricultor 08, comparando até mesmo com a agricultora 07, apresenta uma melhor situação financeira, pois a atividade comercial desempenhada por ele facilita a aquisição do rebanho bovino com melhor preço e qualidade e a venda da produção agrícola, já que é ele mesmo quem leva a sua mercadoria para vender nas cidades circunvizinhas. No caso da agricultora 07, a renda da agricultura torna-se pequena, pois depende dos serviços de um meeiro para cuidar da parte da produção agrícola e do rebanho bovino.

No caso dos agricultores 09 e 10, o primeiro tem uma renda subsidiária (a aposentadoria do filho). O agricultor 10 por sua vez pode obter renda através da atividade de pedreiro. Ambos, diferentemente dos primeiros, contaram também com o salário da frente de emergência do governo no período de seca. Porém, a infra-estrutura das propriedades e a qualidade das moradias são inferiores à dos agricultores considerados bem sucedidos.

Na propriedade do agricultor 09, encontramos um poço e um barreiro que estava entupido; na seca, como não possuía cisterna para armazenar água, tinha que ir até a cidade quatro vezes por semana para comprar água para cozinhar e beber. A água para tomar banho, lavar roupa e para os animais era colocada em pequenos tanques domésticos. Na casa do agricultor 10, a cisterna, por ser pequena, não comportava água suficiente para suprir por muito tempo as necessidades da família e da propriedade.

Por fim temos o agricultor 11, que apesar de apresentar uma renda similar à dos agricultores intermediários e de lidar com o gado de leite, tem uma propriedade inferior à dos assentados 09 e 10, em termos de infra-estrutura. Não

possui galpão ou um local específico para armazenar a produção, os silos e todo o produto colhido ficam dentro de casa, não localizamos nenhum tipo de reservatório de água como cisterna ou barreiro; enfim, devido ao tamanho do curral, deixa o gado a maior parte do tempo no curral comunitário. A casa por sua vez é pequena e ainda está por terminar. Na opinião do próprio assentado, ela não oferece conforto algum à família.

BOX Nº 08

SÍNTESE DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS		
Agricultores 07 e 08	Agricultores 09 e 10	Agricultor 11
<p>Local da Moradia – residências de alvenaria na cidade e no lote dentro do assentamento:</p> <p>Morada – Agricultor 07 – Na cidade: 05 cômodos, com energia elétrica, água encanada. No lote: 04 cômodos, energia elétrica.</p> <p>Agricultor 08 – Na cidade: 06 cômodos, água encanada, energia elétrica. No lote, 05 cômodos, energia elétrica, cisterna.</p> <p>Eletrodomésticos – TV, geladeira, aparelho de som, fogão a gás, ferro elétrico, liquidificador, antena parabólica, dentre outros</p> <p>Transporte – agricultor 08 – possui uma motocicleta.</p> <p>Infra-estrutura produtiva Silos, galpões, pulverizadores, carro de boi, foices, enxadas, matraca dentre outros.</p> <p>Benefícios encontrados na propriedade Em ambas as propriedades encontramos cercas, currais, e um barreiro com 3 m de profundidade.</p>	<p>Local de Moradia – residência construída dentro do assentamento.</p> <p>Morada – Agricultor 09 – alvenaria (05 cômodos), com energia elétrica; não possui cisterna para armazenar a água.</p> <p>Agricultor 10 – alvenaria (05 cômodos), com energia elétrica e cisterna para armazenar água.</p> <p>Eletrodomésticos – TV, geladeira, fogão a gás, ferro elétrico e liquidificador.</p> <p>Transporte – ambos possuem motocicleta e bicicletas</p> <p>Infra-estrutura produtiva silos, pulverizadores carro de boi, matraca, carroça, enxadas, enxadecos, foices, dentre outros.</p> <p>Benefícios encontrados na propriedade Em ambas propriedades: cercas, currais, galpões para armazenar a produção, silos, cocheiras, um barreiro e um poço.</p>	<p>Local de Moradia – residência construída dentro do assentamento.</p> <p>Morada – alvenaria (04 cômodos pequenos) e com energia elétrica.</p> <p>Eletrodomésticos – Encontramos uma TV, ferro elétrico e liquidificador.</p> <p>Transporte – apenas uma bicicleta.</p> <p>Infra-estrutura produtiva Silos, pulverizadores, matracas, carroça, carro de boi, enxadas, enxadecos, e foices.</p> <p>Benefícios encontrados na propriedade uma pequena parte da propriedade é cercada, não possui galpão e existe apenas um pequeno curral.</p>

FONTE: Pesquisa de campo

Para a análise das condições sócio-econômicas, assim como no Quandú, levamos em consideração o número de pessoas que compõem a família, pois como já foi explicitado aqui, como a maior parte do consumo familiar diz respeito à alimentação, uma renda considerada “alta”, torna-se baixa e em alguns casos até insuficiente, quando é utilizada para manter uma quantidade maior de pessoas.

Esse fato pode ser facilmente constatado, quando analisamos a renda familiar mensal e a renda *per capita* do agricultor 10, apresentada na Tabela 12. Embora tenha obtido um renda familiar mensal similar à dos agricultores bem sucedidos, devido o número de membros que compõem a sua família, a renda *per capita da família* diferenciou-se muito pouco com relação à renda do agricultor 11, considerado o de menor sucesso.

TABELA 25
RENDA FAMILIAR MENSAL E RENDA *PER CAPITA*

AGRIC.	MÉDIA DA RENDA FAMILIAR MENSAL (R\$)						MÉDIA DA RENDA FAMILIAR MENSAL P/PESSOA (R\$)			
	1997	1998	1999	2000	MEDIA DOS 04 ANOS	S.M	1997	1998	1999	2000
07	694,00	446,00	580,00	220,83	426,87	2,8	231,33	148,67	193,33	73,61
08	523,00	537,91	579,66		546,80	3,6	149,42	153,68	165,61	
09	242,91	274,83	359,94	365,37	310,76	2,0	80,97	91,61	119,98	121,79
10	477,00	746,08	448,16	388,83	515,01	3,4	79,50	124,34	74,69	64,80
11	232,50	368,58	211,29	341,41	288,44	1,9	66,42	105,30	60,36	97,54

FONTE: Tabela construída a partir dos dados coletados na pesquisa de campo.

Com relação aos agricultores 07 e 08, considerados bem sucedidos, percebemos que além das rendas externas e do acesso aos recursos financeiros provenientes do crédito agrícola, fatores como capital inicial que possuíam no

momento do assentamento e a relação que mantêm com o mercado, contribuíram para que esses assentados apresentassem melhores condições que os demais.

Vejamos o caso do agricultor 08. Antes de ser assentado, nunca havia trabalhado na agricultura, desenvolvia apenas a atividade de marchante. No início do ano de 1996, comprou o repasse da terra de um agricultor que, devido à idade, não podia mais trabalhar na agricultura. Com o dinheiro do crédito de investimento e com o capital acumulado com a venda e compra de animais, cercou a propriedade, reformou a casa e construiu depósitos d'água.

O capital inicial também foi aplicado na agricultura, embora não fosse agricultor; contratou trabalhadores e plantou quase 02 ha de batatinha. Segundo depoimento dos próprios assentados, a produção dele foi a melhor produção do local. Por ser comerciante, também deve ter vendido a produção por um preço melhor do que os demais, pois não estava sujeito aos baixos preços dos atravessadores.

Por isso, devido a sua atividade como comerciante, notamos que independente de ser um ano de chuva ou um ano de seca, a sua renda mensal não sofreu variações bruscas, girando em torno de quase quatro salários mínimos, sem contar que mesmo na seca, não houve perda de patrimônio; cada animal vendido foi logo substituído.

Diante do exposto, algumas considerações precisam ser feitas. Assim como no Quandú, no Bela Vista, a seca fragilizou (de maneira diferenciada) todos os assentados, porém a diferença entre o agricultor bem sucedido e o mal sucedido e ou intermediário, foi bem menor, para não dizer tênue, principalmente quando comparamos o valor monetário das rendas. A presença do custeio agrícola nos anos de seca (1998/1999) e o adiamento do pagamento da dívida podem ter contribuído por essa margem pequena de diferença. Além disso, no Bela Vista, mesmo os

produtores que contavam com a renda da previdência social, conseguiram receber o salário da frente de emergência.

A presença dos custeios agrícolas, pode ser vista como uma faca de dois gumes, pois se por um lado, complementou a renda dos assentados, pois devido as condições climáticas da região os assentados conseguiram a prorrogação do pagamento, por outro lado, aumentou a dívida deles com os órgãos financiadores. A situação apresenta-se mais drástica, quando analisamos a questão do custeio pecuário, os assentados que venderam os animais, não podem negociar a dívida com o banco e portanto estão inadimplentes. Na nossa amostra apenas o agricultor 09 que não solicitou custeio pecuário e o agricultor 08, que manteve a criação, não se encontram nesta situação.

Outra dado importante referente a questão das fontes de renda alternativas, diz respeito não só a sua importância para a manutenção do patrimônio familiar, mas também à facilidade de acesso à elas. A proximidade com a cidade, torna mais fácil o acesso ao trabalho assalariado e aos biscates, por isso que diferentemente do Quandú, encontramos trabalhadores exercendo atividades assalariadas, como o agricultor 10 e o 11 e até mesmo entre as mulheres, como a esposa do agricultor 10.

No Quandú, segundo depoimento das lideranças locais, até mesmo os assentados que detém o ofício de pedreiro ou eletricitista, não estavam trabalhando. O trabalho que tem na região, segundo depoimento dos assentados, é o trabalho no campo, mas com a seca ninguém estava contratando trabalhadores, as mulheres por sua vez, mesmo que conseguissem empregos de domésticas na cidade, teriam que dormir no emprego, pois a dificuldade de transporte e a distância entre o

assentamento e a cidade, impede o retorno diário para casa, tomando o trabalho doméstico para as mulheres casadas inviável.

Os resultados sócio-econômicos que demonstraram a diferenciação interna entre os assentados, tanto no Quandú quanto no Bela Vista, mas do que indicar os fatores potencializadores e restritivos da atividade econômica ou a possível competência de um em detrimento da falta de competência do outro em gerir a propriedade, ressaltou a falta de consistência da política agrícola para as áreas de assentamento, bem como a pouca eficácia dos mediadores em efetivar na prática os objetivos fundamentais da reforma agrária.

6.2 AS CONDIÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DA SUSTENTABILIDADE

6.2.1 A Organização Política e as Relações Institucionais do Assentamento Bela Vista

6.2.1.1 A relação dos Assentados com a Associação

Com a criação da ASPROBV em 1996, a situação do assentamento melhorou, os assentados tiveram direito aos créditos de investimento e custeio, através do PROCERA e conseguiram vislumbrar a melhoria do assentamento em termos de infra-estrutura e produção.

Os cargos de presidente e vice-presidente foram ocupados por duas mulheres. Segundo opinião de nossos informantes, elas exercem um bom trabalho, não há mais desunião dentro do assentamento, todos procuram participar das reuniões da Associação, para decidirem de comum acordo como solucionar os problemas.

"...todos têm o mesmo direito né? Tem a diretoria da Associação formada por que tem que ter mesmo, mas não tem posição. A gente senta, o que um diz, decide, todos concordam." (agricultor 10)

"Pra mim, pra mim não, pra todos ela é uma boa presidente, ninguém tem o que falar dela não." (agricultor 09)

"Porque o caba tem que falar a verdade, né? Ela luta já há muito tempo, ela é gente muito boa, eu nunca fui falar com ela pra ela dizer que eu tô errado, pode perguntar a ela, ela sempre se combina comigo..." (agricultor 10)

Apesar da presidente e da vice-presidente serem mulheres, a participação das mulheres nas reuniões da Associação não difere da encontrada no assentamento Quandú. Apenas os homens participam das reuniões, a não ser nos raros casos em que as mulheres são chefes de família. A participação dos jovens nas reuniões da Associação é pequena, até porque a maioria da população jovem no assentamento ainda está na faixa dos 15 anos a 20 anos. Além disso, diferentemente do Quandú, não existe na propriedade filhos de titulares casados morando dentro do assentamento.

No Bela Vista assim como no Quandú, a ausência das mulheres nas reuniões da Associação não é considerada um problema, sequer surgiu justificativas para explicar o fato. Entre as entrevistadas de nossa amostra, uma delas diz ser muito doente e não costumar sair de casa, outra trabalha fora como doméstica e o pouco tempo livre de que dispõe, utiliza para colocar a casa em ordem; as outras sequer pararam para pensar sobre a reunião.

A proximidade com a cidade, além dos outros fatores já citados aqui, também deve ser levada em consideração. As reuniões da ASPROBV geralmente são

aos domingos, diferentemente das mulheres do Quandú, as de Bela Vista podem ir à missa, visitar os parentes que moram na área urbana, receber visitas enquanto os maridos vão à reunião.

Com relação às atividades coletivas, assim como no Quandú, os agricultores de Bela Vista, preferem trabalhar na forma individual/familiar⁶², as atividades coletivas na verdade se restringem aos mutirões para limpeza de barreiros e poços do assentamento e ao trabalho no roçado comunitário.

A área comunitária do imóvel é dividida da seguinte forma, 01 hectare para o cercado comunitário, onde o assentado que o solicitar, pode utilizar o local por um ano, mediante uma pequena contribuição para suprir as despesas da Associação (R\$ 100,00 por ano) e 0,5 ha de roçado comunitário, cuja venda dos produtos também é destinada à manutenção da Associação. O restante da área fica reservado para os filhos e parentes dos assentados que desejam trabalhar na lavoura.

A área do roçado comunitário atualmente está sendo trabalhada individualmente, por uma antiga assentada que vendeu sua propriedade e depois solicitou aos assentados permissão para trabalhar no lote; essa ex-assentada tem cinco irmãos no local. A permissão foi dada, pois devido à seca que assolou a região, as atividades coletivas e/ou comunitárias na área foram suspensas.

Com relação à organização coletiva, podemos ver que no assentamento Bela Vista, apesar dos assentados aparentemente apresentarem o mesmo capital social específico, uma vez que todos são da mesma região, trabalharam com os seus pais ou sozinhos na propriedade como meeiros ou

⁶² Comprar sementes, adubos e defensivos, preparar o solo, fazer o plantio, a colheita e a venda da produção são atividades realizadas por cada família. Na opinião dos agricultores de nossa amostra, apenas a comercialização dos produtos poderia ser realizada coletivamente, mas para isso, seria necessário construir uma cooperativa no assentamento.

arrendatários e possuírem uma relação de consangüinidade, afinidade e/ou compadrio, preferem trabalhar individualmente.

A criação da nova Associação, apesar de ter resolvido os conflitos iniciais, não conseguiu ainda fazer com que os assentados optassem por um modelo de organização coletiva da produção. Eles participam das reuniões da Associação, discutem e procuram resolver em conjunto os problemas da área, principalmente os relacionados à infra-estrutura, crédito, produção e comercialização, porém preferem continuar desenvolvendo suas atividades na forma familiar de produção.

Essa atitude para eles não constitui um problema; o trabalho coletivo foi e é importante em situações específicas, como na formação do assentamento e quando precisa-se reformar ou implementar obras de infra-estrutura na área ou para as tarefas do roçado comunitário (que servem para custear obras de interesse comum ou as viagens da presidente da Associação). A produção agrícola, segundo eles, deve ser feita de forma familiar, cada um deve cuidar de seu lote.

Para MARCOS (1998, p. 96), o principal fator que inviabiliza o sucesso do trabalho coletivo está na inadequação entre o ideal utópico da produção camponesa e o da produção comunitária. Para o camponês assentado, a terra, sinônimo da liberdade pela qual tanto lutou, é propriedade da família, e o trabalho que nela realiza deve ser um trabalho livre, oposto ao realizado nos 'tempos de cativeiro', quando o patrão dizia o que e onde plantar.

O discurso de dois assentados de nossa amostra sobre o que achavam do trabalho coletivo, principalmente o do roçado comunitário, ratificou essa posição de MARCOS (op. cit.), com a qual compartilhamos, pois deixou bem claro o desejo de autonomia e a conquista da tão sonhada liberdade ameaçadas pelo trabalho no roçado comunitário. Isso ocorre porque eles tematizam o trabalho coletivo a partir da

questão dos direitos e deveres e não do pertencimento à um único grupo, isto é, eles não conseguem ver que este também é realizado para eles e não apenas em benefício dos outros.

“...na terra eu trabalho pra mim, porque eu tenho um pouco mais de liberdade, eu não gosto de trabalhar pros outros, seguindo horário, isso é ser empregado, eu não gosto de ser empregado.” (agricultor 10)

“É duas coisas que eu faço quando tenho vontade, agora que tenho a terra, dormir quando eu tenho sono e comer quando eu tenho fome, tenho liberdade para isso.” (agricultor 09)

Para a liderança da Associação, a produção agrícola poderia continuar sendo realizada de forma familiar, porém a forma de comercializar os produtos é que deveria ser diferente. A comercialização dos produtos não deveria ser feita individualmente, mas coletivamente, seja ofertando todos os produtos de uma vez só no mercado ou construindo um espaço físico dentro ou fora do assentamento, para que os produtores pudessem vender a produção tanto no atacado como no varejo.

Apesar da nova Associação ter eliminado os conflitos internos, surgidos no início do assentamento, notamos que ela apenas desempenha um papel de prestadora de serviço, pois como foi exposto aqui, ela ainda não foi capaz de organizar os assentados para o desenvolvimento de atividades coletivas, até mesmo a criação da Cooperativa, parece apenas povoar o imaginário dos assentados e não se constitui num objetivo a ser concretizado.

6.2.1.2 A relação dos Assentados com o Sindicato e com os Movimentos Sociais Organizados – CPT e MST

Os assentados de Bela Vista consideram que o STR de Esperança é uma entidade que não trabalha em prol dos trabalhadores rurais; além disso, guardam grande mágoa da diretoria do Sindicato que, durante a luta pela terra, preferiu ser a favor do proprietário do imóvel. Entre os entrevistados de nossa amostra, quatro consideram o STR um sindicato pelego e são associados apenas para conseguirem no futuro a aposentadoria, um deles não é sócio e sequer tem conhecimento da função do STR.

“...na hora da luta pela terra, o presidente do STR de Esperança foi uma pessoa muito grossa com a gente, muito grosso, apesar de que ele é meu amigo, mas eu não gosto de ir lá, pra não tá conversando com ninguém.” (agricultor 11)

“O sindicato não é sindicato de luta, né? Ele não tem garra pra lutar junto como os trabalhadores. O presidente é meio lento.” (agricultor 10)

“Eu era associado no começo, deixei de pagar, eu não sei nem o que é que eu faço com o presidente...” (agricultor 09)

“Nunca quis me associar ao sindicato, nunca me perguntaram e não sei nada sobre ele.” (agricultor 08)

A instituição que prestou assistência aos assentados desde o momento da luta pela terra e que atualmente visita esporadicamente o assentamento é a CPT, que na Paraíba atende a quase todos os assentamentos e trabalha em quatro dioceses: João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras.

Normalmente a CPT faz dois acompanhamentos: a luta pela terra e, depois de conquistada a terra, a luta na terra, através de projetos e ações que melhoram as condições de produção e comercialização nos assentamentos. Para a CPT, os assentados de Bela Vista já podem caminhar com as próprias pernas, e é por isso que as visitas são esporádicas.

O contato dos assentados com o MST se dá através da presidente da Associação, que procura participar de todas as reuniões, principalmente as realizadas em João Pessoa (PB) e em Recife (PE). Porém, não existe um contato mais direto, uma intervenção ou uma colaboração do MST no assentamento.

Com relação à comunicação entre os assentamentos, constatamos que em Bela Vista, diferentemente do Quandú, apesar de não haver uma participação direta do MST e da CPT, há um interesse por parte dos assentados em manter contato ou procurar informações sobre os outros assentamentos do Estado. Como as reuniões são realizadas na capital do Estado, por motivos financeiros e também devido à pouca disponibilidade de tempo, essa comunicação direta é realizada geralmente pela presidente da Associação, que depois passa para os assentados as informações colhidas.

“Eu sou a presidente, mais o meu trabalho na Associação é mesmo mais participar de reuniões; eu participo mais dos encontros promovidos entre os assentamentos, me disponho a discutir sobre os projetos, a procurar essas coisas; meu trabalho é levar a mensagem pro pessoal, o meu papel na Associação é esse.” (presidente da Associação Bela Vista)

Para a presidente da Associação, é importante participar dessas reuniões, pois nelas existem uma troca não só de experiências, mas também de

análise de problemas comuns e planejamento conjunto de atividades que depois podem ser transmitidos por ela, não só para a sua comunidade, mas para os assentamentos com as quais procura manter contato⁶³.

O assentamento Bela Vista está de certa forma isolado das instituições públicas que possibilitam o acesso a políticas sociais de responsabilidade municipal e estadual, como educação, saúde, lazer, etc. Esse isolamento não se deve à ausência de vinculação direta com os movimentos sociais organizados de abrangência estadual e nacional, mais sim à precariedade dos serviços básicos destinados a toda população do município, pois como o assentamento está localizado na periferia urbana, os assentados se beneficiam dos mesmos serviços destinados à população local.

Esse isolamento é ainda agravado pela falta de uma participação ativa por parte dos assentados nos diversos conselhos municipais de Esperança (saúde, educação e agricultura). A relação com o poder municipal local é fraca, os dirigentes municipais acreditam ser de responsabilidade do Estado a implantação de políticas sociais e de infra-estrutura no imóvel e como o assentamento não fica distante da cidade, acreditam não ser necessária a implantação de serviços básicos na área.

Apesar da precariedade dos serviços básicos, os assentados de Bela Vista ainda gozam de melhor atendimento em relação à educação e a saúde, quando comparados com os assentados do Quandú, visto que podem se usufruir desses serviços com mais facilidade e até mesmo com menos custo, uma vez que há mais opções de escolas e não precisam depender de transporte para percorrer a distância do assentamento até a cidade.

⁶³ Os assentados de Bela Vista, sempre que possível, segundo depoimento das lideranças da Associação, procuram demonstrar solidariedade aos companheiros acampados em áreas de conflito de terra no Estado, doando alimentos, fazendo visitas à assentamentos novos, próximos ao município para levar não só alimentos mais informações de como devem proceder e agir frente aos órgãos

Com relação à atuação do Estado, apesar de ser um assentamento estadual (responsabilidade do INTERPA), resume-se à presença da EMATER local, atuando na elaboração dos projetos para as agências financiadoras. O INTERPA alega não dispor de recursos e de pessoal capacitado para atuar de forma mais efetiva no assentamento, embora seja sempre pressionado pela Associação de Bela Vista, que tem solicitado a complementação das obras de infra-estrutura no local, principalmente a construção de um reservatório de água.

Em Bela Vista, após a criação da ASPROBV, pode-se perceber uma maior coesão entre os assentados, do que no Quandú, porém a fraca atuação por parte das entidades governamentais e não governamentais e a insuficiência de infra-estrutura têm dificultado o desenvolvimento do associativismo nesta área. Os assentados de Bela Vista são um grupo pequeno, com poucos recursos e que lutam praticamente sozinhos para manter o assentamento e as suas famílias.

6.2.1.3 A Relação dos Assentados de Bela Vista com a EMATER

Em Bela Vista, analisando os depoimentos dos assentados, podemos dizer que a assistência técnica (AT) é precária. A atuação da EMATER que presta assistência técnica no assentamento se dá basicamente através da elaboração e na orientação dos projetos para obtenção de crédito junto às instituições financeiras. Assim como ocorre no Quandú, não há por parte dessa instituição um acompanhamento sistemático, mas apenas uma assistência informal e assistemática.

Para os assentados de nossa amostra, não há um envolvimento do técnico da EMATER com os problemas do assentamento. Além disso nem sempre há

públicos. Esse trabalho é desenvolvido principalmente pela presidente da Associação, com o apoio moral e financeiro de todos os assentados.

um bom entendimento entre eles e o técnico, pois este não costuma respeitar a opinião deles.

“A Emater, eles tratam o agricultor como um burro, eles acham que você não sabe de nada, ele acha que você...olhe, a maior falha de quem tem curso superior é achar que somos burros, acha que só quem sabe é ele.” (agricultor 10)

“O técnico da Emater é um menino, uma pessoa muito boa. Mas do meu ponto de vista, ele mesmo não tem orientação pra dar a gente não. Ele não vem aqui não.” (agricultor 09)

“Só conseguimos as coisas com a Emater através da briga. Quando a gente conversa com eles a gente já pede. É querem? Quero. Se você não tiver decisão, você sofre, sofre adoidado, porque sem decisão ninguém consegue.” (agricultor 10)

Para o técnico da Emater o convívio entre eles é os assentados é bastante satisfatório, reconhece até que os assentados são bastante esclarecidos, têm consciência de seus direitos, pois segundo ele, vivem muito envolvidos com o pessoal do MST.

“A presidente da Associação viaja muito, vive lá com o pessoal do MST, com Frei Anastácio⁶⁴, tão sempre se reunindo.” (técnico da EMATER)

Com relação à assistência técnica prestada pela EMATER, ele afirmou que visita os assentados com frequência, principalmente no período de elaboração dos projetos e no período do plantio da batatinha, pois sem o laudo técnico os assentados não recebem as parcelas referentes ao custeio agrícola. Para ele, os

problemas do assentamento não se devem à falta de assistência técnica, mas sim, derivam do clima, do tamanho das parcelas e em alguns casos da teimosia dos agricultores em não seguirem as orientações técnicas.

“Quando saiu o financiamento, quem assumia o assentamento era outro técnico, mas o pessoal de lá não aceitou ele por muito tempo, aí eu fui substituí-lo. Por enquanto não tenho tido problema, sou muito bem recebido sempre que vou lá.”

“Estou sempre lá principalmente na época do plantio, sempre estou lá observando, por exemplo só recebem o crédito se plantarem a batatinha, então na época do plantio eu tô lá visitando eles, vendo como vai a plantação.”

“Tem uns que são um pouco encrenqueiro como o Sr. C, você conheceu ele? Não foi? Acho que deve ter percebido, outros que são cabeça dura, outros que até pra plantar são devagar, mas no geral todos lá se viram, nesse período de seca tem um bocado vendendo coentro, fruta na feira, compram no CEASA dos comerciantes locais e vem vender na feira, outros passam todo dia de manhã com o leite para vender nas casas...” (técnico da EMATER)

Novamente aqui como no Quandú, podemos dizer que a relação entre técnico e assentado é ambígua e de certo ponto conflituosa, principalmente quando nos deparamos com a crítica feita por um dos assentados sobre o comportamento do técnico com eles (agricultor 10).

Para os assentados o técnico é visto como necessário apenas em momentos específicos, na elaboração de projetos ou de laudos para justificar a prorrogação das dívidas. O técnico, por sua vez, valoriza seu papel e justifica a baixa capacidade produtiva do assentamento pelos problemas climáticos ou pela falta de competência dos agricultores para o trabalho agrícola.

⁶⁴ Frei Anastácio é da Pastoral da Terra e não do MST, atualmente é demitido estadual pelo PT.

Com relação às outras entidades que prestam assistência aos assentados, fomos informados da presença do PATAC, que tentou implantar o projeto de cisterna de placas. Segundo uma das lideranças da Associação, apenas dois assentados construíram suas cisternas nesse molde. Para um dos nossos informantes o sistema do PATAC é muito demorado, quando tiver dinheiro vai construir ele mesmo a sua cisterna, só que de tijolo.

6.3 VULNERÁVEL OU SUSTENTÁVEL?

Ao serem beneficiados com um lote de terra, com injeções de recursos financeiros e técnicos, tão pouco comuns à maioria dos trabalhadores rurais da região Nordeste, a priori, poderia-se supor que os assentados de Bela Vista teriam a oportunidade de reverter um processo generalizado em todo o semi-árido nordestino, e mais marcadamente entre os produtores sem terra e/ou com pouca terra, que é o fenômeno da vulnerabilidade à seca.

É inegável que as condições de vida – e por que não dizer a qualidade de vida dessas famílias, com a política de reforma agrária melhorou consideravelmente, principalmente quando comparamos com a situação vivida pela maioria delas, antes da conquista da terra. Contudo, assim como detectamos no Quandú, esta melhoria não indicou que a vulnerabilidade das famílias à seca tenha sido reduzida.

Isso foi facilmente constatado quando nos deparamos com as dificuldades enfrentadas pelos assentados para a condução do dia-a-dia, nos períodos de seca, no que se refere à produção agropecuária, à geração de renda, às atividades de trabalho comunitário e por fim à comercialização.

Não resta dúvidas que a vulnerabilidade da produção agropecuária à seca causa enormes danos financeiros aos assentados, porém um problema que precisa ser solucionado e que os afeta, tanto nos períodos de seca como nos períodos considerados bons, é a questão da comercialização da produção.

Quando analisamos a situação econômica dos assentados de nossa amostra, como já foi demonstrado aqui, tanto no Quandú como no Bela Vista, os produtores considerados bem sucedidos foram justamente aqueles que não dependeram do atravessador para vender a sua mercadoria, uma vez que ao serem comerciantes, muitas vezes exercem eles mesmos a função de atravessadores dentro do assentamento.

Talvez decorra daí o problema em se gestar em ambos assentamentos, projetos que priorizem a comercialização coletiva da produção livre da interferência dos atravessadores.

Uma das saídas para evitar esse problema nos PA's, seria o governo evitar instalar como assentados pessoas que exercem a atividade de comerciante. No caso dos assentamentos que estamos estudando, onde esses agentes já estão instalados, a solução tem que partir tanto do governo como dos assentados. Aos assentados cabe a organização coletiva com o objetivo de pressionar os órgãos que atuam no assentamento à encontrarem uma saída para a comercialização dos produtos e ao governo cabe implementar estas medidas.

Como alternativa governamental poderíamos indicar o estabelecimento de uma política de preço mínimo para a produção, que garantisse preços mais justos; a transformação das áreas de assentamento em fornecedoras de alimentos necessários para a manutenção alimentar de escolas, creches e hospitais da região; a redução/isenção de impostos para que o produtor pudesse comercializar o

seu produto em outras localidades; a venda direta ao consumidor através das feiras livres ou mercado, dentre outras medidas.

Com relação aos assentados, mesmo sem a existência de uma Cooperativa, a solução poderia estar na comercialização conjunta da produção, pois ao ofertarem uma quantidade maior do produto no mercado de uma só vez, poderiam conseguir negociar um preço melhor. A alternativa de agregar valor ao produto através do beneficiamento, também se constitui em uma saída, mas para isso, mais do que estar organizados, eles precisam de apoio técnico e financeiro e da presença de mediadores capazes de vinculá-los ao mercado.

No que diz respeito à vulnerabilidade da produção agropecuária, levando-se em consideração a dimensão das parcelas dos produtores, o tipo do produto comercializado e a disponibilidade dos recursos hídricos, é preciso partir para uma revisão da distribuição dos financiamentos, das culturas plantadas, da criação animal e da assistência técnica.

Embora apresentem uma maior diversificação de culturas produzidas, quando comparados com os agricultores do Quandú, na verdade por trabalharem com culturas comerciais, o tamanho das parcelas (04 ha), a impossibilidade de plantar na entressafra, a falta de acompanhamento técnico permanente e o fornecimento do crédito fora do prazo adequado para o plantio, são fatores que inviabilizam um retorno econômico satisfatório das atividades agrícolas.

Portanto, para mudar essa situação, é preciso encontrar culturas mais adaptáveis à área de sequeiro, já que o tamanho do imóvel inviabiliza a construção de açudes e obras de irrigação, com ciclo mais curto e com melhores oportunidades de comercialização. Além disso, o crédito deve acompanhar não apenas o calendário oficial das precipitações pluviométricas, mas obedecer ao período de plantio das

culturas no momento; a assistência técnica deve ser permanente, de forma que os problemas com a produção sejam logo resolvidos.

Com relação à criação animal, é preciso avaliar a estrutura montada, o suporte forrageiro e a adaptação dos animais ao clima. Portanto, pautando-se na posição do técnico da EMATER e dos assentados que optaram pela criação de gado de corte e que diferentemente dos que optaram pelo gado leiteiro, conseguiram manter por mais tempo a sua criação no período da seca, podemos dizer que embora o gado holandês seja bom produtor de leite, devido a descapitalização dos produtores, o tamanho dos lotes e a fragilidade e exigências desses animais por ração de boa qualidade, esse rebanho parece não ter sido uma boa alternativa de complementação de renda para os assentados.

Pensar em alternativas diferentes para a produção agrícola da área também é uma questão que diz respeito ao meio ambiente. A cultura da batatinha, como já foi explicitada aqui, pode trazer a longo prazo sérios danos aos solos. Conseqüentemente, a procura de culturas mais adaptadas às condições semi-áridas tem que considerar não só a renda esperada, mas também o meio ambiente, pois a sustentabilidade da atividade agrícola depende da vitalidade dos recursos locais.

Ainda em se tratando da renda monetária, vimos a importância, para a complementação da renda das famílias assentadas nos períodos de estiagem, das atividades externas à agricultura.

A organização e a participação comunitária no assentamento Bela Vista, assim como no Quandú, é frágil. Embora haja um maior entendimento entre os assentados e a diretoria da Associação, os agricultores não têm logrado encontrar juntos alternativas que possibilitem a potencialização das atividades agrícolas de forma mais sustentável. Essa fragilidade talvez seja ainda resultado dos problemas

enfrentados por esses assentados com a diretoria da primeira Associação no início do assentamento (já explicitados aqui) e também se relacione com o tamanho do grupo.

MACHADO FILHO (1998), afirma que muitas vezes o tamanho do grupo é fator limitante para o desenvolvimento de ações coletivas. Portanto, embora a criação da ASPROBV tenha partido de uma iniciativa dos moradores do assentamento, fruto do amadurecimento da sua opção por um modelo associativo, o número de sócios (dezessete ao todo) e também a completa falta de apoio dos mediadores têm impedido o desenvolvimento de ações coletivas na área.

Como foi demonstrado aqui, não houve por parte dos órgãos que atuaram no assentamento, principalmente a CPT, uma assessoria política pedagógica que ajudasse os assentados a alcançarem o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca da importância da organização como caminho para a obtenção não só de um estágio econômico satisfatório, mas também da melhoria da qualidade de vida.

O processo de organização e de afirmação da estrutura associativa do Bela Vista ainda está engatinhando. Embora estejam no local já há treze anos, os assentados só passaram a se organizar e a desfrutar dos benefícios dos créditos agrícolas há apenas cinco anos (quando a Associação foi criada).

Embora a CPT acredite que os assentados já possam caminhar com suas próprias pernas, pois aprenderam muito com os erros que cometeram, acreditamos que é preciso reavaliar a situação deles com relação à sustentabilidade de seus sistemas produtivos. Se a cada seca forem perdendo o patrimônio acumulado nos períodos de chuva e aumentando o débito com o banco, a maioria não terá muita chance de manter a propriedade; conseqüentemente terá apenas duas opções: abandonar a terra ou utilizá-la apenas como morada, buscando seu sustento nas atividades externas e/ou subsidiárias.

Esse não é o objetivo da Reforma Agrária, nem é muito menos o objetivo dos trabalhadores que por ela lutaram. Mais do que ter apenas a terra, eles querem dela retirar o seu sustento e de sua família, querem trabalhar para si próprios, mantendo não só a família, mas a propriedade da terra para as futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados neste trabalho, verificamos que a política de reforma agrária implantada no semi-árido paraibano, ao mesmo tempo que representa a possibilidade de democratização do acesso à terra para diversas famílias de trabalhadores rurais empobrecidas nas periferias das cidades e para outras categorias de despossuídos do campo, suscita enormes indagações sobre as possibilidades concretas de viabilizar a sobrevivência dos assentados em seus lotes, de forma sustentável.

Além da falta de infra-estrutura social, da precariedade dos sistemas de produção, transporte, comercialização, assistência técnica, educação, saúde, qualidade da terra, baixo padrão de organização política e social, os assentamentos da Paraíba, principalmente os localizados na sua porção semi-árida, ainda enfrentam os problemas ocasionados pelas longas estiagens que assolam a região.

Portanto o acesso à terra, embora signifique uma grande conquista para estes trabalhadores, deve tornar-se real; além de ocupar, têm que resistir e produzir de forma sustentável, não só nos períodos de chuva mas nos de longa estiagem.

Nos assentamentos estudados, o acesso à terra não significou que os seus ocupantes passaram a dispor de uma infra-estrutura social e produtiva capaz de reverter o alto grau de vulnerabilidade à seca dos seus sistemas produtivos. Mesmo os produtores considerados bem sucedidos, não conseguiram ficar totalmente imunes a esse fenômeno.

A política de reforma agrária implantada em ambos assentamentos, embora tenha proporcionado uma melhoria considerável no padrão de vida das

famílias assentadas, quando comparado com o que elas tinham antes da posse da terra, não proporcionou as bases de um desenvolvimento dinâmico e sustentável.

Em ambos os assentamentos os agricultores não dispõem de uma infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) nem de condições de produção (terras férteis, disponibilidade dos recursos hídricos, conservação dos recursos naturais, apoio creditício e comercial) satisfatórias. Isto torna a situação deles nos períodos de seca praticamente insustentável.

Assim, a melhoria do padrão de produção, da infraestrutura básica, das rendas das famílias e conseqüentemente da qualidade de vida dos assentados nos primeiros anos do assentamento, além de não ter proporcionado condições favoráveis para que outras ações fossem desenvolvidas em prol do desenvolvimento contínuo e integrado dessas comunidades, mascarou uma vulnerabilidade latente, que acabou revelando-se na ocorrência do fenômeno da seca.

Em linhas gerais, podemos dizer que a permanência dos padrões de vulnerabilidade nesses assentamentos está relacionada a três fatores: o primeiro, a política de assentamento do governo, desapropriação de terras sem uma política agrícola adequada; o segundo, a atuação dos mediadores e agentes do Estado e por fim, a atitude dos próprios assentados, que ainda não se conscientizaram da necessidade da união do grupo para poderem reverter o quadro em que se encontram.

A questão da fragilidade da organização decorre em parte de falhas dos mediadores, que no início do assentamento além de não promoverem uma prática educativa pedagógica de orientação e capacitação dos agricultores para a organização e gestão de todo o processo econômico, social e político, não deram atenção para as diferentes trajetórias sócio-históricas e culturais, projetos e expectativas individuais das famílias assentadas.

Dessa forma, a imposição de regras e normas apontadas para o grupo como se ele fosse homogêneo, inviabilizou o processo de construção de identidade ao mesmo tempo que aumentou a dependência com relação aos mediadores. Essa situação acabou repercutindo na execução de projetos e ações coletivas em ambos os assentamentos.

Essa falta de comprometimento dos agentes externos em dotar os assentados de conhecimentos teóricos e práticos, para que eles pudessem exercer seus direitos sócio-econômicos e políticos, realizando o exercício pleno da cidadania e assim conquistando uma vida digna, interferiu também na unidade da comunidade, tornando problemática a superação das diferenciações internas e dos conflitos que ainda persistem.

Fato constatado quando visualizamos que, fora as dificuldades ocasionadas pela seca em ambos os assentamentos, problemas como o analfabetismo, a questão da comercialização, o acesso a serviços sociais como os de saúde, ainda persistem. Sem contar com a dificuldade de se integrar as mulheres e os jovens nas tomadas de decisão e nas atividades comunitárias, ambos atores fortemente marginalizados nos assentamentos.

Com relação à atuação dos agentes externos, gostaríamos ainda de ressaltar que, embora apresentem uma grande dificuldade em respeitar a lógica dos produtores, eles não são os únicos culpados pela adoção desse comportamento. Na verdade, a dificuldade de entender a lógica dos produtores é apenas um resultado do ensino que recebem nas Universidades e nas Escolas Técnicas, que ao privilegiar a perspectiva setorial de pacotes, não os prepararam para a visão territorial integrada, do conjunto de atividades de uma determinada área.

Apesar de detectarmos sérios problemas e grandes desafios a serem enfrentados ainda pelas famílias assentadas, não podemos negar que potencialidades existem e que a reforma agrária ainda pode ser a solução para acabar com a injustiça e inúmeros problemas sociais da região Nordeste. Pois apesar das dificuldades enfrentadas, os beneficiários da reforma agrária da região não abandonam tão facilmente suas terras.

A baixa produtividade e rentabilidade não são os objetivos esperados nem desejados, entretanto, além de atenuar a fome e a falta de habitação, percebemos que a reforma agrária na região Nordeste permite a manutenção da família no projeto, pois além do desejo de conquistar a autonomia, os produtores da região lutam pelo sonho de deixar um patrimônio para os filhos, isto é, a terra, por isso não se deixam desanimar facilmente.

A questão das atividades não-agrícolas também se constitui num fator de relevância e não pode ser descartada quando se implanta ações de desenvolvimento nos assentamentos, especialmente no semi-árido. Como detectamos em ambos os assentamentos, as atividades externas e/ou as rendas subsidiárias permitiram a manutenção das famílias durante os períodos de frustração de safra; foram as responsáveis pela obtenção de condições sócio-econômicas mais favoráveis ao estabelecimento desses trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.

As atividades externas possibilitou a condição dos assentados como produtores rurais. Portanto um programa de desenvolvimento rural deve considerar não apenas a agricultura, mas também outras atividades que possam gerar renda para as famílias, sejam elas ligadas à agricultura ou não.

No caso das rendas subsidiárias, especialmente as advindas da previdência social, embora sejam importantes e necessárias para a manutenção da

família e da propriedade, ela não pode ser vista como solução para os problemas de geração de renda no setor rural, nem como único meio de sobrevivência das famílias, pois se constitui num risco para as gerações futuras dependentes dos aposentados da família.

Outro fator importante para a sustentabilidade dos assentamentos, diz respeito a proximidade com a cidade. No assentamento Bela Vista por exemplo, apesar do tamanho reduzido das terras, a proximidade com a cidade facilitou a procura de empregos, acesso à educação, à saúde, ao lazer, fatores de elementar importância para a permanência dos jovens no assentamento.

O assentamento Quandú, embora privilegiado em relação ao tamanho das terras (se comparado com o Bela Vista) se ressentiu duramente do afastamento da cidade durante os anos de seca e permanece com dificuldades de acesso a serviços básicos como os de saúde e educação, bem como o acesso a trabalhos não-agrícolas para os assentados que não podem manter a família apenas com o que retira das atividades agropecuárias.

Diante do exposto, podemos dizer que, para que os assentamentos estudados produzam uma qualidade de vida satisfatória e superem seus problemas, é necessário que as diversas instâncias do Estado e os agentes sociais (assentados, mediadores, representantes do poder local e a sociedade local) articulem-se em prol de ações que produzam novas possibilidades de construção do desenvolvimento sustentável nessas comunidades.

Enquanto a política de reforma agrária, não transformar as estratégias de legitimação e de execução da política agrária para áreas de assentamento no semi-árido, substituindo o assistencialismo, reprodutor da miséria, por um conjunto de

medidas que contemplem projetos comprometidos com a sustentabilidade dos sistemas produtivos, com a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e com o processo educativo das famílias, estimulando-as à organização e à construção de uma identidade coletiva, nenhuma ação de desenvolvimento sustentável obterá sucesso na região.

Dessa forma, embora a seca ainda se constitua em um entrave para a região, ela não pode ser apontada como a única responsável pela fragilidade sócio-econômica das famílias assentadas, mas sim como mais um dos problemas que essas famílias têm que enfrentar, para alcançar o desenvolvimento sócio-econômico em bases sustentáveis, ou em outras palavras, para que a sustentabilidade deixe de ser um sonho impossível e torne-se uma possibilidade real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: João Pedro Stédile (Coord.). **A questão Agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- ABRAMOVAY, Ricardo, **De volta para o futuro**: mudanças recentes na agricultura familiar. São Paulo, 1995. (mimeo)
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Relatório de Consultoria. IICA. Projeto: Bases para a Formulação da política Brasileira de Desenvolvimento Rural. Brasília, 1998a. (mimeo)
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A seca e o combate aos fatores desestabilizadores da economia agrícola do Nordeste. **Revista Raízes**, Campina Grande/PB: Universitária/UFPB, n.º 4-5., jan.1984/dez 1985.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O desafio ecológico**: utopia e realidade. São Paulo: Hucitec, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Sociedade e reforma agrária no Brasil. **Revista Raízes**, Campina Grande/PB: Universitária/UFPB, n.º 11, jun.1995.
- ANELLO, Eloy, HERNANDEZ, Juanita. **Participacion comunitária**. Bolívia: Universidad Núr/ISER, 1993.

- ARMANI, Domingos (Org.) et al. **Agricultura e pobreza: construindo os elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Holanda: ICCO, 1998. il.
- BACELAR, Tânia. **Ação local e desenvolvimento sustentável**. In. Korand Adenauer Stiftung. Debates nº 11, 1996.
- BAMAT, Thomas, IENO NETO, Genaro (Orgs.). **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- BARBOSA, Sônia Regina Cal Seixas. **Qualidade de vida e ambiente: uma temática em construção**. In: A Temática Ambiental e a Pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM. UNICAMP, 1998.
- BERGAMASCO, Sônia M., NORDER, Luís. A Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996a. (Primeiros Passos, 301)
- BERGAMASCO, S. M., NORDER, Luís. **Estratégias familiares e organizativas: limites e controvérsias**. Caxambu: ANPOCS, 1996b. (mimeo)
- BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos 95)
- BUARQUE, Cristovam. **Qualidade de vida: a modernização da utopia**. **Revista de Cultura e Política**. Lua Nova, São Paulo, nº 31, 1993.
- BUARQUE, S. **Desenvolvimento sustentável da zona da mata**. Recife, SEPLAN-IICA.1994. (Relatório Técnico).
- BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. INCRA/IICA, 1998.
- CARVALHO, H. M. **Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável**. Curitiba, 1993. (mimeo)

- CARVALHO, H. M. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: IICA/MEPF, 1998. (mimeo)
- CARVALHO, I. **Sustentabilidade: uma idéia em disputa.** Rio de Janeiro, 1994. (mimeo).
- CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste.** (seca, irrigação e desenvolvimento). Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988.
- CAZZELA, Ademar Antônio. **A cooperação agrícola e os conflitos nos assentamentos,** 30 de Outubro. In: Workshop: Desenvolvimento de uma outra Agricultura, Curitiba, v. I, 1995.
- EMATER. **Projeto técnico-financeiro para a Associação dos produtores do imóvel Quandú - PROCERA** Custeio e Investimento. Barra de Santa Rosa, Paraíba, 1994/1996.
- EMATER. **Relatório técnico-financeiro para os produtores do imóvel Bela Vista - PROCERA** Custeio e Investimento. Esperança, Paraíba, 1996.
- EMBRAPA, **Estudo de Caso: desenvolvimento sustentável no semi-árido brasileiro.** Petrolina/PE. 1992.
- FAO/PNUD/MARA. **Principais indicadores sócio econômicos dos assentamentos de reforma agrária.** dez. 1992. (Relatório Final do Projeto BRA 87/022)
- FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília, ago. 1996. (Projeto UFT/BRA/036/BRA.)
- FAO/INCRA. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Brasília, ago. 1998. Disponível na Internet: <http://www.incra.gov.br/fao/publicac.htm>. Online

- FAO/INCRA. **Agricultura familiar em áreas de reforma agrária**. 2000.
(Relatório Final do Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/051/BRA)
- FERRANTE, V.L.B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: Leonilde Medeiros et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994.
- FERREIRA, Brancolina. **Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento**: as políticas de assentamento do governo federal. In: Leonilde Medeiros et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994.
- FLORES, M.X et al. Agricultura familiar e reforma agrária: contradições e desenvolvimento, In: D. M. Mota, et al. (Eds.). **Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade**. Aracaju: EMBRAPA/CPATC, SDR/MA, 1998.
- FONTE, Eliane Maria Monteiro de. **Contribuições para a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável**: uma abordagem centrada na sustentabilidade social. In: VII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste ANPOCS - GT Sociedade e Meio Ambiente. João Pessoa, 1995.
- FREITAS, Kátia. **Agricultura irrigada e (des) construção de territórios**: o caso de São Gonçalo, Souza, PB, Campina Grande, 1999. Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional, Universidade Federal da Paraíba.
- GARCIA JR, Afrânio R. **Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero, Brasília: CNPq, 1989.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. v.8. (Estudos Sobre o Nordeste)

- GARCIA JUNIOR, Afrânio R. et al. Assentamentos rurais em perspectiva comparada. **Debates CPDA**, Rio de Janeiro: UFRJ, n° 04, dez. 1997.
- GASQUES, José Garcia, CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P.R. **A Demanda de Terra para a Reforma Agrária**. Fortaleza: Seminário "Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável", 22/11/1998. Disponível na Internet: <http://www.dataterra.org.br/Semce/gasques.htm>. Online.
- GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, ONG's e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: João Pedro Stédile (Coord.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo Brasileiro e a Reforma Agrária. In: João Pedro Stédile (Coord.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: Shigeo Shiki, et al. (Orgs.) **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**, Uberlândia: CNPq-FAPEMIG, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola**, 1998. (mimeo)
- GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil. In: João Pedro Stédile (Coord.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1994.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. Reforma agrária: viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação. In: Leonilde Medeiros et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994.

- GUANZIROLI, Carlos Enrique. **La reforma agraria en el marco de una economia global**: El caso de Brasil. FAO, 1998. Disponível na Internet: <http://www.fao.org/waicent/faoinfo/sustdev/ltdirect/landrf.htm>. Online.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- HANZI, Marsha. Resposta ao Debate Eletrônico do GIPAF sobre **Sustentabilidade**. 25/05/2000. Disponível na Internet: <http://www.cria.org.br/gip/gipaf>. Online
- IBGE, **Pesquisa de orçamentos familiares**. 1996. Disponível na Internet: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Online.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: indicações sobre a estrutura e o processo do “Coronelismo”. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- LEITE, Sérgio. **Impactos regionais dos assentamentos**. Fortaleza: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, 1998a. Disponível na Internet: <http://www.dataterra.org.br/Semce/Birdtexto.htm>. Online.
- LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais**: um balanço da experiência brasileira. In: Seminário Reforma Agrária e Democracia: A Perspectiva das Sociedades Civas. Rio de Janeiro, 1998b . Disponível na Internet: <http://www.dataterra.org.br/semrario/serlei.htm>. Online
- LEMOS, José de Jesus Souza et al. Qualidade de vida nos municípios do Nordeste em relação aos municípios do Brasil: fundamentos para o planejamento do desenvolvimento sustentável da região. **Revista Econômica do Nordeste (REN)**. Fortaleza, CE, nº 03, v. 30, jul. - set. 1999.
- MACHADO FILHO, Cláudio P. **Ações coletivas no agrobusiness**: o papel das associações. São Paulo, 1998. (mimeo)

- MDA/INCRA/SNDS. **Sistema de informações de projetos de reforma agrária** – SIPRA. Assentamento Quandú, Barra de Santa Rosa, Paraíba, abr. 2000.
- MARCOS, Valéria. Reforma agrária e produção camponesa: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos. In: BAMAT, Thomas, IENO NETO, Genaro (Orgs.). **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. rev. aum. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MEDEIROS, Leonilde; ESTERCI, Neide. Introdução. MEDEIROS, Leonilde et al. (Orgs.) In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994. (Prismas)
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo, LEITE, Sérgio Pereira. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. In: Maria José Teixeira Carneiro (Coord.). Assentamentos rurais: proposta de pesquisa. **Debates CPDA**, n ° 4, Rio de Janeiro: UFRJ, dez. 1997.
- MELO, Antônio Sérgio Tavares de. **Desertificação, aridez e seca: uma contribuição didática**. João Pessoa, 1996. (mimeo)
- MIELE, Neide, GUILMARÃES, Flávia Maia. As mulheres nos assentamentos rurais: o antes e o depois. In: BAMAT, Thomas; IENO NETO, Genaro (Orgs.). **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, R.J: Vozes, 1994.
- MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. Ivan Targino (Colab.). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997a.

- MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Atlas de geografia da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997b.
- MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Por um pedaço de chão.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997c, v. 2.
- MOREIRA, Orlandil de Lima, SILVA, Severino Bezerra. **Quandú: uma experiência de assentamento.** João Pessoa: Imprell, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 1996-2010. Governo do estado da Paraíba, Secretaria do Planejamento. Ademir Alves de Melo (Coord.). João Pessoa, 1997.
- PORTO et ali. **Desenvolvimento sustentável no semi-árido brasileiro: um estudo de caso.** In: Aderaldo de Souza (Coord.). EMBRAPA, Petrolina, 13 de janeiro 1992.
- REBOUÇAS, Aldo da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: IEA/USP, nº 29, v. 11, jan./abr. 1997.
- REIJNTJES, C., HAVERKORT, B., BAYER, A W. **Agricultura para o futuro. uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos.** 2.ed. Tradução de: John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Estados Unidos e Japão.** Universidade Aberta, cap.3. INCRA/PNUD, 1994. Disponível na Internet: <http://www.incrapnud.org.br>. Online.
- SHNEIDER DE SÁ, Elisabeth (Coord) et al. Manual de normatização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. 4. ed. rev. aut. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- SABOURIN, Eric. **Ação coletiva e organização dos produtores no Nordeste semi-árido**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVIII, Foz do Iguaçu, Brasília: Sober, 1999a. (Anais em CD-Rom)
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: espaços tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, n.º 01, 1994.
- VEIGA, José Eli da. Reforma agrária hoje. In: João Pedro Stédile (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1994.
- VEIGA, José Eli da. **Delimitando a agricultura familiar**. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC). Salvador - BA: dez,1995. v. 2.
- VEIGA, José Eli. O padrão Binswanger da agricultura bem-sucedida. **O Estado de São Paulo**, 26/07/1997. Disponível na Internet: <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/index.html#JoseElidaVeiga>. Online.
- VEIGA, José Eli. A extinção dos “pequenos”. **O Estado de São Paulo**, 27/11/1997. Disponível na Internet: <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/index.html#JoseElidaVeiga>. Online.
- VEIGA, José Eli. **Pobreza rural, distribuição de renda e crescimento: a experiência brasileira**. Conferência Internacional Sobre Distribuição de Riqueza, “A Pobreza e o Crescimento Econômico”. Brasília, Jul. 1998b. Disponível na Internet: <http://www.dataterra.org.br/sembcmun/papers.html>. Online
- VEIGA, José Eli. Diretrizes para uma nova política agrária. Fortaleza: Seminário Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável,

22/11/1998a Disponível na Internet: <http://www.dataterra.org.br/Semce/zeeli.htm>. Online

VIEIRA, P.F. & WEBER, J. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

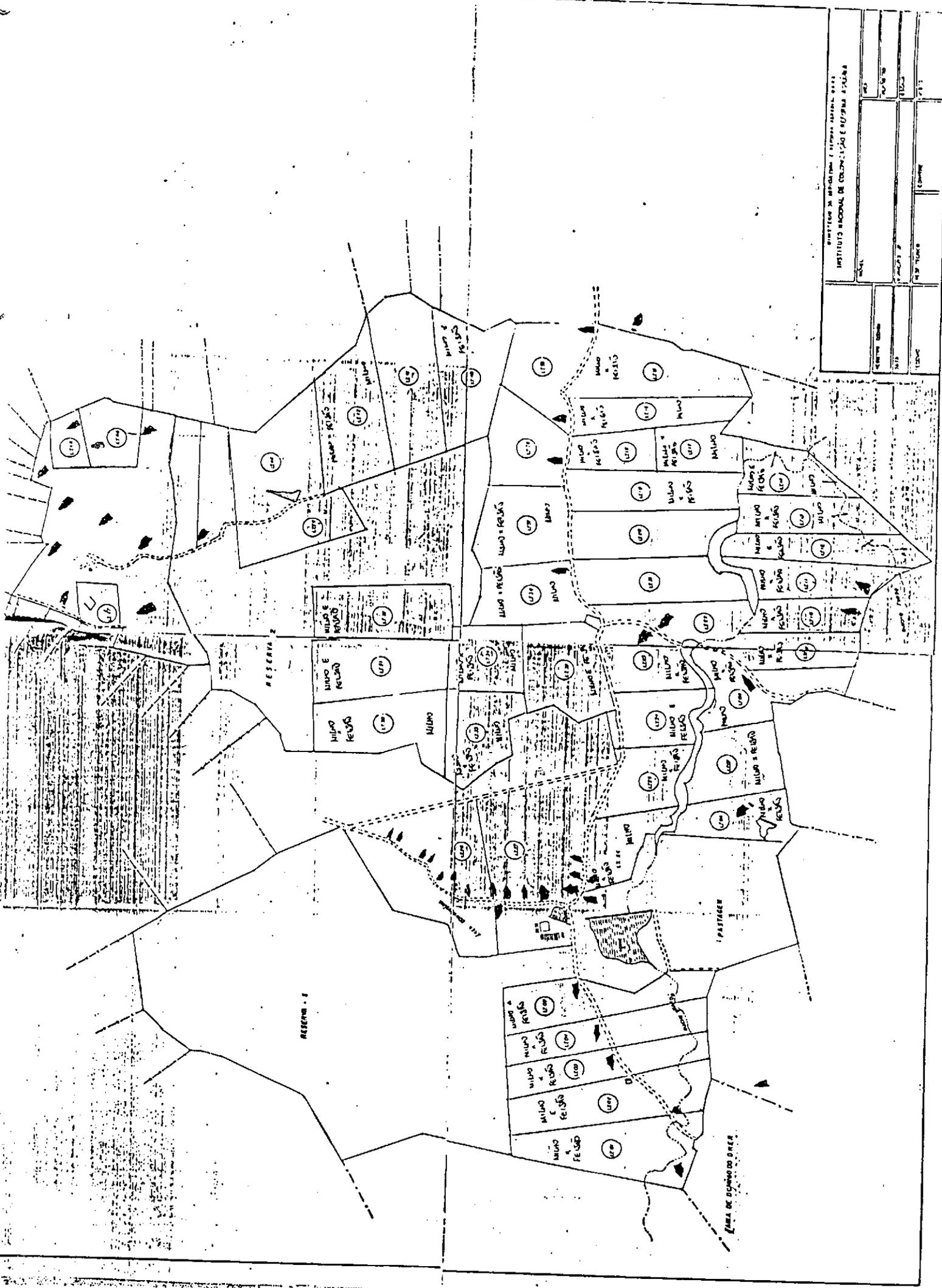
VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu, XX AMPOCS, 1996. (mimeo)

WILCHES-CHAUX, Gustavo. (1993). La vulnerabilidad global. In: Maskrey (Org.). **Los desastres no son naturales**. Colombia: La Red, 1993.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: Leonilde Medeiros et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994.

ANEXOS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROFESSOR	DISCIPLINA	DATA

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR 01

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Palmeira - 2 ha Mandioca - 1,5 ha Custo de Produção - Retirou R\$ 1.000,00 do custeio agrícola e pagou apenas R\$ 500,00, no final da colheita.	Produção, Consumo e Venda Não colheu nada	Rebanho Caprino - 28 cabeças Rebanho bovino - 3 reses: 2 vacas, 1 boi de tração e 2 bezerras Custo com ração = capim elefante da propriedade e do lote comunitário e as plantas do imóvel como Jurema, favela e mançoba, para as cabras	Produção, Consumo e Venda Não vendeu nada
TOTAL = R\$ 500,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 00,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 0 - R\$ 500,00 + 0 - 0 = R\$ - 500,00			- 10,04 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, recebe = R\$ 265,00 Renda anual = R\$ 265,00 X 12 = R\$ 3.180,00		Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Subsídio agrícola = R\$ 500,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Total da Renda Anual = R\$ 1.800,00 + R\$ 500,00 = R\$ 2.300,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.180,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.300,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.180,00 + 2.300,00 = R\$ 5.480,00			110,04%
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = - 500,00 + 5.480,00 = R\$ 4.980,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.980,00/12 = R\$ 415,00 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 415,00/5 = R\$ 83,00			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 01

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, NASCIMENTOS, MORTES)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou MANDIOCA - 1,5 ha Produção FARINHA - 1.080 Kg Retrou - 108 Kg para pagar a conga (cota da casa de farinha) Conga - R\$ 25,00/50= R\$ 0,50 R\$ 0,50 X 108 = R\$ 54,00	Produção, Consumo e Venda FARINHA - 2 sacos (50 kg cada) Vendas FARINHA - 17 sacos (50 Kg) R\$ 25,00 cada Total: R\$ 25,00 X 19 sacos = R\$ 475,00	Rebanho Bovino 10 cabeças de gado 1 boi, 3 reses, 2 vacas e 4 gerrotês Rebanho Caprino 28 cabeças Vendas Caprinos - 1 cabeça Restaram - 27 cabeças Custo com ração: R\$ 1.000,0	Produção, Consumo e Venda 1 cabra, não informou o preço Obs: Uma média de R\$ 35,00
TOTAL = R\$ 54,00	TOTAL = R\$ 475,00	TOTAL = R\$ 1.000,00	TOTAL = R\$ 35,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 475,00-54,00+35,00-1.000,00= R\$ -544,00			- 8,55%
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, recebe = R\$ 265,00 Renda anual = R\$ 265,00 X 12 = R\$ 3.180,00 Salário da frente de emergência do filho: Pelo Governo - R\$ 66,00 = R\$ 80,00 X 12 = 960,00 Cesta Básica do Governo = R\$ 15,00 X 12 = R\$ 180,00 Pelo INCRA - R\$ 130,00 por 6 meses = R\$ 130 X 6 = R\$ 780,00 Total R\$ 3.180,00+ R\$ 960,00+ R\$ 180,00+ R\$ 780,00 = R\$ 5.100,00		Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 5.100,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 1.800,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 5.100,00 + 1.800,00 = R\$ 6.900,00			108,55%
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA+ RNA = - 544,00+6.900,00= R\$ 6.356,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 6.356,00/12= 529,66		/// MENSAL POR PESSOA: 529,66/3= R\$ 105,93	

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 01

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, NASCIMENTOS, MORTES)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou MANDIOCA – 1,5 ha FEIJÃO – 1 ha de macaça e 1 ha de mandioca MILHO E FEIJÃO MACAÇA consorciado – 2 há PALMA – Continuou com 4 ha já que não colheu nem em 1997 e nem em 1998 Custos de Produção – Ganhou as sementes	Produção, Consumo e Venda FEIJÃO – 50 Kg para consumir MILHO – 100 espigas Renda Total = R\$ 40,00 + R\$ 10,00 = R\$ 50,00	Rebanho Bovino Mortes – 2 reses em média R\$ 500,00 Vendas – 6 reses Rebanho Caprino – 16 cabeças Mortes – 11 cabeças X R\$ 30,00 = R\$ 330,00 Venda – 1 cabeça = R\$ 35,00 Custo com ração – Retirou R\$ 1.000,00 de custeio pecuário, mas devido a seca, foi prorrogado, por isso não entra nos custos de produção. Custo de Produção R\$ 500,00 + R\$ 330,00 = R\$ 830,00	Produção, Consumo e Venda Rebanho Bovino = R\$ 910,00 Rebanho Caprino = R\$ 35,00 Total = R\$ 910,00 + R\$ 35,00 = R\$ 945,00
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 50,00	TOTAL = R\$ 830,00	TOTAL = R\$ 945,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV – CV + RA – CA = R\$ 50,00 – 0 + 945,00 – 830,00 = R\$ 165,00			2,44 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D – SALÁRIOS		E – APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, recebe = R\$ 265,00 Renda anual = R\$ 265,00 X 12 = R\$ 3.180,00 Salário da frente de emergência do filho: Pelo Governo – R\$ 66,00 = R\$ 80,00 X 12 = 960,00 Cesta Básica do Governo = R\$ 15,00 X 12 = R\$ 180,00 Total R\$ 3.180,00+ R\$ 960,00+ R\$ 180,00+ = R\$ 4320,00		Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Subsídio pecuário = R\$ 500,00 Renda Total Anual = 1800,00 + 500,00 = R\$ R\$ 2.300,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 4.320,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.300,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 4.320,00 + 2.300,00 = R\$ 6.620,00			97,56 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 165,00 + 6.620,00 = R\$ 6.785,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 6.785,00/12 = R\$ 565,41 /// RENDA FAMILIAR MENSAL POR PESSOA: R\$ 565,41/5 = R\$ 113,08			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 01

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou FEIJÃO E MILHO consorciados - 5 ha JERIMUM - 0,5 ha Produção MANDIOCA - 1 ha Custo de Produção - Não soube informar	Produção, Consumo e Venda FEIJÃO - 10 sacos X R\$ 30,00 MILHO - 56 sacos X R\$ 11,00 JERIMUM - 2,400 Kg = R\$ 240,00 Consumo FEIJÃO - 9 sacos MILHO - 9 sacos Total da Renda R\$ 300,00 + R\$ 616,00 + R\$ 240,00 = R\$ 1.156,00	Rebanho Bovino 8 cabeças, 1 boi de tração e garrotes Mortes - 1 cabeça = R\$ 500,00 Rebanho Caprino - 20 cabeças Aves - 20 galinhas Custo de Produção, capim da propriedade, restolho da colheita do milho e feijão.	Produção, Consumo e Venda Aves Ovos - 10 a 15 por semana (R\$ 0,10 R\$ 0,15) Total - Consumo + Venda Por semana - R\$ 0,10 X 15 = R\$ 1,50 Por mês - R\$ 1,50 X 4 = R\$ 6,00 Por ano - R\$ 6,00 X 12 = R\$ 72,00
TOTAL = R\$ 0,00	TOTAL = R\$ 1.156,00	TOTAL = R\$ 500,00	TOTAL = R\$ 72,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = R\$ 1.156,00 - 0 + 72,00 - 500,00 = R\$ 728,00			12,75 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, recebe = R\$ 265,00 Renda anual = R\$ 265,00 X 12 = R\$ 3.180,00 Obs. O filho está trabalhando de pedreiro, mas não informou quanto ele está ganhando.		Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.180,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 1.800,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.180,00 + 1.800,00 = R\$ 4.980,00			87,25 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 728,00 + 4.980,00 = R\$ 5.708,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 5.708,00/12 = R\$ 475,66 /// RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 475,66/5 = R\$ 95,13			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 02

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO), (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO), (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC.)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Feijão - 60 Kg Milho - 25 Kg Palma - 1 ha Custo de Produção - Retirou R\$ 1.000,00 de custeio Pecuário e pagou apenas 50 % no final da colheita	Produção, Consumo e Venda Feijão - 17 sacos X R\$ 40,00 cada saco Milho - 26 sacos se tivesse vendido seria R\$ 12,00 cada saco Consumo Feijão - 4 sacos X R\$ 40,00 = R\$ 160,00 Milho - não vendeu nada. Renda Total = R\$ 680,00 + R\$ 312,00 + R\$ 160,00 = R\$ 992,00	Rebanho Bovino = 25 cabeças Vendas 19 cabeças - 3 bois de tração e 16 cabeças entre novilhas e garrotes Rebanho Caprino = 50 cabeças Aves = 20 a 30 galinhas, colocando em média 15 a 20 ovos por dia, para consumo da família e dos parentes Custo com ração - utilizou o capim e as plantas do imóvel.	Produção, Consumo e Venda Rebanho Bovino = 3 bois de tração X R\$ 600,00 = R\$ 1.800,00 16 garrotes e novilhas X R\$ 300,00 = R\$ 4.800,00 Consumo + Doação Leite - Uma média de 8 a 6 litros ao dia, 1 litro por 0,60 - Por ano = R\$ 1.612,80 Aves Consumo + Doação Ovos - uma média de 10 a 15 por dia, para consumo doméstico. 1 ovo = R\$ 0,10 a R\$ 0,15 Por ano : R\$ 504,00 Total da Renda = 1.800,00 + 4.800,00 + 1.612,00 + 504,00 = R\$ 8.716,00
TOTAL = R\$ 500,00	TOTAL = R\$ 1.152,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 8.716,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 1.152,00 - 500,00 + 8.716,00 - 0 = R\$ 9.368,00			63,86 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Renda que retira do pequeno comércio que tem com os filhos - R\$ 250,00 Renda anual - R\$ 250,00 X 12 = R\$ 3.000,00		Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Subsídio agrícola = R\$ 500,00 Renda Total - 1.800,00 + 500,00 = R\$ 2.300,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.000,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.300,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.000,00 + 2.300,00 = R\$ 5.300,00			36,14 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 9.368,00 + 5.300,00 = R\$ 14.668,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 14.668,00/12 = R\$ 1.222,33 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 1.222,33/4 = R\$ 305,58			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 02

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC.)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou FEIJÃO - 45 Kg (macaça), sementes da colheita de 1997 Produção FEIJÃO - 13 sacas Custo de produção R\$ 1,00 o quilo de feijão R\$ 1,00 X 45 = R\$ 45,00	Produção, Consumo e Venda FEIJÃO - R\$ 50,00 X 13 = R\$ 650,00	Rebanho Bovino 6 cabeças - 2 vacas, 2 bois e 2 garrotes. (1 jumento) Vendas - 1 boi e 1 vaca Compras - 1 boi e 1 vaca (R\$ 400 e R\$ 300,00) Obs: A medida que vende um animal, compra outro logo em seguida Rebanho caprino 26 cabeças Aves 15 a 20 galinhas Custos com ração Ganhou ração de um amigo, capim e o restolho da plantação e milho (colheita de 97)	Produção, Consumo e Venda 1 boi - R\$ 600,00 1 vaca - R\$ 450,00 Consumo + Doação Leite - Uma média de 8 a 6 litros ao dia, 1 litro por 0,60 - Por ano = R\$ 1.612,80 Rebanho Caprino Não vendeu nenhuma. Aves Consumo + Doação Ovos - uma média de 10 a 15 por dia, para consumo doméstico. 1 ovo = R\$ 0,10 a R\$ 0,15 Por ano R\$ 504,0000
TOTAL = R\$ 45,00	TOTAL = R\$ 650,00	TOTAL = R\$ 700,00	TOTAL = R\$ 2.116,80
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 650,00 - 45,00 + 2.116,80 - 700,00 = R\$ 2.021,80			26,59 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Frente de Emergência: Pelo Governo: Não teve direito. Pelo INCRA - R\$ 130,00 por 6 meses = R\$ 130 X 6 = R\$ 780,00 Renda que retira do pequeno comércio que tem com os filhos - R\$ 250,00 Renda anual - R\$ 250,00 X 12 = R\$ 3.000,00 Total da renda anual - R\$ 780,00 + R\$ 3.000,00 = R\$ 3.780,00		Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.780,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 1.800,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 3.780,00 + R\$ 1.800,00 = R\$ 5.580,00			73,41 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 2.021,80 + 5.580,00 = R\$ 7.601,80			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 7.601,80/12 = R\$ 633,48 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 633,48/4 = R\$ 158,37			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 02

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Feijão - 30 Kg Milho - 30 Kg Obs: Ganhou as sementes Produção Feijão - 180 Kg Milho - aproveitou apenas a palha para o gado.	Produção, Consumo e Venda Feijão - R\$ 50,00 X 3 = R\$ 150,00 Consumo Milho - palha para alimentar os animais.	Rebanho Bovino 6 cabeças Rebanho caprino 26 cabeças Vendas - vendeu todas Custos com ração 1 saco de pasto por semana (50 Kg - R\$ 18,00), caprin e palma Por mês 18,00 X 4 = R\$ 72,00 Por ano R\$ 72,00 X 12 = R\$ 864,00 Obs: Recebeu R\$ 1.500,00 de custeio pecuário, para pagar com 50 % de desconto, mas o pagamento foi prorrogado. Por isso não entra no cálculo das despesas com ração.	Produção, Consumo e Venda Rebanho Bovino Não foi vendido nenhum Consumo + Doação Leite - Uma média de 8 a 6 litros ao dia, 1 litro por 0,60 - Por ano = R\$ 1.612,80 Aves Consumo + Doação Ovos - uma média de 10 a 15 por dia, para consumo doméstico. 1 ovo = R\$ 0,10 a R\$ 0,15 Por ano R\$ 504,00 Rebanho Caprino Vendas - 26 cabeças = R\$ 840,00 Total - 1.612,80 + 504,00 + 840,00 = R\$ 2.956,80
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 150,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 2.956,80
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 150,00 - 0 + 2.956,80 - 0 = R\$ 3.106,80			35,88 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Renda que rebra do pequeno comércio que tem com os filhos - R\$ 250,00 Total da renda anual - R\$ 250,00 X 12 = R\$ 3.000,00		Aposentadona da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Subsídio = R\$ 750,00 Total da renda familiar anual = R\$ 1.800,00 + R\$ 750,00 = R\$ 2.550,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.000,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.550,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.000,00 + 2.550,00 = R\$ 5.550,00			64,22 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 3.106,80 + 5.550,00 = R\$ 8.656,80			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 8.656,80/12 = R\$ 721,40 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 721,40/4 = R\$ 180,35			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 02

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Milho - 4 ha - ganhou as sementes Palma - 4 ha, 30 milheiros R\$ 210,00 Algodão - 4 ha - 83 Kg - R\$ 1 Custo de produção: Veneno - R\$ 200,00 Dia do trabalhador - R\$ 6,00 - 3 trabalhadores por 50 dias Total: R\$ 6,00 X 3 = R\$ 18,00 R\$ 18,00 X 50 = R\$ 900,00 Trator - R\$ 80,00 Boi - R\$ 128,00 Produção Milho - 80 sacos Algodão - 500 Kg devido a praga Carvão - 53 sacos de 20 Kg	Produção, Consumo e Venda Milho - 60 sacos (R\$ 12,50 cada) R\$ 12,50 X 60 = R\$ 750,00 Algodão - 500 Kg X R\$ 0,60 = R\$ 300,00 (estimativa) Carvão - R\$ 1 050,00 Consumo Milho - 2 sacos Total R\$ 12,5 X 2 = R\$ 25,00 Total 750,00 + 25,00 + 300,00 = R\$ 1.075,00	Rebanho Bovino 8 cabeças - 3 vacas paridas, 2 bois e 3 bezerras Vendas - 1 boi R\$ 870,00 Compras - 2 bois R\$ 750,00 Mortes - 1 bezerro R\$ 250,00 Restaram - 8 cabeças Rebanho caprino 10 cabeças 3 cabras, 5 cabritos e 2 novilhas, compradas por R\$ 400,00. Aves 20 galinhas Custos com ração Não foi preciso comprar ração, como choveu estava alimentado o gado com o capim e a pastagem natural da propriedade	Produção, Consumo e Venda Rebanho Bovino 1 boi - R\$ 870,00 Consumo + Doação Leite - Uma média de 8 a 6 litros ao dia, 1 litro por 0,60 - Por ano = R\$ 1 612,80 Aves Consumo + Doação Ovos - uma média de 10 a 15 por dia, para consumo doméstico 1 ovo = R\$ 0,10 a R\$ 0,15 Por ano R\$ 504,00 Rebanho Caprino Vendas Não vendeu nenhum Total - 870,00 + 1 612,00 + 504,00
TOTAL= R\$ 1.601,00	TOTAL = R\$ 1.075,00	TOTAL = R\$ 1.400,00	TOTAL = R\$ 2.986,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 1.075,00 - 1.601,00 + 2.986,00 - 1.400,00 = R\$ 1.060,00			18,08 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Renda que retira do pequeno comércio que tem com os filhos - R\$ 250,00 Total da renda anual - R\$ 250,00 X 12 = R\$ 3.000,00		Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.000,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 1.800,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.000,00 + 1.800,00 = R\$ 4.800,00			81,92 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 1.060,00 + 4.800,00 = R\$ 5.860,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 5.860,00/12 = R\$ 488,33 /// MENSAL POR PESSOA= R\$ 488,33/4= R\$ 122,08			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 03

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC.)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Feijão e Milho consorciados – 3 há Palma – 2 ha Custeio Agrícola – R\$ 750,00, e pagou no final da colheita com 50% de abatimento.	Produção, Consumo e Venda Feijão = 27 sacas X R\$ 32,00 cada = R\$ 864,00 Milho = 57 sacos X R\$ 9,00 cada = R\$ 513,00 Consumo Feijão = 5 sacos X R\$ 32,00 = R\$ 160,00 Renda Total = Vendas + Consumo 864,00 + 513,00 + 160,00 = R\$ 1.537,00	Rebanho Bovino – 1 boi de tração, 2 vacas e 2 garrotes Rebanho Caprino – 55 cabeças Aves – 16 aves entre galinhas e pintinhos Custos com Ração: capim elefante da propriedade e do lote comunitário e as plantas do imóvel como Jurema, favela e maniçoba, para as cabras.	Produção, Consumo e Venda Aves Ovos – 10 a 15 por semana (R\$ 0,10 R\$ 0,15) Total – Consumo + Venda Por semana – R\$ 0,10 X 15 = R\$ 1,50 Por mês – R\$ 1,50 X 4 = R\$ 6,00 Por ano – R\$ 6,00 X 12 = R\$ 72,00
TOTAL = R\$ 375,00	TOTAL = R\$ 1.537,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 72,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 1.537,00 – 375,00 + 72,00 – 0 = R\$ 1.234,00			52,98%
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D – SALÁRIOS		E – APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
		Depósito de familiares = R\$ 60,00 Renda anual = R\$ 60,00 X 12 = R\$ 720,00 Subsidio agrícola = R\$ 375,00 Total da Renda = 720,00 + 375,00 = R\$ 1.095,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 00,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 1.095,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 720,00			30,92 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 1.234,00 + 1.095,00 = R\$ 2.329,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 2.329,00/12 = R\$ 194,08 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 194,08/ 5 = 38,81			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 03

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) (AUTO-CONSUMO, INTRA-CONSUMO, DOAÇÃO)	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) (AUTO-CONSUMO, INTRA-CONSUMO, DOAÇÃO)
Plantou Sementes da colheita de 1997 Feijão - 20 Kg (macaeté) - R\$ 20,00 Milho - 20 Kg - R\$ 5,00 Produção: Não colheu nada	Produção, Consumo e Venda Não vendeu nada	Rebanho Bovino 5 cabeças - 1 boi de tração, 2 vacas e 2 garrotes Mortes - 2 vacas (Uma média de R\$ 400,00 a R\$ 300,00 cada) Restaram - 3 cabeças Rebanho Caprino 55 cabeças Obs Não se lembra ao certo, quantas morreram Restaram - 35 cabeças Custos com ração 1 ha de palma - R\$ 800,00 Aves - 16 aves entre galinhas e pintinhos	Produção, Consumo e Venda Rebanho Caprino Venda - Uma média de 10 cabeças (R\$ 30,00 cada) Total - R\$ 300,00 Aves Ovos - 10 a 15 por semana (R\$ 0,10 R\$ 0,15) Total - Consumo + Venda Por semana- R\$ 0,10 X 15 = R\$ 1,50 Por mês - R\$ 1,50 X 4 = R\$ 6,00 Por ano - R\$ 6,00 X 12= R\$ 72,00
TOTAL = R\$ 25,00	TOTAL = R\$ 0,00	TOTAL = R\$ 1.400,00	TOTAL = R\$ 372,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 0 - 25,00 + 372,00 - 1.400,00 = R\$ -1.053,00			- 66,35 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da frente de emergência Pelo Governo - R\$ 80,00 = R\$ 80,00 X 12 = 960,00 Cesta Básica do Governo = R\$ 15,00 X 12 = R\$ 180,00 Pelo INCRA - R\$ 130,00 por 6 meses = R\$ 130 X 6 = R\$ 780,00 Total - R\$ 792,00+ R\$ 180,00 + R\$ 780,00 = R\$ 1.920,00		Depósito de familiares = R\$ 60,00 Renda anual = R\$ 60,00 X 12 = R\$ 720,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 1.920,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 720,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 1.920,00 + 720,00 = R\$ 2.640,00			166,35 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = -1.053,00 + 2.640,00 = R\$ 1.587,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 1.587,00/12 = R\$ 132,25 ///MENSAL POR PESSOA= R\$ 132,25/5= R\$ 26,45			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 03

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Feijão - 40 Kg (macaça) - R\$ 80,00 Milho - 25 Kg - R\$ 6,00 Palma - 1 ha Produção: Feijão - 7 sacas (60Kg) Milho - só lucrou a palha	Produção, Consumo e Venda Vendas Feijão - 7 sacas R\$ 45,00 x 7 = 315,00	Rebanho Bovino - 3 cabeças 1 boi e 2 garrotes Vendas - 2 garrotes Restaram - 1 boi Rebanho Caprino - 35 cabeças Vendas - 5 cabeças Restaram - 30 cabeças 17 cabritas e cabritos e 13 cabras Aves: 16 aves entre galinhas e pintos Gastos com Ração R\$ 400,00 (Esse dinheiro foi do custeio pecuário R\$ 815,00, que foi prorrogado, por 1 ano Portanto não entrou no cálculo dos custos, pois não foi pago)	Produção, Consumo e Venda Rebanho Bovino Vendas - 2 garrotes por R\$ 420,00 Vendeu 5 cabras - R\$ 30,00 cada R\$ 30,00 X 5 = 150,00 Ovos - 10 a 15 por semana (R\$ 0,10 R\$ 0,15) Total - Consumo + Venda Por semana - R\$ 0,10 X 15 = R\$ 1,50 Por mês - R\$ 1,50 X 4 = R\$ 6,00 Por ano - R\$ 6,00 X 12 = R\$ 72,00 Total - 420,00 + 150,00 + 72,00 R\$ 642,00
TOTAL = R\$ 86,00	TOTAL = R\$ 315,00	TOTAL = R\$ 0,00	TOTAL = R\$ 642,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 315,00 - 86,00 + 642,00 - 0 = R\$ 871,00			29,33 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da frente de emergência. Pelo Governo - R\$ 66,00 = R\$ 66,00 X 12 = 792,00 Cesta Básica do Governo = R\$ 15,00 X 12 = R\$ 180,00 Total - R\$ 792,00 + R\$ 180,00 = R\$ 972,00		Depósito de familiares = R\$ 60,00 Total - R\$ 60,00 X 12 = R\$ 720,00 Subsídios R\$ 407,50 Total da renda familiar = 720,00 + 407,50 = R\$ 1.127,50	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 972,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 1.127,50	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 972,00 + 1.127,50 = R\$ 2.099,50			70,67 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 871,00 + 2.099,50 = R\$ 2.970,50			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 2.970,50 /12 = R\$ 247,54 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 247,54/5 = R\$ 49,50			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 03

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou - 6 ha Feijão - 20 Kg (macaça) = R\$ 20,00 Milho - 40 Kg = R\$ 18,00 Palma - 1 ha (10 carroças, R\$ 10,00 cada) = R\$ 100,00 Jerimum - ganhou as sementes Produção: Feijão - 19 sacos (60Kg cada) Milho - 140 kg (60 Kg cada) Jerimum - 1500 Kg	Produção, Consumo e Venda Feijão - 19 sacas (R\$ 50,00 cada) R\$ 50,00 x 19 = 950,00 Milho - 1 saca R\$ 12,00 Jerimum - R\$ 0,10 X 1000 kg = R\$ 100,00 Consumo: Milho - 80 Kg aproximadamente R\$ 18,00 Total = Venda + Consumo = R\$ 980,00	Rebanho Caprino 25 cabeças - entre cabritas, cabritos, cabras e bodes Aves 5 galinhas Vendas 1 galinha Restaram 4 galinhas Custos com ração Obs Não teve nenhum	Produção, Consumo e Venda 1 galinha por - R\$ 6,00 Consumo Ovos - 2 ou 3 por semana (0,10) Por mês - R\$ 0,3 X 4 = R\$ 1,20 Por ano - R\$ 1,2 X 12 = R\$ 14,4
TOTAL = R\$ 138,00	TOTAL = R\$ 980,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 14,40
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 980,00 - 138,00 + 14,40 - 0 = R\$ 856,40			40,88 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS, DEPÓSITOS DE FAMILIARES, etc.	
Salário da frente de emergência: (até 05/2000) Pelo Governo - R\$ 66,00 = R\$ 66,00 X 5 = 330,00 Cesta Básica do Governo = R\$ 15,00 X 5 = R\$ 75,00 Salário da esposa = R\$ 120,00 (só recebeu 1 mês de salário em 08/2000, porque a escola foi fechada) Total - R\$ 300,00+ R\$ 75,00 + R\$ 120,00 = R\$ 495,00	Depósito de familiares = R\$ 60,00 Total - R\$ 60,00 X 12 = R\$ 720,00 Bolsa Escola - R\$ 23,00		
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 495,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 743,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 495,00 + 743,00 = R\$ 1.238,00			59,12 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 856,40 + 1.238,00 = R\$ 2.094,40			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 2.094,40/12 = R\$ 174,53 ///MENSAL POR PESSOA= R\$ 174,53/5= R\$ 34,90			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 04

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Feijão - 60 Kg Milho - 30 Kg Produziu Famha de mandioca - 200 Kg. Cota da casa de Famha = R\$ 35 Kg X R\$ 0,50 = R\$ 17,50 Custo de Produção - Retirou R\$ 1.000,00 de custeio agrícola e pagou apenas R\$ 500,00, no final da colheita.	Produção, Consumo e Venda Feijão = 40 sacos X R\$ 30,00 = R\$ 1.200,00 Milho = 30 sacos X R\$ 17,00 = R\$ 510,00 Famha = 165 Kg X R\$ 0,50 = R\$ 82,50 Castanha = 200 Kg X R\$ 0,50 = R\$ 100,00 Renda Total = 1.200,00 + 510,00 + 82,50 + 100,00 = R\$ 1.892,50	Rebanho Bovino = 6 cabeças - 2 vacas, 1 boi, 1 garrote e 2 bezerros Curto com Ração, fez uso do capim que tinha na propriedade.	Produção, Consumo e Venda Vendas Ovos. Uma média de 10 ovos por semana por R\$ 0,10 ou R\$ 0,15 cada Consumo + Venda 10 por semana Total aproximadamente R\$ 3,00, por semana, contando o que se consome em casa Total ao mês R\$ 3,00 X 4 = R\$ 12,00 Total ao ano R\$ 12,00 X 12 = R\$ 144,00
TOTAL = R\$ 517,50	TOTAL = R\$ 1.892,50	TOTAL = R\$ 0,00	TOTAL = R\$ 144,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 1.892,50 - 517,50 + 144,00 - 0 = R\$ 1.519,00			75,24 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
		Subsídio Agrícola = R\$ 500,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 00,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 500,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 500,00			24,76 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 1.519,00 + 500,00 = R\$ 2.019,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 2.019,00/12 = R\$ 168,25 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 168,25/4 = R\$ 42,06			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 04

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO), (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO), (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou – sementes de 1997. Feijão – 120 Kg (macaça) R\$ 90,00 Milho – 60 Kg R\$ 12,00 Mandioca – 1 ha (ganhou as manivas) Produção Feijão e Milho – não colheu nada Farinha – 200Kg (20 Kg para a conga e 33 Kg para os amigos que o ajudaram a fabricar a farinha) Castanha 200 Kg	Produção, Consumo e Venda Vendas Castanha – R\$ 0,50 x 200 Kg = R\$ 100,00 Farinha – conga e doação R\$ 20,00 Consumo Farinha – 147 Kg Valor da farinha R\$ 25,00 a saca de 60 Kg 25,00 x 3 = R\$ 75,00 Total – Vendas + doação + consumo = R\$ 195,00	Rebanho Bovino 6 cabeças - 2 vacas, 1 boi, 1 garrote e 2 bezerros Mortes – 1 vaca e 1 boi (Em média R\$ 300,00 e R\$ 400,00) Restaram – 4 cabeças Aves – 20 galinhas e 1 galo Produção de ovos 20 por semana Ração Palma 1 ha = R\$ 800,00 (o valor de 1 ha de palma nesse período)	Produção, Consumo e Venda Vendas Ovos Uma média de 10 ovos por semana por R\$ 0,10 ou R\$ 0,15 cada Consumo + Venda 10 por semana Total aproximadamente R\$ 3,00, por semana, contando o que se consome em casa Total ao mês R\$ 3,00 X 4 = R\$ 12,00 Total ao ano R\$ 12,00 X 12 = R\$ 144,00
TOTAL = R\$ 102,00	TOTAL = R\$ 195,00	TOTAL=R\$ 1.500,00	TOTAL = R\$ 144,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 195,00 - 102,00 + 144,00 - 1.500,00 = - R\$ 1.263,00			- 86,68 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D – SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da frente de emergência: Pelo Governo – R\$ 66,00 = R\$ 80,00 X 12 = 960,00 Cesta Básica do Governo = R\$ 15,00 X 12 = R\$ 180,00 Pelo INCRA – R\$ 130,00 por 6 meses = R\$ 130 X 6 = R\$ 780,00 Total – R\$ 960,00+ R\$ 180,00 + R\$ 780,00 = R\$ 1.920,00		Transferência dos filhos do Mato Grosso e da filha que trabalha como empregada doméstica – Uma média de R\$ 800,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 1.920,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 800,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 1.920,00 + 800,00 = R\$ 2.720,00			186,68 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = - 1.263,00 + 2.720,00 = R\$ 1.457,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 1.457,00/12 = R\$ 121,41 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 121,41/ 4 = R\$ 30,25			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 04

ASSENTAMENTO: Quandá

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS
Plantou Feijão - 60 Kg (macaça) Obs: Não informou por quanto comprou o quilo do feijão para plantar. Calculamos uma média de R\$ 1,00 o quilo. Produção: Feijão - 60 Kg	Produção, Consumo e Venda Vendas: Não vendeu nada Consumo. Feijão 60 Kg Obs: Uma média de R\$ 45,00 a saca	Rebanho Bovino 4 cabeças 1 vaca, 1 garrote e 2 bezerros Compra - 1 vaca e 1 boi - R\$ 700,00 (Foram comprados com o dinheiro do custeio pecuário que saiu em 02/1999, cujo pagamento foi prorrogado) Vendas - 3 reses Restaram - 3 cabeças Aves - 20 galinhas e 1 galo Produção de ovos: 20 por semana Ração Palma 2 ha = R\$ 800,00 (o valor de 1 ha de palma nesse período) - R\$ 1.600,00	Produção, Consumo e Venda Vendas 3 reses por R\$ 500,00 Em média 10 ovos por semana por R\$ 0,15 cada Consumo 10 por semana Total: aproximadamente R\$ 100, por semana, contando o que se consome em casa Total ao mês: R\$ 3,00 X 4 = R\$ 12,00 Total ao ano R\$ 12,00 X 12 = R\$ 144,00
TOTAL = R\$ 60,00	TOTAL = R\$ 45,00	TOTAL = R\$ 1.600,00	TOTAL = R\$ 644,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 45,00 - 60,00 + 644,00 - 1.600,00 = - R\$ 971,00			- 46,66 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da frente de emergência: Pelo Governo - R\$ 66,00 = R\$ 66,00 X 12 = 792,00 Cesta Básica do Governo = R\$ 15,00 X 12 = R\$ 180,00 Pelo INCRA - R\$ 130,00 por 6 meses = R\$ 130 X 6 = R\$ 780,00 Total - R\$ 792,00 + R\$ 180,00 + R\$ 780,00 = R\$ 1.752,00		Transferência dos filhos do Mato Grosso e da filha que trabalha como empregada doméstica - Uma média de R\$ 800,00 Subsídio pecuário - R\$ 500,00 Total da renda anual - R\$ 1.300,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 1.752,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 1.300,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 1.752,00 + 1.300,00 = R\$ 3.052,00			146,66 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = - 971,00 + 3.052,00 = R\$ 2.081,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 2.081,00/12 = R\$ 173,41		///MENSAL POR PESSOA = R\$ 173,41/4 = R\$ 43,35	

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 04

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO), (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou: 2 ha de milho e feijão e 2 ha de algodão Feijão - 40 Kg = R\$ 40,00 Milho - 60 Kg = R\$ 35,00 Algodão - 30 Kg = R\$ 30,00 Obs. Custo de produção: Sementes e Veneno para o algodão (R\$ 50,00) = R\$ 155,00 Produção: Feijão - 15 sacos Milho - 10 sacos Algodão - Não colheu nada Castanha - 500 Kg Farinha - 130 Kg Carvão - 1000 Kg	Produção, Consumo e Venda Farinha 110 Kg (R\$ 25,00 a saca com 60 Kg), retrou 20 Kg para a conga. Vendas Feijão - R\$ 25,00 a saca Milho - R\$ 12,00 a saca Castanha - R\$ 0,50 o quilo Carvão - R\$ 3,00 a saca com 20 Kg Total R\$ 375,00+R\$ 120,00+R\$ 250,00+ R\$ 46,00+ R\$ 150,00 = R\$ 941,00	Rebanho Bovino 3 cabeças Mortes - 2 reses Restaram - 1 boi Aves 5 galinhas Não estão produzindo ovos para a venda, apenas para o consumo doméstico Custo com ração - Capim da propriedade	Produção, Consumo e Venda Aves Consumo Ovos - 2 ou 3 por semana (R\$ 0,10) Por mês - R\$ 1,20 Por ano - R\$ 14,40
TOTAL = R\$ 155,00	TOTAL = R\$ 941,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 14,40
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 941,00 - 155,00 + 14,4 - 0 = R\$ 800,04			65,57 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da frente de emergência (até 05/2000) Pelo Governo - R\$ 66,00 = R\$ 66,00 X 5 = 330,00 Cesta Básica do Governo = R\$ 15,00 X 5 = R\$ 75,00 Total R\$ 330,00 + R\$ 75,00 = R\$ 405,00		Bolsa Escola - R\$ 15,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 405,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 15,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 405,00 + 15,00 = R\$ 420,00			34,43 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 800,04 + 420,00 = R\$ 1.220,04			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = 1.220,04/12 = R\$ 101,67 ///MENSAL POR PESSOA= R\$ 101,67/4= R\$ 25,41			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR : 05

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Feijão - 30 Kg - 1 há. Milho - 10 Kg Curto de Produção - já tinha as sementes e não pegou custeio agrícola.	Produção, Consumo e Venda Feijão - 5 sacos macaã branco X 30,00 cada Milho - 25 sacos X R\$ 12,00 Total da Renda R\$ 150,00 + R\$ 300,00 = R\$ 450,00	Rebanho Bovino = 2 vacas, 1 boi de tração e 2 bezerros Mortes - 2 bezerros = R\$ 500,00 Rebanho Caprino = 14 cabeças Aves = 15 galinhas poedeiras e 1 galo Custo com ração 1 saco de pasta por semana = R\$ 18,00 = R\$ 864,00 Total - R\$ 500,00 + R\$ 864,00 = R\$ 1.364,00	Produção, Consumo e Venda Aves Consumo + Doação Ovos - 3 a 5 por dia (R\$ 0,10) Por semana - R\$ 0,10 X 20 = R\$ 2,00 Por mês - R\$ 2,00 X 4 = R\$ 8,00 Por ano - R\$ 8,00 X 12 = 96,00 Total - 650,00 + 96,00 = R\$ 216,00
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 450,00	TOTAL = R\$ 1.364,00	TOTAL = R\$ 216,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 450,00 - 0 + 216,00 - 1.364,00 = R\$ - 698,00			- 21,39 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
		Aposentadora do Sr C = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Aposentadora do filho deficiente = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Transferência de dinheiro para a filha casada de Barra - R\$ 30,00 por semana, R\$ 120,00 por mês. Por ano R\$ 1.440,00 Renda familiar - 1.800,00 + 1.800,00 + 1.800,00 = R\$ 5.400,00 Total da renda familiar = 5.400,00 - 1.440,00 = R\$ 3.960,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 0,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 3.960,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 3.960,00			121,39 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = - 698,00 + 3.960,00 = R\$ 3.262,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 3.262,00/12 = R\$ 271,83 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 271,83/8,5 = R\$ 31,98			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR : 05

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, NASCIMENTOS, MORTES)	TOTAL DE VENDAS (ANO) (AUTO-CONSUMO, INTRA-CONSUMO+DOAÇÃO)
Plantou - 2 ha de palma consorciado com milho e feijão. Feijão - 60 Kg (macacá branco) Milho - 10 Kg Custo de produção Obs: Para o plantio da palma, do feijão e do milho, investiu R\$ 1.000,00. Produção Feijão - 250 Kg Milho - 260 Kg Palma - Por causa da seca, boa parte do que plantou morreu	Vendas Não vendeu nada, do que plantou Consumo Feijão - 250 Kg - 5 sacas de (50 Kg) Milho - 260 Kg - 4 sacas de (60 Kg) Obs: Nesse período uma saca de feijão era vendida por R\$ 45,00 ou R\$ 50,00 e a do milho R\$ uma média de R\$ 12,00 a R\$ 16,00. Feijão - R\$ 45,00 X 5 = R\$ 225,00 Milho - R\$ 12,00 X 2 = R\$ 48,00 Total - 225,00 + 48,00 = R\$ 273,00	Rebanho Bovino 3 cabeças - 2 vacas e 1 boi Mortes - 1 vaca (Uma média de R\$ 300,00 a R\$ 400,00) Venda - 1 vaca e 1 boi Restaram - nenhum animal Rebanho caprino 14 cabeças - 8 cabras pequenas, 5 cabras velhas e 1 bode Aves 10 galinhas e 1 galo Obs: Custos com a ração O milho e o capim foram retirados da propriedade	Rebanho Bovino Vendas 1 vaca e 1 boi - R\$ 650,00 Rebanho Caprino Vendas Não vendeu nenhum Aves Consumo + Doação Ovos - 3 a 5 por dia (R\$ 0,10) Por semana - R\$ 0,10 X 20 = R\$ 2,00 Por mês - R\$ 2,00 X 4 = R\$ 8,00 Por ano - R\$ 8,00 X 12 = 96,00 Total - 650,00+96,00 = R\$ 216,00
TOTAL = R\$ 1.000,00	TOTAL = R\$ 273,00	TOTAL = R\$ 300,00	TOTAL = R\$ 746,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 273,00 - 1.000,00 + 746,00 - R\$ 300,00 = R\$ -281,00			- 6,30 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Frente de Emergência: Pelo Governo Não teve direito Pelo INCRA - R\$ 130,00 por 6 meses = R\$ 130 X 6 = R\$ 780,00 Total da renda anual - R\$ 780,00		Aposentadora do Sr C = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Aposentadora do filho deficiente = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Transferência de dinheiro para a filha casada de Barra - R\$ 30,00 por semana, R\$ 120,00 por mês Por ano R\$ 1.440,00 Renda familiar - 1.800,00 + 1.800,00 + 1.800,00 = R\$ 5.400,00 Total da renda familiar = 5.400,00 - 1.440,00 = R\$ 3.960,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 780,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 3.960,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 780,00 + 3.960,00 = R\$ 4.740,00			106,30 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = - 281,00 + 4.740,00 = R\$ 4.459,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.459,00/12 = R\$ 371,58 // MENSAL POR PESSOA = R\$ 371,58/8,5 = R\$ 43,71			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)

CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) (AUTO-CONSUMO, INTRA-CONSUMO, DOAÇÃO)	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) (AUTO-CONSUMO, INTRA-CONSUMO, DOAÇÃO)
Produção de feijão - 15 Kg (macaça branco) Produção de milho - 10 Kg Sementes da colheita de 1998 Preço do quilo do feijão R\$ 2,00 e R\$ 2,50 e do milho R\$ 0,50, no período. Custo de produção Feijão - R\$ 2,00 X 15 = R\$ 30,00 Milho - R\$ 0,50 X 10 = R\$ 5,00 Total = R\$ 35,00	Produção, Consumo e Venda Não vendeu nada Consumo Feijão - 50 Kg Milho - 25 Kg Obs: Preço do quilo do feijão R\$ 2,00 e R\$ 2,50 e do milho R\$ 0,50, no período Feijão - R\$ 2,00 X 50 = R\$ 100,00 Milho - R\$ 0,50 X 25 = R\$ 12,50 Total - 100,00 + 12,50 = R\$ 112,50	Rebanho caprino 14 cabeças Mortes - 10 cabeças (Uma média de R\$ 25,00 a R\$ 30,00 a cabeça = R\$ 300,00) Vendas - 4 cabeças Aves 10 galinhas e 1 galo Obs: Custos com a ração Não teve nenhum. Apesar de ter vendido o gado recebeu R\$ 400,00 em 1999, do custeio pecuário feito em 1998. O pagamento, 50 % do valor, deveria ser pago no final do ano, mas foi prorrogado.	Produção, Consumo e Venda Rebanho Caprino Vendas 4 cabeças - R\$ 30,00 cada Total - R\$ 30,00 X 4 = R\$ 120,00 Aves Consumo + Doação Ovos - 3 a 5 por dia (R\$ 0,10) Por semana - R\$ 0,10 X 20 = R\$ 2,00 Por mês - R\$ 2,00 X 4 = R\$ 8,00 Por ano - R\$ 8,00 X 12 = 96,00 Total - 120,00 + 96,00 = R\$ 216,00
TOTAL = R\$ 35,00	TOTAL = R\$ 112,50	TOTAL = R\$ 300,00	TOTAL = R\$ 216,00

RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 112,50 - 35,00 + 216,00 - 300,00 = R\$ -6,50 - 0,15 %

OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)

OUTRAS ATIVIDADES	TRANSFERÊNCIAS
D - SALÁRIOS	E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES
	Aposentadoria do Sr. C = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1 800,00 Aposentadoria da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1 800,00 Aposentadoria do filho deficiente = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1 800,00 Transferência de dinheiro para a filha casada de Barra - R\$ 30,00 por semana, R\$ 120,00 por mês. Por ano R\$ 1 440,00. Subsídios: R\$ 200,00 (Custeio pecuário) Renda familiar - 1 800,00 + 1 800,00 + 1 800,00 + 200,00 = R\$ 5 600,00 Total da renda familiar = 5 600,00 - 1 440,00 = R\$ 4 160,00
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 0,00	TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 4.160,00

TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 4.160,00 100,15 %

TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = -6,50 + 4.160,00 = R\$ 4.153,50

TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = 4.153,50/12 = R\$ 346,12 ///MENSAL POR PESSOA = R\$ 346,12/8,5 = R\$ 40,72

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR : 05

ASSENTAMENTO: Quandá

RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou - 1,5 ha de milho e feijão Feijão - 35 Kg - R\$ 35,00 (macapá) Milho - 25 Kg - R\$ 5,00 Mandioca - 1 ha (ganhou a maniva) Jerimum - (ganhou as sementes) Produção Feijão - 10 sacos Milho - 9 sacos Jerimum - 300 Kg (estimativa) Castanha - 100 Kg Mandioca - só em 2001	Produção, Consumo e Venda Feijão - 2 sacos (R\$ 40,00 cada saco) Milho - 1 saco (R\$ 11,00 cada saco) Consumo Feijão - 8 sacos Milho - 8 sacos Total - Consumo + Venda = R\$ 549,00 Feijão - R\$ 400,00 Milho - R\$ R\$ 99,00 Castanha - R\$ 50,00	Aves 10 galinhas e 1 galo	Produção, Consumo e Venda Aves Consumo Ovos - 3 a 5 por dia (R\$ 0,10) Por semana - R\$ 0,10 X 20 = R\$ 2,00 Por mês - R\$ 2,00 X 4 = R\$ 8,00 Por ano - R\$ 8,00 X 12 = 96,00 Total - 96,00
TOTAL = R\$ 40,00	TOTAL = R\$ 549,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 96,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 549,00 - 40,00 + 96,00 - 0 = R\$ 605,00			13,25 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
		Aposentadora do Sr. A. F. = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Aposentadora da esposa = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Aposentadora do filho deficiente = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Transferência de dinheiro para a filha casada de Barra - R\$ 30,00 por semana, R\$ 120,00 por mês. Por ano R\$ 1.440,00 Renda familiar - 1.800,00 + 1.800,00 + 1.800,00 = R\$ 5.400,00 Total da renda familiar = 5.400,00 - 1.440,00 = R\$ 3.960,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 00,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 3.960,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 3.960,00			86,75 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 605,00 + 3.960,00 = R\$ 4.565,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = 4.565,00/12 = R\$ 380,41 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 380,41/8,5 = R\$ 44,75			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 06

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC.)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Feijão macaê - 2 ha Mandioca - 1,5 ha - Produziu 100 Kg de farinha, deixou 10 Kg para a conga Colheu Castanha - 500 Kg Custo de Produção - Custos agrícola R\$ 500,00, e pagou R\$ 250,00 no final da colheita	Produção, Venda e Consumo Farnha - 90 Kg X R\$ 0,50 Feijão - em média 500 Kg = 10 sacos X R\$ 30,00 Castanha - 500 Kg X R\$ 0,50 Total da Renda = R\$ 45,00 + R\$ 300,00 + R\$ 250,00 = R\$ 595,00	Rebanho Bovino - 5 cabeças = 2 vacas e 3 garrotes Rebanho Caprino - 04 cabeças Aves - 20 galinhas Custo com ração - o capim da propriedade e as plantas do imóvel da área de reserva	Consumo: 10 a 15 ovos por semana, que são utilizados pela família Valor dos ovos : R\$ 0,10 cada ovo Por semana = 0,10 X 10 = R\$ 1,00 Por mês = 1,00 X 4 = R\$ 4,00 Por ano = 1,00 X 12 = R\$ 48,00
TOTAL = R\$ 260,00	TOTAL = R\$ 595,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 48,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 595,00 - 260,00 + 48,00 - 0 = R\$ 383,00			9,05 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
		Aposentadoria do filho deficiente = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1 800,00 Aposentadoria da sogra = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1 800,00 Subsídio agrícola = R\$ 250,00 Total da renda anual = R\$ 1 800,00 + R\$ 1 800,00 + R\$ 250,00 = R\$ 3 850,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 00,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 3.850,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 3.850,00			90,95 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 383,00 + 3.850,00 = R\$ 4.233,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.233,00/12 = 352,75 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 352,75/12,5 = R\$ 28,22			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 06

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)

CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO), (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO), (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Feijão - 30 kg (R\$ 2,00 o quilo) Milho - 20 Kg (R\$ 0,50 o quilo) Palma - 2 ha Mandioca - 1,5 ha (ganhou as manivas) Produção Não colheu nada do que plantou Castanha - 200 Kg	Vendas Castanha - 200 Kg X R\$ 1,00 = R\$ 200,00	Rebanho Bovino: 4 cabeças Vendas - 1 vaca e 2 garrotes Restaram - 2 cabeças Rebanho Caprino 4 cabeças Obs: 2 jumentos e 1 mula, utilizados para carregar água e levar material para aroça Aves 20, entre galinhas e pintos Ração 10 Kg de ração por semana, farelo, pasta e milho para as cabras Custo de produção Milho R\$ 0,50 o quilo Farelo R\$ 16,00 a saca de 40 Kg Pasta R\$ 19,00 a saca de 50 Kg	Rebanho Bovino Vendas 2 garrotes - R\$ 450,00 1 vaca panda - R\$ 250,00 Consumo 10 a 15 ovos por semana, que são utilizados pela família Valor dos ovos - R\$ 0,10 cada ovo Por semana = 0,10 X 10 = R\$ 1,00 Por mês = 1,00 X 4 = R\$ 4,00 Por ano = 1,00 X 12 = R\$ 48,00
TOTAL = R\$ 70,00	TOTAL = R\$ 200,00	TOTAL = R\$ 480,00	TOTAL = R\$ 748,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 200,00 - 70,00 + 748,00 - 480,00 = R\$ 398,00			8,33 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da frente de emergência: Pelo Governo - Não teve direito por ter uma pessoa aposentada em casa Pelo INCRA - R\$ 130,00 por 6 meses = R\$ 130 X 6 = R\$ 780,00 Renda anual - R\$ 780,00		Aposentadora do filho deficiente = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Aposentadora da sogra = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = 1.800,00 Total da renda anual - R\$ 1.800,00 + R\$ 1.800,00 = R\$ 3.600,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 780,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 3.600,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 780,00 + 3.600,00 = R\$ 4.380,00			91,67 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 398,00 + 4.380,00 = R\$ 4.778,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.778,00/12 = R\$ 398,16 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 398,16/12,5 = R\$ 31,85			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 06

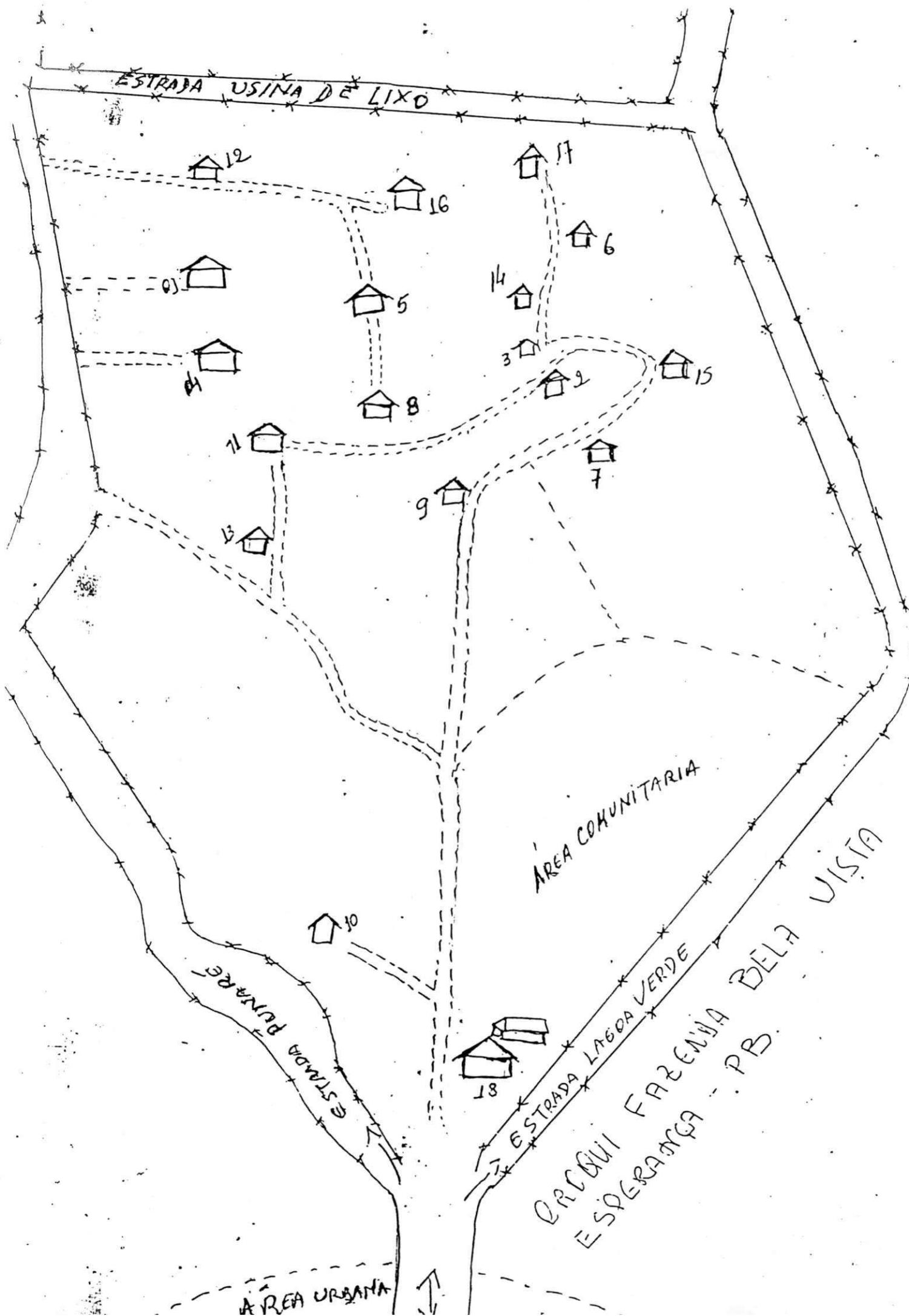
ASSENTAMENTO: Quandú

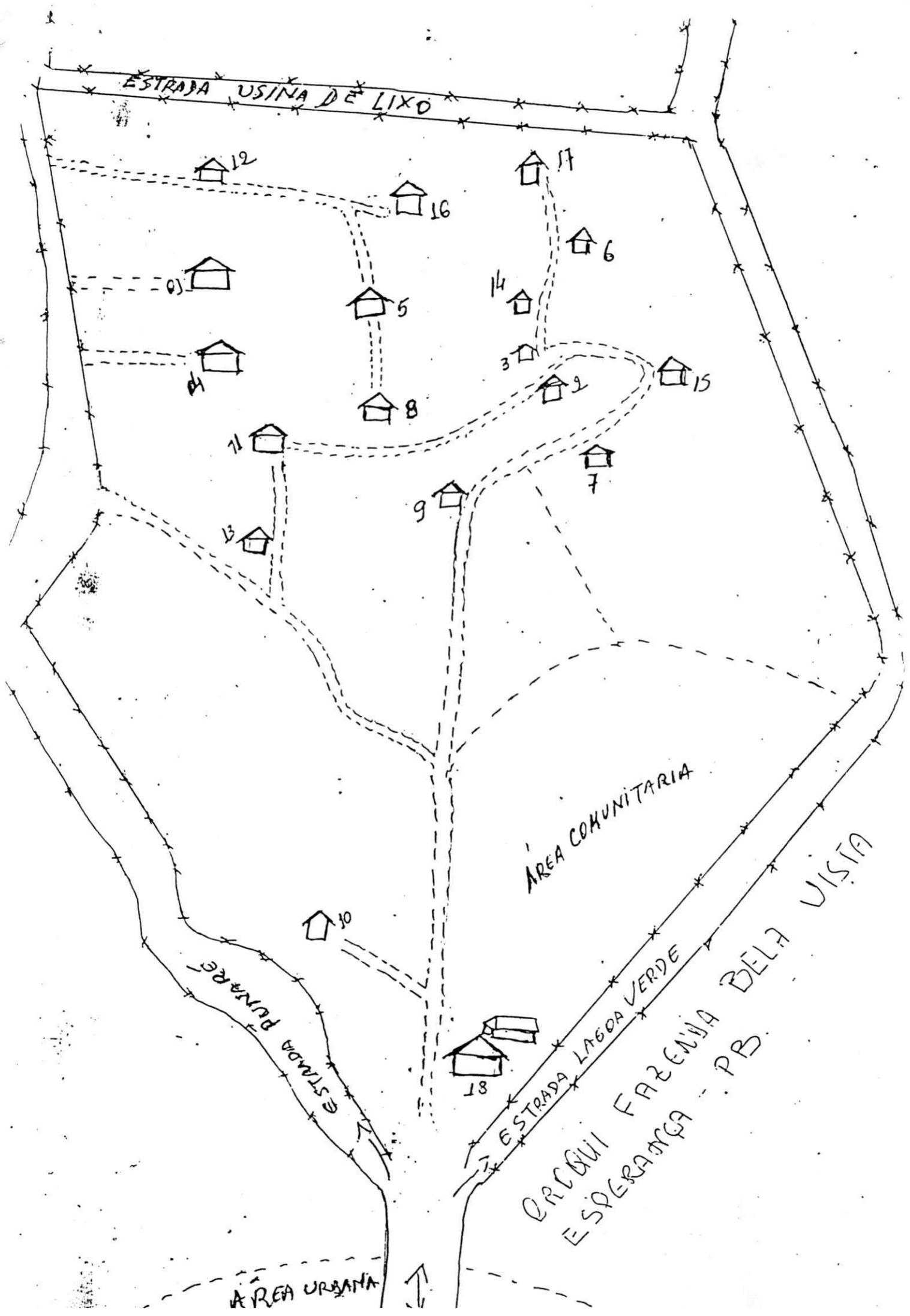
RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS
Plantou Feijão – 90 Kg (macacá) = R\$ 2,50 o quilo Milho – 10 Kg = R\$ 0,50 o quilo Produção: Feijão – 3 sacas (60 Kg) Milho – 1 saca (60 Kg) Custo de produção R\$ 225,00 + R\$ 5,00 = R\$ 230,00	Produção, Consumo e Venda Não vendeu nada Consumo: Guardou tudo o que colheu Feijão – 45,00 X 3 = R\$ 135,00 Milho – 15,00 X 1 = R\$ 15,00 Total = R\$ 150,00 Obs. Levando em consideração que uma saca de feijão no período da colheita era vendida por uma média de R\$ 45,00 e o milho por R\$ 15,00.	Rebanho Bovino 1 vaca Rebanho Caprino: 14 cabeças entre cabras, cabritos e bodes. Aves 4 galinhas. Obs. Não houve gastos com ração.	Produção, Consumo e Venda Foram vendidas 16 galinhas, por R\$ 5,00 a R\$ 6,00 cada Total = R\$ 5,00 X 16 = R\$ 80,00 Consumo: 3 ovos por semana, depois da venda das outras galinhas (R\$ 0,10 cada ovo) Por mês = R\$ 0,30 X 4 = R\$ R\$ 1,20 Por ano = R\$ 1,20 X 12 = R\$ 14,40 Total = Vendas + Consumo R\$ 80,00 + R\$ 14,40 = R\$ 94,40
TOTAL = R\$ 230,00	TOTAL = R\$ 150,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 94,40
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 150,00 - 230,00 + 94,40 - 0 = R\$ 14,40			0,39 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D – SALÁRIOS		E – APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
		Aposentadoria do filho deficiente = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Aposentadoria da sogra = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Total da renda anual = R\$ 1.800,00 + R\$ 1.800,00 = R\$ 3.600,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 00,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 3.600,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 3.600,00			99,61 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 14,40 + 3.600,00 = R\$ 3.614,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 3.614,00/12 = R\$ 301,16 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 301,16/12,5 = R\$ 24,09			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 06

ASSENTAMENTO: Quandú

RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou FEIJÃO e Milho consorciados - 3 ha MANDIOCA - 2 ha Custo de produção - Não soube informar	Produção, Consumo e Venda FEIJÃO - 10 sacos X R\$ 30,00 cada saco MILHO - 17 sacos X R\$ 10,00 cada saco Consumo MILHO - 4 sacos FEIJÃO - não vendeu nada Renda Total - R\$ 300,00 + R\$ 170,00 = R\$ 470,00	Rebanho Bovino 1 vaca Rebanho caprino 15 cabeças entre bodes e cabras Aves - 5 galinhas e 30 franginhos Custo com ração - Usou o capim do açude	Produção, Consumo e Venda Aves Consumo Uma média de 4 a 5 ovos por dia, a R\$ 0,10 cada dá mais ou menos R\$ 168,00 ao ano
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 470,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 168,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 470,00 - 0 + 168,00 - 0 = R\$ 638,00			13,05 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
		Aposentadora do filho deficiente = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Aposentadora da sogra = R\$ 150,00 Renda anual = R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Total da renda anual = R\$ 1.800,00 + R\$ 1.800,00 = R\$ 3.600,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 00,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 3.600,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 3.600,00			84,95 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 638,00 + 3.600,00 = R\$ 4.238,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.238,00/12 = R\$ 353,16 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 353,16/12,5 = R\$ 28,25			





ESTRADA USINA DE LIXO

AREA COMUNITARIA

ESTRADA PUNARE

ESTRADA LAGOA VERDE

ORÇOMI FAZENDA BELA VISTA
ESPERANÇA - PB.

AREA URBANA

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 07

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou FEIJÃO - 0,5 ha. AMENDOIM - 0,5 ha. Obs: Não se lembra quanto gastou com as sementes Custeio agrícola = R\$ 1.000,00	Produção, Consumo e Venda FEIJÃO - 1000 Kg X R\$ 0,70 = R\$ 700,00	Rebanho Bovino 10 cabeças - 3 vacas holandesas, 3 novilhas e 4 garrotes Custos com ração = uma média de R\$ 800,00	Produção, Consumo e Venda Vacas = 18 litros de leite por dia Venda = R\$ 0,60 o litro Renda semanal = R\$ 0,60 X 18 X 7= R\$ 75,60 Renda Mensal = R\$ 75,60 X 4= R\$ 302,40 Renda anual = R\$ 302,40 X 12= R\$ 3.628,80
TOTAL = R\$ 1.000,00	TOTAL = R\$ 700,00	TOTAL = R\$ 800,00	TOTAL = R\$ 3.628,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 700,00 - 1.000,00 + 3.628,00 - 800,00= R\$ 2.528,00			30,36 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário de R\$ 250,00 (Assessora de um deputado da região) Renda Anual = R\$ 250,00 X 12 = R\$ 3.000,00		Pensão da Previdência Social (Viúva) - R\$ 150,00 Renda Anual - 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Subsídio = R\$ 1.000,00 (Dinheiro que não precisa ser pago, referente a 50% do valor do custeio agrícola)	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.000,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.800,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.000,00 + 2.800,00 = R\$ 5.800,00			69,64 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = -2.528,00 + 5.800,00 = R\$ 8.328,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 8.328,00/12 = R\$ 694,00 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 694,00/3 = R\$ 231,33			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 07

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC.)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou FEIJÃO – 1 ha de caroquinha (75 Kg) Custo de produção Feijão – 35 Kg (R\$ 1,10 o quilo = R\$ 38,50) Obs. Retrou R\$ 1.300,00 de custeio agrícola para plantar a batatinha, mas plantou apenas o feijão. Ganhou o resto das sementes do feijão. Como o pagamento foi prorrogado, não entra no cálculo do custo de produção.	Produção, Consumo e Venda FEIJÃO – 2 sacas (R\$ 40,00) Total – 40,00 X 2 = R\$ 80,00	Rebanho Bovino 10 cabeças – 3 vacas, 3 novilhas e 4 garrotes Mortes – nenhuma Vendas – 3 vacas Restaram – 3 novilhas e 4 garrotes. Obs. Recebeu R\$ 860,40 de custeio pecuário. O pagamento foi prorrogado, por isso não entra no cálculo do custo de produção.	Produção, Consumo e Venda Vendas – 3 vacas (R\$ 1.000,00)
TOTAL = R\$ 0,00	TOTAL = R\$ 80,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 1.000,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 80,00 – 0 + 1.000,00 – 00,00 = R\$ 1.080,00			15,51 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D – SALÁRIOS		E – APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário de R\$ 250,00 – Assessora de um deputado da região Renda anual – R\$ 250,00 X 12 = R\$ 3.000,00		Pensão do marido – R\$ 150,00 Renda anual – R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Subsídio agrícola – R\$ 650,00 Subsídio pecuário – R\$ 430,00 Total – 1.800,00 + 650,00 + 430,00 = R\$ 2.880,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.000,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.880,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.000,00 + 2.880,00 = R\$ 5.880,00			84,48 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 1.080,00 + 5.880,00 = R\$ 6.960,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 6.960,00/12 = R\$ 580,00 //MENSAL POR PESSOA= R\$ 580,00/3= R\$ 193,33			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
 AGRICULTOR: 07

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou FEIJÃO - 60 Kg (R\$ 30,00) AMENDOIM - 200 Kg (R\$ 350,00) Custo de Produção - R\$ 380,00	Produção, Consumo e Venda AMENDOIM - R\$ 230,00	Rebanho Bovino 7 cabeças - 3 novilhas e 4 garrotes	Produção, Consumo e Venda Venda do gado = R\$ 1.000,00
TOTAL = R\$ 380,00	TOTAL = R\$ 230,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 1.000,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 230,00 - 380,00 + 1.000,00 - 00,00 = R\$ 850,00			32,07 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Não possui mais o salário de assessoria Total = R\$ 0,00		Pensão do marido - R\$ 150,00 Renda anual - R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 00,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = 1.800,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 00,00 + 1.800,00 = R\$ 1.800,00			67,93 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 850,00 + 1.800,00 = R\$ 2.650,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 2.650,00/12 = R\$ 220,83 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 220,83/3 = 73,61			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 08

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO), (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO), (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou BATATINHA - 1 ha (27 caixas) FEIJÃO - 2 ha (1 saco)= 50 Kg Custeio agrícola = R\$ 1.000,00 (pago no final da colheita)	Produção, Consumo e Venda BATATINHA - 50 Caixas FEIJÃO - 10 sacos FEIJÃO - 3 sacos (consumo) Venda 7 sacos por R\$ 40,00 cada Renda - consumo + venda= R\$ 40,00 X 10,00= R\$ 400,00 (feijão) R\$ 12,00 X 25= R\$ 300,00 Total= 300,00+400,00= R\$ 700,00	Gado(9 cabeças) 2 vacas, holandesas, 2 bezerros, 2 novilhas e 3 garrotes Vendas = 1 vaca, 1 novilha e 1 garrote Custos com ração= R\$ 1.040,00	Vendas 1 vaca, 1 novilha e 1 garrote = R\$ 1.800,00 Lente - 10 litros por dia - R\$ 0,50 o litro Por dia - 0,50 X 10 = R\$ 5,00 Por semana - 5,00 X 7 = R\$ 35,00 Por mês - 35,00 X 4 = R\$ 140,00 Por ano - 140,00 X 12 = R\$ 1.680,00 Consumo - 2 litros por dia (R\$ 1,00) Total ano - R\$ 336,00 Aves Ovos - Não soube informar a quantidade de ovos produzidos, pois quem cuida da criação é a esposa Total Vendas + Consumo - 1.680,00 + R\$ 336,00 + 1.000,00 = R\$ 3.016,00
TOTAL = R\$ 1.000,00	TOTAL == R\$ 700,00	TOTAL = R\$ 1.040,00	TOTAL = R\$ 3.016,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 700,00 - 1.000,00 + 3.016,00 - 1.040,00 = R\$ 1.676,00			26,70 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário como Marchante (negociante em gado para açougues) e do que retira do pequeno comércio que tem no mercado de Esperança. R\$ 400,00 por mês Renda anual - R\$ 400,00 X 12 = R\$ 4.800,00 Obs. Empregado permanente na propriedade do assentamento - R\$ 25,00 por semana Total ao ano - R\$ 1.200,00 Renda total anual - 4.800,00 - 1.200,00 = R\$ 3.600,00		Subsídio agrícola = R\$ 1.000,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.600,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 1.000,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.600,00 + 1.000,00 = R\$ 4.600,00			73,30 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 1.676,00 + 4.600,00 = R\$ 6.276,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 6.276,00/12 = R\$ 523,00 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 523,00/3,5 = R\$ 149,42			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ASSENTAMENTO: Bela Vista

AGRICULTOR: 08

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou - 1,5 ha Batatinha - 20 caixas (30 Kg cada) Feijão - 1 saco Custo de produção Obs. Retirou 1.999,50 de custeio agrícola, para pagar com 50 % de abatimento no final da colheita. O pagamento foi prorrogado, por isso esse valor não entra no cálculo do custo de produção. Produção Batatinha - 50 sacos (50 Kg cada) Feijão - 2 sacos	Vendas Batatinha - 50 sacos (Uma média de R\$ 16,00 a R\$ 20,00 o saco) 16,00 X 50 = R\$ 800,00 Consumo Feijão - 2 sacos (R\$ 40,00) R\$ 40,00 X 2 = R\$ 80,00 Total - Venda + Consumo R\$ 800,00 + R\$ 80,00 = R\$ 880,00	Rebanho Bovino 6 cabeças - 1 vaca, 2 bezerros 1 novilha e 2 garrotes Custos com a ração Resíduos - 40 sacos (R\$ 6,50 o saco) Farelo - 10 sacos (R\$ 16,50 o saco) Palma - 5 carradas (R\$ 100,00 cada) Água - 4 carros (R\$ 30,00 cada) Total - 260,00 + 160,00 + 500,00 + 120,00 = R\$ 1.040,00 Aves Uma média de 15 galinhas e 1 galo	Vendas Leite - 10 litros por dia - R\$ 0,50 o litro. Por dia - 0,50 X 10 = R\$ 5,00 Por semana - 5,00 X 7 = R\$ 35,00 Por mês - 35,00 X 4 = R\$ 140,00 Por ano - 140,00 X 12 = R\$ 1.680,00 Consumo - 2 litros por dia (R\$ 1,00) Total ano - R\$ 336,00 Aves Ovos - Não soube informar a quantidade de ovos produzidos, pois quem cuida da criação é a esposa. Total Vendas + Consumo - 1.680,00 + R\$ 336,00 = R\$ 2.016,00
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 880,00	TOTAL = R\$ 1.040,00	TOTAL = R\$ 2.016,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 880,00 - 0 + 2.016,00 - 1.040,00 = R\$ 1.856,00			28,75 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário como Marchante (negociante em gado para açougues) e do que retira do pequeno comércio que tem no mercado de Esperança. R\$ 400,00 por mês Renda anual - R\$ 400,00 X 12 = R\$ 4.800,00 Obs. Empregado permanente na propriedade do assentamento - R\$ 25,00 por semana Total ao ano - R\$ 1.200,00 Renda total anual - 4.800,00 - 1.200,00 = R\$ 3.600,00		Subsídio agrícola - R\$ 999,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.600,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 999,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.600,00 + 999,00 = R\$ 4.599,00			71,24 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = R\$ 1.856,00 + R\$ 4.599,00 = R\$ 6.455,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 6.455,00/12 = R\$ 537,90 //MENSAL POR PESSOA= R\$ 537,90/3,5= R\$ 153,68			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA

ASSENTAMENTO: Bela Vista

AGRICULTOR: 08

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou BATATINHA - 1 ha - 10 caixas (30 Kg cada) FEIJÃO - 90 Kg Custo de produção Obs. Retirou R\$ 1.300,00 de custeio agrícola para plantar a batatinha, para pagar com 50 % de abatimento no final da colheita. Foi prorrogado, por isso esse valor não entra no cálculo do custo de produção. Produção: Batatinha - Não colheu nada, nem os tubérculos. Feijão - 2 sacos (120 Kg)	Produção, Consumo e Venda Não vendeu nada Consumo FEIJÃO - 2 sacos (preço médio da saca de feijão R\$ 40,00) Total - R\$ 40,00 X 2 = R\$ 80,00	Rebanho Bovino Rebanho Bovino 6 cabeças - 2 vacas, 2 bezerros e 2 garrotes Curtos com ração Obs. Retirou R\$ 2.900,00, de custeio pecuário, para pagar em 02/2000, com 50 % de abatimento. O pagamento foi prorrogado, por isso não entra no cálculo do custo de produção. Aves Uma média de 10 galinhas e 1 galo Mortes - 5 a 6 galinhas Rebanho Suíno 42 porcos - 02 machos, 10 porcas e uma 30 leitões Custo com ração - Nenhum, recolhe lavagem das casas e restos de fruta da feira	Vendas Leite - 12 litros por dia até (07/1999) 1 litro de leite - R\$ 0,50 Por semana - 5,00 X 7 = R\$ 35,00 Por mês - 35,00 X 4 = R\$ 140,00 Por ano - 140,00 X 7 = R\$ 980,00 Consumo - 2 litros por dia (R\$ 1,00) Total ano (07/1999) - R\$ 196,00 Total - Vendas + 980,00 + 196,00 = R\$ 1.176,00 Aves Ovos - Não soube informar a quantidade de ovos produzidas, pois quem cuida da criação é a esposa na casa da cidade. Rebanho Suíno Vendas - Não informou
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 80,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 1.176,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 80,00 - 0 + 1.176,00 - 0 = R\$ 1.256,00			18,05 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário como Marchante (negociante em gado para açougues) e do que retira do pequeno comércio que tem no mercado de Esperança R\$ 400,00 por mês Renda anual - R\$ 400,00 X 12 = R\$ 4.800,00 Obs. Empregado permanente na propriedade do assentamento - R\$ 25,00 por semana Total ao ano - R\$ 1.200,00 Renda total anual - 4.800,00 - 1.200,00 = R\$ 3.600,00		Subsidio agrícola - R\$ 650,00 Subsidio pecuário - R\$ 1.450,00 Total - R\$ 1.450,00 + R\$ 650,00 = R\$ 2.100,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.600,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.100,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.600,00 + 2.100,00 = R\$ 5.700,00			81,94 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 1.256,00 + 5.700,00 = R\$ 6.956,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 6.956,00/12 = R\$ 579,66 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 579,66/3,5 = R\$ 163,61			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 09

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou BATATINHA - 40 caixas FEIJÃO - 30 Kg custos de produção= custeio agrícola- Retirou R\$ 2.000,00 e pagou 50% no final da colheita	Produção, Consumo e Venda Colheita da batatinha 25 caixas Consumo FEIJÃO - 90 Kg Obs guardou a batatinha para plantar no ano seguinte Renda vegetal 25 caixas de batatinha X R\$ 5,00= R\$125,00 Feijão= 90 Kg X R\$ 1,00= R\$ 90,00	Rebanho Bovino Gado(12 garrotes) Vendas= 6 cabeças Custos com ração = R\$ 400,00	Produção, Consumo e Venda Vendas 6 garrotes= R\$ 1.300,00
TOTAL = R\$ 1.000,00	TOTAL = R\$ 215,00	TOTAL = R\$ 400,00	TOTAL = R\$ 1.300,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 215,00 - 1.000,00 + 1.300,00 - 400,00= R\$ 115,00			3,95 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
		Aposentadora do filho deficiente R\$ 150,00 Renda anual R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Subsídio agrícola = R\$ 1.000,00 Renda anual total = R\$ 1.800,00 + R\$ 1.000,00 = R\$ 2.800,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 00,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.800,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 2.800,00			96,05 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 115,00 + 2.800,00 = R\$ 2.915,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 2.915,00/12 = R\$ 242,91 /// MENSAL POR PESSOA= R\$ 242,91/3 = R\$ 80,97			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR
AGRICULTOR: 09

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou Batatinha - 40 caixas (30 Kg cada) Feijão - 20 Kg Custo de produção Obs. Retrou 1.999,50 de custeio agrícola, para pagar com 50 % de abatimento no final da colheita. O pagamento foi prorrogado, por isso não entra no custo de produção. Produção Batatinha - 40 caixas Feijão - Não colheu nada	Produção, Consumo e Venda Batatinha - Não vendeu nenhuma caixa, guardou os tubérculos para plantar no ano seguinte.	Rebanho Bovino 6 cabeças - 6 garrotes Custos com a ração R\$ 500,00, com farelo, pasta e palma (1 camunhão)	
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 500,00	TOTAL = R\$ 00,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 0 - 0 + 0 - 500,00 = R\$ - 500,00			- 15,16 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da Frente de Emergência do Governo R\$ 80,00 Cesta básica - Nunca quis pegar Obs. Apesar de ter uma pessoa aposentada na família, conseguiu ter direito ao salário da frente de emergência. Renda anual - R\$ 80,00 X 12 = R\$ 960,00		Aposentadora do filho deficiente R\$ 150,00 Renda anual R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Subsídio agrícola = R\$ 999,00 Renda anual total = R\$ 1.800,00 + R\$ 999,00 = R\$ 2.799,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 960,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.799,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 960 + 2.799,00 = R\$ 3.798,00			115,16 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RAN = - 500,00 + 3.798,00 = R\$ 3.298,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 3.298,00/12 = R\$ 274,83 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 274,83/3 = R\$ 91,61			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR
AGRICULTOR: 09

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou - 2 ha de batatinha Batatinha - 60 caixas Feijão - 30 Kg do gordo e 30 Kg do maciço Milho - 10 Kg Custo de produção Obs. Retirou R\$ 1.300,00 de custeio agrícola para plantar a batatinha, mas plantou apenas o feijão. Ganhou o resto das sementes do feijão. Como o pagamento foi prorrogado, não entra no cálculo do custo de produção. Produção: Batatinha - Não colheu sequer as sementes Feijão - Não colheu nada Milho - Só colheu a palha para o gado	Vendas Não vendeu nada	Rebanho Bovino 9 cabeças - 4 garrotes e 5 garrotes Vendas - 4 garrotes Restaram - 5 cabeças Custo com ração Aproveitou a palha do milho e o pouco capim que ainda tinha na propriedade. Não solicitou custeio pecuário	Rebanho Bovino Vendas 4 garrotes - R\$ 1,90 o quilo R\$ 1,90 X 120 Kg = R\$ 228,00 R\$ 1,90 X 140 Kg = R\$ 266,00 R\$ 1,90 X 147 Kg = R\$ 279,30 R\$ 1,90 X 160Kg = R\$ 304,00 Total = R\$ 1.077,30
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 1.077,30
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 0 - 0 + 1.077,30 - 0 = R\$ 1.077,30			24,94 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da Frente de Emergência do Governo R\$ 66,00 Cesta básica - Nunca quis pegar Renda anual - R\$ 66,00 X 12 = R\$ 792,00		Aposentadoria do filho deficiente R\$ 150,00 Renda anual R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1.800,00 Subsídio agrícola - R\$ 650,00 Renda anual total = R\$ 1.800,00 + R\$ 650,00 = R\$	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 792,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.450,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 792,00 + 2.450,00 = R\$ 3.242,00			75,05 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 1.077,30 + 3.242,00 = R\$ 4.319,30			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.319,30/12 = R\$ 359,94 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 359,94/3 = R\$ 119,98			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR
AGRICULTOR: 09

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO + DOAÇÃO
Plantou - 2 ha Sementes - R\$ 291,50 Batatinha - 10 caixas (30 Kg cada R\$ 5,00), Feijão - 80 Kg (canoquinha R\$ 1,50 o Quilo), Milho - 3 Kg (R\$ 0,50 o quilo), Amendoim - 80 Kg (R\$ 1,50 o quilo), Batata-doce e Jerimum (ganhou a rama e as sementes) e 2 500 pés de erva-doce. Custo de produção Batatinha - Adubo inorgânico - 3 sacos X R\$ 17,00 = R\$ 51,00, Estrume - 1 carro R\$ 160,00, 3 trabalhadores R\$ 6,00 a diária, por 5 dias = R\$ 90,00 Total - R\$ 301,00 Amendoim - 2 trabalhadores R\$ 6,00 a diária por 15 dias = R\$ 180,00, 2 dias de boi, R\$ 30,00 o dia = R\$ 60,00. Total - R\$ 240,00 Total - 291,50 + 301,00 + 240,00 = R\$ 832,50	Vendas Batatinha, feijão e milho - Perdeu tudo o que plantou Amendoim - Estrumava de colheita - 12 sacos Total = R\$500,00 Erva-doce - Colheita só em março de 2001 Batata -doce - 300 Kg - R\$ 300,00 Jerimum - 100 Kg - R\$ 15,00 Milho 1 saco= R\$ 42,00	Rebanho Bovino 8 garrotes Vendas - 8 garrotes Restaram - nenhum Custos com ração Não teve Os garrotes foram vendidos logo no início do ano	Vendas 8 garrotes R\$ 1 500,00
TOTAL = R\$ 832,50	TOTAL = R\$ 857,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 1.500,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 857,00 - 832,50 + 1.500,00 - 0 = R\$ 1.524,50			34,77 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da Frente de Emergência do Governo R\$ 66,00, até maio de 2000 Cesta básica - Nunca quis pegar Obs Apesar de ter uma pessoa aposentada na família conseguiu ter direito ao salário da frente de emergência. Renda anual - R\$ 66,00 X 5 = R\$ 330,00		Aposentadoria do filho deficiente R\$ 150,00 Renda anual R\$ 150,00 X 12 = R\$ 1 800,00 Venda de areia lavrada retirada do lote - R\$ 6,00 o caminhão R\$ 6,00 X 60 caminhões = R\$ 360,00 Dinheiro referente ao acastamento de sua esposa pelo SUS - R\$ 370,00 Total da renda anual - 1 800,00 + 360,00 + 370,00 = R\$ 2 530,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 330,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.530,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 330,00 + 2.530,00 = R\$ 2.860,00			65,22 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 1.524,50 + 2.860,00 = R\$ 4.384,50			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.384,50/12 = R\$ 365,37 /// MENSAL POR PESSOA= R\$ 365,37/3 = R\$ 121,79			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 10

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1997)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou BATATINHA - (20 caixas) Custo de produção = custeio agrícola, retirou R\$ 2.000,00 e pagou R\$ 1.000,00, no final da colheita Obs. Só investiu R\$ 500,00, na cultura da batatinha	Produção, Consumo e Venda BATATINHA - 48 sacos X R\$ 6,00 = R\$ 288,00 Separou para plantar o ano seguinte 20 caixas X R\$ 5,00 = R\$ 1 000,00 Renda Vegetal R\$ 288,00 + R\$ 100,00= R\$ 388,00	Rebanho Bovino 9 cabeças: 2 vacas, 2 garrotes e 5 bezeros Compra = 2 bezeros= R\$ 200,00 cada Custo com ração = R\$ 500,00 Aves 2 galos 22 galinhas	Produção, Consumo e Venda Aves 10 e 12 ovos por dia para o consumo de casa (1 ovo = R\$ 0,10) Por ano = R\$ 336,00
TOTAL = R\$ 500,00	TOTAL = R\$ 388,00	TOTAL = R\$ 900,00	TOTAL = R\$ 336,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 388,00 - 500,00 + 336,00 - 900,00= R\$ - 676,00			- 11,80 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1997)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário como pedreiro em média R\$ 300,00 por mês Renda anual - R\$ 300,00 X 12 = R\$ 3.600,00		Salário de doméstica - R\$ 150,00 (esposa do agricultor) Renda anual - R\$ 1 800,00 Subsídio agrícola - R\$ 1 000,00 Renda anual total - R\$ 1 800,00 + R\$ 1 000,00 = R\$ 2 800,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.600,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.800,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 3.600,00 + 2.800,00= R\$ 6.400,00			111,80 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = - 676,00 + 6.400,00= R\$ 5.724,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 5.724,00/12= R\$ 477,00 /// MENSAL POR PESSOA = 477,00/6= R\$ 79,50			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 10

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou - 1 ha de batatinha BATATINHA - 20 caixas FEIJÃO - 1 saco Custo de produção Obs. Retirou 1.999,50 de custeio agrícola, para pagar com 50 % de abatimento no final da colheita. Foi prorrogado, por isso não entra no custo de produção. Produção Batatinha - 40 sacos Feijão - 12 sacos	Produção, Consumo e Venda Batatinha - 34 sacos X R\$ 17,00 R\$ 578,00 Feijão - 3 sacos X R\$ 40,00 R\$ 120,00 Consumo Batatinha - 10 caixas para plantar (R\$ 5,00 cada caixa = R\$ 50,00) Feijão - 9 sacos X R\$ 40,00 R\$ 360,00 Total - Vendas + Consumo 578,00 + 120,00 + 50,00 + 360,00 = R\$ 1.108,00	Rebanho Bovino 9 cabeças - 2 vacas, 2 garrotes e 5 bezerras Mortes - 1 garrote (R\$ 250,00) Vendas - 4 cabeças Restaram - 4 cabeças Custos com ração Obs Não informou Mas como o seu pasto nesse período estava morrendo e baseando-se no dinheiro que solicitou de custeio pecuário em 1999, calculamos que ele gastou em média R\$ 600,00 Aves Galos - 2 Galinhas - 22	Produção, Consumo e Venda 8 cabeças - 2 vacas, 6 garrotes Obs Não informou o preço da venda, mas tomando como base os preços dos animais vendidos no período calculamos os seguintes valores 1 vaca - R\$ 300,00 a R\$ 400,00 Total R\$ R\$ 600,00 1 garrote - R\$ 200,00 a R\$ 300,00 Total = R\$ 200,00 X 2 = R\$ 400,00 Aves Ovos - 10 a 12 por dia, para o consumo de casa (1 ovo = R\$ 0,10) Por ano = R\$ 336,00 Total - 1.000,00 + 336,00 = R\$ 1.336,00
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 1.108,00	TOTAL = R\$ 850,00	TOTAL = R\$ 1.336,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 1.108,00 - 0 + 1.336,00 - 850,00 = R\$ 1.594,00			17,80 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário como Pedreiro em média R\$ 300,00 por mês Renda anual - R\$ 300,00 X 12 = R\$ 3.600,00 Salário da Frente de Emergência do Governo R\$ 80,00 (O rapaz que é considerado da família o substituiu, no trabalho na frente de emergência) Renda anual - R\$ 80,00 X 12 = R\$ 960,00 Renda anual total = R\$ 960,00 + R\$ 3.600,00 = R\$ 4.560,00		Salário de doméstica - R\$ 150,00 (esposa do Sr Cauba) Renda anual - R\$ 1.800,00 Subsídio agrícola - R\$ 999,00 Renda anual total - R\$ 1.800,00 + R\$ 999,00 = R\$ 2.799,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 4.560,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 2.799,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 4.560,00 + 2.799,00 = R\$ 7.359,00			82,20 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 1.594,00 + 7.358,00 = R\$ 8.953,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 8.953,00/12 = R\$ 746,08 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 746,08/6 = R\$ 124,34			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 10

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou FEIJÃO - 50 Kg = R\$ 30,00	Vendas Feijão: produziu 50 Kg / renda de R\$ 30,00 Feijão macaça colheu verde e vendeu em molho/ renda de R\$ 40,00 Batata doce vendeu 2000 Kg à R\$ 0,10 o quilo/ renda de R\$100,00 Amendoim vendeu 200 Kg à R\$ 0,70 o quilo em vagem / renda de R\$ 140,00	Rebanho Bovino 04 cabeças - 02 vacas e 02 garrotes Comprou 24 sacos de ração com 40 Kg por R\$ 12,00 o saco= R\$ 288,00	VACA tinha 2 e vendeu 1 para pagar as dívidas / renda de R\$ 400,00 GALINHAS possui 40 entre machos e fêmeas/ renda com venda e consumo interno R\$ 240,00 OVOS média de 4800 no ano, o preço de venda do ovo é R\$ 0,08/ renda de R\$ 384,00
TOTAL = R\$ 30,00	TOTAL = R\$ 310,00	TOTAL = R\$ 288,00	TOTAL = R\$ 1 024,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV+RA - CA = 310,00-30,00+1.024,00-288,00= R\$ 736,00			15,78 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário de pedreiro R\$ 300,00 por mês = 300,00X12= R\$ 3 600,00 Salário da Frente de Emergência do Governo R\$ 66,00, até maio de 2000 Renda anual - R\$ 66,00 X 5 = R\$ 330,00 Renda Total = R\$ 3.600,00 + 330,00 = R\$ 3.930,00		Não tem ninguém aposentado na casa	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.930,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 0,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 3.930,00			84,22 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 736,00+3.930,00 = R\$ 4.666,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.666,00/12 = R\$ 388,83 ///MENSAL POR PESSOA= R\$ 388,83/6 = R\$ 64,80			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 11

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1998)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou - 1,5 ha de batatinha consorciado com o amendoim. FEIJÃO - 90 Kg (molatinho) Custo de produção Obs: Retirou 1.999,50 de custeio agrícola, para pagar com 50 % de abatimento no final da colheita. Foi prorrogada, por isso não entra no custo de produção.	Produção, Consumo e Venda BATATINHA - Não colheu nada AMENDOIM - 2000 Kg FEIJÃO - 10 sacas (60 kg cada) AMENDOIM - 2000 Kg X R\$ 0,70 R\$ 1.400,00 FEIJÃO - 10 sacas X R\$ 38,00 R\$ 380,00 Total - R\$ 1.400,00 + R\$ 380,00 R\$ 1.780,00	Rebanho Bovino 8 reses - 3 vacas leiteiras e 5 bezerras Custos com ração Restolho das culturas agrícolas, a vegetação retrada da lampa das culturas plantadas e o capim.	Produção, Consumo e Venda Nenhuma venda Consumo Leite - Não informou a quantidade produzida, disse apenas que antes as vacas produziam 10 litros por dia, agora só para o consumo familiar. Calculamos então, uma média de 3 a 2 litros de leite por dia, a R\$ 0,50 0 litro. Total ao ano - R\$ 504,00
TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 1.780,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 504,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 1.780,00 - 0 + 504,00 - 0 = R\$ 2.284,00			51,64 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1998)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da Frente de Emergência do Governo R\$ 80,00 Renda anual - R\$ 80,00 X 12 = R\$ 960,00 Cesta básica = R\$ 15,00 Total ao ano = R\$ 15,00 X 12 = R\$ 180,00 Renda anual total = R\$ 960,00 + R\$ 180,00 = R\$ 1.140,00		Subsídio agrícola - R\$ 999,00	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 1.140,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 999,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 1.140,00 + 999,00 = R\$ 2.139,00			48,36 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 2.284,00 + 2.139,00 = R\$ 4.423,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.423,00/12 = R\$ 368,58 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 368,58/3,5 = R\$ 105,30			

CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 11

ASSENTAMENTO: Bela Vista

RENDAS AGROPECUÁRIAS (1999)			
CUSTOS VEGETAIS (CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, NASCIMENTOS, MORTES)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS
Plantou FEIJÃO - 1 ha Custo de produção Obs. Retrou R\$ 1.300,00 de custeio agrícola para plantar a batatinha, mas plantou apenas o feijão. Ganhou as sementes. Como o pagamento foi prorrogado, não entra no cálculo do custo de produção.	Produção, Consumo e Venda Feijão - 90 Kg Venda - não vendeu nada Consumo Feijão - 90 Kg = R\$ 57,00	Rebanho Bovino 8 rezes - 3 vacas e 5 bezerros Custo com ração Obs. Recebeu R\$ 705,00 de custeio pecuário para comprar a ração para os animais. O pagamento foi prorrogado, por isso não entra no cálculo do custo de produção.	Rebanho Bovino Vendas Nenhuma venda Consumo Leite - Não informou a quantidade produzida, disse apenas que antes as vacas produziam 10 litros por dia, agora só para o consumo familiar. Calculamos então, uma média de 3 a 2 litros de leite por dia, a R\$ 0,50 o litro Total ao ano - R\$ 504,00
TOTAL = R\$ 0,00	TOTAL = R\$ 57,00	TOTAL = R\$ 00,00	TOTAL = R\$ 504,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 57,00 - 0 + 504,00 - 0 = R\$ 561,00			22,13 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (1999)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Salário da Frente de Emergência do Governo R\$ 66,00 Renda anual - R\$ 66,00 X 12 = R\$ 792,00 Cesta básica = R\$ 15,00 Total ao ano = R\$ 15,00 X 12 = R\$ 180,00 Renda anual total = R\$ 792,00 + R\$ 180,00 = R\$ 972,00		Subsídio agrícola - R\$ 650,00 Subsídio pecuário - R\$ 352,50 Total - R\$ 1.002,50	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 972,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 1.002,50	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = 972,00 + 1.002,50 = R\$ 1.974,50			77,87 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 561,00 + 1.974,50 = R\$ 2.535,50			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 2.535,50/12 = R\$ 211,29 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 211,29/3,5 = R\$ 60,36			

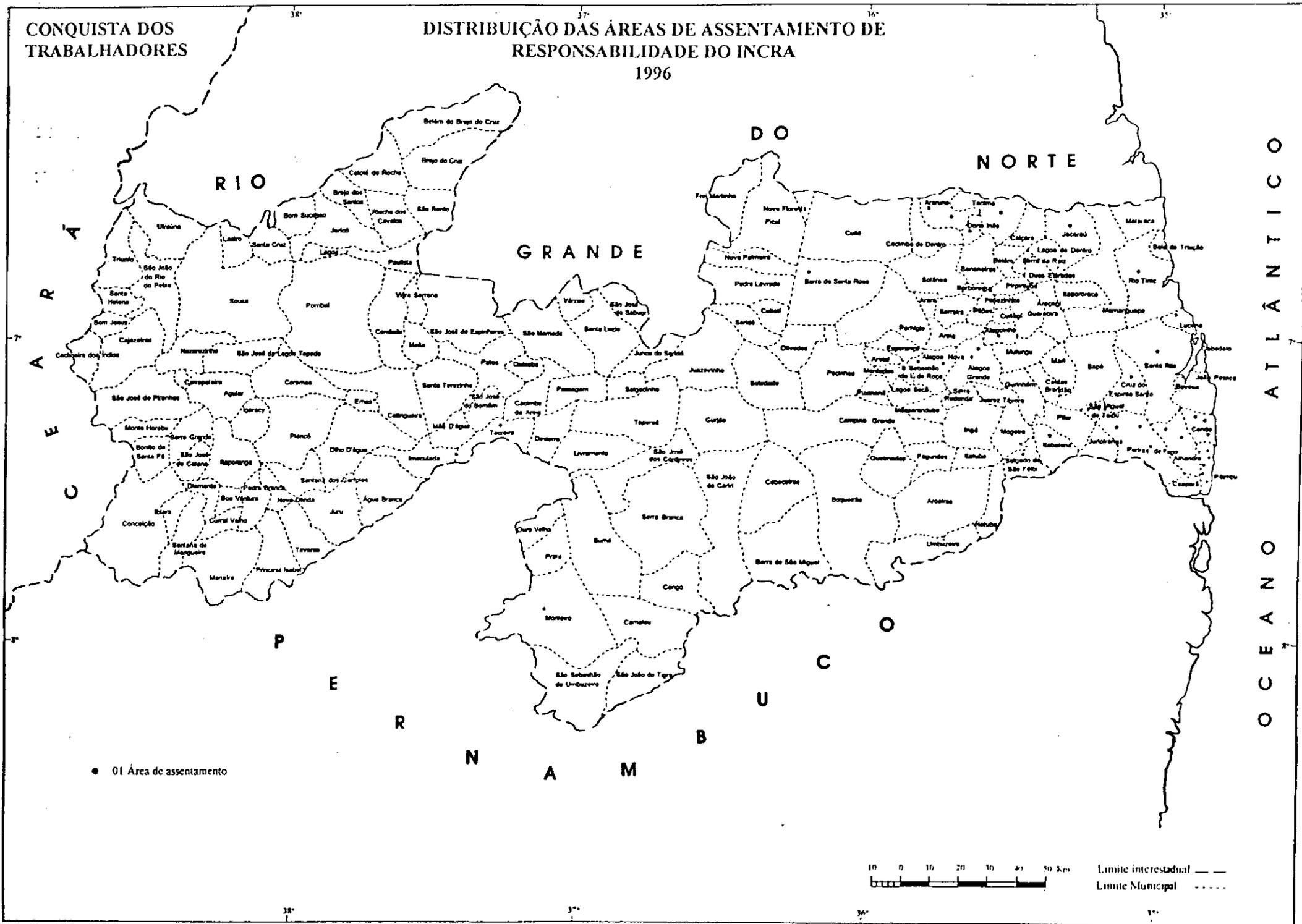
CÁLCULO SIMPLIFICADO DA RENDA FAMILIAR BRUTA
AGRICULTOR: 11

ASSENTAMENTO: Bela Vista

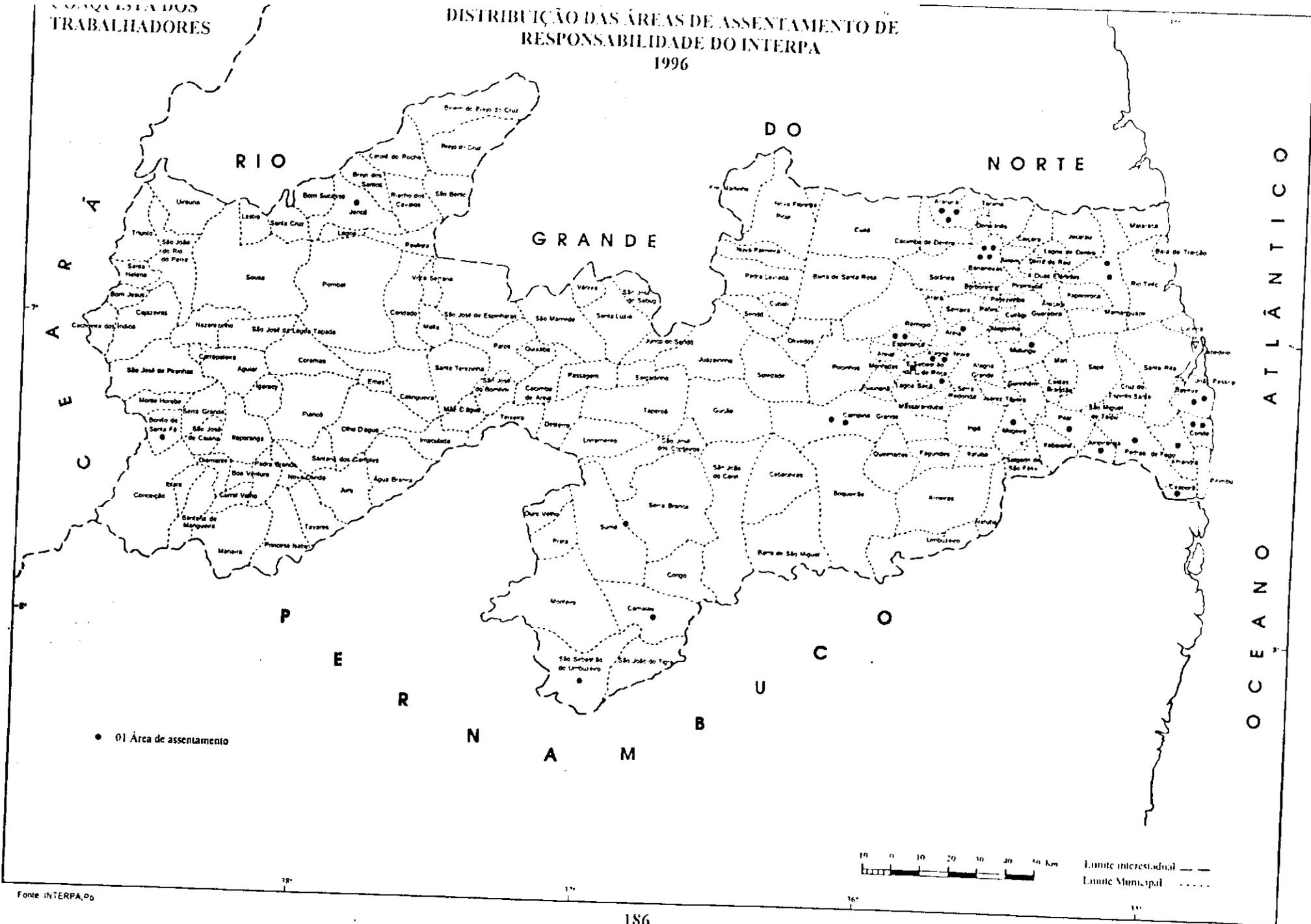
RENDAS AGROPECUÁRIAS (2000)			
CUSTOS VEGETAIS(CV)	RENDA VEGETAL (RV)	CUSTOS ANIMAIS (CA)	RENDA ANIMAL (RA)
PRODUÇÃO (ANO). (SEMENTES, INSUMOS, MÃO DE OBRA)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +VENDAS	PRODUÇÃO (ANO). (PASTO, VACINAS, COMPRAS, NASCIMENTOS, MORTES, ETC)	TOTAL DE VENDAS (ANO) +AUTO-CONSUMO +INTRA-CONSUMO +DOAÇÃO
Plantou LIMÃO - 550 pés FEIJÃO E AMENDOIM - 1 ha (consorciado) Custos de produção - R\$ 600,00	Produção, Consumo e Venda FEIJÃO produziu 500 Kg e vendeu a R\$ 0,15 o quilo / renda de R\$ 75,00 80 Kg (consumo) a R\$ 0,90/ renda de R\$ 72,00 AMENDOIM vendeu 500 Kg a R\$ 0,60 o quilo / renda de R\$ 300,00	Rebanho Bovino - 8 rezes (3 vacas e 5 bezerros) Venda - 2 vacas Custos com ração - R\$ 800,00 TOTAL R\$ 800,00	Vendas 2 VACAS - R\$ 600,00 cada/ renda de R\$ 1200,00
TOTAL = R\$ 600,00	TOTAL = R\$ 447,00	TOTAL = R\$ 800,00	TOTAL = R\$ 1.200,00
RENDA AGROPECUÁRIA (RA) = RV - CV + RA - CA = 447,00 - 600,00 + 1.200,00 - 800,00 = R\$ 247,00			6,03 %
OUTRAS RENDAS DA FAMÍLIA (2000)			
OUTRAS ATIVIDADES		TRANSFERÊNCIAS	
D - SALÁRIOS		E - APOSENTADORIAS E DEPÓSITOS DE FAMILIARES	
Chefe salário de pedreiro - diária de R\$ 16,00 - +/- 40 semanas com 5 % = R\$ 3.520,00 Salário da Frente de Emergência do Governo R\$ 66,00, até maio de 2000 Renda anual - R\$ 66,00 X 5 = R\$ 330,00 Renda Total = R\$ 3.520,00 + R\$ 330,00 = 3.850,00		Não tem ninguém aposentado em casa	
TOTAL OUTRAS ATIVIDADES = R\$ 3.850,00		TOTAL TRANSFERÊNCIAS = R\$ 00,00	
TOTAL DA RENDA NÃO AGRÍCOLA (RNA) = R\$ 3.850,00			93,97 %
TOTAL DA RENDA FAMILIAR ANUAL = RA + RNA = 247,00 + 3.850,00= R\$ 4.097,00			
TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL = R\$ 4.097,00/12 = R\$ 341,41 /// MENSAL POR PESSOA = R\$ 341,41/3,5= R\$ 97,54			

CONQUISTA DOS
TRABALHADORES

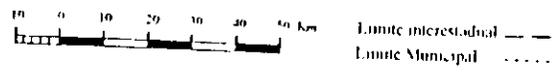
DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO DE
RESPONSABILIDADE DO INCRA
1996



DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO DE RESPONSABILIDADE DO INTERPA 1996



• 01 Área de assentamento



Fonte: INTERPA, 06

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS FAMÍLIAS ASSENTADAS

NOME:

IDADE:

ESTADO CIVIL:

NOME DO CÔNJUGE:

IDADE DO CÔNJUGE:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA:

NÚMERO DE FILHOS (Casados e Solteiros):

NÚMERO DE PESSOAS MORANDO EM CASA OU NA PROPRIEDADE:

- a) O que o Sr. fazia antes de ser assentado?
- b) O Sr. participou da luta pela posse da terra?
- c) Como foi o período inicial no assentamento?
- d) Tiveram alguma ajuda de algum órgão do governo?
- e) O que o Sr. acha do INCRA?
- f) Como foi criada a Associação?
- g) O que o Sr. acha da Associação?
- h) O que o Sr. acha do STR?
- i) Quais os problemas que o assentamento enfrenta?
- j) O que o Sr. acha dos técnicos da EMATER?
- k) O Sr. participou de algum trabalho coletivo aqui no assentamento?
- l) O que o Sr. acha do trabalho coletivo?
- m) Como está a sua situação agora que é produtor assentado?
- n) O Sr. exerce outra atividade além da agricultura?
- o) Tem alguém aposentado em casa? Recebe ajuda financeira de algum parente?
- p) Como está a sua situação agora com essa seca?
- q) O que o Sr. acha que está faltando aqui no assentamento?

Obs. Todas as perguntas referentes as atividades agrícolas, encontram-se nas tabelas em anexo do cálculo simplificado, por isso não colocamos o roteiro específico.

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS LIDERANÇAS DA ASSOCIAÇÃO

NOME:

ESTADO CIVIL:

IDADE:

NÚMERO DE FILHOS:

- a) Como se deu o processo de criação da Associação?
- b) O que o Sr. fazia antes de ser assentado?
- c) Como funciona a Associação? Como funcionou no início? Houve ou há algum problema?
- d) Como são resolvidas os conflitos?
- e) Como é a relação da Associação com os assentados?
- f) Há uma participação efetiva de todos os assentados nas reuniões?
- g) A associação tem conseguido resolver os problemas que aparecem no assentamento?
- h) Quais são os deveres e direitos dos associados?
- i) Como é a relação da Associação com os agentes externos, INCRA, EMATER, ONG's, STR dentre outros órgãos que atuam no assentamento?
- j) Quais os projetos já encaminhados pela Associação?
- k) Como a Associação está vendo a situação do assentamento nesse período de seca? Tem alguma proposta para resolver os problemas que estão aparecendo?
- l) O Sr. acha que depois da criação da Associação e a chegada dos créditos a situação dos assentados melhorou?
- m) Como está a situação das famílias com essa seca?
- n) O que o Sr. pensa do trabalho coletivo?
- o) Daria para falar sobre as experiências de trabalho coletivo implantadas no assentamento até agora?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS TÉCNICOS DA EMATER E DO INCRA

NOME:

IDADE:

- a) O Sr. trabalha há quanto tempo com os assentados?
- b) O Sr. conhece a história do assentamento?
- c) O Sr. atende todos os assentados?
- d) Na sua opinião como é a relação de vocês com os assentados?
- e) O que o Sr. acha do nível de desenvolvimento econômico das famílias?
- f) Existem famílias que conseguem obter bons resultados? Quais e por que?
- g) Quais as famílias que não conseguem se manter dignamente? Por que?
- h) O Sr. conhece as experiências de trabalho coletivo do assentamento?
- i) O que o Sr. acha do nível de organização das famílias?
- j) O que o Sr. acha das lideranças da Associação e do papel da Associação no assentamento?
- k) Depois dessas experiências houveram mudanças no comportamento e no padrão de vida das famílias?
- l) Qual a principal fonte de capitalização dos assentados?
- m) Como tem se apresentado a produção agropecuária no assentamento?
- n) Quais os principais problemas referentes a produção que os assentados enfrentam?
- o) Como é a comercialização da produção?
- p) Como está a atuação de vocês no assentamento agora com essa seca?
- q) O que vocês tem procurado fazer?
- r) Qual a sua avaliação do assentamento e dos assentados, no início do assentamento e agora?

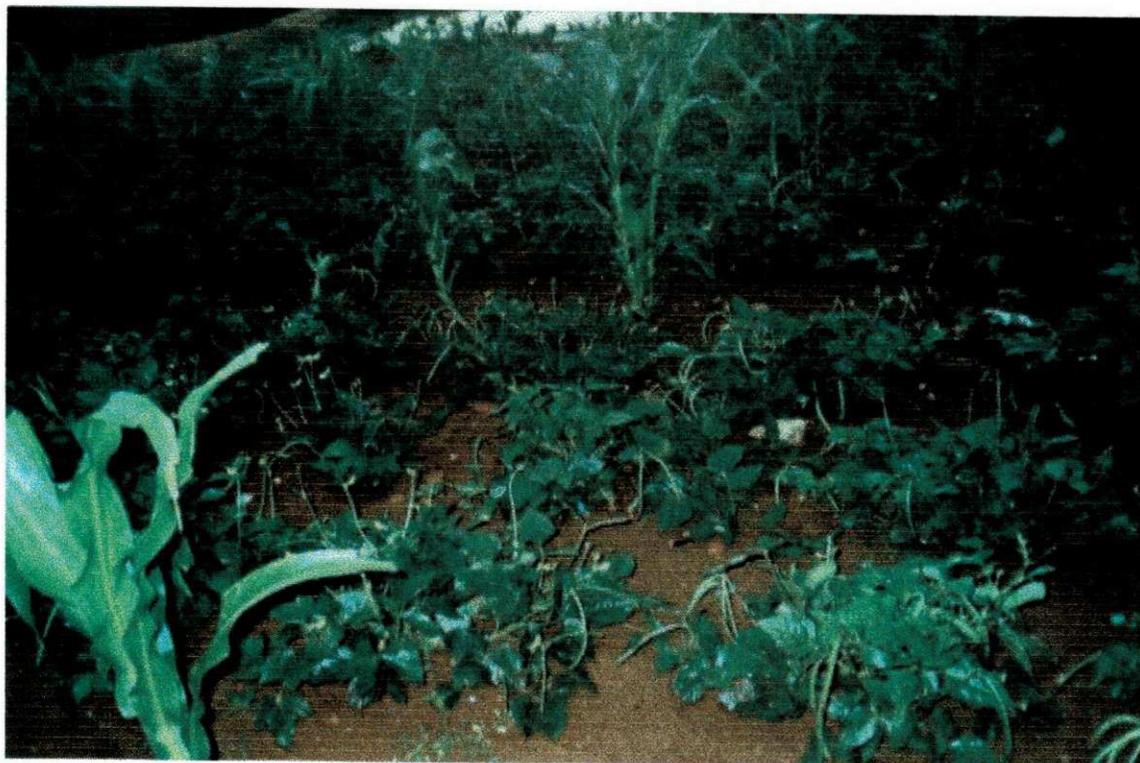
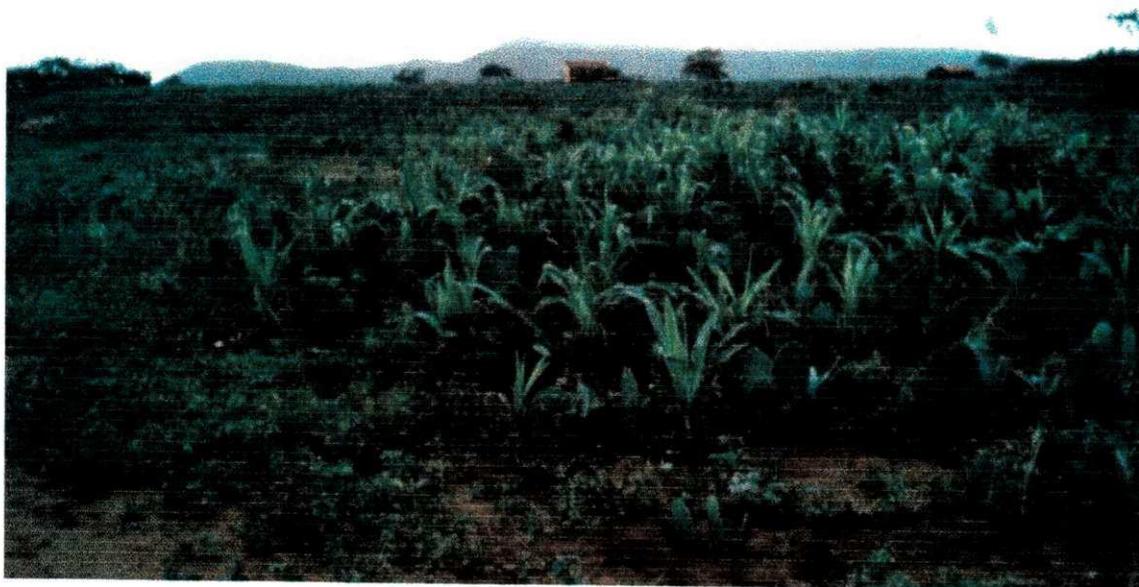


OS CAJUEIROS DO QUANDÚ NO PERÍODO DA SECA



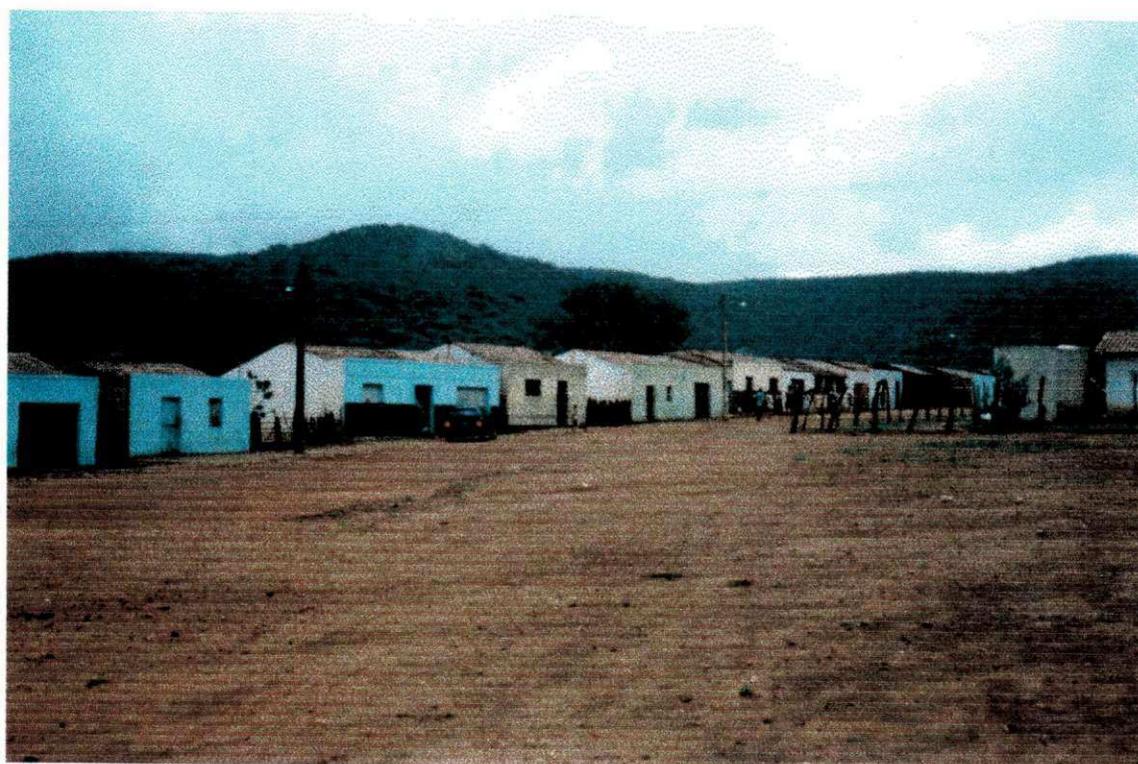
A LAVOURA DO ASSENTAMENTO BELA VISTA NO PERÍODO DA SECA

A LAVOURA DOS ASSENTAMENTOS EM 2000

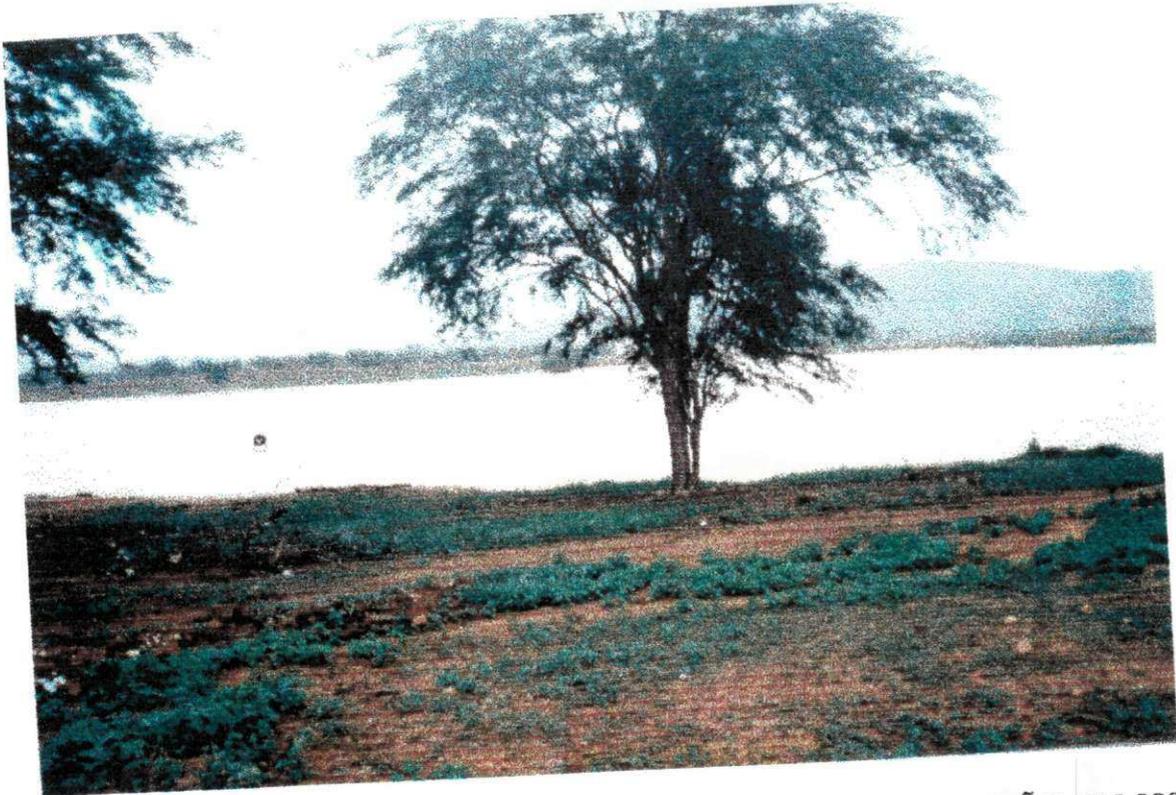




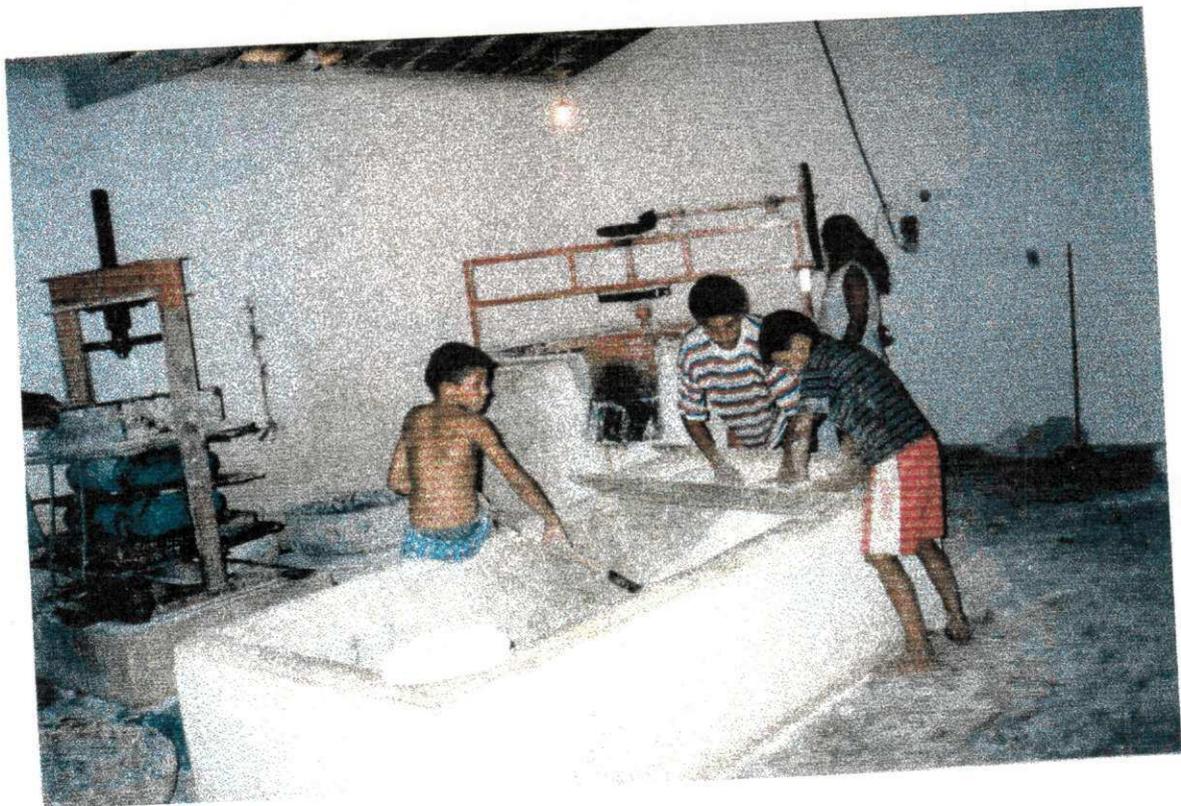
SEDE DA ASSOCIAÇÃO DO QUANDÚ



VILA URBANA DO ASSENTAMENTO DO QUANDÚ



BARRAGEM QUANDÚ APÓS AS CHUVAS QUE CAÍRAM NA REGIÃO EM 2000



CASA DE FARINHA DO ASSENTAMENTO QUANDÚ